

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

**DOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA: AS TRABALHADORAS
DAS MINAS DE CARVÃO DE SANTA CATARINA (1937-1964).**

Carlos Renato Carola

Florianópolis, Julho de 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

**DOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA: AS TRABALHADORAS DAS
MINAS DE CARVÃO DE SANTA CATARINA (1937-1964).**

Carlos Renato Carola

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso
de Pós-Graduação em História pela
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Profa. Dra. Joana Maria
Pedro.

Florianópolis, Julho de 1997.

DOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA: AS TRABALHADORAS DAS
MINAS DE CARVÃO DE SANTA CATARINA (1937-1964)

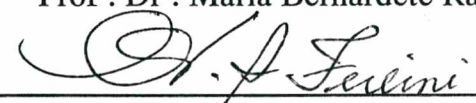
CARLOS RENATO CAROLA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Joana Maria Pedro (Orientadora)


Prof.^a. Dr.^a. Maria Bernardete Ramos Flores


Prof.^a. Dr.^a. Vera Lúcia do Amaral Ferlini (USP)

Prof. Dr. Dante Marcello Claramonte Gallian (Suplente)

Florianópolis, 15 de julho de 1997

AGRADECIMENTOS

Não é tarefa simples nominar todas as pessoas que direta ou indiretamente participaram desta pesquisa, e as que me estimularam a realizá-la. Nominar significa selecionar e isto pode levar ao esquecimento de pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram com o processo de construção desta dissertação. Por outro lado, não mencionar estas pessoas, apresentando apenas um agradecimento geral a todos, seria também, a meu ver, menosprezar a participação real e significativa dos amigos, colegas de mestrado, professores, informantes e familiares. Toda pesquisa é resultado de um processo coletivo, por isso sinto a necessidade de apontar a presença desses colaboradores.

Primeiramente, gostaria de agradecer às ex-trabalhadoras das minas de carvão de Criciúma e região, que participaram das entrevistas com muito entusiasmo, emoção e alegria. Sem sua presença, esse trabalho se esvaziaria de sua substância mais viva e eloquente, que são as histórias da vida e do trabalho destas mulheres. Seus nomes estão registrados no final deste trabalho. Não posso esquecer de mencionar também, a participação vibrante de dona Nazaré que me forneceu uma relação de Clubes de terceira idade de Criciúma, onde pude encontrar muitas “escolhedeiras”. Ficam aqui também os meus agradecimentos aos trabalhadores aposentados que foram entrevistados e que tiveram a “sorte” de voltar dos subterrâneos das minas.

Dentre todos os entrevistados, quero fazer um agradecimento especial a Julia Madeira Carola, minha avó paterna, que trabalhou durante 25 anos numa mina de carvão,

a Osmar Madeira Carola meu pai, que por 15 anos trabalhou no subsolo da mesma mina, reconhecer os diversos trabalhos realizado por Docelíria da Silva Carola, minha mãe e, também agradecer minha tia Neide que me confidenciou informações muito significativas. Todos foram constantes consultores desta pesquisa.

Dos amigos, quero destacar a participação de Luci, que foi a primeira a estimular a realização desta pesquisa; também Lili, Giani, Fátima e Adriana, amigas para todas as horas; Janine Moreira, amiga mais recente mas nem por isso menos importante, até porque foi a primeira a ler e a fazer críticas construtivas a este trabalho; os colegas do mestrado, João, Janine, Miranda, Rosa, Reinaldo, Patrícia e os demais que participavam das discussões dentro da academia e principalmente nos momentos de bate-papo nos bares da cidade. Agradeço, enfim, a todos os amigos que estiveram mais próximos no período de realização da pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer também à professora Joana, que soube manter uma relação profissional com uma postura de grande orientadora. Além de sinalizar os rumos da pesquisa, suas observações foram bastante elucidativas. Creio que foi a partir de suas críticas, e também no diálogo entre nossas experiências, que a pesquisa ganhou uma qualidade significativamente maior.

Presto meu reconhecimento também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, que me proporcionou uma bolsa de estudos para a realização desta pesquisa. Certamente, se não houvesse o apoio financeiro desta entidade e de entidades similares, muitas histórias como essa ficariam relegadas ao esquecimento.

Meu agradecimento mais importante vai para o Lucas, que teve que aceitar minhas ausências em vários momentos da nossa relação. Lucas, meu filho, tem apenas um ano e

cinco meses e eu espero sinceramente não ter que me afastar de sua vida por muito tempo em função de futuros trabalhos. Além disso, a experiência de ser pai pela primeira vez me possibilitou entender e mensurar melhor o significado e as dificuldades reais para cuidar de crianças, tarefa normalmente imposta às mulheres.

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
-------------	----

INTRODUÇÃO.....	10
-----------------	----

CAPÍTULO I - MULHERES NAS MINAS

1.1. Trabalhando, cantando e brigando.....	23
--	----

1.2. Meninas com “pernas e braços de inseto”.....	43
---	----

1.3. Imaginários da fragilidade e submissão versus poder, experiência e resistência.....	60
---	----

1.4. Ecos do passado: mulheres nos trabalhos de mineração.....	74
--	----

CAPÍTULO II - MULHERES NAS VILAS OPERÁRIAS

2.1. As vilas operárias em preto e branco.....	87
--	----

2.2. Lenha, água, mantimentos: mulheres circulando pela vila.....	103
---	-----

2.3. Fogão, roupa e mesa: os trabalhos dentro da casa operária.....	121
---	-----

2.4. Vaidade, lazer, sedução: a imagem feminina, a festa, os encontros.....	130
---	-----

2.5. Fugindo, casando, descasando: rupturas e transgressões.....	140
--	-----

CAPÍTULO III - A MASCULINIZAÇÃO DAS MINAS E A REDEFINIÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.

3.1. O fetiche do gênero.....	152
-------------------------------	-----

3.2. Acabou a escolha, graças a Deus!.....	166
--	-----

3.3. Boa mãe, boa esposa: uma aliança da Divina Providência.....	185
3.4. Homens nas minas, mulheres em casa?.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
ANEXO I - Localização geográfica da região carbonífera de Santa Catarina.....	219
ANEXO II - Tabelas: Perfil da força de trabalho feminina e masculina.....	220
FONTES E BIBLIOGRAFIAS.....	222

RESUMO

Esta pesquisa procura descrever as condições de vida e trabalho das mulheres nas minas de carvão da região carbonífera de Santa Catarina. Há evidências da presença feminina desde que foram abertas as primeiras minas, no início deste século. Mas foi a partir do final da década de 30, quando teve início o processo de industrialização da mineração de carvão, que as trabalhadoras começaram a ocupar as minas de forma intensiva. Até a década de 50, havia mulheres trabalhando praticamente em todas as minas, se não em todas,. Elas trabalhavam na superfície das minas, executando diversas tarefas, mas suas principais atividades estavam relacionados ao trabalho de escolha do carvão, daí serem conhecidas por “escolhedeiras”. A partir da segunda metade dos anos 50, principalmente, as companhias de mineração começaram a substituir o sistema de escolha manual por um processo mecanizado e as trabalhadoras foram sendo excluídas das minas.

Na primeira parte desta dissertação, procuro descrever as características dos trabalhos realizados pelas mulheres no cotidiano das minas, além de falar das práticas de controle e resistência desenvolvidas durante a jornada de trabalho. Procuro mostrar também a participação das mulheres nas minas em outras épocas e outros lugares. No segundo capítulo, direciono meu olhar para o espaço doméstico e as Vilas Operárias Mineiras, onde a presença das mulheres também é marcante. Falo de seus trabalhos dentro e fora de casa, bem como de relações amorosas, casamentos, conflitos,

transgressões e rupturas conjugais. No último capítulo, procuro explicar o processo de masculinização das minas, através de uma redefinição sexual do trabalho embutida no projeto de modernização e industrialização da região carbonífera de Santa Catarina, colocado em prática de forma institucional a partir de 1953. No seio deste projeto de modernização, políticas de assistência social e de higienização foram implementadas contra famílias mineiras, sendo que uma das finalidades era “convencer” e “qualificar” as mulheres para que permanecessem no espaço doméstico.

INTRODUÇÃO

A presença das mulheres no desenvolvimento do chamado mundo industrial não é novidade para historiadores/as e pesquisadores/as. Sabe-se, por exemplo, que mulheres e crianças foram amplamente utilizadas como mão-de-obra nas primeiras fases da chamada Revolução Industrial da Europa nos séculos XVIII e XIX, sobretudo nas indústrias fabris ou têxteis. Graças a pesquisadoras/es das questões femininas, produziram-se nas últimas décadas diversos estudos sobre um segmento da sociedade que ficou, por muito tempo, historicamente “imperceptível”. Embora de formas e por caminhos diversos, todos deram visibilidade a sujeitos que até então a história tradicionalmente conhecida havia ideologicamente ignorado. Em certos casos, quando mencionava-se a presença feminina, era para enaltecer ou abominar aquelas que cumpriam ou transgrediam os papéis sociais que lhes eram impostos.

Atualmente, no entanto, historiadoras/es vem focalizando tanto homens como mulheres. Mesmo assim, há espaços e sujeitos que ainda ficam desapercibidos. É o caso do trabalho de mulheres nas minas de carvão, fato pouco conhecido e estudado. Aliás, tal como as minas, subterrâneas e escuras, as histórias dessas mulheres são também obscuras.

Consideradas um dos suportes principais do mundo industrial desde o século XVIII até o início do século XX, as minas estavam repletas de mulheres e crianças. O trabalho nas “trevas” caracterizava-se por um ambiente brutalmente desumano. No discurso tradicional masculino, seria um espaço suportável apenas para os homens. No entanto, muitas mulheres

suportaram tal realidade, contrariando a idéia da suposta fragilidade natural de seus corpos e mentes.

A presença das mulheres nas minas de Santa Catarina deu-se de forma mais intensa no período de 1937 a 1964.¹ Para conhecer suas condições de vida e trabalho, utilizei diversas fontes documentais. Busquei, primeiramente, descobrir informações com pessoas que pudessem se lembrar das minas no tempo em que as mulheres também trabalhavam nelas. Abordei pessoas no intuito de encontrar endereços ou pelo menos pistas que pudessem levar até estas mulheres. Encontrei muitas, mas a princípio tive dificuldades, pois na memória da cidade as trabalhadoras das minas nunca existiram. A geração mais nova da cidade de Criciúma não tem a menor idéia de que, num tempo não muito distante, as minas de carvão de Criciúma e região estavam repletas de trabalhadoras (ver anexo I- localização geográfica da região carbonífera).

Em minhas primeiras indagações com pessoas mais idosas da cidade, tentando buscar pistas para encontrar algumas destas trabalhadoras, a resposta imediata era um “não” , configurado por uma expressão de espanto. Entretanto, quando eu simplesmente mencionava as “escolhedeiras”, a resposta emergia em meio a lembranças “insignificantes” que estavam soterradas em suas memórias. ‘Ah! as escolhedeiras!’ era a expressão que emergia. A população mais velha parecia realmente não recordar das trabalhadoras das minas, mas se lembravam das “escolhedeiras”. A partir daí, mudei minha estratégia para obter informações e passei a procurar as “escolhedeiras” e não mais as trabalhadoras². E à medida que fui

¹ A delimitação desse período é resultado de pesquisa e análise dos arquivos das companhias mineradoras.

² Prefiro usar o termo “escolhedeira” entre aspas, porque embora seja um nome popularmente conhecido, ele está revestido de um significado de desqualificação que apontava ser um trabalho de segunda ou terceira categoria. Do ponto de vista patronal, o trabalho na escolha se caracterizava como serviço simples, leve e complementar, ou seja, um trabalho “tipicamente”

descobrimos as memórias vivas que estavam perambulando pelos bairros operários, começou a surgir uma infinidade de informações, a partir das quais foi possível fazer uma reconstituição parcial de suas condições de vida e trabalho. Histórias circunscritas no cotidiano das minas e ao redor destas. Histórias cheias de conflitos, contradições e sacrifícios, mas também de alegrias, paixões e transgressões. Para reconstituir uma perspectiva histórica de suas vidas, percorri arquivos do passado e “desenterrei” vozes que estavam soterradas em memórias esquecidas no tempo e no espaço.³

Dos instrumentos de análise, creio que os que mais me influenciaram foram a noção de “poder” de Foucault, a “experiência” de Thompson, a categoria “gênero” de Joan Scott, o “tecendo por trás dos panos” de Maria Lúcia Rocha-Coutinho, a “perspectiva histórica” de Maria Odila, “os excluídos da história” de Michelle Perrot, as lembranças e representações da memória de Ecléa Bosi, a história oral de Antonio Torres Montenegro, a astúcia investigativa de Chalhoub, entre tantos outros.

Em relação à noção de poder, Foucault lembra que não existe “O Poder”, mas sim relações de poder. Não há aqueles que, sozinhos, detêm o poder, contra aqueles que são alijados deste poder; o poder circula, funciona em cadeia e exerce-se, não pode ser apropriado apenas por alguns. O poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, constrói indivíduos, saberes e verdades. O poder não está concentrado apenas nas esferas centrais do Estado, ele perpassa diversos espaços da rede social “e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado”⁴. Enfim, poder e resistência desenvolvem-se

feminino. Nos registros das empresas, em nenhum momento foi encontrada a expressão “trabalhadoras” ou “operárias”.

³ Posso afirmar que esta pesquisa também retrata um pouco da história de minha família. Sou filho de mineiro aposentado e minha avó paterna trabalhou 25 anos numa mina de carvão. Meu pai e minha avó foram consultores importantes no processo de reconstituição desta história.

⁴ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

por todo o tecido social e as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina falaram de suas estratégias, seus poderes, suas astúcias.

Meu olhar sobre a classe operária mineira e particularmente as operárias das minas esteve sempre norteado no sentido de perceber as relações de poder existentes no cotidiano das minas e vilas operárias da época. Foi preciso percebê-las numa perspectiva relacional, pois as “escolhedeiras” não foram simples resultado de um processo de trabalho. O “fazer-se” destas trabalhadoras, tal como observou Thompson, “é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica”. O “fazer-se” da classe operária inglesa não foi, segundo Thompson, gerado espontaneamente pelo sistema fabril. Neste sentido, não “devemos imaginar alguma força exterior - a ‘revolução industrial’ - atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, formando em seu outro extremo, uma ‘vigorosa raça de seres’”⁵. Parafraseando Thompson, creio que a classe operária mineira da região carbonífera de Santa Catarina também formou a si própria tanto quanto foi formada. Como afirma Eder Sader, “a constituição histórica das classes depende da ‘experiência’ das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam”. Mesmo que as pessoas se encontrem numa sociedade estruturalmente já definida, sugere Sader, a constituição dos/as trabalhadores/as se dá pelas interações e lutas de classe⁶.

Entretanto, é importante salientar que as relações de classe não são suficientes para explicar o processo de constituição das classes. As relações de gênero, bem como outras questões culturais, precisam ser incorporadas em nosso instrumental de análise. Caso

⁵ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 1987. p.17-18.

⁶ SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e luta dos trabalhadores na grande São Paulo - 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 44-45.

contrário, estaremos reproduzindo equívocos seculares que recentemente vieram à tona. Não dá mais para ignorar que a classe operária tem dois sexos.

No caso deste trabalho, a categoria gênero foi o instrumento de análise que percorreu toda a pesquisa. Neste aspecto, Joan Scott, principalmente, forneceu as informações fundamentais que me possibilitaram perceber como a sociedade define os papéis considerados adequados aos homens e às mulheres. Trabalhar com a idéia de gênero nos possibilita, segundo Scott, compreender as “construções sociais” criadas a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Também passamos a perceber os conceitos normativos “expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira rígida o sentido do masculino e do feminino”. Além do sistema de parentesco, o mercado de trabalho, a educação e o sistema político fazem parte do processo de construção de gênero. Ainda segundo Scott, “‘gênero’ tanto é substituto para mulheres como é igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto ‘mulheres’ é necessariamente informação sobre os homens, que implica o estudo do outro”⁷. Neste sentido, vale lembrar Maria Lúcia Rocha-Coutinho, quando afirma que “ser mulher e ser homem são categorias socialmente construídas e, portanto, o ser mulher, da mesma forma que o ser homem, é resultado de uma intrincada rede de significações sociais”.⁸

Ao escrever esta história, também viajei no tempo e no espaço em busca de experiências de trabalhadoras/es das minas de outras épocas. Quando menciono a presença de mulheres e homens nas minas de outros tempos, não tenho o propósito de demonstrar nenhuma continuidade histórica, mas sim uma circularidade cultural. Meu objetivo é evidenciar semelhanças entre experiências que provavelmente foram trazidas e reinventadas

⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, jul./dez. 1990. p. 5-22.

por imigrantes europeus que se instalaram nesta região de Santa Catarina. É bom lembrar que na primeira metade deste século havia minas que pertenciam a grupos de capitalistas europeus. Aliás, foi marcante a presença de técnicos e engenheiros europeus e, mais tarde, de norte-americanos nesta região, desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX. Praticamente toda a tecnologia de mineração utilizada nas minas catarinenses foi importada desses dois centros do capitalismo internacional: os equipamentos, as técnicas de extração e beneficiamento, a arquitetura das minas, etc. A maioria desses equipamentos e técnicas sofreram modificações para se adaptarem às condições específicas da região e muitas outras técnicas foram inventadas. Juntamente com todo o aparato técnico e tecnológico, com certeza também circularam práticas de controle e resistência desenvolvidas por trabalhadores e capitalistas.

Gostaria de salientar também que esta pesquisa faz parte de uma das perspectivas possíveis da história. Ao assumir uma abordagem histórica em perspectiva, historicista e historicizante, como afirma Maria Odila, estou incorporando mudanças que aceitam a transitoriedade do conhecimento e dos valores culturais em processo de transformação. Para atingir meu propósito, isto é, escrever uma história de mulheres, foi preciso romper com categorias abstratas e idealidades universais que sempre “fetichizam” as relações de gênero. Assumir esta perspectiva

é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a redescoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitem

⁸ ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira na relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.17.

a reconstituição de processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo.⁹

Para reconstituir a história das trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina, tive também que suplantar os obstáculos impostos pela “invisibilidade” oficial de suas histórias e pelo “silêncio” dos arquivos. Segundo Michelle Perrot, o silêncio dos arquivos, no que diz respeito às mulheres, é resultante da distinção sexuada dos espaços em esferas separadas: o público para os homens e o privado para as mulheres. Reformulada no século XIX, a noção de público e privado, segundo Perrot, não recobre exatamente a divisão dos sexos. “Mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta (...) Assim, os arquivos públicos, olhar de homens sobre homens, calavam as mulheres”.¹⁰

No caso das trabalhadoras das minas de Criciúma e região em tempos passados, o silêncio dos arquivos, jornais e historiografia locais tem sido a regra. Quando encontrava pistas que indicavam sua presença nas minas, tinha a sensação de ter feito uma importante descoberta arqueológica. Apesar de meninas e mulheres terem constituído a força de trabalho significativa na superfície das minas durante pelo menos 30 anos, a maioria da população jovem da região carbonífera catarinense desconhece esta realidade histórica e os mais velhos simplesmente “ignoraram” ou “esqueceram”. Aos olhos da história oficial local, elas foram imperceptíveis.¹¹

⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.40.

¹⁰ PERROT, Michelle. “Práticas da Memória Feminina”. In: Revista Brasileira de História. SP: ANPUH, MCT, CNPq e Marco Zero. n.18, ago/set/ 1989, p. 10.

¹¹ Quando falo de história oficial local, refiro-me à história que está nos livros e jornais, nos nomes de ruas, esculturas e documentos escritos a partir da visão institucional do Estado. A história que privilegia os discursos de autoridades e de cidadãos “ilustres” da cidade. No caso de Criciúma, por exemplo, há uma historiografia relativamente abundante com estas características. A invisibilidade oficial das trabalhadoras aconteceu, inclusive, no período em que as minas estiveram repletas de mulheres. Para ilustrar, em 1946 as autoridades de Criciúma demonstraram

Por isso, a memória destas mulheres, e também dos homens, cujas idades ultrapassam a casa dos 60 anos, foi importante para a reconstituição desta história. No entanto, procurei ficar atento às representações que se fazia do passado, pois “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”, como afirma Ecléa Bosi.¹² De certa forma, o historiador e o sujeito da memória constróem no presente uma perspectiva do que aconteceu num tempo que não existe mais. Mas a tarefa não é tão simples quanto parece. Há que se considerar que a memória viva está consubstanciada por constantes mudanças, representações e armadilhas. A relação entre o historiador e aquele/a que lembra é dinâmica e não estática. Trabalhar com memória significa também trabalhar com representações e contradições.

De qualquer forma, a fonte oral foi importante e necessária para a reconstrução de uma outra perspectiva histórica. Trabalhei com histórias de vida, procurando deixar que as narrativas fluíssem livremente, sem esquecer de levantar as questões de meu interesse, mas lembrando que o entrevistado não tinha “obrigação de preencher as lacunas, estabelecer elo nos fragmentos ou corresponder a projetos de pesquisadores ciosos de seu labor acadêmico”¹³. De acordo com Montenegro, a metodologia usada na perspectiva da história de vida é diferente das “entrevistas que têm como foco determinados temas, nas quais a preocupação são opiniões, pontos de vista, análises do entrevistado”. Nesse tipo de entrevista, afirma Montenegro, predomina a construção de um discurso racionalizado do entrevistado.¹⁴ Respeito, paciência e ouvido aguçado foram princípios norteadores das entrevistas pois, ainda

seu “reconhecimento” para com toda a classe operária mineira, construindo no centro da cidade uma escultura de um mineiro segurando sua picareta. No pedestal da escultura, encontra-se ainda hoje a homenagem oficial, com os seguintes dizeres: Homenagem ao homem do carvão (1913-1946).

¹² BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos. SP: EDUSP, 1987, p. 17.

¹³ MONTENEGRO, A. T. Op. cit. p.55

segundo Montenegro, “a postura de um entrevistador deve ser a de um parceiro que não conhece a pressa e a impaciência e está disponível a ouvir as histórias do entrevistado com o mesmo cuidado, atenção e respeito, tenham estas significado ou não para a pesquisa em tela”.¹⁵

Além disso, saliento que a fonte oral foi uma fonte a mais. Com isto estou de acordo com a tese defendida por Joan del Alcàzar i Garrido, quando afirma não ser procedente falar em “História Oral”. Para Garrido, o mais relevante é incorporar as fontes orais como uma fonte documental a mais. Até porque “há coisas que nunca poderemos saber a partir de documentos escritos e, também, há coisas que a pesquisa oral não permite sequer sejam colocadas”¹⁶. Não há uma hierarquia de importância, mas uma interação entre as diversas fontes documentais. Nesta perspectiva,

é importante precisar que o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora.¹⁷

Nas entrevistas com mulheres também tive que tomar alguns cuidados, pois se trabalhar com fonte oral exige atenção, relacionar-se com a memória feminina requer também outras preocupações. Segundo Perrot, “os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade”. Pela força das circunstâncias, a memória

¹⁴ MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral: caminhos e descaminhos. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.13, n. 25/26, set.92/ago.93, p.55-65.

¹⁵ MONTENEGRO, A. T. Op. cit., p.57.

¹⁶ GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/FAPESP/ANPUH/CNPq, v.13, n.25/26, set.92/ago.93. p.40.

¹⁷ Idem, p. 36.

das mulheres de antigamente está voltada para o privado, a família e o interior, “aos quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição.”¹⁸

Embora nem sempre e nem todas as lembranças das mulheres estejam restritas ao espaço privado, como sugere Perrot, a maioria das mulheres entrevistadas para esta pesquisa não ficaram imunes aos discursos que historicamente vêm sustentando e justificando a hierarquia entre os sexos. Suas lembranças, geralmente, estavam delimitadas por uma hierarquia definida a partir da divisão “natural” dos papéis de gênero estabelecidos pela sociedade. Parece que “o masculino é constituído de maneira positiva, em oposição ao feminino, que se edifica de maneira negativa”, afirma Marina Maluf.¹⁹

As trabalhadoras das minas que relataram suas experiências de vida sentiram-se importantes pelo fato de estarem contando suas histórias, mas em vários momentos suas falas mostravam o sentimento de um papel de “coadjuvante”, em suas auto-representações: “comecei a trabalhar para **ajudar** meus pais; depois, quando casei, **parei de trabalhar**”. Suas falas revelam a valorização que se atribuía - e que elas próprias atribuíam- a seus papéis sociais. A maioria delas, ou quase todas, começava seus relatos de vida sempre a partir da história de seus pais e nunca da de suas mães. Estas geralmente não eram lembradas, o que me levava a perguntar sobre suas histórias. Pareceu-me realmente que muitas destas mulheres assimilaram e incorporaram uma percepção secundária acerca de si mesmas e de seus papéis, bem como a idéia de que apenas os homens fazem a História. Esta forma de representação, no entanto, pode também fazer parte de suas estratégias para se ajustarem aos papéis sociais definidos, exigidos e aceitos pela sociedade.

¹⁸ PERROT, M. Op. cit. p.15.

¹⁹ MALUF, Marina. Ruídos da memória. SP: Siciliano, p. 87, 1995.

O encontro com os sujeitos da memória que participaram desta pesquisa também me surpreendeu. Primeiramente, porque não sabia que havia tantas trabalhadoras ainda vivas. Em todos os bairros operários que visitei, encontrei mulheres que haviam trabalhado nas minas. Uma vez, ao tentar localizar o endereço de uma possível informante, encontrei outras três mulheres que também haviam trabalhado nas minas. Todas frequentavam o mesmo clube de idosos do bairro, mas nunca tinham conversado entre si sobre o tempo da mina. Neste caso específico, tive a oportunidade de favorecer um “bate-papo” coletivo, permeado por sentimentos de tristeza, saudade e alegria.

Minha segunda surpresa foi a forma espontânea com que estas mulheres contavam suas histórias, lembrando, relembando e representando o passado. Realizei 29 entrevistas, 23 com mulheres e 6 com homens²⁰.

Das fontes escritas, recorri principalmente às fichas de admissão de trabalhadoras/es dos arquivos de cinco empresas carboníferas²¹, alguns boletins do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, documentos publicados pelo Sindicato da Indústria da Extração do Carvão Nacional, atas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Carbonífera (1944-1954), jornais locais, relatórios da Comissão Executiva do Carvão Nacional (criada em 1953) e à revista Carvão de Pedra (criada em 1968). Nestas fontes, com exceção das fichas de

²⁰ Entre as “ex-escolhedeiras”, apenas uma é atualmente líder comunitária. Entrevistei também três irmãs (freiras) que trabalharam com assistência social na década de 50. Entre os homens, entrevistei um dono de mina que, com seus 86 anos de idade, ainda frequenta diariamente sua empresa, e um ex-militante do Partido Comunista. Finalmente entrevistei minha avó e meu pai que, como disse anteriormente, também foram meus consultores.

²¹ As companhias carboníferas pesquisadas foram: Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA), a Sociedade Carbonífera Próspera (já extinta), a Cia Siderúrgica Nacional (CSN), a Cia Carbonífera Metropolitana e a Cia Carbonífera de Urussanga (CCU). Em cada uma destas empresas foram encontrados documentos de outras Companhias de mineração que foram incorporadas pelas mesmas, entre as quais, por exemplo: Mineração Geral do Brasil; Sociedade Carbonífera Boa Vista; Sociedade Carbonífera Monte Negro; Cia Carbonífera União; Mina Barão do Rio Branco etc. No total, foram analisados 399 fichas de trabalhadoras e 116 de trabalhadores. Cada ficha contém uma pasta com todos os dados funcionais, o que me permitiu conhecer melhor o cotidiano de trabalho dos mineiros.

admissão (ou fichas funcionais) e alguns boletins do DNPM, as trabalhadoras das minas não aparecem, o silêncio é praticamente total. A consulta foi útil mesmo assim porque evidenciou outras informações e me permitiu perceber e mensurar como estas trabalhadoras ficaram “imperceptíveis” na história oficial da mineração.

Manusear fontes escritas às vezes requer a sagacidade de um detetive astuto. Sidney Chalhoub, ao explicitar as problemáticas que surgiram em torno das fontes que usou para sua pesquisa, lembra que os fatos evidenciados pelas fontes “não são como morangos, maçãs ou peras que se recolhem ao cesto num passeio ameno e ecológico pelo campo”. Pelo contrário, “se os fatos dessa história podem ser comparados construtivamente a alguma coisa, é melhor escolher algo como a neblina e a fumaça que escondem a trilha que precisamos seguir”, comenta Chalhoub. No entanto, a trilha existe, e cabe segui-la, diz o autor.²²

Gostaria de enfatizar novamente que essa história que escrevi não pretende se insinuar como única e “verdadeira”, mas se trata de uma das representações e perspectivas possíveis. Com certeza há outras possibilidades e outras versões que podem trilhar outros caminhos, observar outros olhares e outros significados. Além disso, procurei trabalhar com a categoria gênero numa perspectiva relacional, enfatizando que embora haja uma hierarquia entre o masculino e feminino, ambos são explorados e oprimidos. Tomei certos cuidados para não transformar as mulheres em vítimas e os homens em vilões.

O trabalho está dividido em três capítulos, mas trata-se de uma divisão didática, pois as fronteiras da cultura humana e do mundo onde estas trabalhadoras e trabalhadores estavam inseridos não seguem uma suposta linearidade. No capítulo primeiro trato de descrever o trabalho das mulheres nas minas, as práticas de controle e resistência e as mulheres nas minas de outros tempos e lugares. No segundo capítulo procuro mostrar os trabalhos das mulheres

nas vilas operárias e no interior das casas operárias, o cuidado de si e as relações de namoro e casamento, bem como as transgressões. No terceiro capítulo falo do processo que excluiu as mulheres das minas, baseando-me nos discursos de racionalidade e mecanização das minas emitidos pelos proprietários e agentes governamentais; das campanhas de higienização e assistência social dirigidas para as famílias mineiras, procurando evidenciar as estratégias que foram criadas para forjar homens para as minas e as mulheres para o espaço doméstico; e por último, procuro também dar visibilidade aos mecanismos culturais que “empurraram” os homens para as minas. Em sua qualidade de provedores da família, eles assumiram exclusivamente para si o trabalho nas “trevas”, sabendo que muitas vezes tratava-se de um trabalho sem volta.²³

²² CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim. RJ: Brasiliense, 1986, p.21.

²³ Os erros ortográficos das citações de fontes documentais escritas de época, foram corrigidos. Da mesma forma, as citações de fonte oral, também passaram por algumas correções. Foram excluídas expressões verbais repetitivas e vícios de linguagem que geralmente aparecem numa conversa.

CAPÍTULO I - AS TRABALHADORAS NAS MINAS DE CARVÃO

1.1. Trabalhando, cantando e brigando

Apesar do silêncio oficial a respeito, os homens não foram os únicos a serem absorvidos pelas minas no processo de expansão e desenvolvimento da indústria do carvão. Nas décadas de 40 e 50, principalmente, as mulheres constituíam uma força de trabalho significativa nas minas de carvão da região carbonífera de Santa Catarina. Sua presença no espaço das minas deu-se por pelo menos 30 anos de mineração, mas aos olhos da história oficial, elas ficaram imperceptíveis.

Para desenterrá-las do esquecimento, percorri arquivos das Companhias Mineradoras e entrevistei ex-trabalhadoras/es que participaram da construção da “Metrópole do Carvão”²⁴. Pelos dados obtidos nos arquivos das minas e especificamente nos cadastros de 399 mulheres e 116 homens, num período que vai de 1937 a 1964, mas sobretudo nas décadas de 40 e 50, foi possível reconstituir o perfil social destas trabalhadoras.

Em relação às mulheres, mais de 68% encontravam-se na faixa etária de 14 a 20 anos de idade (a idade mínima estabelecida pelos mineradores para trabalhar na escolha era 14 anos, mas nossa pesquisa comprova que muitas crianças já começavam antes dos 12 anos); cerca de 84% eram solteiras quando foram admitidas; 51% eram analfabetas e 45% tinham instrução primária; em relação a força de trabalho das minas de Criciúma, apenas 18% eram nascidas nesta cidade, o que comprova a intensa corrente imigratória e o acelerado crescimento

populacional na década de 40; menos de 20% eram mulheres negras²⁵; pertenciam a famílias pobres, que sobreviviam dos trabalhos na roça, lavoura e pesca, vindas das pequenas cidades e vilarejos circunscritos no litoral sul do estado de Santa Catarina, entre os quais Tubarão, Laguna, Imaruí, Araranguá, Jaguaruna, Orleans, Urussanga, entre outros; seus sobrenomes indicam ainda que a maioria era de descendência açoriana, seguida pela italiana (ver anexo II - tabelas 1 e 2).

No contexto da Segunda Guerra Mundial havia, entre pequenas, médias e grandes empresas, aproximadamente 30 Companhias de mineração na região carbonífera. Muitas tinham mais de uma mina em funcionamento. A proliferação das minas, juntamente com a grande oferta de emprego neste período, foi fator preponderante na intensificação da corrente migratória e no consequente crescimento populacional da cidade.

No caso específico de Criciúma, a população passou de 27.753 em 1940, para 50.854 habitantes em 1950. Ou seja, em apenas 10 anos a população quase dobrou.²⁶ E em todas as minas deste período, a força de trabalho feminina se fazia presente. Aliás, não só nas minas, mas também em outros ramos industriais e comerciais existentes.²⁷

²⁴ “Metrópole do Carvão” era um dos títulos que proliferavam nos discursos das elites locais para enaltecer o “progresso” atingido em pouco tempo pela pequena cidade de Criciúma. Estas elites almejavam prestígio e status de cidade grande.

²⁵ IBGE, Recenseamentos Demográficos de 1940 e 1950. De acordo com o recenseamento demográfico de 1940, a população de Criciúma “declarada” negra constituía 5,7% do total e a branca, cerca de 94,1%. Pelo recenseamento de 1950, a população negra caiu para 3,9% do total e a branca elevou-se para 94,2%.

²⁶ IBGE, Recenseamentos Demográficos de 1940 e 1950. Segundo estes recenseamentos, a população ativa de Criciúma na indústria extrativa era de 1626 homens e 400 mulheres em 1940; 3979 homens e 338 mulheres em 1950. Percebe-se que de 1940 a 1950 aumentou força de trabalho masculina e diminuiu a feminina. Mas estes dados do recenseamento são questionáveis. Em 1942, por exemplo, apenas a Sociedade Carbonífera Próspera tinha mais de 150 mulheres trabalhando em suas minas. O livro diário desta companhia mostra que havia 75 “escolhedeiras” na mina Barão do Rio Branco, 35 na mina Getúlio Vargas, 18 na mina Hercílio Luz, 28 na Pio Corrêa e mais um número não identificado na mina Benjamin Constant.

²⁷ Os dois recenseamentos citados acima mostram também a participação “ativa” da mão-de-obra feminina nos setores da agricultura, pecuária, comércio, indústria de transformação, administração pública, justiça e ensino; profissões liberais, atividades domésticas e serviços sociais. Entretanto, observa-se uma diminuição da força de trabalho feminina nos setores industriais, nas profissões

Além do recenseamento de 1940 e 1950, evidenciando a presença da força de trabalho feminina fora do espaço doméstico, o Código de Posturas da cidade de Criciúma, de 1950, determinava, por exemplo, que todos os estabelecimentos comerciais ou industriais “onde se fabriquem, vendam ou depositem gêneros alimentícios ou bebidas de qualquer natureza, ficarão sujeitos a possuir mictórios e privadas separadas para cada sexo, na proporção de uma para cada vinte pessoas ou fração”. O mesmo deveria ocorrer nas “padarias, fábricas de massas, doces, refinação de açúcar, torrefação de café e estabelecimentos congêneres”.²⁸ O que o Código sugere é que a presença das mulheres no setor comercial e industrial, enquanto força de trabalho remunerada, era comum na época. Entretanto, na história oficial da cidade, há uma completa invisibilidade destas mulheres.

A descoberta do carvão catarinense remonta ao século XIX, mas somente na primeira metade deste século ele passou a ser explorado industrialmente. Como disse anteriormente, o contexto e as necessidades geradas durante as duas guerras mundiais, bem como a mudança no modelo de desenvolvimento do país, foram fatores decisivos para a expansão da Indústria Carbonífera. Na década de 30 foi criada a primeira legislação específica para a exploração e proteção do carvão nacional. Em 1931, por decreto federal, pelo menos 10% do carvão consumido pelas empresas deveria ser nacional. Em 1937, outro decreto aumentou a quota obrigatória de 10 para 20%.²⁹ O código de minas de 1934 também favoreceu a indústria carbonífera, uma vez que estabelecia normas de orientação racional para o melhor aproveitamento na exploração do carvão brasileiro³⁰. Embora nem sempre as leis tenham sido

liberais e na agricultura, e um aumento nos setores de prestação de serviços. Na atividade doméstica, por exemplo, as mulheres passaram de 5556 em 1940 para 12594 em 1950.

²⁸ Código de Posturas do Município de Criciúma. Lei No. 27, de 28/01/1949. Orleans-SC, Tipografia Pacheco, 1950.

²⁹ Decreto-lei 1.828, de 21/07/1937.

³⁰ RESENDE, Silvia Pinto de Lara. Legislação brasileira sobre o carvão. Pesquisa elaborada para o senador Otair Becker. Brasília, 1978. Nos anos 30 foram criadas em torno 10 a 15 leis para

cumpridas, por seu montante percebe-se a dimensão do crescimento do carvão na economia brasileira.

Mas foi nas décadas de 40 e 50 que a indústria carbonífera teve a maior expansão de sua história. Com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN em 1941, a indústria carbonífera catarinense consolidou-se efetivamente, pois encontrou o “cliente ideal” de que necessitava. No contexto da 2a. Guerra Mundial, o governo federal reservou para si, isto é, para o país, toda a produção de carvão de Santa Catarina e em agosto de 1942, “institui, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao governo federal de todo o carvão nacional”³¹. Eis aí um período em que a região de Criciúma transformou-se num verdadeiro “queijo suíço”, pois em todo lugar se abriu uma boca de mina. Com a emergência da guerra e a garantia de comércio obrigatório do carvão, “vendia-se até pedras”, como comentou informalmente um dos mineradores da época.³² Tudo leva a crer que a década de 40 foi a década de ouro para alguns mineradores.

Nas minas, as funções das trabalhadoras estavam formalmente limitadas a tarefas condizentes com a suposta “natureza feminina”, embora no cotidiano do trabalho nem sempre fossem cumpridas as formalidades. Neste tempo, a maioria das minas não eram mecanizadas, sendo os trabalhos realizados apenas com auxílio de instrumentos rudimentares, tais como pás e picaretas. A principal atividade feminina nas minas era a seleção ou escolha manual do carvão, daí serem conhecidas popularmente como “escolhedeiras” ou “catadoras” de carvão.

O processo de escolha do carvão era em geral realizado em um espaço coberto, onde havia uma mesa comprida utilizada para fazer a seleção. Em algumas minas, formavam-se

regulamentar, financiar e incentivar a exploração do carvão nacional; nos anos 40 criaram-se, entre, portarias, decretos-lei e leis, mais de 150 regulamentações e nos anos 50, mais de 250.

³¹ Decreto-lei No. 3.605, de 10/09/1941 e decreto-lei No. 4.613, de 25/08/1942.

equipes de “escolhedeiras” para trabalhar em mesas diferentes. Antes de colocar o carvão bruto sobre a mesa, o mesmo passava por uma peneira que tinha a função de separar o carvão fino (a moinha) do carvão graúdo. O serviço de peneiramento do carvão antes da escolha era considerado trabalho para homens, mas as mulheres também realizavam este trabalho. Para Ilda da Rosa Vicente (ex-escolhedeira), este era um trabalho cansativo, pois além de ter que “paliá” (trabalhar com pá) o carvão para a peneira, a pessoa que fazia este trabalho tinha que abastecer também a mesa da escolha.³³ Às vezes, um homem ou uma mulher tinha que dar conta de abastecer várias escolhedeiras durante toda a jornada de trabalho (7h às 16h). Cada escolhedeira tinha uma “picaretinha” de mão utilizada para separar ou arrancar as pedras que vinham associadas ao carvão e um caixote ou uma padiola para pôr o carvão escolhido. Estes caixotes, depois de cheios, eram despejados em montes de carvão escolhido ou na caixa de embarque (silo para o carvão). De acordo com um dos boletins do Departamento Nacional da Produção Mineral de 1952, a escolha manual tinha por objetivo a eliminação do folhelho e pirita do carvão bruto, trabalho este realizado por:

(...) mulheres - escolhedeiras - sobre mesas providas de uma peneira dotada de furos cujo diâmetro varia de 1 cm. Nestas mesas é feita a separação do carvão graúdo da moinha. As escolhedeiras, munidas de martelos, retiram o folhelho e a pirita jogando-os próximo à mesa de escolha ou então em silos de onde são retirados por caminhões.³⁴

Ainda segundo o boletim, o carvão era colocado dentro de padiolas que eram carregadas por duas “escolhedeiras” até o depósito ou silo de carvão. Nas minas, as “escolhedeiras” trabalhavam debaixo de uma simples área coberta. Mas em algumas minas as

³² Numa conversa não gravada com um dos mineradores da época, ele afirmou que a indústria carbonífera catarinense só passou a existir de fato no contexto das duas guerras mundiais e particularmente na segunda, quando “vendia-se até pedra”.

³³ Ilda da Rosa Vicente, negra, 68 anos. Trabalhou na Cia Carbonífera Metropolitana de 1947 a 1953. Entrevista concedida em 01/04/96

³⁴ MOREIRA, Manoel. Higiene das minas de carvão de Santa Catarina. RJ: DNPM, Boletim n. 92, 1952.

condições de trabalho eram tão precárias que nem abrigo para escolha existia. Neste caso, as mulheres trabalhavam sob o calor do sol ou as águas da chuva.³⁵

Havia uma Companhia de Mineração, no entanto, em que o sistema de escolha caracterizava-se por um processo mais “moderno”. No caso específico da Sociedade Carbonífera Próspera, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), uma de suas minas, situada na vila Próspera, a maior vila operária do período, contou, a partir de 1953, com um sistema de escolha chamado “caixa mecânica”, onde o carvão escolhido era descarregado diretamente numa calha que o escoava para o silo. Esta calha ficava acoplada embaixo da mesa, passando por todo o seu comprimento. Neste caso, as “escolhedeiras” escolhiam o carvão na mesa, jogavam-no na calha e ele ia diretamente para o silo. As padiolas eram usadas para carregar as pedras, juntamente com outros produtos que vinham associados ao carvão. Neste sistema, as escolhedeiras não recebiam por empreitada.

De forma geral, a produção e o pagamento das escolhedeiras eram definidos pela quantidade de padiolas de carvão escolhido. Cada trabalhadora tinha sua padiola, mas esta era carregada por duas mulheres. A padiola de carvão escolhido equivalia a um valor estipulado pela Companhia. Quanto mais padiolas as mulheres carregavam, maior era seu salário no final da semana ou mês, pois ganhavam por empreitada. Por vezes, algumas carboníferas estimulavam a produção oferecendo prêmios em dinheiro para quem escolhesse mais carvão. Mas também puniam aquelas que diminuía sua produção habitual, isto é, aquelas que ficavam “matando tempo”. Maria Mariani, por exemplo, branca, 22 anos e solteira, foi admitida pela Mineração Geral do Brasil, na mina Barão do Rio Branco de Içara (vila pertencente ao município de Criciúma na época), em outubro de 1952. Em maio de 1953,

³⁵ Idem

recebeu advertência por “não mais produzir o que antes produzia”. Talvez por isso tenha sido “dispensada por conveniência da Empresa” em março de 1954.³⁶

O carregamento do carvão escolhido era, na maioria das minas, efetuado em padiolas transportadas por duas mulheres. Cada “escolhedeira” tinha sua parceira e entre estas, sempre existia aquela com um ritmo de trabalho maior do que sua colega de escolha. A experiência adquirida durante anos de trabalho, um trabalho que para muitas começava na infância, possibilitou a constituição de um conjunto de trabalhadoras que se destacavam pela sua grande capacidade de produção. Diferenciavam-se das demais pela experiência, habilidade e pelos maiores salários nos dias de pagamento. Isto acabava gerando uma certa competição entre as trabalhadoras. Segundo Iracema (Nena),

(...) os homens traziam o carro de baixo da mina, tudo empurrado a mão, e ali encostavam perto de uma mesa, uma mesa simples, uma mesa comprida. Depois eles descarregavam o carro com a pá e colocavam na mesa e na mesa nós escolhíamos o carvão, enchíamos as padiolas e levávamos pra uma caixa maior... Chegando lá, despejávamos em duas, despejávamos bem rápido e voltávamos. A gente corria porque uma queria ganhar mais do que a outra.³⁷

A preocupação dessas trabalhadoras não era produzir mais somente para ganhar mais do que suas colegas de trabalho, mas também para propiciar às suas famílias melhores condições de vida. Para famílias que sobreviviam sempre com rendimentos apertados, quando não insuficientes, trabalhar mais para ganhar mais podia ser uma questão de sobrevivência, sobretudo nos casos em que os pais estavam desempregados ou haviam falecido ou

³⁶ Ficha funcional de Maria Mariani. Mineração Geral do Brasil Ltda. (extinta). Arquivo da Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU).

³⁷ Iracema Stefani Jorge, branca, 63 anos. Entrevista concedida em 07/05/96. Trabalhou “fichada” na Cia Carb. Metropolitana de 1950 a 1952. Começou a trabalhar na mina com sua mãe, que foi funcionária da companhia de 1943 a 1945.

“abandonado” a família.³⁸ Por outro lado, havia também aquelas que, trabalhando “direitinho” e com um índice de produtividade mais alto, ficavam na esperança de economizar uns “troquinhos” para investir no enxoval. Nestas circunstâncias, o cotidiano de trabalho das “escolhedeiras” configurava-se também por divisões, competições e, conseqüentemente, conflitos e intrigas. Cezarina, por exemplo, lembra que:

(...) quando a padiola da gente estava cheia, a gente gritava: olha a padiola! e a parceira tinha que parar o serviço dela e ajudar a carregar a padiola da gente, mas ela queria encher a dela primeiro. Eu nunca briguei na mina, a não ser uma vez, porque a minha parceira queria que eu esperasse encher a dela também, só que não dava para esperar, porque senão a gente perdia tempo e escolhia menos...³⁹

Para controlar a produção, as escolhedeiras recebiam uma ficha ou chapinha de alumínio para cada padiola de carvão escolhido. Em algumas minas, podia-se trocar as “chapinhas” por mercadorias no armazém que também pertencia ao dono da mina, ou então recebia-se uma “ordem” (tipo de vale) para as compras. Neste caso, o valor das compras (rancho) era descontado em folha de pagamento. As minas que não tinham seu próprio armazém estabeleciam relações com os donos destes, de forma que as/os trabalhadoras/es pudessem comprar “fiado”. No final da jornada de trabalho, isto é, na volta para casa, algumas escolhedeiras aproveitavam para passar no armazém. Erotides lembra que,

(...) com a chapa que nós recebíamos, nós comprávamos no armazém a mesma coisa, como se fosse dinheiro. Se a gente não tivesse comida em casa, se viesse de manhã e

³⁸ A questão do “abandonar” a família não me parece apenas uma decisão simples e irresponsável. Trata-se de uma ruptura certamente marcada por muitos conflitos e estigmas, decorrentes das imposições culturais que a sociedade define para uma relação conjugal. Neste sentido, uso a expressão “abandono” entre aspas.

³⁹ Cezarina dos Santos Silva, branca, 78 anos. Trabalhou na Cia Carb. Ouro Preto na década de 40. Entrevista concedida em 27/05/96.

escolhesse umas 10 padiolas de carvão, já fazia umas comprinhas e vinha embora. Podia sair, tinha o direito de comprar e levar em casa.⁴⁰

Aliás, neste aspecto, havia donos/as de armazéns que procuravam suprir seus estabelecimentos comerciais comprando produtos especiais para as “escolhedeiras”. Em se tratando de mulheres, na sua maioria solteiras e trabalhadoras assalariadas, as “escolhedeiras” também eram vistas como consumidoras em potencial. Além dos donos de armazéns, crianças que vendiam pão, verduras, frutas e doces nas ruas também tinham as escolhedeiras como suas clientes. “Minha mãe vendia melancia para as escolhedeiras”, lembra Elisa.⁴¹

Nas minas havia também fiscal do carvão e fiscal de escolha. O primeiro tinha a incumbência de fiscalizar o grau de pureza do carvão que vinha do subsolo; o segundo fiscalizava o trabalho e o grau de pureza do carvão escolhido pelas “escolhedeiras”. A julgar pelos arquivos das Companhias pesquisadas e pelas entrevistas com as trabalhadoras do período, era comum fiscais de escolha serem mulheres, embora sempre estivessem subordinadas ao capataz da mina. Há muitos registros de que as mulheres também exerciam a função de fiscais do carvão. Em ambos os casos, no entanto, percebe-se que esta função nem sempre era almejada por todas as mulheres, pois o ato de “vigiar e punir” colegas de trabalho significava também o início de um conflito que muitas vezes extrapolava os limites do espaço das minas.

Julia, por exemplo, começou a trabalhar na Companhia Metropolitana em 1954, com 34 anos de idade. Uma idade difícil de se conseguir emprego nas minas, pois os mineradores contratavam meninas e moças de 14 (ou menos) a 21 anos. Mesmo assim, Julia conseguiu o

⁴⁰ Erotides Caetano de Oliveira, negra, 71 anos, ex-escolhedeira. Trabalhou na Mina de Pedro Benedette, Mina do Portela, Mina do Pato, na CBCA (1938-1943) e na Cia Carb. Catarinense (1943-1944). Entrevista concedida em 18/04/96.

emprego. Pelos seus relatos, conclui-se que ela utilizou-se da influência de parentes e compadres que já trabalhavam na mina, bem como de sua condição de “mulher abandonada”, para sensibilizar os proprietários a contratá-la. Segundo seu relato, o marido estava quase sempre distante da família, tratando de negócios e outras coisas mais. Ele rompeu os laços familiares e foi viver com outra mulher. Para sustentar os 5 filhos que sobreviveram, de um total de 12 nascidos, Julia procurou emprego nas minas de carvão de Criciúma, o melhor emprego que havia na época segundo suas lembranças. Acostumada com os trabalhos caseiros, cuidado da criação (vacas, porcos), da venda e da roça, adaptou-se facilmente ao trabalho na mina. Sua dedicação ao trabalho obteve rapidamente o reconhecimento de seu “capataz”, e já nos primeiros meses de trabalho foi promovida a fiscal do carvão. Sua função era averiguar o grau de pureza do carvão trazido nas vagonetas do subsolo da mina. Quando nestas vagonetas havia rejeitos (pedra, pirita, madeira ou qualquer outro material que não fosse carvão) além do permitido, Julia tinha que multar o mineiro, o que significava que a vagoneta de carvão não seria computada na produção do mineiro. Desta forma, a multa significava, muitas vezes, a redução dos ganhos de um trabalhador que, mesmo sendo um jovem solteiro, certamente pertencia a uma família que dependia do seu salário. Nestas condições, aplicar uma multa não era apenas cumprir sua obrigação, mas acender o “estopim” de uma futura explosão:

(...) eu comecei a trabalhar de escolhedeira, mas eles gostaram do meu jeito de trabalhar e poucos dias depois me botaram de fiscal do carvão. Mas de fiscal eu não gostei porque tinha que **carrasquiar muitos os operários**. Eu tinha que multar aqueles carros de carvão que tinham muita pedra...Então eu tinha muita pena de multar o carro deles...⁴²

⁴¹ Elisa de Oliveira, branca, 69 anos. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/1996.

⁴² Julia Madeira Carola, branca, 78 anos. Trabalhou na Cia Carb. Metropolitana de 1954 a 1979. Entrevista concedida em 15/10/95.

Na escolha, as trabalhadoras despejavam as padiolas de carvão escolhido numa peneira grande, onde a/o fiscal retirava a sujeira que vinha junto com o carvão. Quando havia muita “sujeira” , a escolhedeira recebia uma multa e, conseqüentemente, não ganhava a sua “chapinha”.

Cezarina, que trabalhou como fiscal na Companhia Ouro Preto na década de 40, afirma que nunca multou nenhuma escolhedeira durante o tempo em que foi fiscal e que o salário de fiscal era um pouco maior do que o de escolhedeira. Mesmo assim, Cezarina preferia trabalhar na escolha, pois “(...)o serviço de fiscal era muito incômodo e às vezes o carvão vinha muito sujo... Então na escolha eu me divertia mais(...)”⁴³

Aquelas fiscais que porventura decidiam cumprir seu “dever” e punir uma trabalhadora, tinham que suportar os olhares condenatórios de outras “escolhedeiras” que, na maioria das vezes, podiam ser sua vizinha ou até mesmo parente ou “comadre”. Os capatazes geralmente escolhiam fiscais que demonstravam maior dedicação ao trabalho e também aquelas que tinham fama de “mulher brava”. Porém, entre as “escolhedeiras” também havia “mulheres bravas” e, neste caso, o confronto entre ambas resultava em briga certa. Alice, por exemplo, lembra que

(...) naquele tempo, tinha umas cambuquinhas; se desse duas cambuquinhas daquela de metal ou pedra, a escolhedeira era multada. Um dia eu joguei uma pedra numa escolhedeira e ela achou ruim que eu multei ela. Então, ela começou a me xingar, me chamou não sei do que, aí eu peguei uma pedra de carvão e joguei nela (...) Até hoje eu sou ainda má assim com ela e já faz mais de 30 anos (...) ⁴⁴

⁴³ Cezarina dos Santos Silva, branca, 78 anos. Trabalhou na Cia Carb. Ouro Preto na década de 40. Entrevista concedida em 27/05/96.

⁴⁴ Alice Otília Antunes Cardoso, branca, 63 anos. Trabalhou na CBCA no início dos anos 50. Cada empresa tinha uma forma de verificação da qualidade do carvão escolhido. No caso da mina em que Alice trabalhava, a verificação se dava através desta “cambuquinha”. Havia uma quantidade máxima permitida de rejeito, mas este não podia ultrapassar o limite estabelecido.

O sistema de multas das minas também foi analisado por Engels na Inglaterra do século XIX. Segundo ele, a vagoneta do trabalhador que tivesse mais carvão miúdo do que o estabelecido pelos capatazes, o que dependia mais da natureza do carvão do que propriamente da capacidade do trabalhador, este nada recebia e ainda era onerado com uma multa.⁴⁵ Na França, entre 1883 e 1890, segundo Perrot, os jornais operários denunciavam “as multas excessivamente pesadas e sobretudo os contramestres, incapazes, tirânicos, intrigantes e lúbricos”⁴⁶. Zola mostra as ameaças de um dos capatazes da mina aos mineiros que ousavam desacatá-lo: “essa vocês me pagam... Não vai ser somente de três francos a multa que vou aplicar. Tomem cuidado comigo!”⁴⁷.

Na região carbonífera de Santa Catarina, as multas também foram motivo de muitos conflitos. Se os salários regulares já não eram suficientes para a manutenção da família, uma multa podia agravar ainda mais suas condições de sobrevivência, muitas vezes provocando revolta e indignação. Talvez isto explique a resistência de algumas mulheres em aceitar a função de fiscal, mesmo sabendo que poderiam ganhar um pouco mais. De qualquer forma, percebe-se, entre as fiscais, aquelas que pendiam mais para o lado de suas colegas de trabalho e as que cumpriam rigorosamente as determinações dos proprietários.

O dia de uma “escolhedeira” começava de madrugada. Na maioria das minas a jornada regular de trabalho das “escolhedeiras” ia das 7 às 16 horas⁴⁸. Solteiras ou casadas, os preparativos da madrugada ficavam sob a responsabilidade delas. Acordar, levantar, preparar a bolsa com café e pão, eram tarefas das mães ou das filhas. O café era posto em uma garrafa de

⁴⁵ ENGELS, Friedrich, 1820-1895. “O proletário das minas”. In: A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. SP: Global, 1985, p.283.

⁴⁶ PERROT, Michelle. Os excluídos da história. RJ: Paz e Terra, 1988, p. 73.

⁴⁷ ZOLA, Émile, 1840-1902. O Germinal. SP: Abril Cultural, 1981, p.60.

⁴⁸ Com exceção da Soc. Carb. Próspera, onde na década de 50 havia dois turnos de escolha, um das 6 às 14 horas e outro das 14 às 22 horas, nas demais carboníferas havia somente um turno de trabalho para as “escolhedeiras”.

vidro e geralmente tomado frio. Às vezes, arrumava-se um “foguinho” na mina e esquentava-se, comenta Alice⁴⁹.

O ritual matutino das famílias mineiras da França do final do século XIX descrito por Zola encontra, na região carbonífera de Santa Catarina do período de nossa pesquisa, semelhanças identificáveis. Catherine, uma das personagens que trabalhava nos subterrâneos da mina de carvão junto com o pai e os irmãos, inicia o ritual matutino incumbida também de fazer os preparativos de ida para a mina. Seu pai, Maheu, usando uma linguagem comum entre as famílias mineiras de Criciúma, se dirige à filha recriminando-a por ter se descuidado do horário:

- Raio! Já está na hora... Foste tu que acendeste a luz, Catherine?
- Fui, sim, senhor... O relógio acaba de dar horas.
- Então apressa-te, vagabunda! Se tivesses dançado menos ontem, domingo, ter-nos-ias acordado mais cedo. Que vida de malandros!⁵⁰

Parece que em Criciúma e região o cotidiano matutino de muitas “escolhedeiras” não era muito diferente. Na hora de ir para a mina, as moças levantavam-se de madrugada e lavavam os rostos em pequenas bacias de alumínio ou em gamelas. Faziam o café, colocavam-no em uma garrafa de vidro, repartiam o pão, e saíam pela vila, passando de casa em casa e chamando suas colegas de trabalho. “Nós passávamos uma na casa da outra, levávamos café numa garrafa de vidro, às vezes esquentávamos e às vezes tomávamos frio”, lembra Antonia.⁵¹

Aqueles que ficavam no aconchego de suas camas ouviam as vozes de fala fina dos grupos de mulheres que iam passando e toda a vila já sabia que eram as escolhedeiras. Luzia, que não trabalhou na mina mas foi “almoceira” (levava almoço para seu pai e outros

⁴⁹ Alice Otília Antunes Cardoso, branca, 63 anos. Trabalhou na CBCA na década de 40. Entrevista realizada em 24/04/96.

⁵⁰ Zola, E. Op.cit., p.21.

mineiros), lembra do tempo que as escolhedeiras passavam de madrugada na frente de sua casa: “era aquela bagunça.”⁵²

Chegando na mina, a escolhedeira posicionava-se na mesa, ajeitava sua padiola, pegava sua “picaretinha” e iniciava uma jornada mínima de 8 horas de trabalho, com uma hora de intervalo para o almoço. Até 1949, trabalhava-se de segunda a sábado, sem direito ao repouso semanal remunerado e sem o pagamento dos dias feriados⁵³. Quem trabalhava assiduamente durante um ano tinha direito a 15 dias de férias.

Durante o trabalho, não raro o manuseio da picareta de mão provocava acidentes nos olhos, pois quando batia-se a picareta contra as pedras que vinham associadas ao carvão, estilhaços projetavam-se na direção do rosto, atingindo, muitas vezes, os olhos desprotegidos. Machucava-se também os pés, pois muitas trabalhavam descalças ou com simples tamancos de madeira. As principais doenças e acidentes de trabalho das escolhedeiras eram a “lombalgia”, ferimentos nas mãos, nos pés, nas pernas e contusão ocular. A “lombalgia”, que também afetava os homens das minas, era um problema de coluna resultante do grande esforço físico. Este tipo de problema, muito comum entre as “escolhedeiras”, sugere que estas trabalhadoras estavam sujeitas a serviços que despendiam esforços físicos mais pesados do que se imaginava. O médico sanitarista Francisco de Paula Boa Nova Junior, que trabalhou no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, setor Criciúma, de 1944 a 1952, salienta que a escolha era um:

(...) serviço que, não requerendo esforço físico exagerado, apresenta apenas o risco frequente dos ferimentos a que estão sujeitas essas mulheres, nos pés e no torço inferior das pernas, devido a que, trabalhando a maioria descalça, ao pisarem nos pequenos

⁵¹ Antonia Martins Cunha, negra, 63 anos, irmã de Zulma Martins Crispim. Trabalhou na Soc. Carb. Próspera na década de 50. Entrevista concedida em maio/96.

⁵² Luzia da Silva, branca. Entrevista concedida em 06/02/96.

⁵³ Decreto n. 27048, de 12/08/49 aprova o regulamento da Lei n. 605, de 05/01/49, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salários nos dias feriados civis e religiosos.

montes de carvão ou material refugado que jazem em derredor dos locais de trabalho, se ferem e se cortam constantemente.⁵⁴

Pelo visto, o olhar do médico sanitarista estava condicionado pelas diretrizes ideológicas da cultura masculina tradicional. Talvez por isso não tivesse tido tempo de observar que os acidentes de trabalho das “escolhedeiras” não estavam relacionados somente aos pés ou às pernas. Atentando para outros detalhes, no entanto, percebe-se que o olhar de Boa Nova estava direcionado para enxergar um determinado modelo de mulher. Ao diagnosticar o tipo de trabalho que as mulheres executavam, o referido “doutor” não teve dúvida de que o trabalho destas nas minas, mais precisamente na escolha, era um trabalho compatível com a natureza feminina, isto é, um serviço simples e leve:

(...) Exigindo o serviço de escolha pouco esforço físico (sendo maior o efetuado pelas ‘padioleiras’), parece mesmo ser tal serviço mais apropriado à mulher, pois, segundo Vernon, sendo a mulher menos afetada pela monotonia das operações industriais, para ela está mais indicado o trabalho leve, de repetição. Na mulher, a resistência ao trabalho excede a aptidão para o esforço momentâneo: ela é mais capaz quando executa trabalho que exige esforço moderado e repetitivo, ao invés de único e intenso.⁵⁵

Tudo indica que a noção de trabalho “leve” ou “pesado” também perpassa a definição dos papéis atribuídos à cada gênero, independentemente do esforço físico exigido para efetuar determinada tarefa. Neste caso, o que qualifica o trabalho “leve” é “quem o faz” e não necessariamente o esforço despendido. O que o define como “pesado” ou “leve” é o sexo de

⁵⁴ BOA NOVA JR., Francisco de Paula. Problemas médicos e sociais da indústria carbonífera sul catarinense. RJ: DNPM, Boletim n. 95, 1952. Este boletim contém 119 páginas e retrata o resultado de oito anos de trabalho de Boa Nova na região carbonífera de Criciúma. O autor fala das condições higiênicas e sanitárias da região carbonífera de Criciúma (principais doenças e epidemias), das condições de trabalho nas minas de carvão, do trabalho de menores e mulheres nas minas, dos acidentes de trabalho, das doenças ‘profissionais’, da alimentação do operariado, de parteiras, curandeiros, etc. Em que pesem as críticas feitas ao médico sanitarista, fica aqui o registro e reconhecimento de um importante documento que nos dá uma boa idéia das condições de vida e trabalho da classe operária mineira da década de 40.

⁵⁵ Idem.

quem realiza a tarefa. Esta foi uma das conclusões de Maria Ignez S. Paulilo, em O peso do trabalho leve.

Para Maria Paulilo, “são ‘leves’ as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil”, sendo a remuneração maior percebida por aquele que realiza o trabalho “pesado”, que por um “acaso” é a força de trabalho masculina.⁵⁶ Estes discursos nos remetem a um processo de constituição da identidade que enfatiza diferenças “naturais” entre os sexos. De certa forma, isso não seria um problema se a identidade não se constituísse de forma a justificar uma hierarquia.

Seguindo ainda pelos caminhos trilhados pelo médico Boa Nova, o principal motivo que levava os donos das minas a contratarem mulheres no lugar de homens para os serviços de escolha era a questão dos baixos salários a que elas se sujeitavam. Seus relatos sugerem que as mulheres, além de serem mais indicadas para os serviços leves e repetitivos, também eram mais submissas. Nesse sentido, Boa Nova (des)qualifica a força de trabalho feminina a partir de parâmetros biológicos.

Não resta dúvida de que os menores salários da mão-de-obra feminina empregada nas minas era um dos fatores atrativos principais para sua contratação. Mas creio que, neste caso, o estereótipo idealizado de uma natureza feminina possibilitou e legitimou a sustentação da hierarquia entre as duas forças de trabalho presentes nas minas. A escolha manual do carvão era considerada um trabalho “leve, simples e repetitivo”, um trabalho que exigia “visão” atenta e minuciosa. Pois o serviço de seleção e classificação reclamava “olhar aguçado” e “mãos ágeis”. Uma função, portanto, “perfeitamente compatível” com a “natureza feminina” e

⁵⁶ PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. In: *Ciência Hoje*. Vol. 5, No. 28, jan/fev/1987. Analisando o trabalho de mulheres e crianças no sertão da Paraíba, sul de Santa Catarina e região de Araçatuba (SP), a autora percebeu que “o peso do trabalho leve” variava de região para região, ocorrendo casos em que aquilo que se considerava “leve” em uma região era considerado “pesado” na outra.

contrária à masculina. Nos dizeres da ex-escolhedeira Catarina, a escolha “era um servicinho mais leve, era tudo escolhido, sei lá... parece que a mulher tem mais paciência de escolher o carvão, será que não?”⁵⁷

Segundo Maria Célia Paoli, “apesar de serem tão produtivas quanto os trabalhadores, as operárias são valorizadas pelas suas qualidades femininas, isto é, desvalorizadas”.⁵⁸ Eva Blay, afirma também que “quando o trabalhador é uma mulher, o que a define socialmente não é, em primeiro lugar, seu trabalho, mas sua condição de sexo”.⁵⁹ Joan Scott afirma que a categoria do “trabalho feminino” efetivou-se tanto nos Estados Unidos como na Europa do século XIX. Segundo Scott, os empregadores definiam os empregos a partir das características “inerentes” a cada sexo, diferenciando “naturalmente” o salário para ambos. Assim, por exemplo, “as tarefas que requeriam dedos delicados e ágeis, paciência e perseverança, eram consideradas femininas, enquanto força muscular, velocidade e habilidade significavam masculinidade (...)”⁶⁰. Mas nem sempre tais descrições se configuravam na prática, comenta. Até porque as estratégias de redução dos custos de trabalho, com possibilidade de ampliar ou manter os lucros, levava muitos empregadores a contratar mulheres sem seguir à risca a idéia da suposta “fragilidade natural” destas.

Em resumo, imaginava-se que o trabalho de escolha fosse tipicamente um trabalho para mulheres. Deste ponto de vista, Boa Nova foi preciso. Talvez por isso, as mulheres com quem conversei falem da escolha com tanta espontaneidade e algumas até acentuem o orgulho que

⁵⁷ Catarina Zanette Naspoline. Entrevista citada.

⁵⁸ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). Cultura & identidade operária. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987. p.79.

⁵⁹ BLAY, Eva Alterman. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978, p.41.

⁶⁰ SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. Tradução de Cláudia Gonçalves. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. História das mulheres: o século XIX. São Paulo: Edições Afrontamentos/ Ebradil, v.4, 1991. p.472.

sentiam em trabalhar na escolha. Ilda da Rosa Vicente, que afirmou nunca ter tido vergonha de trabalhar na mina, disse, no entanto, que sentiu vergonha ao trabalhar de “pipoqueira”, depois de casada. Ou ainda o caso de Zeferino, que não se sentia à vontade no tempo em que trabalhava na escolha:

(...) eu tinha vergonha de trabalhar na escolha. - por quê? Porque eu não gostava de trabalhar no meio daquela gurizada e no meio do mulherio. Eu gostava de trabalhar junto com os homens, porque lá a gente conversava de tudo, caçoava, brincava... E já com as mulheres a gente tinha que ter mais respeito (...) ⁶¹

Muitos dos rapazes que ainda não tinham idade para trabalhar no subsolo das minas, trabalhavam na escolha. Não necessariamente escolhendo o carvão, mas realizando outras tarefas que faziam parte dos trabalhos de escolha, tais como: colocar o carvão bruto nas mesas, peneirar, etc. Não existiam “escolhedeiros”. A escolha era considerada, realmente, um serviço para mulheres. Provavelmente por isso, Zeferino não ficava à vontade no pouco tempo que esteve neste espaço de trabalho.

Em relação ao “respeito” suscitado por Zeferino, tudo leva a crer que as relações de trabalho no espaço das minas estavam permeadas por um código de valores. Até porque havia mulheres casadas e as solteiras eram filhas de mineiros que também trabalhavam na mina. Isso não quer dizer que não houvesse, por parte dos jovens trabalhadores, formas populares de chamar a atenção das moças. Mas pelo que pude constatar, havia realmente uma preocupação em manter um certo “respeito” com as trabalhadoras.

No processo de formação destas trabalhadoras, a diferenciação se dava não somente por sua identidade de “escolhedeiras”. Aconteciam também rivalidades, tanto entre as companheiras de trabalho, quanto com trabalhadoras de outras empresas:

(...) nós cantávamos, nós brigávamos... Tinha uma turma lá da Mina do Mato que não se enquadrava com a daqui...Eu era muito ruim, eu era brava, era teimosa que só vendo...Então a turminha daqui mandava recado para aquelas da Mina do Mato e eu dizia, era a mais nova da escolha e dizia. Aí um dia a falecida Colônia e a falecida Chiquinha encontraram o meu cunhado ali na volta do eucalipto e disseram para ele o seguinte: - senhor Dionísio, você avisa a Alice que o dia que nós pegarmos ela sozinha, ela vai apanhar uma surra...⁶²

Na volta do trabalho na mina, outras tarefas aguardavam-nas em casa. Durante o trabalho, a fina poeira de carvão, além de “encarunchar” as roupas, encrostava-se na pele do corpo. Lavar a roupa suja de carvão exigia esforço e técnicas peculiares que, para muitos homens, não passavam de mais “um simples serviço de mulher”. Geralmente as mães e filhas que ficavam em casa incumbiam-se de lavar as roupas da família. Mas em muitos casos eram as próprias “escolhedeiras” que lavavam suas roupas, as do pai e dos irmãos.⁶³

No final da jornada regular de trabalho, algumas mulheres ficavam na “ponta da pedra”(loais onde se depositavam as pedras e outros materiais extraídos do subsolo) catando o carvão que havia sido descartado do processo de separação, a fim de ganhar um “extra.” Além das mulheres, crianças também participavam deste tipo de trabalho informal. Para as famílias mais necessitadas, os ganhos propiciados pelo trabalho na “ponta da pedra” representava um rendimento que podia satisfazer suas necessidade básicas. Para algumas “escolhedeiras”, era mais um “dinheirinho” que podia ser usado na compra do enxoval.

Na época em questão, o carvão tinha um valor de compra e venda garantido. Por isso, as famílias “estimulavam” suas crianças (meninos e meninas) a “catarem” carvão na “ponta da

⁶¹ Zeferino da Silva, branco, 81 anos. Casado com Cezarina dos Santos Silva. Segundo sua carteira profissional, trabalhou no subsolo da Soc. Carb. Criciúma de 1935 a 1938 e na Soc. Carb. Próspera de 1939 a 1945. Entrevista realizada em 28/05/96.

⁶² Alice Otília Antunes Cardoso, entrevista citada.

⁶³ O trabalho das mulheres no espaço doméstico e nas vilas operárias será analisado no próximo capítulo, mas fica claro desde já que na divisão de tarefas definida pelas famílias mineiras, os afazeres domésticos, independentemente do trabalho das mulheres nas minas, também ficavam sob sua responsabilidade.

pedra”. A partir desta prática de coleta de carvão, que, aliás, disseminou-se por todas as minas, emergiram práticas de solidariedade de classe entre as famílias mineiras. Entre os trabalhadores do subsolo das minas e as mulheres e crianças da ponta da pedra havia certas cumplicidades que, de alguma forma, resultavam na ampliação dos rendimentos das famílias. Os mineiros colocavam carvão escondido dentro das vagonetas que transportavam as pedras que eram descartadas no processo de escolha. Osmar Madeira, por exemplo, lembra-se que na sua infância, quando trabalhava na “ponta de pedra”, havia mineiros que davam um jeito de esconder carvão no fundo das vagonetas que traziam o rejeito (pedra e outros materiais) do subsolo das minas. Estas vagonetas eram descarregadas na “ponta de pedra”. Independentemente de ter ou não um membro familiar à espera do “carvãozinho” sorrateiramente despachado, Osmar lembra que esta prática acontecia com frequência.⁶⁴ Assim, ao carvão descartado junto com o rejeito, que constituía as perdas naturais do processo de extração, acrescentava-se o “carvãozinho” escondido pelos mineiros.

Parece que muitas famílias encontraram na solidariedade de classe formas improvisadas para superar as dificuldades econômicas decorrentes dos baixos salários pagos pelos mineradores. Tudo indica que o sistema de controle e disciplina das minas era constantemente vencido pela astúcia dos trabalhadores/as. Provavelmente, as estratégias dos trabalhadores/as eram favorecidas pela inexperiência dos proprietários, pois estes estavam na fase inicial de aprendizagem dos dispositivos de controle e disciplina de uma mão-de-obra considerada “preguiçosa” e “indisciplinada”. De qualquer forma, parece correta a observação de Perrot,

⁶⁴ Osmar Madeira Carola, branco, 54 anos. Trabalhou no subsolo da Cia. Carb. Metropolitana 15 anos e aposentou-se. Filho de Julia Madeira Carola (entrevista citada), começou a trabalhar na mina, juntamente com a mãe, aos 11 anos. Neste tempo, início dos anos 50, seu pai já havia rompido os laços familiares e constituído outra família.

quando diz que “nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra”.⁶⁵

1.2. Meninas com braços e pernas de insetos

(...) Quando a deixaram, a meninazinha começou a empurrar novamente o carro, prostrada, cheia de lama, retesando seus braços e pernas de inseto, igual a uma formiga preta em luta com um fardo demasiado pesado.⁶⁶

O trabalho de homens e mulheres nas minas de carvão de Criciúma e região começava antes dos 14 anos de idade e em muitos casos antes dos 10. A constituição e a proliferação de uma consciência política contra o trabalho de menores desde o século passado, que deu origem a um código de leis de proteção, regulamentando o trabalho destes, pouco modificou a utilização de mão-de-obra infantil na região carbonífera de Santa Catarina no período em questão. Muitas mulheres, assim como os homens, iniciavam suas vidas de trabalhadoras assalariadas ainda na fase infantil. Pelos registros das companhias mineradoras e pelas entrevistas realizadas, percebe-se que muitas crianças iniciavam uma vida de “pequeno/a trabalhador/a” bem antes dos 10 anos de idade. Osmar, por exemplo, lembra que “em casa eu era o mais velho, então quando eu tinha uns 5 anos, parecia que eu já era adulto; pela crise em

⁶⁵ PERROT, M, 1988. Op.cit., p.55.

⁶⁶ ZOLA, E. Op. cit. p.61.

que nós vivíamos, com 5 anos eu já me sentia adulto... Quando meus irmãos morreram, era eu que tinha que consolar a mãe.”⁶⁷

Por mais que esta realidade possa causar estranheza e indignação, o trabalho “premature” de crianças nas minas, fábricas, indústrias, agricultura, etc, não é um fato novo. A infância ou o sentimento em relação a ela também têm uma história, como nos lembra Philippe Ariès. A utilização de filhos/as menores pelas famílias como mão-de-obra complementar, fato fartamente evidenciado em séculos passados, também fazia parte das estratégias de sobrevivência praticadas pelas famílias mineiras da região carbonífera catarinense. Ao comentar esta questão em relação à sua pesquisa, Ariès afirma que “não nos devemos surpreender diante dessa insensibilidade, pois ela era absolutamente natural nas condições demográficas da época”.⁶⁸

As condições de vida das trabalhadoras da região carbonífera de Santa Catarina não eram tão diferentes das dos homens e, em certos casos, a qualificação da pequena trabalhadora começava ainda mais cedo, pois era justamente na fase infantil que elas passavam a assumir os trabalhos domésticos, independentemente da existência ou não de pai e mãe. Fora de casa, percebe-se, pelas fontes pesquisadas, que suas trajetórias como trabalhadoras das minas iniciavam-se antes dos 12 ou 13 anos de idade. Acompanhando a mãe, o pai ou irmãos/ãs na condição de pequenas “ajudantes”, muitas aprendiam as “mazelas” do cotidiano de trabalho antes mesmo da idade considerada mínima para obter o “passaporte legal” para penetrar no mundo das minas.

⁶⁷ Osmar Madeira Carola, entrevista citada.

⁶⁸ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. RJ: Ed. Guanabara, 2a.edição, 1981, p.57. Segundo Ariès, a descoberta da infância começou no século XIII e sua evolução percorreu os séculos XV e XVI. “Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do final do século XVI e durante o século XVII” (p.65). Esta sensibilidade moderna acerca do sentimento da infância também está nitidamente expressa nos escritos de Marx, Engels e Zola.

Iracema, tal como diversas outras mulheres do seu tempo, começou a trabalhar na mina com sua mãe quando ainda tinha 11 anos de idade. Enquanto seu pai fazia seus serviços de empreitada, abrindo valas e poços de ventilação, entre outras coisas, Iracema e sua mãe trabalhavam na mina. Segundo suas lembranças, “na mina eu escolhia carvão e minha mãe também escolhia carvão. Comecei a trabalhar com minha mãe; o meu pai abrindo valo, fazendo poço e eu na mina junto com minha mãe, escolhendo carvão (...)”⁶⁹ Provavelmente, a mãe de Iracema era uma das muitas mulheres que levavam suas crianças para ajudar na jornada regular de trabalho, uma vez que recebiam por empreitada.

Iracema foi admitida pela Cia Carbonífera Metropolitana, com carteira assinada, em 1950, com 17 anos de idade. De acordo com o registro de “fichamento” de sua mãe, encontrado nos arquivos da mesma empresa, ela trabalhou naquela companhia de 1943 a 1945. Em 1943 Iracema tinha 10 anos, o que nos faz pensar que sua memória e seu relato estão corretos.

Em algumas minas era tão comum o trabalho de meninas de 10 a 12 anos (talvez menos) que as companhias faziam padiolas de menor tamanho para as “meninas-escolhedeiras”. “Havia padiolas de tostão e padiolas de 200 réis”, afirmou, em tom de brincadeira, Catarina, uma das “escolhedeiras” entrevistadas. Alice, que também participava da conversa, conta como começou sua vida na mina:

(...) Naquele tempo eu tinha 10 anos. Aí, aqui eu trabalhei de empregada na dona Armanda, na dona Carmélia...Depois o falecido Arquimedes arrumou um serviço na escolha pra mim. Chegando lá eu era muito magrinha, miudinha e não podia com as padiolas - nem com esta de tostão eu podia, Catarina. Aí eu trabalhei de escolhedeira, de fiscal e até de diarista, colocando o carvão em cima da mesa.⁷⁰

⁶⁹ Iracema Stefani Jorge. Entrevista citada.

⁷⁰ Catarina Zanette Naspoline e Alice Otília Antunes Cardoso, entrevistas citadas. Ambas trabalharam na CBCA na década de 40. Entrevista realizada em 24/04/96.

Um dos primeiros contatos das crianças com o espaço das minas dava-se quando levavam almoço para seus pais, irmãos/ãs, parentes, vizinhos ou pensionistas. Nas minas não existia nenhum local apropriado para refeições, nem mesmo um “barraco” com uma mesa e um fogão à lenha. No intervalo para almoço, os/as trabalhadores/as que moravam perto da mina vinham almoçar em casa. Mas aqueles/as que moravam mais longe recebiam sua “marmita” de comida na mina. Geralmente, estas marmitas eram levadas pelos/as chamados/as “almoceiros/as” que, na maioria das vezes, eram crianças (filhos, parentes, vizinhos e crianças abandonadas). As que praticavam esta atividade como forma de subsistência ou complemento do orçamento familiar transportavam as “marmitas” em carros (feitos de madeira e rodas) construídos por elas mesmas ou por seus pais. Havia crianças que ganhavam bons trocados levando almoço para os mineiros que moravam em pensões. Outras, mais astutas, comiam pequenas porções de cada “marmita”, sem deixar pistas. Este era um dos trabalhos infantis que ensinava, desde cedo, o duro cotidiano das minas. Erotides Caetano de Oliveira, por exemplo, foi “almoceira” antes de tornar-se “escolhedeira”. Tal como diversas mulheres do seu tempo, Erotides trabalhou em diversas minas. Aos 10 anos, sua vocação de “escolhedeira” já se insinuava:

(...) eu entrei levando almoço, levava almoço para os irmãos. Naquele tempo, a maioria não era fichado. Eu levava almoço e depois ficava trabalhando na escolha. Então, o Pedro Benedette, quando me via trabalhando, me trazia até o armazém e dizia: - olha! tu vai embora porque tu é muito nova para trabalhar na escolha. E quando ele entrava no armazém, eu voltava para escolha de novo...⁷¹

As vilas operárias mineiras localizavam-se em torno das minas. Neste tempo, as áreas de mineração eram cercadas e o fluxo de pessoas e animais em torno era comum. Na superfícies

das minas, era comum ver crianças brincando. As próprias mulheres casadas que trabalhavam na escolha levavam seus filhos menores. Algumas delas, principalmente as que ganhavam por empreitada, levavam suas crianças para ajudá-las durante a jornada de trabalho. Mas havia mulheres que levavam suas crianças simplesmente porque não tinham com quem deixá-las. Outras crianças simplesmente brincavam porque não existia separação entre suas casas e as minas. De qualquer forma, quando as mulheres, assim como os homens, iniciavam “oficialmente” seu trabalho nas minas, já estavam familiarizadas com o ambiente de trabalho.⁷²

Os depoimentos e registros nos arquivos das companhias mineradoras nos mostram um período incipiente de industrialização das minas, uma fase permeada pela busca de organização, racionalidade e disciplina de um lado, e estratégias de resistência do outro. Lembrando uma outra afirmação de Perrot, a instauração da sociedade industrial “supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas”.⁷³ Neste sentido, parece que os dispositivos de controle e disciplina dos proprietários das minas de Santa Catarina ainda encontravam-se em sua fase primária, daí a significativa autonomia das trabalhadoras/es. Terezinha Volpato analisa esse período enfatizando que ainda não existia uma rígida organização disciplinar. O ritmo e o controle do trabalho nas minas nesta época era, até certo ponto, “imprimido pelo próprio trabalhador, cuja prática era uma continuidade do regime de trabalho agrícola e pesqueiro”, afirma Volpato.⁷⁴

A idade mínima estabelecida “oficiosamente” pelos donos de minas para trabalhar na superfície das minas era 14 anos. E a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em

⁷¹ Erotides Caetano de Oliveira. Entrevista citada.

⁷² Neste período, os donos das minas ainda não tinham a prática de cercar suas propriedades. Ainda não havia sido instalada a conhecida placa com os dizeres: “Proibida a entrada de pessoas estranhas no pátio desta empresa”.

⁷³ PERROT, M, 1988. Op.cit., p.53.

1o. de Maio de 1943, definia como “menor”, o trabalhador de 12 a 18 anos de idade; proibia em qualquer situação o trabalho de menores de 12 anos e, aos menores de 12 a 14 anos era permitido o trabalho desde que assegurada a frequência escolar e somente em locais com “serviços de natureza leve” que não fossem nocivos à saúde e ao desenvolvimento normal do menor. A mesma CLT, proibia terminantemente o trabalho de menores (12 a 18 anos) em locais e serviços perigosos ou insalubres, ou ainda em locais que pudessem prejudicar sua moralidade.⁷⁵

Tudo isso, no entanto, não passou de letra morta. As fontes demonstram que o número de menores trabalhando nas minas em condições irregulares ou ilegais era bem acentuado. Aliás, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o próprio governo acabou estimulando legalmente o trabalho de menores nas minas, uma prática já existente desde que apareceram as primeiras minas no início deste século. Em dezembro de 1944, através de decreto federal, o governo baixou de 21 para 18 anos a idade mínima para o trabalho nos subsolos das minas e de 18 para 16 anos o trabalho na superfície.⁷⁶ O referido decreto estabelecia as idades mínimas perante as necessidades geradas pelo “estado de guerra”. Finda a guerra, o decreto foi revogado. No entanto, o trabalho de menores nas minas continuou como de costume.

Na Europa do século XIX, tanto Marx, como Engels e Zola, relatam que as minas estavam repletas de crianças, uma realidade que provavelmente já vinha acontecendo desde o

⁷⁴ VOLPATO, Terezinha G. Os trabalhadores do carvão - A vida e a luta dos mineiros de Criciúma. São Paulo: USP, 1989. Tese de Doutorado (em Sociologia) - Universidade de São Paulo. p.157-158.

⁷⁵ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT). Decreto-Lei No. 5.452 de 1o. de Maio de 1943. Artigos 402 à 405. Proibia-se também o trabalho de mulheres e menores de 21 anos nos subsolos das minas. Quanto às mulheres, tudo indica, pelo menos neste período, que a Lei foi cumprida, mas quanto aos menores de 21 anos, ficou letra morta.

⁷⁶ Decreto-Lei N. 7.211, art.1 e 2 de 29/12/1944. De acordo com o artigo 2o. deste Decreto, era permitido aos maiores de 16 anos, filhos de mineiros que já tinham completado o curso primário, o trabalho em serviços auxiliares, mas somente durante o dia e na superfície da mina. E o artigo 1o, dizia que para o trabalho no subsolo a partir dos 18 anos, deveria levar em consideração a “robustez física” dos trabalhadores.

início da Revolução Industrial. Citando o censo de 1861, Marx afirma que, na Inglaterra e País de Gales, o número de trabalhadores empregados nas minas de carvão era de 246.613, dos quais 73.546 eram menores e 173.067 maiores de 20 anos⁷⁷. A narrativa sempre indignada destes autores em relação ao trabalho de crianças nas indústrias, minas ou em outros tipos de trabalho, sugere que a sensibilidade moderna, no que diz respeito à infância, já fazia parte da consciência política da população.

Na região carbonífera catarinense, a sensibilidade moderna em relação ao trabalho de crianças, sobretudo nas minas, acentuou-se na década de 50 deste século. Talvez a presença de crianças trabalhando nas minas de Criciúma não tivesse provocado indignação de setores da sociedade, se as condições de trabalho fossem relativamente aceitáveis para os padrões humanos. Mas esta não era a situação nas minas de carvão do sul de Santa Catarina. Certamente, não era considerada tão grave para aqueles que estavam envolvidos com a exploração do trabalho nas minas. Porém, para os visitantes e viajantes de outros centros, ditos mais civilizados, que por esta região passavam, as condições de trabalho, sobretudo as dos menores, eram incompatíveis com a vida humana. Mas esta “insensibilidade” em relação ao trabalho das crianças nas minas não era uma prática exclusiva dos proprietários. As famílias mineiras tinham outra concepção acerca do significado da infância. Havia convivência e incentivo em relação à proletarianização de seus filhos. Para estas famílias, o trabalho dos filhos representava um acréscimo substancial na renda familiar, o que podia significar, muitas vezes, ultrapassar a fronteira famigerada da fome. Além disso, as próprias concepções sobre a “imaturidade” e a necessidade de disciplina para o trabalho, como evidenciou Paoli em sua

⁷⁷ MARX, Karl. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. RJ: Bertrand Brasil S.A. Vol.1, 1988, p. 508. Segundo Marx, dos 73.546 menores que trabalhavam nas minas de carvão, havia 835 de 5 a 10 anos, 30.701 de 10 a 15 anos e 42.010 de 15 a 19 anos.

pesquisa⁷⁸, justificava o fato de encaminharem os filhos para o trabalho (neste caso, para as minas) desde os 10 anos de idade.

De qualquer forma, o trabalho de crianças nas minas da “Metrópole do Carvão” e nas cidades vizinhas continuava a fomentar constantes discussões e indignações. Enquanto alguns proprietários tornavam-se “reis” do carvão, a cidade ganhava notoriedade nacional pelo elevado índice de mortalidade infantil. Para solucionar ou pelo menos conter a “ganância selvagem” de certos empreendedores da mineração, alguns, inclusive, cidadãos do Rio de Janeiro, criou-se em 1957 uma Comissão Parlamentar de Inquérito para “apurar denúncias feitas por jornais da capital da República quanto às condições de trabalho nas minas de carvão de Santa Catarina.” Um de seus propósitos era averiguar “a existência, na zona carvoeira, de menores trabalhando em serviços insalubres.” Segundo as conclusões finais da CPI, as condições de trabalho nas superfícies das minas eram tão ruins que não foi preciso averiguar mais detidamente as condições nos subsolos:

(...) No transcurso da nossa visita, que se prolongou por vinte dias, tivemos ocasião de visitar 11 Cias. Mineradoras, vários poços e dezenas de ‘embarcações’. São tão precárias as condições de superfície que não nos aprofundamos em estudar as questões do subsolo, muito embora.... alguns poços devam ser fechados imediatamente. Existem minas, como a Monte Negro, onde a mineração é incompatível com a vida humana.⁷⁹

Entre as diversas minas existentes neste período, as empreiteiras -que, aliás, existiam muito antes da legislação que vigorava na década de 50- eram aquelas que apresentavam as piores condições de trabalho. Se as grandes companhias não cumpriam a maior parte da legislação social do trabalho, muito menos as empreiteiras. Além das condições desumanas de

⁷⁸ PAOLI, M. C. Op. cit., p.82.

⁷⁹ BRASIL. CONGRESSO NACIONAL: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as condições de trabalho nas minas de carvão de Santa Catarina. Resolução n. 186, de 1959. Conclusões da CPI sobre as minas de carvão de Santa Catarina. Na Cia Monte Negro, a escolha do carvão por “escolhedeiras” foi feita até 1964.

trabalho, seus/as trabalhadores/as percebiam menores salários. Por isso, o sindicato dos trabalhadores passou a combater as empreiteiras, exigindo que fossem extintas.⁸⁰ Na ocasião em que os membros da CPI estiveram na região carbonífera de Santa Catarina, as minas que estavam nas mãos de empreiteiros também foram alvo de fiscalização. Pelo que viram, podemos ter uma idéia das condições de trabalho a que os/as mineiros/as estavam sujeitos:

(...) Quando percorremos as minas da região de Santa Catarina, ao nos aproximarmos da mineração, os operários acorriam a fim de fazer suas queixas. Em Lauro Muller, numa das minas, ao invés de virem ao encontro da Comissão, os operários fugiam espavoridos para os matos próximos, quando nos aproximávamos. Dentro em pouco, o fato se esclareceu: trabalhavam nesta mina, sob empreitada, doentes, aposentados, tuberculosos e até acidentados em tratamento! Chamavam-na na região, a **Mina dos Cadáveres!** [grifo meu] Sua existência retrata todos os problemas da região, desde o pauperismo, até a falta de cumprimento da legislação social e das leis de higiene do trabalho.⁸¹

Como era de se esperar, os membros da CPI não foram bem recebidos pelos proprietários das minas da região carbonífera de Santa Catarina. A imprensa local, afinada com os interesses “patrióticos” dos mineradores, também manifestou seu descontentamento. De forma geral, optou por não veicular detalhes do processo de investigação. Mas não se conteve diante das “falações” do Presidente da CPI, o deputado catarinense Elias Adaime, do PSD, que dirigiu as investigações e inquéritos e emitiu publicamente suas opiniões. Segundo o jornal local da “metrópole do carvão”,

⁸⁰ Em 1944 os mineiros criaram a Associação dos Trabalhadores da Indústria do Carvão. Em 1946, esta entidade foi transformada em sindicato. Nos primeiros 10 anos de existência, as ações sindicais configuraram-se por políticas assistencialistas visando construir uma “harmonia” entre capital e trabalho, tal como os mineradores e o Ministério do Trabalho desejavam. As direções que controlavam o sindicato neste período também implantaram uma forte política anti-comunista. Na Ata n.77 de 11/05/47, por exemplo, consta o relato de um telegrama enviado ao presidente da República, “hipotecando solidariedade e congratulando-se com o fechamento do Partido Comunista do Brasil”. Pelo que consta na Ata n.90 de 25/10/47, outro telegrama foi remetido ao presidente da República e ao ministro do Trabalho, desta vez “hipotecando solidariedade sobre o rompimento de relações diplomáticas com a Rússia”.

⁸¹ Idem.

(...) O Sr. Adaimé deitou falação, ao pisar em nossa terra, fez a sua costumeira demagogia e bateu asas. À custa das verbas do Parlamento, viaja em excursão eleitoral. Amanhã ou depois, com 'imenso conhecimento de causa' apresentará o seu relatório à nação, que o receberá bocejando, cansada de assistir à mesma pantomina.⁸²

Se o jornal local estava longe de uma suposta neutralidade, os jornais da capital da República, responsáveis indiretamente pela constituição da CPI, também não estavam tomados por um repentino espírito humanitário. A CPI foi constituída num contexto de grandes mudanças no cenário político-econômico do país. Era a época do “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) -período da construção de Brasília e da “invasão” das multinacionais automobilísticas. Dos cinco setores considerados estratégicos pelo Plano, ao menos três interessavam diretamente à indústria carbonífera do país e particularmente à de Santa Catarina: a energia, o transporte e a indústria. Tudo indica que neste projeto de industrialização de 50 anos em 5, outras forças capitalistas também estavam no “páreo” e com muito mais poder de influência e fogo. Os mineradores de Santa Catarina sabiam disso, por isso viram a CPI como um “torpedo” direcionado precisamente para seus planos de industrialização. Para desarmá-lo, conclamaram a população catarinense a arregimentar suas forças. Fundaram a “Sociedade Amigos de Criciúma” no mesmo período de criação da CPI. Realizaram, novamente, mesas redondas para discutir a “grave” situação da indústria carbonífera e buscaram aliados políticos no Congresso Nacional.⁸³

⁸² *Tribuna Criciumense*. In: *A Comissão de Inquérito virou foguete teleguiado*. (26/08/1957). Fundado em 1955 como jornal semanário, apresentava-se como um veículo de comunicação sem vínculo partidário. A matéria em questão faz parte do editorial.

⁸³ Na *Tribuna Criciumense* de 03/06/1957 foi veiculada uma matéria com o título: “Fundada, nesta cidade, a Sociedade Amigos de Criciúma”. A reunião de fundação aconteceu no sindicato dos mineradores, com a presença destes, do prefeito, parlamentares e de todas as pessoas “verdadeiramente interessadas no engrandecimento de nossa terra”. Em 07/10/1957, neste mesmo jornal, encontra-se outra matéria com o título: “Mesa redonda, nesta cidade, para discutir a grave situação que atravessa a indústria carbonífera catarinense”.

Em matéria veiculada no mesmo semanário local, em setembro de 1957, aparece o discurso do senador carioca Alencastro Guimarães, que denunciava publicamente a “impatriótica campanha contra o carvão nacional” e a influência dos agentes internacionais na política econômica do país. Ainda segundo o jornal, o senador havia proferido um “oportuno discurso a respeito da insidiosa e pertinaz campanha que há vários anos vêm empreendendo, com êxito, os *trusts* monopolizadores, principalmente contra usinas termelétricas”. Continuando, o editorial do semanário enaltecia o discurso do “eminente e bravo parlamentar carioca” que já há algum tempo vinha debatendo com “energia e entusiasmo, esse problema de transcendental importância para Santa Catarina”. Denunciava a indiferença dos representantes da Câmara e do Senado diante da “criminosa ofensiva dos agentes internacionais que, não satisfeitos de auferirem imensos lucros com essa indústria”, queriam “estrangular a emancipação de nosso parque industrial, pelo boicote sistemático ao nosso carvão”.⁸⁴ Em outubro do mesmo ano, a Câmara Municipal de Criciúma enviou um telegrama ao “bravo parlamentar”, congratulando-o pelo grande esforço empreendido em defesa da indústria carbonífera catarinense.⁸⁵ Nesta luta, os mineradores não conseguiram deter ou modificar a política energética e tampouco a do transporte. Mas tiveram força suficiente para “engavetar” a CPI do carvão.

Voltando às questões do trabalho dos menores nas minas, temática, aliás, que fomentou parte desta discussão e a criação da CPI do carvão, o que se percebe é que, de um lado, havia os donos das minas, ávidos por obterem lucros fáceis com mão-de-obra barata. De outro, as famílias pobres que necessitavam de empregos, salários e moradias. Como praticamente não havia fiscalização, os patrões faziam “vista grossa” e as famílias forjavam as datas de

⁸⁴ Tribuna Criciumense. In: Grito de alerta do senador Alencastro Guimarães sobre a sorradeira e impatriótica campanha contra o carvão nacional. 30/09/1957.

nascimento de seus/as filhos/as. Diga-se ainda que, até a década de 40 e possivelmente até os anos 50, muitos/as mineiros/as trabalhavam sem carteira assinada e sem nenhum tipo de contrato empregatício; também sem certidão de nascimento.⁸⁶ Sobre esta questão, o médico do Departamento Nacional de Produção Mineral-setor Criciúma, Boa Nova Jr., ao analisar as condições de trabalho de menores na Indústria Carbonífera, relata em 1953, que apesar dos flagrantes e advertências com ameaças de severas punições para os infratores, o problema da exploração ilegal dos menores não havia sido resolvido. As constantes denúncias começaram a inibir os mineradores, mas mesmo assim,

devido ao grande número de operários das minas de Criciúma, que não estão legal e civilmente registrados, e ao fato de não lhes serem exigidos, quando admitidos ao serviço, documentos probatórios de suas idades, há ainda casos de burla aos dispositivos legais que regulam o assunto, merecendo ser apurados com o devido rigor, a fim de que os maléficos efeitos dos penosos e rudes trabalhos no subsolo sejam evitados aos menores, já pouco capaz fisicamente pelas crescentes dificuldades e apertos da vida atual.⁸⁷

Nos arquivos das companhias pesquisadas, há diversos casos de uma mesma trabalhadora possuir datas de nascimento diferentes. Percebe-se, inclusive, casos em que se modifica, para mais ou para menos, as datas de nascimento. Havia uma certa “restrição” quanto ao trabalho de menores e ao trabalho de mulheres casadas.⁸⁸ Por esta razão, as

⁸⁵ Tribuna Criciumense. In: Solidariedade da Câmara de Vereadores de Criciúma ao senador Alencastro Guimarães. 21/10/1957.

⁸⁶ Tudo leva a crer que as famílias que deslocaram-se para a região de Criciúma em busca de empregos nas minas não tinham os certificados de nascimento dos filhos. Vivendo em zonas agrícolas ou em regiões de pesca onde certamente não existia cartório de registro ou o mais próximo ficava a dezenas ou centenas de quilômetros, obter um certificado de nascimento não era tarefa fácil. E mesmo onde havia condições para obter tal registro, é possível que, em virtude de suas condições de vida e trabalho, tal documento não representasse uma necessidade.

⁸⁷ BOA NOVA Jr. F. de P. Op. cit. p.59. Boa Nova defendia também que fossem rigorosamente proibidos para os menores de 18 anos, os trabalhos de “natureza pesada” que se praticavam nas superfícies das minas.

⁸⁸ Provavelmente foi em função da “Proteção do trabalho da mulher” assegurados pela CLT a partir de 1943, que levou os mineradores a optarem por um determinado perfil da força de trabalho de forma a ficarem enquadrados dentro da Lei. Assim por exemplo, as condições legais exigidas para a “Proteção à Maternidade”, fazia com que os mineradores contratassem preferencialmente mulheres

trabalhadoras procuravam modificar suas datas de nascimento, enquadrando-as na faixa dos 14 aos 20 anos. Uma prática bastante comum entre as famílias que almejavam “encaixar” seus/as filhos/as nas companhias, pois “naquele tempo podia-se botar mais a idade né”, comenta Geni, uma das “escolhedeiras” entrevistadas.⁸⁹

Maria Quintino de Bem, por exemplo, trabalhou na Cia Próspera de janeiro de 1944 a outubro de 1945, sendo que neste último mês foi transferida para a caixa mecânica. Tinha 19 anos, era solteira e em sua ficha consta que nasceu em 02/01/25. Mas quando foi trabalhar na CSN de Siderópolis, em setembro de 1946, forjou outra data de nascimento, afirmando ao responsável pela contratação, um dos empregados do escritório da companhia, que tinha nascido em 10/09/27. Passados dois anos desde que tinha sido contratada pela Cia Próspera, Maria Quintino continuava com 19 anos.⁹⁰

Os casos citados acima não são exceções. Pelos arquivos de cada companhia percebe-se dezenas de situações semelhantes. Dois anos antes de Maria Quintino ser admitida, a “escolhedeira” Maria Sebastiana de Sá já havia utilizado este estratagema nas mesmas empresas. Trabalhou na Cia Próspera de 1942 a setembro de 1943. De acordo com sua ficha de admissão, nasceu em 29/10/23 e tinha 19 anos quando foi “fichada” naquela companhia. Em agosto de 1945 foi trabalhar na CSN de Siderópolis. Sua ficha funcional demonstra que sofreu três acidentes: em setembro e dezembro de 1945, e mais um em março de 1946. Além disso, esteve de licença para tratamento de saúde por 6 dias em fevereiro de 1946, e por 5 dias

solteiras. Quando não havia outra opção, o jeito era burlar a Lei ou então criar outros mecanismo para ludibriá-la. Neste caso, por exemplo, enquanto a lei proibía o trabalho de mulheres (e **menores**) em atividades pesadas, perigosas ou insalubres, proliferavam discursos afirmando que os trabalhos de mulheres em suas minas, eram leves e realizados em ambientes que não causavam nenhum risco à saúde, até porque elas trabalhavam na superfície das minas.

⁸⁹ Geni Alexandre João, branca, 56 anos. Trabalhou na Mina de Luiz Pirola e na Mina de Pedro Rindo na década de 50. Segundo seu relato, sua mãe deu um “jeitinho” para modificar em 1 ou 2 anos sua idade. Entrevista concedida em 08/05/96.

⁹⁰ Ficha funcional de Maria Quintino. Soc. Carb. Próspera e CSN do município de Siderópolis.

em julho do mesmo ano. O mais incrível de sua história funcional é que em 1945, três anos depois da primeira admissão, Maria Sebastiana havia “rejuvenescido”, pois ainda não tinha completado 19 anos de idade. De acordo com os dados obtidos nos arquivos da CSN de Siderópolis, Maria Sebastiana havia nascido em 29/10/1926. Para completar sua trajetória, abandonou o serviço em 1946.⁹¹

Tudo indica que as “escolhedeiras” elevavam suas datas de nascimento para alcançar a idade mínima permitida para trabalhar na mina. Também elevava-se a idade para 18 anos ou mais em função de um salário maior. Além disso, é provável que tais práticas tenham sido mais recorrentes no momento em que a oferta de empregos para seus pais começara a diminuir. Possivelmente, em certos momentos era mais fácil conseguir emprego para menores, sobretudo na função de “escolhedeira”, do que para adultos.

No período em que Criciúma ganhou o título de “capital brasileira do carvão”, o contingente populacional cresceu aceleradamente, muito mais do que a indústria carbonífera. Passado o período de “emergência” provocado pela Grande Guerra, com o conseqüente “estancamento” do crescimento da indústria carbonífera catarinense em virtude do novo cenário econômico e político do pós-guerra, conseguir um emprego na mina já não era tão fácil. Não havendo mais empregos suficientes para absorver toda a mão-de-obra migrante, e as famílias não podendo mais retornarem ao modo de vida anterior, isto é, à vida da roça e da pesca, surgiram práticas especulativas que sempre afloram nos momentos de escassez, racionamento e miséria. Era nestes momentos que emergiam práticas parasitárias de comercializar empregos. As pessoas que detinham funções de prestígio nas companhias, como os capatazes, por exemplo, comercializavam vagas em troca de algum favor. Segundo Raimundo Verdiere, mineiro aposentado e ex-militante do Partido Comunista, “eles

⁹¹ Ficha funcional de Maria Sebastiana. Soc. Carb. Próspera e CSN de Siderópolis.

compravam vaga e às vezes o trabalhador (isto foi até proibido) oferecia um animal ou mesmo dinheiro para o encarregado, em troca de uma vaga na mina.”⁹²

Pode-se dizer que o capataz da mina era o braço direito dos proprietários ou, nos dizeres de Marx e Engels, era o “cão de guarda” destes. Não só seu salário era mais elevado, mas sua casa geralmente era mais ampla e de melhor qualidade. Todas as contratações passavam pelo seu crivo, bem como as advertências, multas e demissões. Neste período, um simples pedaço de papel manuscrito por um capataz era garantia de uma vaga na companhia.

Ao falar deste tipo de “cão de guarda” nas minas da Inglaterra do século XIX, Engels afirma que “de uma maneira geral, o capataz tem poder absoluto sobre o montante do salário; é ele que anota o trabalho fornecido e pode pagar o que quiser ao trabalhador”.⁹³ Na “capital brasileira do carvão” da década de 40, uma das representações que se fazia do capataz girava em torno do seu poder e prestígio. Elisa, por exemplo, recorda que:

(...) naquele tempo, mantinha-se muita distância para falar com um capataz. Meu Deus! Um capataz era um presidente da República, era um posto muito alto. Eles não moravam junto com os operários, moravam em casas diferentes. Quem trabalhava no escritório e quem fosse capataz tinha uma casa com bastante cômodo, tinha banheiro quente e frio.⁹⁴

Mas nem tudo era um “mar de rosas” na vida dos capatazes. Não eram todos que detinham estes privilégios ou que se comportavam como “cão de guarda”. Além disso, manter o prestígio de capataz representava um custo social elevado. O estigma de “puxa-saco” resultava muitas vezes em violência física, que acontecia na escuridão dos subsolos das minas ou nos bares da vila. Aqueles que moravam nas vilas operárias tinham que suportar os insultos

⁹² Raimundo Verdiere, branco, 73 anos. Trabalhou 34 anos na CBCA e 23 na CCU. Entrevista concedida em 29/05/96.

⁹³ ENGELS, F. Op. cit. p.283.

⁹⁴ Elisa de Oliveira, entrevista citada. Elisa se refere ao prestígio do capataz da Cia Próspera, que na época já pertencia à CSN.

frequentes a suas famílias. E nos momentos de tensões e greves, o confronto se dava entre trabalhadores e capatazes.

No final da década de 40 e início da de 50, a indústria carbonífera catarinense passou por mais uma crise e, conseqüentemente, a oferta de emprego diminuiu. Nestas circunstâncias, os mineradores não hesitaram em contratar mão-de-obra feminina, fundamentando-se na “ideologia da crise” e nas diferenças “naturais” entre os gêneros, para manter ou até ampliar seus lucros.⁹⁵ Por outro lado, o trabalho das mães, filhas e irmãs nas minas representava muitas vezes a garantia de sustento da família, uma vez que o pai ou esposo não tivera “sorte” de arrumar o emprego. E mesmo nos casos em que o pai e os filhos homens estivessem empregados, dependendo do número de filhos, a soma dos salários não era suficiente para a manutenção básica da família.

Do ponto de vista das famílias mineiras, o trabalho das mulheres nas minas tinha um papel importante no orçamento doméstico e em alguns casos era fundamental e único, embora fosse sempre considerado complementar. Do ponto de vista dos mineradores, a força de trabalho feminina representava a garantia de manutenção e continuidade das atividades da mineração, uma vez que podiam dispor assim de mão-de-obra amplamente disponível e a baixo custo. Em ambos os casos, mas por razões diferentes, a noção de complementaridade, sustentada na diferença biológica, justificava a hierarquia entre os gêneros.

Além da crise de empregos, muitas famílias perdiam prematuramente seus homens (pais, maridos, filhos) em acidentes fatais ou que os deixavam inválidos para o trabalho nas minas, sem contar o envelhecimento precoce, mais um fator de impedimento para a contratação, uma

⁹⁵ Por ideologia da crise, considero todo um conjunto de estratégias praticadas pelos mineradores para conseguir subsídios financeiros do Estado e ainda “convencer” os trabalhadores de suas dificuldades. Não quero afirmar com isso que a indústria carbonífera não tenha passado por crises econômicas. Pelo contrário, a instabilidade econômica acompanhou toda a história da mineração

vez que os proprietários necessitavam de uma força de trabalho jovem e saudável. Creio que na região carbonífera de Criciúma também cabe utilizar o provérbio popular citado por Engels: “Os carregadores já são velhos antes de terem sido novos”. Engels está se referindo ao envelhecimento precoce (28 ou 30 anos) dos carregadores, obrigados a transportar diariamente blocos pesados de carvão para colocá-los nas vagonetas. Este envelhecimento precoce, seguido na maioria das vezes de uma morte prematura, fazia com que os filhos assumissem ainda jovens a responsabilidade pelo sustento da família:

(...) É evidente que esse envelhecimento prematuro acarreta uma morte precoce e um sexagenário entre eles é uma verdadeira raridade. Mesmo no sul do Staffordshire, onde as minas têm melhores condições, poucos são os trabalhadores que chegam aos 50 anos. Dado que os trabalhadores envelhecem tão precocemente, podemos verificar, tal como nas fábricas, que frequentemente os pais estão desempregados e são alimentados pelos filhos, muitas vezes ainda muito jovens.⁹⁶

Na região carbonífera de Santa Catarina, no período pesquisado, também encontram-se diversas situações semelhantes. Mesmo nos casos em que o pai ainda constituía uma força ativa de trabalho, as famílias estimulavam o trabalho dos filhos menores. A história de Matilde nos dá uma idéia do valor que as famílias davam ao trabalho na mina. Ela começou na escolha antes dos 14 anos e, certamente, tal como outras meninas menores, não era “fichada”. Certo dia, a empresa fixou uma placa num dos locais de trabalho comunicando que quem não tivesse idade mínima de 14 anos deveria apresentar-se no escritório para acertar as contas. Matilde contou o fato a sua mãe e esta ficou preocupada. Para não perder o emprego, a moça foi até o cartório da cidade, registrou-se e conseguiu uma certidão com um ou dois anos mais do que realmente tinha. Ao contar sua peripécia à mãe e mostrar-lhe a certidão, lágrimas de felicidade

catarinense. Todavia, mesmo nos períodos de grande crescimento econômico e ganhos lucrativos, o discurso da crise emergia “naturalmente” .

⁹⁶ ENGELS, F. Op. cit. p.279.

tomaram conta de seu rosto⁹⁷. Exagero ou não, parece que esta prática era realmente recorrente nas décadas de 40 e 50 na região carbonífera. Raimundo Verdiere, mineiro aposentado que trabalhou cerca de 50 anos na mina, tendo começado junto com as “escolhedeiras”, afirma que muitas famílias ficavam contentes,

(...) porque o pai daquelas meninas que não tinham emprego em Criciúma, era só a escolha, ficava feliz quando conseguia encaixar a filha na mina. O mesmo acontecia com seu filho menor que conseguisse encaixar na mina, pois também ajudava a família neste sentido.⁹⁸

Ficava feliz também porque sabia que asseguraria um rendimento, por mais insuficiente que fosse. O trabalho das meninas era uma questão de sobrevivência durante o “estado de guerra” e mesmo antes disso. Na realidade, tratava-se de encaminhar as novas gerações para o trabalho, garantindo a sobrevivência atual e futura tanto dos pais quanto delas individualmente.

1.3 Imaginários da fragilidade e submissão versus poder, experiência e resistência

Muitas das representações que se fazem sobre o trabalho de mulheres fora do seu suposto habitat natural (o espaço doméstico) enfatizam imagens idealizadas de uma força de trabalho mais dócil e submissa. Contudo, no ambiente de trabalho das mulheres das minas de Santa Catarina, estas imagens e representações estereotipadas diluem-se facilmente na concretude das experiências vividas. Os registros das fichas funcionais das companhias, bem

⁹⁷ Matilde não existe, é apenas um nome fictício. Seu nome verdadeiro é outro. Atendi seu pedido de não mencioná-lo, pois ela ainda acredita que cometeu um ato “ilegal” e que pode ter problemas por isso.

como seus relatos de vida, demonstram que as mulheres das minas estavam muito além da docilidade, fragilidade e submissão propagadas pela “viseira adocicada” da visão masculina vigente. Elas transgrediam em casa, nas ruas e nas minas, muito mais do que muitos “doutores” imaginavam.

No cotidiano das minas há diversos casos de suspensões por desobediência, brigas e até mesmo por estarem brincando em horário de serviço. Àquelas que não realizavam as tarefas “direitinho”, registravam-se nas suas fichas, a marca de trabalhadoras “inconvenientes.” Além das suspensões, havia uma infinidade de pequenos acidentes de trabalho e muitas licenças para tratamento de saúde. É muito provável que o alto índice de atestados médicos e auxílios-doença solicitados por estas trabalhadoras tenha suas principais causas nas condições de trabalho e de moradia dos mineiros/as nas décadas de 40 e 50. Contudo, creio que muitas se utilizavam da condição de “mulher frágil” como uma das estratégias para ludibriar os “capatazes” das minas e os agentes do sistema de seguridade social da época. Vejamos, então, alguns casos de trabalhadoras consideradas “inconvenientes”.

Ana Marcelos trabalhou de dezembro de 1948 a fevereiro de 1952 como escolhedeira na Mineração Geral do Brasil (M.G.B.L) de Santana, município de Urussanga. Quando foi contratada por esta companhia, era solteira e tinha 16 anos, conforme as informações que prestou no ato de admissão. Neste período foi suspensa duas vezes. Em outubro de 1949 levou três dias de “gancho” (suspensão) por ter desacatado sua colega de trabalho, que provavelmente era a fiscal de escolha; e mais 3 dias em março de 1950, por desobediência ao encarregado da mina. Além disso, obteve atestado médico por 10 dias em outubro de 1950, 5

⁹⁸ Raimundo Verdiere, entrevista citada.

dias em março de 1951 devido a uma gripe que contraiu e finalmente mais 5 dias no mesmo mês de março do mesmo ano porque sua gripe não havia melhorado.⁹⁹

Em relação aos atestados médicos, é possível que Ana Marcelos tenha realmente ficado doente, mas também é possível que tenha se aproveitado da sua condição de “mulher frágil” para conseguir os atestados. É sempre bom lembrar que, além do trabalho nas minas, as mulheres, solteiras, casadas ou outras, tinham que assumir os afazeres domésticos e o cuidado das crianças, tarefas consideradas de exclusividade feminina. Por este motivo, nem sempre podiam comparecer regularmente ao trabalho. Nestes casos, procuravam então obter atestados médicos ou auxílios-doença para justificar a ausência ao trabalho.

Ana Maria Baima Cartaxo, em Estratégias de sobrevivência: a Previdência e o Serviço Social, mostra as estratégias das camadas pobres, permeadas por conformismo e resistência, para obter os benefícios da previdência. Entre as diversas estratégias, Ana Maria comenta a prática da “simulação da doença”, por meio da descrição enganosa e de atestados médicos. Segundo a autora, os médicos peritos afirmam que muitas pessoas que faziam “pressão e resistência” para conseguir o “benefício” ou permanecer nele não tinham problemas de saúde, e sim problemas sócio-econômicos.

Em relação às mulheres, Ana Maria observa que “quando elas se ausentam de casa para ir trabalhar, vêm-se obrigadas a pagar uma pessoa que cuide dos filhos; com o ‘auxílio-doença’, recebem uma quantia e podem ficar em casa com os filhos”.¹⁰⁰ As trabalhadoras das minas de Criciúma e região não tinham condições de pagar uma pessoa para cuidar dos filhos, mas as fichas funcionais das empresas onde trabalhavam indicam uma procura significativa pelo “auxílio-doença”. Tudo leva a crer que elas também praticavam a estratégia da

⁹⁹ Ficha funcional de Ana Marcelos. Mineração Geral do Brasil Ltda. (M.G.B.L), setor Santana (extinta). Arquivo da Cia Carbonífera de Urussanga(CCU).

“simulação” e da “representação”, isto é, aprenderam e desenvolveram ardis para conseguir os benefícios da “seguridade social” criada pelo Estado. Enfim, havia diversas práticas para garantir a sobrevivência.

Este tipo de estratégia recebeu um capítulo específico no relatório do médico Boa Nova. Sob o título de “mal jeitos”, o médico denuncia com veemência a prática “desavergonhada” dos “simuladores de acidentes”. Ele afirma, “sem receio de contestação, que 70 ou 80% dos chamados ‘mal jeitos’ verificados entre os operários das minas” não passavam de uma “desavergonhada simulação”. Boa Nova mostra que os operários se utilizavam desta estratégia porque era “uma larga porta aberta ao caminho da lei do menor esforço, da indolência, do ganho fácil e certo com o dispêndio de muito pouco trabalho”. Além disso, contavam com a ajuda de colegas de trabalho que serviam de testemunha e relatavam, inclusive, o “grito de dor” do companheiro. O sindicato, segundo o médico, também dava cobertura ao “simulador de acidente”. Finalmente, Boa Nova relata o caso, que teve oportunidade de testemunhar, de uma “cínica simulação” de “mal jeito” que foi completamente desmascarada por um outro médico seu colega.¹⁰¹

Neste jogo social praticado na “concretude do cotidiano”, nada melhor do que as observações de Michel Maffesoli. Segundo Maffesoli, os atores sociais não são, de modo algum, vítimas dos valores que praticam. Eles também jogam e vivem o jogo. A trama existencial é constituída pela teatralidade da vida e a mesma nos ensina que “a exploração, a alienação e a dominação são de certo modo impotentes para apreender a *astúcia* estrutural e corriqueira do jogo social”.¹⁰² Vale lembrar também mais uma observação de Michelle Perrot:

¹⁰⁰ CARTAXO, Ana Maria Baima. Estratégias de sobrevivência: a Previdência e o Serviço Social. SP: Cortez, 1995, p. 133-134.

¹⁰¹ BOA NOVA Jr., F. de P. Op. cit. p. 84-90.

¹⁰² MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Tradução de Márcia C. de Sá Cavalcante. RJ: Rocco, 1984, p.14.

“Resistência e controle não cessam de se engendrar mutuamente, num curso sem fim cujo resultado não se pode prever”¹⁰³

A prática da simulação e da resistência era utilizada tanto por homens como por mulheres. Em relação às trabalhadoras, em todas as minas pesquisadas há registros de atestados médicos, solicitações de “auxílio-doença” e muitos casos de insubordinação, o que configura a diversidade de suas formas de resistência. Maria José Eliseu Martins também trabalhou na Mineração Geral do Brasil (M.G.B.L) de Santana. Em abril de 1952, quando foi admitida, era solteira e tinha 14 anos, segundo consta em sua ficha. Em dezembro de 1952, foi demitida por motivo de “redução de serviço” na companhia, sendo readmitida em junho de 1953 e permanecendo até julho de 1955. Obteve atestado médico em 1952, 1953, 1954 e 1955. Pelo visto, Maria José Eliseu não se submetia às ordens de sua chefia, pois foi três vezes suspensa por “desobediência”: um dia em outubro de 1953, dois dias em novembro do mesmo ano e três dias em junho de 1954.¹⁰⁴

Se do ponto de vista das companhias mineradoras existiam aquelas que trabalhavam “direitinho”, também havia trabalhadoras que causavam sérios incômodos. Maria Feliciano trabalhou na mina Barão do Rio Branco de Içara, pertencente à M.G.B.L, de fevereiro de 1948 a julho de 1956, como escolhedeira. Tinha 20 anos e era solteira quando foi admitida. Do ponto de vista da companhia, ela poderia ser considerada uma das trabalhadoras mais “inconvenientes” que passou pela empresa. Foi suspensa várias vezes, obteve diversos atestados médicos e ainda recebeu auxílio-doença por duas vezes. No período em que trabalhou na mina, foi suspensa por 2 dias em janeiro de 1951, por não obedecer ordens do capataz ou da fiscal de escolha e por estar ‘de brincadeira’ no horário de serviço. Foi suspensa

¹⁰³ PERROT, M. 1988. Op.cit. p.79.

¹⁰⁴ Ficha funcional de Maria José Eliseu Martins. M.G.B.L., setor Santana (extinta). Arquivo da Companhia Carbonífera de Urussanga S. A. (CCU).

por mais 3 dias em outubro do mesmo ano, 2 dias em agosto de 1952 e 2 dias em dezembro de 1955, por “desobedecer ordens da administração”. Além das suspensões, ausentou-se do trabalho com atestado médico por 4 dias em fevereiro de 1951, 3 dias em outubro de 1952, 3 dias em dezembro de 1953, 4 dias em abril, 5 dias em agosto e 5 dias em dezembro de 1954; 4 dias em março e 10 dias em julho de 1955, e mais 2 dias em janeiro de 1956. Ainda, em agosto de 1956 e agosto de 1957, obteve auxílio-doença. Parece exagero, mas ainda tem mais. Maria Feliciano ainda teve diversas faltas injustificadas ao trabalho. Precisamente, de 1952 a 1956, foram 38 faltas injustificadas.¹⁰⁵

Como se não bastassem todas estas “inconveniências”, havia trabalhadoras que entravam com ações trabalhistas contra as companhias. Aliás, pelas atas de 1944 a 1954 do Sindicato dos Trabalhadores, algumas destas mulheres eram filiadas. Elas solicitavam filiação, associavam-se e pagavam suas mensalidades, mas em nenhum momento nota-se qualquer menção a respeito de suas reivindicações. Nem mesmo aparece qualquer referência sobre as “escolhedeiras”. Seus nomes podem ser vistos apenas na relação de pedidos de filiação e de desfiliação do sindicato. Fora isso, o silêncio dos arquivos do sindicato é total e inquietante.

Mesmo assim, elas davam um jeito de reclamar seus direitos. Vejamos então o caso de Rosária Wansniewski. Em 23 de maio de 1941, seu pai, José Wansniewski, na impossibilidade de apresentar a certidão de nascimento da filha, encaminhou uma “declaração” à companhia afirmando que esta havia nascido em Criciúma, no dia 6 de maio de 1924. De acordo com sua história funcional, Rosária trabalhou 5 anos na Sociedade Carbonífera Próspera, tendo sido admitida em 1939. Em fevereiro de 1944, entrou com uma reclamação trabalhista contra a companhia. Encaminhou então um ofício ao “Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de

¹⁰⁵ Ficha funcional de Maria Feliciano. M.G.B.L. , Mina Barão do Rio Branco de Içara (extinta). Arquivo da Cia Carbonífera de Urussanga (CCU).

Cresciúma”, dizendo-se solteira, escolhedeira de profissão e reivindicando seus direitos.¹⁰⁶ Em 14 de abril de 1944, a empresa foi notificada da referida reclamação e convocada a comparecer perante o juízo local. Não foi possível saber o resultado deste processo mas, de qualquer forma, fica evidenciada uma prática também utilizada pelas trabalhadoras contra os proprietários das minas.

Se ficaram dúvidas, o caso de Rosária não é único. Maria Martinho Laranjeira trabalhou na Mineração Geral do Brasil, mina Rio Branco da vila de Içara, no período de março de 1945 a março de 1951. Era negra, solteira e tinha 14 anos quando foi admitida, segundo as informações que prestou no ato de admissão. Em 21 de dezembro de 1948, recebeu da empresa, juntamente com outras colegas de trabalho, indenização referente a reclamação trabalhista:

(...) Recebi da Mineração Geral do Brasil Ltda. a importância supra de seiscentos e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$638,40), em pagamento da indenização a que tive direito, em face da diferença de salário ocorrida com a minha transferência de tarefa para horista, como escolhedeira da Mina Barão do Rio Branco, tudo na forma da sentença que deu a mim e a minhas companheiras, ganho de causa, nesta e em Superior Instância, cuja liquidação foi por mim aceita, sem coação ou constrangimento, pelo que, por este pagamento, dou plena e geral quitação à dita Empresa, a tudo o que se refira ao objeto da presente e citada reclamação, bem como por nada mais ter a presente a receber da empresa mencionada, até a presente data.¹⁰⁷

Muito longe da propaganda docilidade e submissão feminina, as trabalhadoras das minas de Criciúma e região jogavam por terra todos os estereótipos da sua suposta fragilidade.

¹⁰⁶ Ficha funcional de Rosária Wansniewski. Soc. Carb. Próspera S.A. (extinta). Arquivo da CSN. As alegações utilizadas por Rosária foram: que trabalhava na Soc. Carb. Próspera S.A. desde dezembro de 1939, recebendo Cr\$ 8,00 diários; que o salário mínimo em vigor na zona carbonífera era de Cr\$ 10,00 diários, sem contar o salário compensação; que, durante todo o tempo de serviço na empresa em questão, recebeu somente Cr\$ 65,00 correspondentes a férias; que fazia todos os dias duas horas extraordinárias, desde que ingressou na Cia.

¹⁰⁷ Ficha funcional de Maria Martinho Laranjeira. Mineração Geral do Brasil Ltda. (extinta), arquivo da Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU). Da Ata n.65 de 06/02/47 do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Carvão também consta que a associada Inácia Vicente recebeu

Mesmo havendo diversas formas de controle e punição, muitas vezes seus poderes e estratégias suplantavam a dominação. As brigas durante o horário de trabalho ou mesmo nos intervalos eram coibidas com suspensões e, em certos casos, com demissões. Para evitar problemas com os capatazes, perder o emprego ou até “manchar” a imagem da família perante a companhia, muitas trabalhadoras desenvolviam outras estratégias, ou seja, procuravam trabalhar “direitinho”. Nas lembranças de Zulma, na mina “a gente se sentia bem porque o nosso chefe era bom; a gente trabalhava direito...quem não trabalhava direito ia pra rua. Não podia conversar, brigar, chegar atrasada...”¹⁰⁸

Para Volpato, este tipo de “submissão” ou “aliciamento” pode ser tomado como outra face da resistência. Dependendo dos interesses dos trabalhadores, seja para manter o emprego, melhorar suas condições de trabalho ou outros objetivos, “pode-se dizer que tanto a submissão quanto a revolta são disposições que orientam práticas de subserviência e de recusa, respectivamente, mas com a finalidade de não ser explorado nas relações de trabalho”. Volpato observa que as estratégias de “submissão” não são “gratuitas”, mas “representam uma espécie de compra, através de práticas não violentas”. Estas eram as estratégias de muitas das “escolhedeiras” que trabalhavam nas minas da região carbonífera de Santa Catarina. Muitas trabalhavam “direitinho” e “acatavam” as ordens dos capatazes. Outras rebelavam-se abertamente contra os dispositivos de controle existentes nas minas. E algumas preferiam usar táticas mais sutis, mais camufladas, mais invisíveis. Isto foi o que apreendemos nos registros e nas memórias destas trabalhadoras: inúmeras formas de resistência e diversas táticas de enfrentamento.

“ganho de causa” em função de ação trabalhista que “impetrou” contra a Companhia em que trabalhava.

¹⁰⁸ Zulma Martins Crispim. Entrevista citada.

Havia uma série de regulamentos que procuravam disciplinar as mulheres durante o trabalho. Entretanto, no cotidiano das minas, o regulamento era constantemente contornado. As brigas, por exemplo, eram proibidas, sujeitas a advertências e demissões. Mas por mais que fossem proibidas “brigas” entre as trabalhadoras, os conflitos persistiram em todas as minas enquanto as mulheres aí estiveram presentes. As razões era diversas. Brigava-se em função de multas recebidas, por causa de namorados ou por questões de fidelidade conjugal; também por questões étnicas ou desavenças entre parentes. Zulma, por exemplo, lembra que

(...) uma vez eu fui suspensa, eu e uma prima minha. Nós fomos suspensas porque nós nos pegamos por causa de uma tia minha. Elas estavam falando mal dela, aí nós avançamos, quase nos matamos, caímos embaixo da mesa... Daí o seu Napinho chegou e nós fomos pro gancho três dias.¹⁰⁹

Mais uma vez, vale lembrar que trata-se de um período em que a industrialização era recente. Os proprietários também estavam aprendendo e desenvolvendo seus dispositivos de controle e disciplina. Mas nem tudo girava em torno de brigas. Os relatos acima podem levar a pensar que o cotidiano das mulheres nas minas fosse apenas de intrigas, brigas e “bate-bocas”. Se tudo isso realmente acontecia, por outro lado havia também os momentos de alegria. Brigava-se, é verdade, mas também ria-se, cantava-se, conversava-se. Como afirma Erotides,

(...) Ah! era um tempo divertido, nós cantávamos durante o trabalho. Umas cantavam versos para outras. Quando uma roubava o namorado da outra, no outro dia eram aqueles versos...Era muito divertido na escolha....A gente cantava, dançava ... Era escolhendo e cantando; uma cantava uma coisa aqui, outra cantava lá; era muito divertido.¹¹⁰

¹⁰⁹ Antonia Martins Cunha. Entrevista citada.

¹¹⁰ Erotides Caetano de oliveira. Entrevista citada.

Este ambiente de conflitos e alegrias existente no cotidiano das minas, constatado pelos relatos de vida, pelos arquivos das companhias e pela fala de um dos donos de mina do período, também foi observado pelo médico sanitaria Boa Nova, durante seus trabalhos na região carbonífera de Santa Catarina. Ao comentar que o emprego doméstico não oferecia salários compensadores (150 cruzeiros no máximo, segundo o mesmo) ao grande número de moças que viviam em Criciúma, Boa Nova afirma que o trabalho na escolha constituía a melhor maneira de obter salários mais compensatórios. Salários, estes, suficientes para satisfazer às necessidades de seus “gastos”, num trabalho que não despendia grande esforço físico e ainda era realizado num ambiente de muita alegria:

(...) Assim, voltam-se quase todas para o trabalho da escolha do carvão, no qual, além do trabalho fixo de 8 horas por dia, com descanso aos domingos e feriados, e outras vantagens asseguradas pela legislação social vigente, como seguro, salário-doença, repouso semanal remunerado, etc., conseguem às vezes vencer ordenados até de 600 cruzeiros mensais, num trabalho que, não sendo muito penoso, oferece ainda a compensação de ser efetuado por equipes de moças, num ambiente de ruidosa alegria, entremeados de brincadeiras, muita conversa, pilhéria e cantigas.¹¹¹

As “vantagens asseguradas pela legislação social vigente” às quais que se referiu Boa Nova não foram um presente dos “deuses”; tampouco foram conquistadas sem conflitos e resistências por parte dos proprietários das minas. Determinados direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também provocaram a “indignação” dos capitalistas do carvão de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, levando-os a grandes debates nas “Mesas Redondas” de 1947 e 1949. O repouso semanal remunerado e a diminuição da jornada de trabalho de 8 para 6 horas para os trabalhadores do subsolo, estabelecidos pela legislação trabalhista na década de 40, foram recebidos como um duro “golpe” pela “florescente indústria carvoeira” do país. Para os mineradores, a lei que regulamentava o repouso semanal

remunerado onerava ainda mais a mão-de-obra e a diminuição da jornada de trabalho seria o golpe fatal para a indústria carbonífera:

(...) Em fins de 1939 inicia-se a Segunda Grande Guerra e as dificuldades por ela desde logo criadas incentivaram a nossa produção, que em 1943 alcançava o recorde de 2.078.256 toneladas. Porém, em novembro desse ano, a nossa florescente indústria carvoeira recebe o inesperado golpe com a Consolidação das Leis Trabalhistas, que reduziu o trabalho no subsolo de 8 para 6 horas, inclusive o tempo gasto no percurso de ida e vinda da frente de trabalho. Apesar da melhor aparelhagem das minas, o efeito dessa medida inoportuna e nociva à economia nacional se fez sentir de pronto na produção, que baixou para 1.908.453 toneladas em 1944.¹¹²

Enquanto denunciavam o referido golpe, os mineradores recrutavam mulheres e crianças para trabalharem nas minas e criavam estratégias para pleitear aumentos no preço do produto ou subsídios para cobrir os custos com as “medidas inoportunas”. Para a incipiente indústria carbonífera catarinense, que estava recém conquistando seu espaço junto ao Estado, a força de trabalho feminina passou então a ser necessária para a viabilização da produção. Utilizando-se de suportes ideológicos acerca dos papéis “naturais” de gênero, os mineradores contratavam as mulheres como mão-de-obra complementar, em tarefas compatíveis com a “natureza” feminina. Com isso, pagavam salários mais baixos e ainda ficavam cientes de estarem cumprindo com suas obrigações sociais. E muito mais do que isto, estavam “dando” oportunidade para que as filhas de seus operários pudessem aumentar os rendimentos da família. Provavelmente ainda estabeleciam uma relação de favores.

Além disso, os discursos em relação ao trabalho das “escolhedeiras” camuflavam certos interesses patronais, pois as trabalhadoras eram contratadas para trabalhar na escolha mas, no cotidiano de trabalho das minas, elas não se limitavam a esta atividade. Havia uma série de

¹¹¹ BOA NOVA Jr., F. de P. Op. cit. 1952.

¹¹² Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão. In: A batalha do Carvão. Op. cit. p.XIII.

outras tarefas que desempenhavam. Ressalte-se que, no tempo da escolha, a força de trabalho feminina na superfície das minas era maior do que a masculina. Nestas condições, as mulheres executavam diversas tarefas, inclusive aquelas consideradas masculinas. Segundo Alice, por exemplo,

(...) quando não tinha carvão, nós íamos lá pro meio dos eucaliptos cerrar madeira...Quantas madeiras nós cerramos! Aqueles prumos para calçar as galerias, nós cerrávamos tudo. Aí, aqueles prumos, nós pegávamos em duas ou três e botávamos em cima do caminhão...¹¹³

Cerrar lenha, encher e empurrar vagonetas, encher caminhões, carroças ou carros de boi também eram trabalhos das “escolhedeiras”. Quanto à escolha propriamente dita, se formos analisá-la tendo em mente apenas o cenário de alegria descrito anteriormente, seríamos tentados a concordar com o médico sanitarista Boa Nova, no sentido de que tratava-se de um serviço que não exigia grande esforço físico. Seria, portanto, um trabalho “adequado” para mulheres. Contudo, para muitas mulheres, estes trabalhos não eram, simplesmente, um “servicinho” ameno:

(...) O trabalho na mina era brabo. A gente começava às sete horas da manhã e tinha que dar conta até as 4 horas da tarde. Era aquela pauleira, tinha que dar conta do carvão que os mineiros tiravam. Sempre tinha que deixar uma parte desocupada para eles terem lugar para descarregar os carros [vagonetas]. Ali nós trabalhávamos até duas horas e meia. Depois, eles terminavam o serviço deles, iam embora e nós tínhamos que dar conta do carvão todo, deixar tudo escolhidinho, tudo limpinho. Aí, se chegava o caminhão, nós tínhamos que carregar o caminhão...Nós abríamos o funil [do silo de carvão] e o carvão caía no caminhão; quando enchia, nós fechávamos o funil. Nós também fazíamos a limpeza debaixo da caixa, cavávamos de picareta, baixávamos a estrada meio metro pro caminhão não bater em cima da caixa. Porque quando chovia, a chuva trazia moinha, pedra, metal, tudo pra baixo. Então nós tínhamos que fazer este serviço também. Nós trabalhávamos também de ajudantes de subida da boca da mina, de morro acima tinha que empurrar as vagonetas até a caixa...¹¹⁴

¹¹³ Alice Otília Antunes Cardoso. Entrevista citada.

¹¹⁴ Rosa Otília Alves. Entrevista citada.

Por mais que houvesse uma delimitação dos espaços e funções definidas para mulheres e homens, percebe-se uma fluidez permeada por muitas “infrações”. Mulheres acostumadas com “serviços de homens” num modo de vida que antecedia o das minas, elas continuaram exercendo estas atividades quando começaram a forjar um outro modo de vida:

(...) minha mãe trabalhava igual aos homens, e o que os homens faziam ela também fazia. Antigamente ela trabalhava na roça, ela capinava, ela roçava; e aqui na mina era a mesma coisa. Ela empurrava carro, peneirava carvão... Só não entrava debaixo da mina, mas em cima, ela fazia tudo, ela fazia de tudo um pouco...¹¹⁵

Aqui novamente emerge a questão do “peso do trabalho leve” analisado por Maria Ignez Paulilo; relacionado com o trabalho dito não-qualificado, ele ganha uma dupla desqualificação. As trabalhadoras das minas de Criciúma e região realizavam trabalhos “leves” e manuais (não-qualificados) e por isso (mas não exclusivamente) recebiam salários menores. Maria Célia Paoli, ao analisar a condição dos trabalhadores ditos não-qualificados, afirma que estes eram, em geral,

atingidos em cheio pelas atribuições de estigmas de inferioridade, tanto vindas da matriz escravocrata a respeito da própria noção de trabalho, quanto das seculares matrizes de gênero, idade, entre outras. Tais estigmas, recobrando a natureza do trabalho produtivo ‘não-qualificado’, permearam o tipo de exploração que se fazia desta mão-de-obra e explicam, também, a intensa e generalizada presença de trabalhadoras mulheres e crianças nas fábricas, sobretudo têxteis.¹¹⁶

Os relatos das trabalhadoras entrevistadas sugerem que as mulheres faziam muitas “tarefas de homens”, mas os discursos as associam com o trabalho “leve”. E quando elas realizavam tarefas consideradas masculinas ou demasiadamente “pesadas” para uma mulher, isto inquietava os homens que as tinham como seres “frágeis”.

¹¹⁵ Iracema Stefani Jorge. Entrevista citada.

Julia Madeira, por exemplo, trabalhou 25 anos na Companhia Carbonífera Metropolitana. Quando acabou a escolha nesta companhia, lá pelos idos dos anos 50, continuou trabalhando na mesma empresa, em outra função, mas uma função “compatível” com sua identidade de gênero. Aposentou-se em 1979. Julia era uma destas mulheres acostumadas a fazer “serviços de homens”. Na mina, nunca contentou-se em fazer um único serviço, estava sempre “ajudando” os mineiros em suas tarefas. Pelo que pude perceber, ficava indignada com aqueles mineiros que faziam “corpo mole”, uma das formas de resistência dos trabalhadores/as. Certa vez resolveu dar uma lição num destes mineiros:

(...) quando foi um dia, eu disse para os mineiros assim: o seu Ratinho vai lá e demora a voltar para não ajudar vocês a fazer força e eu vou fazer uma boa para esse velho, eu disse pra eles. Ele era um homem pequeninho. Aí daqui a pouco ele veio com o carro [vagoneta], eles descarregaram na manobra e quando ele vinha voltando com o carro bem devagarzinho, eu meti a mão naquele carro, saí à toda em direção à manobra e empurrei correndo até a gaiola. Levei ele de arrasto junto e ele ficou brabo comigo e disse que não dava na minha cara porque eu era uma mulher.¹¹⁷

O trabalho na manobra consistia em receber as vagonetas de carvão da mina (mina de plano inclinado, de encosta ou de poço), virá-las para despejar o carvão num silo que ficava embaixo e mandá-las de volta para o subsolo da mina. No caso relatado acima, tratava-se de uma mina de poço, onde as vagonetas eram transportadas pelas gaiolas (elevadores dos poços). Este tipo de trabalho exigia certa rapidez, pois as gaiolas traziam as vagonetas rapidamente. Qualquer atraso ou incidente podia provocar interrupção na produção. Como os mineiros que trabalhavam na manobra não ganhavam por produção, muitos não se dedicavam com tanta vontade. Mas volta e meia, alguns recebiam advertência, suspensão e até a demissão. Entretanto, a prática do “corpo mole” sempre sobreviveu. Esse tipo de trabalho era

¹¹⁶ PAOLI, M. C. Op. cit. p.76.

¹¹⁷ Julia Madeira Carola. Entrevista citada.

tipicamente considerado um serviço para homens, mas o exemplo de Julia mostra que as delimitações impostas em virtude da identidade de gênero nem sempre eram cumpridas.

Eis, portanto, um período marcado pela presença significativa das mulheres em um ambiente de trabalho considerado exclusivamente masculino. Uma presença caracterizada por uma infinidade de práticas e estratégias repletas de transgressões, resistências, astúcias e “submissão”. As mulheres foram excluídas das minas e da história e confinadas à privacidade do lar. Mas muitas não se submeteram a ficar apenas no espaço doméstico, seja por questão de sobrevivência ou mesmo por opção.

1.4. Ecos do passado: as mulheres nos trabalhos de mineração

A presença das mulheres nas minas não é um fato novo na história. Ao contrário, as evidências históricas indicam que nos séculos XVIII e XIX sua presença nas minas foi marcante. Segundo Engels, em 1841, havia nas minas de carvão da Grã-Bretanha (com exceção da Irlanda) 115.883 homens e 2.350 mulheres. Nessa época, ainda segundo Engels, havia nas minas da Cornualha, tanto no subsolo como na superfície, cerca de 19.000 homens e 11.000 mulheres e crianças¹¹⁸. Podemos até relativizar esses números, mas não há dúvidas quanto ao trabalho de mulheres e crianças nas minas, não só de carvão, como de cobre, ferro e outras.

As condições de trabalho nas minas descritas por Engels assemelham-se em muito às das minas de Santa Catarina. Engels fala das doenças pulmonares provocadas pela umidade e pela poeira fina do carvão, do desgaste físico resultante dos trabalhos pesados, das galerias

subterrâneas que impossibilitavam o trabalho em pé, da deficiência da ventilação e da concentração de gases mortais. Menciona ainda o risco constante de desmoronamentos, as relações de dominação e resistência entre os donos das minas e os mineiros, a alta taxa de acidentes fatais e o envelhecimento precoce.

Em relação ao trabalho de mulheres nas minas, Engels mostra que, na superfície, a trituração e a seleção dos minérios eram realizadas por “moças e crianças”. No subsolo das minas de carvão e ferro, as mulheres transportavam o minério “em cestos de grandes dimensões e sem rodas”. Estavam, tanto quanto os homens, sujeitas aos trabalho “fatigantes”, embora Engels pensasse que elas sofriam mais em função da “fragilidade natural” do seu organismo. Segundo o autor, o calor e o dispêndio físico no ambiente de trabalho das minas faziam com que homens, mulheres e crianças trabalhassem semi-nus, estimulando as relações sexuais e o nascimento de filhos “ilegítimos”:

(...) Quanto às relações sexuais, note-se que nas minas, devido ao calor ambiente, homens, mulheres e crianças trabalhavam às vezes completamente nus e na maior parte dos casos quase nus, e todos podem imaginar quais são as consequências disso na solidão e na obscuridade da mina. O número de filhos ilegítimos, anormalmente elevados nestas regiões, testemunha o que se passa no fundo da mina entre essa população meio selvagem, mas também prova que as relações ilegítimas entre os sexos não soçobram, como nas cidades, na prostituição.¹¹⁹

Marx também analisou o trabalho de mulheres e crianças nas minas da Europa, sobretudo na Inglaterra. Sobre as condições de trabalho nas minas, Marx, em O Capital, cita trechos de um relatório de inspeção de minas, realizado por membros da Câmara dos Comuns. Trata-se de um relatório produzido em forma de inquérito. Alguns dos “inquiridores” parlamentares eram os próprios donos de minas e as testemunhas, os mineiros. Os menores trabalhavam a partir dos 10 anos; as mulheres, que desde 1842 estavam proibidas de serem

¹¹⁸ ENGELS, F. Op. cit. p.273, 274, 276, 277.

¹¹⁹ Idem. p.282.

empregadas no subsolo, carregavam carvão, arrastavam as cubas até os canais e os vagões ferroviários, selecionavam o carvão, etc. Ainda sobre as mulheres, Marx afirma que eram filhas ou viúvas de mineiros e que suas idades variavam entre 12 e 60 anos¹²⁰.

O proletariado das minas figurava entre as categorias mais bem pagas dos trabalhadores britânicos, afirma Marx. Além dos salários, as companhias mineradoras também ofereciam casas, carvão para consumo doméstico e água. Na Bélgica, o paraíso do liberalismo continental, comenta Marx que nas minas de carvão e de metal trabalhadores de ambos os sexos e de qualquer idade eram empregados sem qualquer limite quanto à duração do trabalho.¹²¹ As habitações, segundo o mesmo, eram construídas com o objetivo de atrair mão-de-obra para as minas, mas eram apenas de tamanho suficiente para “amontoar os trabalhadores e suas famílias”. De certa forma, a descrição feita por Marx nos permite perceber semelhanças com as condições de vida das famílias mineiras de Criciúma e região, cem anos mais tarde:

(...) Em regra, o explorador da mina, proprietário ou arrendatário, constrói certo número de chalés para seus operários. Estes recebem moradia e carvão para seu consumo ‘gratuitamente’, quer dizer, parte do salário lhes é paga em carvão e aluguel. Os que não são alojados dentro desse sistema recebem em compensação 4 libras esterlinas por ano. Os distritos mineiros atraem rapidamente grande população, constituída pelos mineiros propriamente e pelos artesãos, vendeiros etc., que se agregam em torno dos primeiros. A renda da terra é aí elevada como ocorre em todo lugar em que há grande densidade de população. O empresário procura construir, no menor espaço possível de terreno junto à boca da mina, os chalés que sejam estritamente necessários para amontoar os trabalhadores e suas famílias. Se novas minas são abertas nas proximidades ou voltam a explorar velhas minas, aumenta a aglomeração. Na construção dessas habitações vigora o princípio da ‘renúncia’ do capitalista a todas as despesas em dinheiro que não sejam absolutamente inevitáveis.¹²²

¹²⁰ MARX, K. Op. cit. p.566-575.

¹²¹ Idem, p.341. Segundo Marx, para cada 1000 pessoas trabalhando nestas minas, havia 733 homens, 88 mulheres, 135 rapazes e 44 moças com menos de 16 anos; nos altos fornos e outros setores, para cada 1000 trabalhando, havia 668 homens, 149 mulheres, 98 rapazes e 85 moças com menos de 16 anos. As mulheres recebiam a metade do que os homens ganhavam e os menores, menos ainda.

¹²² Idem, vol.II, p.773-775.

Além destas considerações, Marx, citando o parecer do “doutor Julian Hunter”, fala ainda da falta de água, da ausência de latrinas e da condição de “servos” a que os operários estavam submetidos em virtude das condições de moradia e das precárias condições de qualidade do carvão e da água oferecidos pelos donos de minas. Em 1865, segundo o mesmo, havia 3.217 minas de carvão na Grã-Bretanha. Nestas, provavelmente, as mulheres constituíam parte significativa da força de trabalho.

Se através de Marx e Engels foi possível conhecer um pouco das condições de vida e trabalho da classe operária mineira na Europa do século XIX, O Germinal de Émile Zola nos permite perceber e imaginar de forma mais concreta os diversos aspectos culturais do cotidiano das famílias mineiras da França no final do século passado. Aliás, ler esta obra de Zola foi como reviver cenas de um passado que ocorreu aqui, num dos bairros mineiros da “capital brasileira do carvão”, onde vivi toda minha infância. Em alguns aspectos, a narrativa de seu romance nos faz relembrar a história vivenciada por mulheres, homens e crianças das minas de Criciúma. Para quem conhece ou conheceu de perto o cotidiano das famílias mineiras desta cidade, é possível perceber que a obra de Zola cria uma espécie de ponte de identificação entre dois mundos distantes no tempo e no espaço.

Quando Etienne, um dos personagens do romance, chega nas proximidades da mina em busca de emprego, seu primeiro contato é com “Boa Morte”, um velho carroceiro que recebeu o apelido por ter escapado de vários acidentes. Zola, ao narrar a conversa entre os dois personagens – um jovem com aparência de 21 anos e o que restou de um homem após cinquenta anos de mina – comenta que a fala de Boa Morte era seguidamente interrompida por um violento acesso de tosse. Uma tosse seguida por um escarro que fazia uma mancha

negra no chão avermelhado. A prática do escarro é uma das características ainda hoje marcantes na vida do mineiro das minas de carvão de Santa Catarina.¹²³

Ainda sobre Zola, sua obra também lembra semelhanças com o trabalho nas minas descrito por Engels e Marx. Contudo, a sua descrição minuciosa do cotidiano dos operários e operárias das minas de carvão da França, representado de forma literária, permitiu-me relacionar com o passado de forma mais viva. Através de sua narrativa, o cenário cotidiano das condições de vida e trabalho de homens, mulheres e crianças emergiu de forma mais significativa. Aliás, em certos momentos, suas metáforas sobre a realidade das minas ganham significados impressionantes:

(...) Pouco a pouco, os veios enchiam-se de gente, o corte começava em todos os andares, no extremo de cada caverna. O poço devorador tinha engolido sua ração diária de homens, cerca de setecentos operários que trabalhavam neste horário no formigueiro gigante, furando a terra em todos os sentidos, esburacando-a como a uma madeira velha atingida pelo caruncho. E, no meio do silêncio pesado, do esmagamento das camadas profundas, poder-se-ia ouvir, colando o ouvido à rocha, o laborar desses insetos humanos em marcha, desde o vôo do cabo a subir e a descer o elevador de extração, até a mordida das ferramentas cortando a hulha no fundo dos canteiros de desmonte.¹²⁴

Zola descreve também as condições de moradia (casas alugadas), fala sobre as relações nos armazéns e tabernas, o tempo livre e as brincadeiras dos trabalhadores/as, o namoro, as infidelidades de ambos os sexos, as condições de trabalho na mina, o sistema de multa imposto àqueles que não cumpriam as determinações dos proprietários das minas, as formas de resistência cotidiana dentro e fora delas, a organização sindical dos operários, o trabalho das

¹²³ ZOLA, É. Op. cit., p. 11-12. O escarro do carvão faz parte de minhas lembranças de infância. Durante toda esta fase, morei nas proximidades de uma mina de carvão. Meu pai, que entrou na mina aos 14 anos de idade, trabalhou 15 anos no subsolo. Quando chegava em casa ficava quase uma hora numa banheira de alumínio, lavando-se para retirar a poeira de carvão que estava encrostada em seu corpo. Na tentativa de expulsar a poeira que absorvera durante o trabalho, seu banho era marcado pelo som áspero de constantes escarros. Na rua por onde passavam os mineiros na volta do trabalho, usando na maioria das vezes apenas um calção, bota e capacete, era comum a prática do escarro. Nesta época (décadas de 60 e 70), morávamos numa das casas da Companhia Carbonífera Metropolitana, que ficava aproximadamente a uns 500 metros da mina.

mulheres (e crianças) nas minas e no espaço doméstico, e tantas outras observações. Enfim, situações diferentes mas também muito semelhantes às descritas por outros autores de seu tempo. Além, é claro, das semelhanças com as condições de vida e trabalho das famílias mineiras de Criciúma e região que se constituíram quase um século depois, aqui do outro lado do Atlântico.

Em relação ao trabalho das mulheres nas minas, Zola narra com admiração a “destreza” delas nos trabalhos no subsolo e na superfície. No subsolo, as mulheres enchiam e empurravam as vagonetas tal como os homens, carregavam madeiras, manuseavam pás e picaretas e também encontravam maneiras para escapar dos mecanismo de controle dos “feitores”:

(...) Catherine começou a ler em voz alta os nomes escritos em placas de zinco por cima das manjedouras; de repente deu um pequeno grito, vendo um corpo erguer-se diante dela: era a filha de Mouque que, sobressaltada, saía de um monte de palha, onde estivera dormindo. Às segundas-feiras, quando estava realmente cansada das farras de domingo, dava-se um violento soco no nariz, deixava seu veio com o pretexto de ir em busca de água e vinha se esconder ali, na palha quente, com os animais. Seu pai, que a amava muito, tolerava tudo isso, correndo o risco de ter aborrecimentos.¹²⁵

Neste recorte do texto, Zola está relatando o momento em que Etienne e Catherine, dois de seus personagens, esperavam o elevador que os levaria a superfície e aproveitavam os poucos minutos de que dispunham para conversar a sós no estaleiro dos cavalos. Percebe-se, neste fragmento, pelo menos duas transgressões. A estratégia da filha de Mouque para fugir do trabalho e obter o descanso de que necessitava; e o namoro de Catherine e Etienne no subsolo da mina. Aliás, por falar em namoro nos subterrâneos das “trevas”, Zola também narra a prática do sexo e fala das “tentações” sexuais que as mulheres provocavam nos homens em virtude de trabalharem com vestimentas que mostravam as partes “proibidas” do corpo

¹²⁴ ZOLA, E. Op. cit. p.43.

¹²⁵ Idem, p. 64.

feminino. Zola narra que “havia um sopro de bestialidade por toda a mina, um desejo súbito de macho, quando um mineiro encontrava uma dessas moças de quatro, o traseiro ao ar, as ancas arrebatando as calças de homem.”¹²⁶

Aos olhos dos moralistas da época, estas condições de trabalho certamente representavam uma afronta à moralidade da família operária, o que desencadeou campanhas visando acabar com tal “imoralidade”. Segundo Catherine Hall, na Europa do século XIX, os evangélicos lideraram campanhas no sentido de criar leis que proibissem o trabalho de mulheres nas minas, sobretudo no subsolo, pois:

(...) Uma mulher trabalhando em subterrâneos era a negação mais categórica da concepção de feminilidade sustentada pelos evangélicos....Além do mais, elas trabalhavam ao lado de homens, sem estarem inteiramente vestidas como deveriam. Era uma afronta à moral pública, que ameaçava a ruína da família operária. Lançou-se uma campanha, inspirada pelos evangélicos, para proibir que as mulheres trabalhassem nas minas¹²⁷.

Em outra passagem, Zola, sempre com olhar de admiração, narra as habilidades das “meninas franzinas” que suplantavam extraordinariamente a fragilidade de seus corpos. Quando Catherine e Etienne voltam da frente de serviço no subsolo da mina, encontram Lydie, uma menina franzina, com “braços e pernas de inseto”, empurrando uma vagoneta, “prostrada, cheia de lama, retesando seus braços e pernas de inseto, igual a uma formiga preta em luta com um fardo demasiado pesado.”¹²⁸

O fardo demasiado pesado a que se refere Zola permeia toda a narrativa quando ele narra o trabalho das mulheres. Provavelmente, o autor acreditava que o trabalho nas minas fosse “naturalmente” adequado somente aos homens. Isso talvez explique a constante estranheza com que narra a forma como meninas, “com pernas e braços de inseto”, superavam

¹²⁶ Idem, p. 49.

¹²⁷ Idem, p. 82.

suas “fragilidades naturais”. Dito de outra forma, Zola também tem um discurso de suporte naturalista para os papéis definidos para os dois sexos. Mas, por outro lado, ele mesmo permite desconstruir seu discurso.

Etiene, o novato recém-contratado para trabalhar na mina, ou nas “trevas”, como salienta, nunca havia trabalhado numa mina antes. Na mina, ele faz amizade com Catherine e é ela que o ensina a lidar com o trabalho pesado e a prevenir-se das armadilhas na escuridão. Em seu primeiro dia na mina, Etiene deixa descarrilar sua vagoneta carregada. “Não conseguia fazê-la rodar direito naqueles trilhos que se afundavam na terra úmida; e praguejava, enfurecia-se, lutava raivosamente com as rodas, mas não conseguia pô-la nos trilhos novamente”. Depois de tanto esforço sem resultado, Catherine interveio para ensiná-lo e

(...) habilmente escorregou para baixo do vagonete, ficando apenas com a parte superior do corpo para fora, e, usando os rins como alavanca, levantou e recolocou o carro no lugar. O peso do vagonete era de setecentos quilos. Ele, surpreso, envergonhado, balbuciou algumas desculpas.¹²⁹

Ao que parece, a experiência de Catherine suplantava a suposta fragilidade feminina. Zola a descreve magra e franzina, talvez não pelo fato de ser mulher e sim pelas condições de extrema exploração a que estava submetida. Além disso, Zola não fala das habilidades dos “meninos franzinos”. De qualquer forma, o autor demonstra o tempo todo, ainda que com certo estranhamento, que as mulheres estavam muito além dos estereótipos construídos acerca dos papéis sociais definidos para seu sexo.

Segundo Zola, as mulheres também trabalhavam na superfície, fazendo o trabalho de separação do carvão, trabalho semelhante ao das “escolhedeiras” de Criciúma e região. Zola chama estas trabalhadoras de “joeireiras”. O momento da narrativa acontece depois que

¹²⁸ Idem, p. 61.

¹²⁹ Idem, p. 48.

Maheu, seus filhos e Etienne, já na superfície, estão atravessando o pátio da mina e “uma cena violenta fê-los parar”:

(...) Era um galpão amplo, com vigamento negro de pó e grandes persianas por onde soprava constantemente uma corrente de ar. Os carros de hulha vinham para ali diretamente da recepção, a seguir eram derramados por basculadores nas tremonhas, longas calhas metálicas de transporte; à direita e à esquerda destas, as joeireiras, trepadas em degraus e armadas de pá e ancinho, retiravam as pedras e empurravam o carvão limpo que, a seguir, caía através de funis nos vagões do caminho de ferro construído sob o galpão.¹³⁰

As “joeireiras” ganhavam por cesto, daí “nascerem disputas a cada momento; cabelos desfeitos, mãos marcadas a preto nos rostos vermelhos”¹³¹. Enfim, um ambiente de trabalho também permeado por competições e conflitos. Philomène, menina “franzina e pálida”, trabalhava de “joeireira”, com ar resignado de moça que põe sangue pela boca, narra Zola. Num ambiente em que conviviam mulheres jovens e velhas, Zola caracteriza um cenário marcado por brigas e competições:

(...) A cabeça protegida por um farrapo de lã azul, mãos e braços negros até os cotovelos, fazia a sua triagem logo depois de uma velha bruxa, a mãe da mulher de Pierron, a Queimada, como a chamavam, terrível com seus olhos de coruja e lábios comprimidos como a bolsa de um avaro. As duas estavam brigando [Philomène e Queimada]; a jovem acusava a velha de surrupiar suas pedras, de modo que não conseguia encher um cesto em dez minutos. Eram pagas por cestos, daí nascerem disputas a cada momento; cabelos desfeitos, mãos marcadas a preto nos rostos vermelhos...¹³²

No Brasil do século XIX, as mulheres também tiveram presença marcante nas minas de Minas Gerais. Richard Burton, quando de sua estadia como cônsul britânico em Santos (de 1865 a 1869), visitou a mineração de ouro de Morro Velho, em Minas Gerais. Nos dias em que permaneceu na referida mineração, em 1867, Burton produziu um relatório detalhado

¹³⁰ Idem, p. 70.

¹³¹ Idem, p. 70-71.

¹³² Idem, p. 70-71.

sobre o processo de extração e beneficiamento do ouro e as condições de trabalhos de homens, mulheres e crianças, brancos europeus, “nativos” livres e negros e negras escravos. Em que pese todo um olhar carregado de preconceito racial, de classe e de gênero, seu trabalho fornece uma descrição minuciosa das relações que giravam em torno da mineração, bem como da forma como se canalizou o ouro para aquela que se tornou o berço da chamada Revolução Industrial. Visto de outra forma, Burton nos dá uma idéia de como se desenvolviam ali as relações de classe, gênero e raça, bem como o processo de construção das “veias abertas da América Latina”.

A mineração de ouro em Morro Velho, segundo Burton, começou a ser explorada ainda no século XVIII mas, provavelmente, foi somente após a independência política do Brasil, em 1822, que as Companhias inglesas de mineração tiveram acesso legal à exploração das riquezas minerais de Minas Gerais.¹³³ Segundo a descrição de Burton, a companhia inglesa da mineração de Morro Velho dispunha de toda a infra-estrutura necessária para manter e reproduzir uma força de trabalho constituída por 22 funcionários, 143 trabalhadores europeus, 906 nativos e 1450 negros¹³⁴. Segundo o mesmo, além das habitações, havia armazém, departamento de fiação do algodão do armazém, hospital, biblioteca, teatro, etc.

¹³³ BURTON, Richard Francis, Sir, 1821-1890. *Viagens ao planalto do Brasil*. SP: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória; Tomo I, vol.197, 1983. Burton inicia seu relato falando de uma cena interessante, “muito própria para uma fotografia”, diz ele. Era a revista dos negros, que se realizava todos os segundos domingos do mês. Enfileirados em frente à casa-grande, homens e mulheres, separados em lados opostos, passavam pela inspeção dos chefes dos respectivos departamentos, pelo superintendente, pelo gerente geral, pelo gerente auxiliar dos negros e por dois oficiais médicos. Na ordem estabelecida para inspeção, outro critério de divisão, além do sexo, era usado. Os “bem-comportados” e os “mal-comportados”. Este critério valia tanto para o escravo como para a escrava. Encerrada a inspeção, “as meninas e crianças recebiam sua ração de pagamento e de sabão”. Os homens e mulheres casados eram pagos no “escritório público”. Segundo Burton, feita a chamada, homens, mulheres e crianças iam “todos à Igreja”; os mais laboriosos dedicavam-se aos afazeres domésticos, mas outros ficavam “vadiando” à moda africana (p.327-328).

¹³⁴ Idem, p.360.

Ao descrever o processo de beneficiamento do ouro ou o “nascimento da criança”, como afirma Burton, ele fala do trabalho das mulheres. Depois que o “embrião” era colocado em vagonetas e transportado até os “terreiros de britação”, as mulheres, “na proporção de quatro para cada homem”, reduziam o minério ao tamanho suficiente para “passar pelas tremonhas” que alimentavam “as caixas dos pilões”. Em seguida, faziam a separação do minério. “Uma mulher de primeira categoria” quebrava “uma tonelada e meia por dia” e aprendia “facilmente a pegar e separar o minério rico do pobre”¹³⁵.

Tudo leva a crer que, desde o século XVIII, o trabalho de separação ou classificação de minérios coube principalmente às mulheres. Marx, Engels e Zola, citados anteriormente, também falam deste tipo de trabalho, feito por mulheres, nas minas de carvão da Inglaterra e da França. É bom lembrar que nas minas de carvão da região carbonífera de Santa Catarina, nas décadas de 30, 40 e 50, o principal trabalho das mulheres era a escolha do carvão. Em Morro Velho do século XIX, as mulheres, segundo Burton, além de fazerem trabalhos manuais de separação e classificação, também operavam certos “maquinismos” utilizados no processo de concentração do “precioso” minério:

(...) As mulheres, pela maior parte, vigiam as bicas e fazem o leve trabalho de observar o maquinismo, acomodar as peles e regular a água. Se isto não for feito cuidadosamente, a areia se torna sobrecarregada, o ouro flutua e passa.¹³⁶

Após o processo final de concentração, o minério era transformado em barras de ouro e levado para seu destino “além-mar”. Nas palavras irônicas de Burton, “depois de embalada, a criança embarcava para a Inglaterra. Faria bem em ficar no Brasil, onde tal população é muito

¹³⁵ Idem, p.344.

¹³⁶ Idem, p.346.

necessária”¹³⁷. Quanto aos trabalhadores ingleses, parece que nem todos vinham com suas famílias, mas as mulheres e crianças que vinham também trabalhavam. Recebiam crédito no armazém e o aluguel da casa custava apenas um preço “simbólico”. Sobre os trabalhadores “nativos”, Burton comenta que:

(...) Em pouco compenetraram-se de que o trabalho de uma semana significava uma semana de pagamento, que o trabalho e a remuneração mantinham constante relação. Foram então construídas casas para eles nos terrenos da companhia, cujo aluguel seria fixado em \$500 réis por mês, quando o trabalhador ganha aqui a média de 1\$500 réis por dia. A classe aumentou rapidamente, até um total de 795, isto é, 743 homens e 52 mulheres, que recebem um pagamento um pouco menor; algumas poucas crianças, apesar da resistência cega das autoridades provinciais, são empregadas em trabalhos leves, tal como recolher as ferramentas para serem reafiadas...¹³⁸

Como em todos os seus relatos, Burton associa a vinda da Cia. Inglesa com a chegada da civilidade e do progresso, com o trabalho racional e com relações mais humanas entre os proprietários e os trabalhadores, livres ou escravos. Enfim, a companhia trouxe o espírito de uma cultura superior que iria imprimir um novo parâmetro para os “nativos ignorantes, vadios e preguiçosos”. A seus olhos, tudo aconteceu com harmonia e progresso, se não para todos, pelo menos para os mais “industriosos”.

¹³⁷ Idem, p.351. O cônsul britânico fala também de “exemplos de homens que chegaram como simples mineiros e mecânicos e que, pela indústria, sobriedade e boa conduta, sem auxílio de educação ou talento, alcançaram posições que num país mais velho não poderiam ser alcançadas em uma só geração”¹³⁷. Provavelmente Burton se refere ao europeu inglês e a alguns “nativos” que tornaram-se capitalistas locais.

¹³⁸ Idem. p.356-357. Segundo Burton, os “nativos” somavam “almas”. Provavelmente as 111 “almas” resultantes da diferença 906 - 795 eram crianças, velhos e mulheres que não participavam diretamente dos trabalhos da mina. Ainda sobre os trabalhadores brasileiros, os “nativos” aos quais refere Burton, percebe-se em seus relatos o processo de transformação de trabalhadores/as das lavouras em operários/as mineiros/as. Burton observa a reação dos “nativos” diante do trabalho remunerado, um trabalho desconhecido até então, e seu desconhecimento dos instrumentos de trabalho, isto é, “não gostavam do trabalho de broca, acostumados como estavam somente a uma lavoura inconstante, e isto mesmo quando tinham energia ou estímulo para atingir esse grau”. Aos poucos os “nativos” compreenderam que “o trabalho de uma semana significava uma semana de pagamento” e que suas mulheres e filhos também poderiam participar dos trabalhos como “complemento” ao orçamento familiar. Além do que poderiam morar na casa da companhia, alugada a um preço “irrisório”.

Enfim, estas são algumas das imagens de mulheres que, em tempos passados, faziam parte do cotidiano de trabalho nas minas. Ao contrário do que muitos ainda imaginam, a masculinização das minas aconteceu apenas neste século, embora este processo tenha se iniciado no século anterior. Desenterrar estas mulheres dos subterrâneos da história significa também desfetichizar o processo de construção das identidades e papéis de gênero e questionar os discursos que dão suporte à hierarquia entre os sexos.

CAPÍTULO II - MULHERES NAS VILAS OPERÁRIAS

2.1. As vilas operárias em preto e branco

A construção de vilas operárias para atrair e fixar mão-de-obra nas proximidades de fábricas e minas não é fato novo na história social. No processo de formação da chamada Revolução Industrial, esta prática disseminou-se por diversos recantos do mundo onde germinaram fábricas, indústrias e minas. Nesta fase inicial de industrialização, não bastava manter o controle disciplinar no espaço de trabalho, era necessário estendê-lo à vida cotidiana dos trabalhadores, afirma Michelle Perrot. Segundo Perrot, esta política de construção de todo um conjunto de infra-estrutura não visava apenas a manter a ordem do trabalho, mas também fixar uma mão-de-obra, propiciando sua manutenção ao menor custo, sua alocação no trabalho e sua reprodução. Tratava-se de quebrar a resistência que “a população de origem rural opôs à industrialização”, através da implantação de sistemas disciplinares que ultrapassavam o espaço de trabalho.¹³⁹

Na região carbonífera de Santa Catarina, uma realidade semelhante, mas não idêntica, foi construída. Para atrair e fixar uma mão-de-obra que se submetesse aos trabalhos nas minas de carvão, as maiores empresas carboníferas construíam, alugavam e financiavam casas para seus empregados. Eram pequenas casas de madeira localizadas nas proximidades das minas, constituindo assim as vilas operárias mineiras.

As vilas contrastavam com a paisagem das colônias vizinhas. Nos dizeres de Volpato, “enquanto estas estavam dispersas geograficamente, as vilas operárias formavam aglomerados

de casas”.¹⁴⁰ Além da construção das casas mineiras, a atuação das companhias carboníferas estendeu-se por outros espaços. Nas principais vilas operárias, praticamente tudo pertencia aos donos das minas: os terrenos, as casas, os clubes de festas e dança, os clubes de futebol, o armazém e a escola. O poder dos “coronéis” do carvão se fazia sentir em todos os espaços institucionais da cidade.

Com estas condições, “famílias inteiras deixavam os municípios vizinhos e se transferiam para o novo Eldorado do ouro negro”¹⁴¹. E a pequena colônia de “Cresciúma”, fundada em 1880 e transformada em município em 1925, ganhou, já na década de 40, o status de “capital brasileira do carvão”¹⁴². A partir da década de 20, impulsionado pelas contingências da Primeira Guerra Mundial, iniciou-se de forma mais ostensiva o processo de industrialização da mineração do carvão, deslocando parte dos colonos da agricultura para as minas e desenvolvendo um tipo de “progresso” a qualquer custo. Dito de outra forma, Criciúma “modernizou-se”, destruindo os recursos naturais da superfície, retirando do subsolo os pilares de sustentação da própria cidade e transformando uma boa parte da força de trabalho em verdadeira “pirita humana”.¹⁴³

Como resultado deste processo de exploração, durante meio século a extração ostensiva do minério deu a Criciúma o “status” de capital nacional do carvão, quando este era ainda associado à idéia de “progresso”. Mais tarde, a cidade ganhou o título pouco honroso de capital brasileira da poluição, quando as vozes dos ecologistas ganharam ressonância. José

¹³⁹ PERROT, M. 1988. Op. cit. p.71.

¹⁴⁰ VOLPATO, T. Op. cit. p. 159.

¹⁴¹ IBGE. Enciclopédia dos Municípios. Volume XXXIII, 1959, p.81.

¹⁴² Até 1955 o nome oficial da capital brasileira do carvão era “Cresciúma”. A mudança para “Criciúma” ocorreu neste período, gerando uma polêmica entre aqueles que queriam a permanência do nome tradicional e aqueles que queriam a mudança.

¹⁴³ Pirita é um dos minerais que vem associado ao carvão descartado do processo, por isso é considerado rejeito. É também um composto de enxofre que em alguns países serve de matéria-prima para a obtenção do ácido sulfúrico. Mas quando jogado ao ar livre torna-se altamente

Paulo Teixeira sugeriu recentemente, em sua dissertação de mestrado, que Criciúma deveria também receber o título de “capital nacional das farmácias”, tal é a quantidade de farmácias existentes na cidade.¹⁴⁴

A história da indústria do carvão catarinense sempre esteve caracterizada por crises cíclicas, mas isso não impediu que os donos das maiores empresas mineradoras acumulassem riquezas suntuosas. Bem ao contrário de muitos trabalhadores, que se não morreram nos subterrâneos das “trevas”, saíram das minas com os corpos dilacerados.¹⁴⁵

De qualquer forma, a indústria carbonífera e a classe operária mineira catarinense marcaram nitidamente a geografia e a cultura da região. Como disse no capítulo anterior, a grande maioria da força de trabalho vinda para trabalhar nas minas de Criciúma e região era originária de outras pequenas cidades e vilarejos do sul do estado. Eram famílias pobres, que tinham na lavoura e na pesca sua forma de vida e sobrevivência. A vinda para a região carbonífera significou uma mudança radical em suas vidas. De trabalhadores/as rurais e pescadores, transformaram-se em famílias operárias mineiras. Nos dizeres de Padre Agenor Neves, “homens e mulheres, mineiros e escolhedeiras, com saúde ou sem ela, trocaram o

poluente. Aliás, Terezinha Volpato, em 1984, intitulou o seu livro de “A Pirita Humana”, pelo modo como os trabalhadores foram tratados pelos donos das minas da região carbonífera de SC.

¹⁴⁴ TEIXEIRA, José Paulo. Os donos da cidade: poder e imaginários das elites em Criciúma. Florianópolis: UFSC, 1995, p.39. Dissertação de mestrado (Sociologia política). Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁴⁵ Na revista “Carvão de Pedra” de Mai.-Set./1972, em entrevista com Diomício Freitas, um dos “reis do carvão” até então, encontra-se a relação de seu patrimônio, adquirido com a mineração do carvão desde a década de 40. Nesta relação constam: Carbonífera Criciúma Ltda.; Cia. Carb. São Marcos S.A.; Balneário Conventos Ltda.; Conventos Obras Rodoviárias e Terraplanagem Ltda.; Industrial Conventos Ltda.; Agropecuária Conventos Ltda.; Construtora Conventos Ltda.; Sondagens e Pesquisas Minerais Ltda.; Hotel Morro dos Conventos Ltda.; Sociedade Rádio-Difusora Eldorado Catarinense Ltda.; Mineradora Conventos Ltda.; Sociedade de Florestamento e Reflorestamento Ltda.; Rádio Araranguá Ltda. e Cerâmica Criciúma (CECRISA) S.A.

chapéu de palha pelo capacete, os arados pelas picaretas, os carros de boi pelos vagonetes, o caldeirão pela marmitta”.¹⁴⁶

O deslocamento do elevado contingente populacional para a “Metrópole do Carvão” deveu-se, entre outros fatores, à propagação de discursos enaltecendo as vantagens de uma vida promissora no novo “eldorado do ouro negro”. Discursos que encontraram eco na medida em que famílias que ficavam na dependência de uma boa colheita ou uma boa pesca, não tinham, mesmo nas melhores ocasiões, condições de sustentar todos os seus membros; trabalhadores/as que não tinham suas próprias terras e, quando tinham, estas eram insuficientes para atender suas necessidades; famílias que sobreviviam num mundo cada vez mais marginalizado pela obsessão desenfreada das elites, que queriam um país “moderno”, urbano e industrial, subjugando o rural. Enfim, a disseminação da promessa do ‘novo eldorado’, propalada principalmente no contexto das duas grandes guerras mundiais, foi suficiente para acender o estopim que acabou provocando um crescimento populacional acelerado, em virtude da corrida migratória.

Atraídos pela oferta de emprego e remuneração regular, além de um teto para morar, as famílias empobrecidas da região sul de Santa Catarina vislumbraram, na região carbonífera, possibilidades concretas de dias melhores. Sua vinda para esta região, no entanto, não foi desprovida de um mínimo de planejamento. Geralmente, um dos membros da família, pai, filho, ou em alguns casos, filha, vinha na frente para conferir a veracidade das informações e as possibilidades concretas de sobrevivência. Assim que conseguia um emprego e um local para morar, buscava o resto da família. Podia ser questão de meses ou anos, mas assim que as condições mínimas se configuravam, vinham os familiares que haviam ficado na roça.

¹⁴⁶ MARQUES, Pc. Agenor Neves. História de Urussanga. Urussanga: Prefeitura Municipal, p.158, s/d.

Nesta transição para um outro modo de vida, a sobrevivência imediata era garantida pelas redes de solidariedade praticadas entre os/as trabalhadores/as. Relações que, embora muitas vezes permeadas por conflitos, eram de fundamental importância para a sobrevivência nos primeiros meses. Geralmente, os recém-chegados eram acolhidos por seus parentes, compadres ou até por conhecidos. Em relação a esta questão, Maria Rosilene Barbosa Alvim lembra que “tanto durante o processo de migração para a cidade, quanto na obtenção de empregos para os que migram (...) a lógica das relações familiares é fundamental para se compreender a forma pela qual se dá a saída do campo e também como se dá a organização da vida na cidade”. No caso em que um só membro da família vem para a cidade, continua Alvim, “na maioria das vezes são acionadas relações pessoais e de parentesco como rede de apoio”.¹⁴⁷

Muitos/as dos/as jovens solteiros/as ou mesmo casados que vinham para a “metrópole do carvão” ficavam em pensões. Algumas destas pensões eram oferecidas pelas próprias famílias da classe trabalhadora mineira. Esta prática de alugar um espaço da casa constituía, muitas vezes, uma forma destas famílias ampliarem seus rendimentos. Às vezes, porém, esta prática ensejava conflitos familiares em virtude dos códigos de conduta estabelecidos em função da presença das mulheres, afetando, inclusive, a unidade familiar. Para o “chefe de família” que tinha esposa e filhas solteiras, ter um pensionista em casa era motivo de constantes “preocupações”. Se fosse uma viúva, dona de pensão, esta tinha que manter certos “cuidados” para não abalar o prestígio da casa e comprometer assim sua pequena fonte de renda. De qualquer forma, a prática de instalar um pensionista, como forma de obter ganhos adicionais ou mesmo um rendimento exclusivo para a sobrevivência, fazia parte do modo de vida de algumas famílias mineiras naquele período. E nestes casos, as mulheres, fossem elas

¹⁴⁷ ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. “Família e operários de origem camponesa; uma leitura da Crise do Brasil Arcaico”. In: Cultura & identidade operária. LOPES, José Sérgio Leite (org.). RJ: Marco Zero/Ed. UFRJ, 1987, p.123-145.

solteiras, casadas, viúvas ou em outra situação, desempenhavam um papel central, uma vez que os afazeres domésticos e a administração do orçamento familiar estavam sob sua responsabilidade. Eram elas (esposas e filhas) que cuidavam da casa, lavavam a roupa e faziam a comida da família e do pensionista.

Zola nos dá uma idéia do trabalho e das vantagens de se ter um pensionista na casa operária. Com a saída de um dos filhos dos Maheu, que acabara de “juntar-se” com sua namorada, a família procurou recuperar parte dos ganhos do filho convidando Etienne a hospedar-se em sua casa. Isto mudou um pouco a rotina da casa, obrigando Catherine a tomar banho no quarto, mas trouxe vantagens para ambos. Vantagens viabilizadas pelo trabalho da esposa e da filha mais velha (Catherine):

(...) Por sua vez, os Maheu mostravam-se reconhecidos ao hóspede, sua roupa era lavada, remendada, os botões pregados, suas coisas estavam sempre em ordem. Enfim, o rapaz vivia rodeado de asseio e bem cuidado pela dona da casa.

As casas operárias construídas pelas companhias mineradoras de Criciúma e região eram destinadas preferencialmente aos trabalhadores casados. Para conseguir uma destas casas, o pai ou um dos filhos tinha que estar trabalhando na mina. Dependendo da “sorte”, podia ter acesso a uma delas em poucos dias, meses ou anos. Entretanto, não bastava apenas o emprego para ter acesso à casa, era necessário que o trabalhador se enquadrasse em um certo perfil social definido pelas empresas mineradoras. Um perfil que só seria possível constatar depois de um certo tempo de trabalho, o chamado período de experiência. O tempo de serviço era o tempo necessário para que as companhias se certificassem sobre o perfil do trabalhador, isto é, averiguassem se o empregado trabalhava “direitinho” ou não.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Tudo indica que na maioria das empresas, com exceção da CSN e sua subsidiária Cia Próspera, não havia contratos de locação escritos. Os critérios definidos “informalmente” estabeleciam regras de permanência até a aposentadoria ou até a demissão ou saída da empresa. As casas eram destinadas aos operários casados, sendo que o tempo de serviço e o número de filhos nortearam os critérios de acesso às casas. Entretanto, estes critérios eram ignorados se o operário (que podia ser

As casas eram pequenas e, pelo menos até o final da década de 50, eram divididas em três peças: quarto, cozinha e sala. Nestas condições, era comum que pais e filhos dormissem no mesmo quarto. Iracema, por exemplo, lembra do tempo em que dormia com seus pais:

(...) eu até grande dormia com meu pai e minha mãe, porque não tinha outro quarto. Depois passei a dormir no chão, só que para dormir no chão eu tive que apanhar uma surra. Meu pai me deu uma surra, porque eu queria continuar dormindo na cama com eles...¹⁴⁹

Se a casa tivesse apenas um quarto, este tinha que ser dividido entre os membros da família. Quando a família era por demais numerosa ou quando estava abrigando parentes ou conhecidos, a sala transformava-se em mais um cômodo para o repouso noturno. A média de membros das famílias ultrapassava cinco pessoas, mas muitas somavam mais de dez pessoas, sem contar com os parentes que às vezes eram abrigados, até conseguirem suas casas. Nestas circunstâncias, filhos e pais habituaram-se a dormir juntos no único quarto e na mesma cama. Uma situação que, para “certos olhares”, poderia ser um foco de promiscuidade, mas que no inverno se constituía numa das formas das famílias enfrentarem o frio rigoroso. Até porque, além da falta de cobertores para toda a família, as casas não era forradas e os assoalhos eram de tábuas, com frestas que faziam o vento assobiar. Era comum irmãos e irmãs dormirem juntos na mesma cama até a fase da adolescência, idade em que começavam a namorar e, rapidamente, casavam ou fugiam. Às vezes, nem mesmo o casamento mudava tal situação, pois as condições de moradia do sogro ou da sogra não eram diferentes. Nos primeiros anos de convívio conjugal, o problema da falta de espaço físico tendia a se agravar ou então continuava como estava. O que mudava era que o jovem casal passava a dormir junto, embora

o pai, o filho ou filha) não se enquadrasse no comportamento esperado e exigido pelos proprietários e seus capatazes.

¹⁴⁹ Iracema Stefani. Entrevista citada.

“amontoadado” no mesmo quarto com os demais membros da família. Nas lembranças de Zenaide:

(...) eu dormi com meu irmão mais moço até quando eu casei. Eu tinha 14 anos nesta época. Nós brigávamos por causa da coberta, mas dormíamos juntos, na mesma cama. Aí depois eu casei, mas a cama que eu dormia com o meu irmão, eu dormia com meu marido, do ladinho da cama da mãe. Na salinha onde era a sala, já dormia outro meu irmão com a esposa...¹⁵⁰

As condições de moradia das famílias mineiras também não passaram despercebidas para o médico sanitarista Boa Nova, mencionado no capítulo anterior. Preocupado com a produtividade dos operários, o referido médico tece suas considerações sobre as péssimas condições higiênicas das casas operárias e suas dimensões pequenas para famílias por demais numerosas; sobre a falta de água encanada e de luz elétrica; sobre o mobiliário rudimentar, as cobertas escassas, as poucas roupas das famílias, a preparação dos alimentos, efetuada precariamente em “toscos fogões” à lenha, etc. Diversos fatores, enfim, que, segundo o mesmo, não propiciavam o “repouso merecido” e indispensável para a manutenção da capacidade de trabalho do mineiro.

No caso das famílias mais numerosas, a situação agravava-se. Boa Nova cita o caso de um mineiro casado, que tinha 10 filhos. Os quatro filhos menores dormiam na mesma cama do casal, outros dois dormiam em “esfarrapadas esteiras estendidas no chão junto à cama do casal”, e os quatro maiores dormiam em outro quarto, também sobre “velhas esteiras no chão”. Por tudo isso, sua conclusão é inequívoca:

(...) O desconforto no lar do trabalhador das minas de carvão de Criciúma é absoluto. O mineiro não tem o repouso merecido e vive num ambiente anti-higiênico em seu lar. Tais

¹⁵⁰ Zenaide Vieira Serafim (filha de Josina). Entrevista realizada em 08/05/96.

condições concorrem preponderantemente para a evidenciação da fadiga muscular e são fatores indispensáveis de redução da capacidade de trabalho do mineiro.¹⁵¹

Este tipo de relatório também foi produzido na Europa nos séculos XVIII e XIX. Marisa Varanda Teixeira Carpintero, dialogando com François Béguin e Michel Foucault, analisa o discurso médico, procurando perceber suas “preocupações” com o meio ambiente da população pobre. Segundo Carpintero, ao denunciar as péssimas condições de vida da população pobre, “estes cientistas demonstravam as vantagens oferecidas pelo conforto sobre o bem-estar do corpo”. De acordo com a tese médica, diz Carpintero, “este conforto possibilita ao indivíduo aumentar, progressivamente, sua produtividade e seu interesse pelo trabalho, contribuindo no seu conjunto para o desenvolvimento capitalista”.¹⁵² Em resumo, “a imagem de uma casa saudável, higiênica, foi divulgada pelos setores dominantes como um agente eficaz na formação e no controle do trabalhador urbano”.¹⁵³

Cinco anos depois das observações inquietantes do médico higienista Boa Nova, as condições de moradia das famílias mineiras da região carbonífera catarinense ganharam a atenção de outros agentes “preocupados” com estas questões. Desta vez, foram os deputados, membros da CPI do carvão, já mencionada no capítulo anterior, a denunciarem as péssimas condições de moradia das famílias mineiras de Santa Catarina:

(...) Exclusão feita da Cia. Siderúrgica Nacional e, em parte, das Cias. Próspera e Carbonífera Treviso S.A., é o seguinte o aspecto das habitações: construídas de madeiras, sujas, mal conservadas e cheias de frinchas por onde os ventos reinantes rodopiam e pelas quais podemos divisar o interior das casas, como tivemos ocasião de verificar por solicitação dos mineiros: se no verão tais casas têm condições de habitabilidade, como suportá-las assim esburacadas no rigoroso inverno de Santa

¹⁵¹ BOA NOVA Júnior, Francisco de Paula. Op. cit. p.68.

¹⁵² CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira. “Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do séc. XX em São Paulo”. In: Imagens da cidade - Séculos XIX e XX. BRESCIANI, Stella (org.). SP: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994, p. 123-146.

¹⁵³ Idem.

Catarina, quando muitas vezes é mister aquecimento artificial? Não possuem serviços sanitários, água encanada e esgotos. Além de tudo, a água que os mineiros bebem não sofre qualquer tratamento sanitário. Só o fato das casas não possuírem água e esgoto marca o grau de pauperismo desses operários, sujeitos eles e suas famílias, em face da falta de água potável e esgoto, a disenteria, tifo e verminoses.¹⁵⁴

Num tempo em que as famílias eram mais numerosas, as diminutas dimensões das moradias resultavam em conflitos. Nestas circunstâncias, o modelo idealizado de família burguesa estava muito distante e a divisão sexual do espaço da casa, tal como “deveria ser”, ainda era inexistente.

O que não significa que os ideais de moradia e comportamento social exigidos das famílias mineiras fossem ignorados. Nas casas construídas e alugadas pelas companhias para seus trabalhadores, observa-se, pelas cláusulas do contrato de locação de uma das carboníferas do período, certos vestígios da “civilidade moderna”. Além de ficarem estabelecidas as tradicionais obrigações entre direitos do proprietário e deveres do inquilino, a este último era proibida “criação de animais tais como porcos, carneiros, vacas, cabritos, etc, sendo permitida somente a criação de aves domésticas”.¹⁵⁵ Estes costumes foram se perdendo gradativamente, mas não sem resistência, e não foram de todo extintos, pois ainda persistem. Alguns, no entanto, desapareceram, como é o caso por exemplo da criação de cabritos, de onde vinha o leite para as crianças.¹⁵⁶

¹⁵⁴ BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. CPI do carvão, op. cit.

¹⁵⁵ Contrato de locação da Sociedade Carbonífera Próspera S.A. Sem data, mas provavelmente da década de 50.

¹⁵⁶ Em algumas Cias, o contrato de locação das casas operárias era verbal e o aluguel descontado no dia de pagamento. Em outras mineradoras, as casas eram alugadas mediante um contrato de locação escrito. Segundo o contrato da Sociedade Carbonífera Próspera, por exemplo, o locatário não podia atrasar o pagamento do aluguel além do prazo legal previsto em lei, ficar afastado da empresa por um prazo superior a 180 dias, mesmo por motivo de doença ou por qualquer outro motivo; não podia ter criação de animais tais como porcos, vacas, cabritos, etc, sendo permitida somente a criação de aves domésticas. O contrato mencionava ainda que a saída espontânea do empregado da empresa rescindia automaticamente o contrato. Menciona também que ficava a cargo do locatário “o pagamento de quaisquer taxas de saneamento, água, etc. que por acaso venham a ser criadas pelo poder público, bem como as contas de fornecimento de energia elétrica.”

Em Criciúma, tal como em diversas cidades do país neste período, a proibição de certas práticas culturais das camadas pobres da população materializou-se institucionalmente a partir do Código de Posturas de 1926, reafirmado pelo de 1950. Através deste, percebe-se toda a preocupação das elites locais em transformar o recém-criado município numa cidade “moderna”. Ficou proibido transitar a cavalo pelos “passeios das ruas”, falar alto em determinados locais e deixar animais de “qualquer espécie” soltos nas ruas e praças do perímetro urbano. O “alienado, furioso ou maníaco” deveria ficar recluso em sua casa; era proibido pedir esmolas, etc.

Além disso, surgiram também as primeiras preocupações com a “higiene pública” e as diretrizes para um novo ordenamento “dos arruamentos, alinhamentos e edificações”, segundo o modelo das “cidades modernas”. Para cada infração, o Código estabelecia as devidas multas.¹⁵⁷

As casas operárias construídas a partir da década de 40 eram enfileiradas tal como numa fábrica, isto é, dentro de um ordenamento caracterizado pelos princípios da ordem capitalista. Divididas em três peças, cozinha, sala e quarto, eram construídas em torno das minas e rapidamente ficavam pretas devido à poluição da fina poeira do carvão. Neste período, ainda não havia as “cercas” de separação entre casas vizinhas.

Sem água encanada e sem poço, uma vez que estes ficavam poluídos pelo fato de estarem localizados sobre os rejeitos piritosos, as famílias ficavam na dependência das caixas e bicas d’água construídas pelas empresas mineradoras. Luz, somente a de velas ou dos gasômetros a carbureto, adquiridos junto às companhias. Toda a estrutura mantida pelas companhias mineradoras reforçava o estado de dependência e “submissão” da classe operária

¹⁵⁷ Código de Postura de Criciúma de 1926. In: MILANEZ, Pedro. Fundamentos históricos de Criciúma. Florianópolis: Ed. do autor, 1991.

mineira. Mesmo assim, a resistência e a indisciplina continuavam, como mostramos no primeiro capítulo, fazendo parte do cotidiano das/os trabalhadoras/es.

As primeiras casas, construídas nas décadas de 30 e 40 pelas companhias, eram de madeira, sem qualquer tipo de forramento, seja no teto, nas paredes ou no assoalho. Mais tarde, algumas destas empresas passaram a “fornecer” também um “fogãozinho”. Eram casas simples, mas muito disputadas pelas famílias que haviam sido excluídas do setor rural e praticamente empurradas para a periferia das minas de carvão.

Em uma época em que o poder público local estava desprovido dos aparatos tecnológicos para a urbanização, os mineradores encontraram, no governo federal e nas costas dos/as trabalhadores/as, verbas e lucros suficientes para a construção das vilas operárias. Construíram casas suficientemente capazes de permitir a reprodução e a manutenção da força de trabalho de que necessitavam. Mas se a infra-estrutura mínima “oferecida” pelos mineradores a seus trabalhadores/as os qualificava como um “pai” que garantia certo conforto a seus filhos, outras vozes os denunciavam pelas péssimas condições de moradia em que viviam os operários. Para Boa Nova, por exemplo, as condições de moradia eram tão precárias que afetavam a produtividade dos operários:

(...) As habitações anti-higiênicas da maioria do operariado de Criciúma constituem, a nosso ver, um fator evidentemente importante na ocorrência da fadiga muscular, afetando a produtividade do trabalhador. São verdadeiro menosprezo aos mezinhos princípios de higiene e de conforto que deviam ser proporcionados aos operários. Casas (ou melhor dizendo, “ranchos) velhíssimas, toscas, de madeira empenada e pobre, com cobertura de cacos de telhas, cheias de buracos enormes por onde a chuva se escoia aos borbotões, com assoalhos e paredes repletas de largas frestas, por onde o vento sul, no inverno rigoroso, penetra impiedosamente, fustigando não só o próprio mineiro, mal agasalhado, como também sua mulher e seus infelizes filhos, cobertos com farrapos, constituem as habitações dos mineiros.¹⁵⁸

¹⁵⁸ BOA NOVA Jr, F. de P.. Op. cit., p.66

Certamente, pelo fato de ser médico, nascido e formado no Rio de Janeiro, e pertencer a uma família de classe média, Boa Nova tinha um outro parâmetro de moradia e idealizava outro modelo de habitação para os trabalhadores. Além disso, possivelmente, o médico estava familiarizado com os pressupostos teóricos da medicina higienista deste período. Os discursos médicos das décadas de 40 e 50 enfatizavam a necessidade de habitações salubres, como forma de possibilitar a formação de uma mão-de-obra saudável. Parece que Boa Nova acreditava na tese médica, tal como evidenciada por Carpintero, de que “este conforto” possibilitava “ao indivíduo aumentar, progressivamente, sua produtividade e seu interesse pelo trabalho, contribuindo no seu conjunto para o desenvolvimento capitalista”.¹⁵⁹

Com o passar dos anos, a estrutura física das casas operárias foi sendo modificada no sentido de um melhor conforto. No final dos anos 50, por exemplo, as casas construídas pela Sociedade Carbonífera Próspera, subsidiária da CSN, já eram forradas e, além do fogão, instalava-se também uma pequena pia de cozinha. Algumas companhias passaram inclusive a fornecer “patentes” (privadas ou latrinas) de madeira, e o buraco sobre o qual eram colocadas ficava sob a responsabilidade do operário. Estas “privadas” eram localizadas nos fundos das casas e, dependendo do tamanho do terreno, às vezes ficavam bem próximas da cozinha. Quando as tábuas da privada apodreciam, as famílias solicitavam as devidas providências à companhia. Esta, por sua vez, fornecia outra ou então substituía as tábuas. Mas o apodrecimento das tábuas nem sempre era o principal problema para as famílias mineiras. Situação mais grave acontecia quando as patentes transbordavam e as fezes escorriam pelo terreno da moradia.

As condições de moradia e a infra-estrutura dos bairros operários ganharam uma nova configuração com a vinda da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A chegada da CSN na

¹⁵⁹ CARPINTERO, M. V. T. Op. cit., 1994, P. 129.

região carbonífera de Santa Catarina, com todo um complexo industrial iniciado a partir de 1942, demarcou o poder do Estado brasileiro no sentido de construir os alicerces para as indústrias de base do país. Com tal propósito, o braço do Estado, através da CSN, estendeu-se sobre o sul de Santa Catarina de forma fulminante e a região carbonífera acelerou o seu processo de industrialização “selvagem.” A partir de então, a região ganhou uma nova configuração econômica, política e geográfica.¹⁶⁰

Enfim, todo um aparato estatal, de dimensões “faraônicas”, instalou-se no sul de Santa Catarina. Se para o meio ambiente e para aqueles que sobreviviam da lavoura e da pesca a presença da CSN representou a destruição antecipada de solos e rios e, conseqüentemente, de suas fontes de sobrevivência, para muitas famílias, no entanto, sua vinda para esta região representou uma substancial melhoria nas condições de vida. Além de oferecer melhores salários aos seus/as empregados/as, as vilas operárias eram melhor equipadas e a assistência médica existente era tida como uma das melhores. Talvez por isso as lembranças de Zeferino estejam marcadas pelos aspectos mais positivos. Em contraste com o seu modo de vida anterior, ele afirma que o tempo em que trabalhou nas minas de carvão de Criciúma foi o melhor tempo de sua vida:

(...) porque eu trabalhava na lavoura junto com o falecido meu pai e meus irmãos. Mas depois deu uns anos de seca muito brava; e naquele tempo dava alguns anos de seca que não se colhia nada, e aí desanimou...Aí eu disse pro meu pai: oh meu pai, não dá mais pra eu ficar trabalhando na roça, sou obrigado a procurar um destino na vida. Aí então peguei na mina, comecei a trabalhar, peguei a gostar e trabalhei uns 10 anos. Foi o melhor tempo da minha vida. Por que? por causa do serviço, que eu gostava. Eu baixava à mina e quando eu saía eu sabia o que é que eu tinha pra receber. Então eu gostava da mina. Tinha muita gente que falava mal da mina, mas a mina foi uma

¹⁶⁰ Neste período, foram construídas a Sociedade Termelétrica de Capivari- SOTELCA e a Usina de Beneficiamento de Capivari e instalada uma Cia de Mineração de grandes dimensões em Siderópolis (município vizinho de Criciúma). A CSN incorporou algumas companhias carboníferas da região, entre elas a Soc. Carb. Próspera, em 1953. Também foram construídas vilas operárias com toda a infra-estrutura básica necessária para seus/uas empregados/as.

maravilha para o pobre, foi muito bom...Eu sempre digo que o melhor tempo da minha vida foi quando eu trabalhava na mina. Era perigoso, mas todo lugar é perigoso se a gente não sabe trabalhar direito...¹⁶¹

Em Siderópolis, município vizinho de Criciúma, a CSN praticamente construiu uma nova cidade. Construiu uma vila operária na década de 40 com toda uma infra-estrutura que certamente muitas famílias pobres, originárias da agricultura ou da pesca, ainda não conheciam. Além das casas, havia armazém, açougue, clube recreativo, escola, posto de saúde, restaurante, hospedagem para “doutores”, engenheiros e autoridades governamentais, etc. Entre as fichas das mulheres trabalhadoras desta Companhia encontra-se, além das “escolhedeiras”, encarregadas da cozinha do restaurante, ajudantes de cozinheira, zeladoras, parteiras-enfermeiras, camareiras, praticantes de escritório, datilógrafas, caixas do armazém, professoras, etc.

Nestas condições, a CSN passou a ser o parâmetro para os demais trabalhadores/as. O movimento sindical mineiro também utilizava-se destes parâmetros em suas reivindicações. Houve até um tempo em que se dizia, entre os trabalhadores, que conseguir emprego na CSN era o mesmo que acertar na loteria. Tudo indica realmente que as condições de trabalho e moradia dos/as trabalhadores/as da CSN eram melhores se comparadas à situação nas demais companhias privadas. Aliás, esta diferenciação é sempre destacada na CPI já mencionada, em cujos relatórios sobre as minas aparece várias vezes a expressão: “com exceção da CSN”.

De forma geral, as condições de infra-estrutura e a qualidade das vilas operárias refletiam um pouco da potencialidade econômica das empresas mineradoras. A Vila Metropolitana, por exemplo, nos melhores momentos de expansão da exploração do carvão, tinha escola, igreja, armazém, açougue, campo de futebol, salão de baile e até mesmo um

¹⁶¹ Zeferino da Silva. Entrevista citada.

pequeno cinema; havia também uma pracinha. O bairro Metropol é hoje um dos bairros periféricos de Criciúma, mas no auge do carvão foi um dos bairros operários de maior prestígio da “metrópole do carvão”. Tudo girava em torno da mina. O próprio nome do bairro confundia-se com o nome da empresa, Cia Metropolitana. A situação da Vila Operária da Próspera não era diferente. O “progresso” desta vila operária começou a chamar a atenção depois que a CSN assumiu o controle acionário da Sociedade Carbonífera Próspera, em 1953. A partir daí, a Vila Próspera tornou-se a maior e, em termos de infra-estrutura urbana, a mais bem equipada vila operária de Criciúma. Atualmente, é o bairro de maior concentração populacional da cidade.

Aliás, vários bairros de Criciúma ficaram conhecidos e depois legalmente reconhecidos pelos nomes das minas. Quando não recebiam o nome da mina, recebiam um nome relacionado ao carvão. Havia, por exemplo, a Vila Rica, uma vila operária construída pelos donos das minas na região do Metropol; os bairros Operária Nova e Operária Velha, em função da vila operária construída por uma outra mina, a CBCA; a Cidade Mineira Nova e a Cidade Mineira Velha; e os bairros que ficaram conhecidos pelo nome das minas, tal como o Metropol, da Cia Metropolitana, o Próspera, da Carbonífera Próspera, a Mina União, da Carbonífera União, o bairro Boa Vista, da Cia Boa Vista, entre outros.

Além das casas, as companhias possuíam praticamente todos os terrenos em torno das minas, das vilas operárias e também das futuras áreas de exploração.¹⁶² Os operários que por

¹⁶² Relatório de Diretoria da Carb. Próspera. Em agosto de 1963 a Sociedade Carb. Próspera S/A realizou um levantamento das pessoas que possuíam plantação e casa própria em seus terrenos. Pelo visto não eram terrenos da vila operária, mas afastados da área de mineração de propriedade da Cia e ocupados por famílias trabalhadoras da região, num total de 122 famílias. Destas, 14 casas pertenciam a mulheres. Praticamente todas as casas eram de madeira e possuíam suas chácaras com árvores frutíferas: laranjeiras, cafeeiros, araçazeiros, bananeiras, pessegueiros, goiabeiras, abacateiros, etc. Havia também contratos de arrendamento para exploração de argila. Pelo levantamento, os moradores ocupavam esses terrenos há mais de 10 anos, em média. Em alguns casos, a ocupação tinha mais de 20 anos.

ventura desejassem ocupar o terreno da companhia para plantar, fazer um quintal ou mesmo instalar uma casa ou um armazém, por exemplo, solicitavam oficialmente permissão à empresa. O operário Belodio Amandio, por exemplo, solicitou, em 22 de março de 1949, permissão à empresa em que trabalhava para utilizar o terreno onde estava morando. Segundo seu requerimento, Belodio comprometia-se a “desocupar o aludido terreno, mediante uma comunicação por escrito, no prazo de 90 dias, sem direito a qualquer indenização,” cabendo-lhe “unicamente a retirada de qualquer instalação ou benfeitoria” realizada no terreno da companhia. Para prevenir-se de eventuais esquecimentos, a empresa exigia que a solicitação e o compromisso fossem reconhecidos em cartório.¹⁶³

De forma geral, estas eram algumas das características das casas e das vilas operárias até o final da década de 50. Espaços onde a presença das mulheres também foi marcante, tão importante quanto nos demais espaços por onde circulavam. Ao contrário do que se imagina, elas não estavam restritas apenas ao espaço das minas, e muito menos confinadas na privacidade das casas. Circulavam pelas vilas e fora delas.

2.2. Lenha, água, mantimentos: mulheres circulando pela vila

Se nas minas as mulheres constituíam uma força de trabalho marcante, nas vilas operárias a situação não era diferente. Buscar água, lenha e cuidar do orçamento familiar, além dos afazeres tradicionais da casa, eram tarefas predominantemente realizadas por mulheres. A água era fornecida pelas companhias, através de “bicas” ou caixas d’água construídas nas

¹⁶³ Ficha funcional de Belodio Amandio. Soc. Carb. Próspera S.A (extinta). Arquivo da CSN de Siderópolis.

vilas. Na maioria das vezes, buscava-se água em latões de querosene que as mineradoras, depois de utilizarem, “doavam” a seus empregados/as.

Buscar água para beber, para cozinhar e para lavar roupa eram tarefas desempenhadas por mulheres e crianças. Como disse Maria da Silva, “eu mesma carregava a água da bica; quando faltava, ia buscar naquela caixa lá de baixo, na carioca...”¹⁶⁴

Muitas mulheres ainda mantinham suas tradições de lavar roupa nos riachos e açudes locais. Mas havia aquelas que instalavam seus tanques de lavar roupa perto das “bicas” para evitar o trabalho de carregar baldes d’água até suas casas. Outras, no entanto, tinham que se submeter a este fatigante ‘martírio’, pois seus maridos viam com maus olhos o ‘ajuntamento’ de mulheres nos “lavadouros”. Para eles, eram locais de fofocas e intrigas, propícios à contaminação pelo tempestuoso “germe” da infidelidade. Zenaide, por exemplo, lembra que

(...) cada rua tinha uma torneira. O pessoal que morava naquela rua, todo mundo pegava água ali e lavava roupa também. A gente botava os coxos lá perto das torneiras pra não ter que ficar carregando aqueles baldes d’água. Mas algumas mulheres, como eu, que meu marido era ciumento, carregava água de lá para colocar no coxo aqui em casa. Ele não gostava que eu ficasse no meio das fofocadas das mulheres...¹⁶⁵

À medida em que a exploração do carvão ia aumentando, aumentava também a poluição dos solos, rios e açudes. Com isso, alguns locais de lavação, também espaços de sociabilidade das mulheres, ficaram contaminados pelos rejeitos piritosos do carvão. Este aspecto, Josina recorda da seguinte forma:

(...) eu lavei roupa pra mim e pra fora toda a vida no açude. Mas a água de açude era assim, tinha que lavar e torcer, porque se deixasse estendida, ensaboada ou amontoada,

¹⁶⁴ Maria da Silva, 72 anos. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/1996.

¹⁶⁵ Zenaide Viera Serafim. Entrevista citada.

quando a gente ia lá, tava mais encarunchada, porque tinha carvão e aquele carvão deixava a roupa pardinha, pardinha...¹⁶⁶

A água fornecida pelas companhias também era poluída, mas ainda guardava uma aparência de pureza. Uma aparência que se desfazia quando lavavam-se as roupas, como mostrou o depoimento de Josina. Neste período, ainda não havia nenhum tipo de tratamento da água. Eis aí uma das prováveis causas de grandes epidemias entre a população operária e do elevado índice de mortalidade infantil.

Além da poluição dos rios e açudes, as mulheres que lavavam roupa ‘pra fora’ tinham mais dois fortes concorrentes: as lavanderias comerciais e os revendedores de máquinas de lavar. Estes últimos não hesitavam em veicular nos jornais locais suas “mensagens publicitárias”, relacionando a propagação de doenças (época de grandes epidemias na região carbonífera) à roupa lavada pelas lavadeiras. Numa destas propagandas, veiculada em 1957 no único jornal de Criciúma, aparece a imagem de duas mulheres lavando roupa na beira de um pequeno riacho; acima delas, em grande destaque, aparece a palavra “DOENÇA” e uma mensagem que dizia o seguinte:

Não mande sua roupa buscar DOENÇAS. Mandando lavar fora a roupa do seu lar, você se expõe ao perigo de contágio de moléstias infecto-contagiosas: gripe, tifo, mal de Hansen, difteria e doenças da pele. Alguns vírus resistem até ao ferro de passar. Assim, a roupa lavada em comum, mesmo depois de passada, continua a ameaçar sua saúde.¹⁶⁷

Maria Izilda Santos de Matos, ao historicizar a redefinição dos espaços e atividades femininas em São Paulo e Santos (1890-1930), também percebeu este tipo de artimanha capitalista. Matos afirma que no porto de Santos, nos anos finais do século XIX, havia um

¹⁶⁶ Josina Maria da Conceição, 88 anos. Entrevista realizada em 08/05/96.

¹⁶⁷ Tribuna Criciumense. 02/12/1957. A propaganda termina da seguinte forma: “BENDIX lava automaticamente sua roupa. Sinta orgulho em ter em seu lar uma BENDIX - a única lavadeira inteiramente automática. Protege a saúde protegendo a roupa”.

grande número de lavadeiras, na maior parte mulheres imigrantes. Estas mulheres “agitavam o porto, movimentavam a cidade, pois em tempo hábil, antes da partida dos navios, as roupas deveriam retornar a bordo limpas, passadas e engomadas”. Estas atividades representavam a possibilidade de ganhos para as mulheres pobres, lembra Matos. Entretanto, segundo a autora, elas “foram acusadas pela propagação das pestes e epidemias que assolavam o porto”. Para conter a proliferação epidêmica, “procurou-se então controlar e acabar com esse tipo de ocupação, difundindo-se as lavanderias a vapor”.¹⁶⁸

Para os homens, lavar roupa era mais uma das tarefas femininas, imaginada como um serviço simples e ameno. No caso das mulheres mineiras, no entanto, o lavar roupa era uma tarefa muitas vezes árdua e difícil, pois as roupas ficavam encardidas pela poeira do carvão e os agentes químicos desprendidos da piritita. Nestas condições, lavar as roupas ia muito além de um simples esforço de braços. Segundo Josina, “para deixar a roupa de carvão limpinha, era sabão e força. Comprava-se sabão na venda ou no armazém. Quando a roupa tava muito encardida, fervia-se e botava-se uns pedacinhos de sabão na panela...”¹⁶⁹

Lavar roupa ‘pra fora’, além da de toda a família, constituía um dos trabalhos de mulheres, geralmente realizado longe do espaço doméstico. Um trabalho pouco valorizado, mas que representava a garantia de sobrevivência de muitas famílias. Os açudes, rios, riachos ou as bicas d’água instaladas pelas companhias eram locais de trabalho das lavadeiras. Espaços onde as mulheres, muito mais do que falar da “vida alheia” ou provocar intrigas para atingir sua vizinha/o, também trocavam experiências, construía redes de solidariedade e ajuda-mútua, planejavam estratégias de casamento, informavam-se sobre os acontecimentos dos bairros, sobre as mortes de crianças, remédios, benzeduras, etc. Nos dizeres de Michelle

¹⁶⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. “Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)”. In: Fazendo história das mulheres. Cadernos Pagu. SP: Publicação Pagu/NEG/UNICAMP, No. 4, 1995.

Perrot, os lavadouros eram locais de intensas trocas, de trabalho, de prazer, de solidariedade e ajuda mútua. Eram nestes espaços que se trocavam “as receitas, os endereços úteis (as parteiras discretas), onde fazia-se a coleta para a mulher em dificuldades, seduzida ou abandonada”.¹⁷⁰ Enfim, espaços de sociabilidade que foram sendo gradativamente extintos ou privatizados.

Outro dos afazeres mais importantes das mulheres no espaço familiar estava relacionado à alimentação. Para os mineiros, e setores da sociedade local “preocupados” com a saúde dos trabalhadores, o ato de “comer bem” constituía uma das formas de suportar o elevado desgaste físico decorrente dos trabalhos nas minas. E como estas famílias não plantavam o que comiam, até porque as casas estavam assentadas sobre o rejeito do carvão, tinham que comprar tudo de que necessitavam.¹⁷¹ Praticamente, a única alternativa de acesso aos alimentos básicos eram os armazéns das companhias mineradoras e mais tarde os armazéns do SESI (Serviço Social da Indústria), ambos considerados mais baratos¹⁷². No caso da CSN, além do armazém, também havia o açougue.

Como já foi dito anteriormente, a atuação das companhias carboníferas não restringiu-se apenas à construção das casas mineiras. Nas principais vilas operárias, praticamente tudo pertencia aos donos das minas: os terrenos, as casas, os clubes de festas e dança, os clubes de futebol, o armazém, o açougue, a escola, a assistência social, etc. A presença das companhias estendia-se, assim, além do espaço de trabalho das minas. As famílias não só trabalhavam para

¹⁶⁹ Josina Maria da Conceição, entrevista citada.

¹⁷⁰ PERROT, M. 1988. p.288. Perrot se refere às mulheres nos lavadouros da Paris do século XIX.

¹⁷¹ Embora se afirme que a maioria das famílias mineiras não mantinha os hábitos de plantio, é importante relativizar tal afirmação. Mesmo considerando que as condições das vilas dificultavam o cultivo de pequenas hortas caseiras, muitas famílias davam um jeito de vencer os obstáculos físicos e geográficos. Além disso, há que se considerar que muitos colonos descendentes de italianos e poloneses que trabalhavam nas minas moravam em suas antigas propriedades e mantinham suas tradições de plantio e criação de animais.

¹⁷² Os armazéns do SESI foram gradativamente substituindo os armazéns dos mineradores.

as carboníferas, mas também moravam nas casas de sua propriedade, compravam em seus armazéns e açougues, frequentavam os clubes de dança, iam à missa e escutavam os sermões de padres afinados com a ideologia dos “donos do poder” local.¹⁷³

Dentre todos estes espaços de controle dos proprietários, a água, o armazém e o açougue representavam as necessidades básicas das famílias mineiras. Água para o alimento, armazém para as compras e açougue para a compra da carne. Espaços de fundamental importância para as famílias, cuja responsabilidade quase exclusiva cabia às mulheres e às crianças.

Nos dias de pagamento emergiam alegrias mas também muitos conflitos. Enquanto muitos trabalhadores aproveitavam a ocasião para tomar uma “cachacinha” e arriscar a sorte num “joguinho”, as mulheres ficavam incumbidas de pagar as contas do mês e fazer o “rancho”. Como geralmente os salários eram insuficientes para cobrir todas as despesas da casa, os conflitos eram inevitáveis. Muitas mulheres “infernizavam” a vida de seus maridos por causa dos salários, insuficientes para atender todas as necessidades da família.¹⁷⁴

Como se não bastassem os problemas resultantes do pouco que ganhavam, muitos mineiros ainda frequentavam o bar, o que para as mulheres era inexplicável. Alguns passavam no bar na volta da mina; outros chegavam em casa, tomavam seus banhos, faziam suas refeições e deslocavam-se em seguida para o mesmo. Aqueles que não tinham o hábito de

¹⁷³ Lembrando mais uma vez, toda esta estrutura mantida pelas companhias sugere, à primeira vista, que as formas de controle dos proprietários sobre a classe operária mineira era amplas e irrestritas. Sugere também relações de dependência e submissão dos/as trabalhadores/as perante o cerco patronal. Entretanto, os registros escritos e a memória destas/es trabalhadoras/es nos levam a relativizar o poder de controle dos mineradores para perceber as estratégias de resistência e “submissão” da classe trabalhadora mineira, tanto nas minas como nas vilas.

¹⁷⁴ Minhas lembranças de infância também estão marcadas por estes conflitos. O cuidado da casa e dos filhos era de inteira responsabilidade de minha mãe, que também administrava o orçamento da casa. Meu pai entregava o salário da mina para que ela fizesse o “rancho do mês” e pagasse as contas pendentes do mês anterior. Lembro-me que dia de pagamento era dia de alegria mas também de muitas brigas, pois o salário da mina nunca era suficiente para suprir as necessidades

frequentar o bar diariamente, iam sempre aos domingos. “Era tão engraçado, a gente esquentava a água, enchia a banheira com água morna, aí ele tomava banho, comia e corria pro bar”, comenta Iracema.¹⁷⁵

Para as mulheres das famílias mineiras, o bar era visto como um local de perversão e onde jogava-se dinheiro fora. Com contas sempre atrasadas, vendo muitas vezes a família passar por certas privações ou mesmo querendo comprar algum utensílio para a casa, as mulheres não compreendiam porque seus maridos, sabendo do estado de pobreza por que passavam, continuavam a frequentar o “maldito” bar. Além da questão dos gastos, havia ainda a preocupação com os maridos que frequentemente se excediam na cachaça, o que significava, muitas vezes, violência contra a esposa e os filhos. Por tudo isso, fica fácil entender porque o bar sempre foi motivo de conflito para estas famílias.¹⁷⁶

As pesquisas de Michelle Perrot também revelam este tipo de conflitos. Perrot narra as estratégias das donas-de-casa, na Paris dos séculos XVIII e XIX, para conquistar o direito de receber e administrar os salários dos maridos. Reportando-se aos mineiros de Montceu, antes de 1914, Perrot lembra que as esposas recebiam os salários de seus maridos, deixando para eles apenas uma pequena quantia para a bebida. Tudo isso, afirma Perrot, “não se passa sem conflitos, cujas eclosões animam periodicamente os subúrbios, se o marido leva para o bar mais do que o necessário”. Pelo visto, o dia de pagamento também era um dia de alegrias e de

da casa. A discussão era inevitável e um acusava o outro: meu pai dizia que minha mãe gastava dinheiro demais, e ela dizia que ele ganhava pouco e ainda perdia dinheiro no bar.

¹⁷⁵ Iracema Stefani. Entrevista citada.

¹⁷⁶ Nas minhas memórias de infância, lembro-me que meu pai, depois de entregar o salário do mês à mãe, sempre guardava uns “troquinhos” no bolso para gastar no bar com uma “canastrinha”. Mas ela tinha o hábito de vasculhar todos os bolsos das calças e camisas, pois sabia que sempre havia um “dinheirinho” escondido. Meu pai não bebia e não fumava, mas gostava muito de jogar um “baralhinho” no bar. Quando chegava visita ou quando minha mãe precisava de dinheiro para comprar alguma coisa para casa, mandava-me chamar meu pai ou então pedir dinheiro. A desculpa da visita, na verdade, era uma de suas estratégias para “envergonhá-lo” diante de outras pessoas e tentar afastá-lo do bar.

conflitos para a classe operária na Paris do século XIX. Este cenário de conflitos, também retratado por Zola, é descrito por Perrot da seguinte forma:

(...) O dia de pagamento, acontecimento da vida popular, dia de alegria em que a dona-de-casa paga suas dívidas e oferece uma boa refeição para o seu mundo, dia de fúria contra os patrões injustos e os descontos arbitrários que reduzem o salário, em que muitas vezes decidem-se as greves - abastecidos, podem se manter - , é também um dia de confronto entre os sexos, onde a dona-de-casa se rebela contra sua tarefa impossível: sem o 'tutu', dar de comer à família.¹⁷⁷

Para os donos das minas e certos membros “ilustres” da cidade, as preocupações com os bares eram bem outras. Para aqueles que desejavam uma cidade “ordeira e pacífica”, bem como uma força de trabalho disciplinada e produtiva, o consumo da cachaça e a prática de certos jogos deveriam ser seriamente controlados. Os jogos de cartas e as brigas de galo, por exemplo, faziam parte dos “divertimentos” dos homens das minas, assim como de alguns proprietários destas.

O consumo excessivo de bebida e a prática destes jogos provocavam certas inquietações naqueles que estavam preocupados em manter a ordem pública moralmente necessária à construção de uma cidade moderna. Para o médico sanitarista Boa Nova, por exemplo, estas práticas de “desregramentos de vida”, além de serem fatores que aumentavam a fadiga, também afetavam a “eficiência e produtividade do operariado das minas”. Em sua opinião,

(...) os desregramentos de vida constituem outro fator importante na casuística da fadiga industrial e a eles se entregam com relativa frequência alguns dos operários da região carbonífera sul-catarinense. Tais desregramentos se apresentam sob várias modalidades, dentre as quais citam-se os jogos de cartas ou as brigas de galos, que prendem os operários por noites inteiras às vezes, mantendo-os em permanente excitação nervosa

¹⁷⁷ PERROT, M. 1988. Op. cit. p. 191. Segundo Perrot, a administração do pagamento do marido pode ser considerada uma conquista feminina que implica poder, “mas também aumento de responsabilidade e, em períodos de penúria, privação pessoal” (p.181).

pelas apostas a dinheiro efetuadas e não faltando também, em quase todas as rodas de jogo ou rinhas de galo, a indefectível cachaça.¹⁷⁸

“Em defesa de uma geração de operários já bastante viciada e esgotada no pleno vigor dos seus 25 ou 30 anos de existência”¹⁷⁹, Boa Nova propõe um amplo combate a qualquer tipo de jogo e à prostituição, outra atividade que influenciava na fadiga e afetava a produtividade dos operários. Provavelmente, as mulheres casadas das famílias operárias da região carbonífera de Santa Catarina não conheceram Boa Nova, mas com certeza conheceram alguns de seus ensinamentos. Na visão do médico, as “mulheres de boa família” tinham um importante papel a desempenhar no combate ao ‘desregramento’ dos trabalhadores.

Cabe aqui mencionar uma “aliança estratégica”, semelhante àquela descrita por Jacques Donzelot. Segundo Donzelot, “a segunda metade do século XIX [na França] se inscreve sob o signo de uma aliança decisiva entre um feminismo de promoção da mulher e a filantropia moralizadora”, no sentido de restabelecer a vida de família na classe operária. Nesta estratégia, a mulher, juntamente com os instrumentos que lhe são oferecidos, passa a ser o suporte principal para “abafar o espírito de independência do operário”.¹⁸⁰

Em relação ao controle do orçamento familiar, parece que o status de “rainha do lar” conferido às mulheres mineiras da região carbonífera catarinense possibilitou-lhes o direito de se apropriar dos salários de seus maridos e exigir “certas condutas” visando o bem-estar e a sobrevivência da família. Em contrapartida, havia mineiros, assim como “escolhedeiras”, que

¹⁷⁸ BOA NOVA Jr. F. P. Op. cit. 1953, p.65-66.

¹⁷⁹ Idem. O problema do jogo e da bebida também era parte das “preocupações” do Sindicato dos Trabalhadores. De acordo com a Ata n. 116 de 23/10/48, por exemplo, um dos critérios estabelecidos para fornecer determinado tipo de assistência material ao filiado era que o mesmo não tivesse vício de bebida ou jogo.

¹⁸⁰ DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2. ed., 1986, p. 37-42.

se habituaram a esconder uns “trocados” de suas esposas e pais. Luzia recordou o caso de um de seus compadres, que levava o dinheiro dentro do chapéu para a mina, para não permitir que sua esposa o pegasse.¹⁸¹ Philomène tinha o costume de esconder moedas dentro da bainha do vestido, pois “o receio de ser roubada pela mãe fazia com que escondesse ali o ganho das horas extras na mina”, narra Zola.¹⁸²

Além dos armazéns das companhias e dos armazéns do SESI, as mulheres compravam também nas “vendas” ou nas “bodegas”, pequenos comércios de subsistência de famílias pobres, onde comprava-se fiado para pagar no dia do pagamento. Quando o pagamento atrasava, atrasava também o pagamento da venda. Mas mesmo quando a mina pagava em dia, havia famílias que sempre ficavam devendo. Possivelmente, muitas dívidas não eram saldadas:

(...) Aqui no Metropol tinha a venda, mas naquele tempo se chamava bodega. Então meus pais diziam: vai lá na bodega comprar meio quilo de café, vai lá na bodega e compra um quilo de açúcar...Era tudo fiado, marcava numa caderneta desse tipo...Então a gente comprava fiado, comprava fumo, comprava por mês. Às vezes passava de mês, porque quando recebia pagava, quando a mina atrasava, atrasava a conta também. Mas tinha que avisar o dono da venda. A gente dizia: agora não dá pra pagar a conta, seu Augusto, mas quando nós recebermos, a gente paga. Aí eles esperavam e quando a gente recebia, pagava e comprava de novo. Não tinha carne, não tinha açougue... Ao cabo de muitos anos que então aí apareceu o açougue do falecido Miguel Nápoli.... Então se comia galinha, ovos e peixe quando pescava...¹⁸³

Algumas das vendas e “bodegas” pertenciam a famílias que tinham neste pequeno negócio uma forma autônoma de subsistência. Neste caso, as esposas eram figuras marcantes, pois enquanto os maridos estavam fora em busca de mercadorias, eram elas que cuidavam das vendas. E mesmo quando ambos estavam em casa, as mulheres participavam ativamente do atendimento e do controle dos preços; também cuidavam da limpeza e sempre faziam algum

¹⁸¹ Luzia da Silva, entrevista citada.

¹⁸² ZOLA, E. Op. cit. p.128.

¹⁸³ Iracema Stefani. Entrevista citada.

tipo de alimento para vender, como pães e doces, por exemplo. É bom lembrar que a venda fazia parte da casa, o que “facilitava” o trabalho das mulheres. Aluísio Azevedo nos dá uma idéia significativa dos afazeres de uma mulher “vendeira”. Numa passagem de sua obra, Azevedo narra os afazeres de Bertoleza, negra escrava que caiu nas mãos de João Romão depois da morte do seu “legítimo” dono. Bertoleza, que havia assumido um novo papel de criada e amante,

(...) varria a casa, cozinhava, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda durante o dia, no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda e, defronte de um fogareiro de barro, fritava fígado e frigia sardinhas, que Romão ia pela manhã, em mangas de camisa, de tamancos e sem meias, comprar à praia do peixe. E demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar, além da sua, a roupa do seu homem, que esta, valha a verdade, não era tanta e nunca passava em todo o mês de alguns pares de calças de zuarte e outras tantas camisas de riscado.¹⁸⁴

Nos armazéns das companhias ou nos armazéns do SESI, os/as trabalhadores/as das minas recebiam um tipo de vale (ordem) para compra. Os vales constituíam-se também em mais uma forma de controle das empresas mineradoras, obrigando as famílias a comprarem em seus armazéns ou nos armazéns conveniados. Mas como estas compras não eram suficientes para suprir as necessidades das famílias, dava-se um jeito de comprar “fiado” nas vendas.¹⁸⁵ Certos produtos eram racionados e em algumas vilas, nos dias de vale ou de pagamento, formavam-se filas para comprar carne e para fazer o “rancho” do mês no armazém. O racionamento gerava as filas que, por sua vez, provocavam muita espera e muitos conflitos.

Na Vila Operária da Próspera, por exemplo, quem quisesse ter o seu quilo de carne da semana tinha que acordar de madrugada, ir até o açougue, marcar o seu lugar, o que

¹⁸⁴ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 29. ed., 1996, p.17.

¹⁸⁵ Geralmente os vales eram cartões de papel contendo o valor e a marca da empresa. Pode-se dizer que era a moeda da empresa. Com isso, as Cias garantiam que seus empregados comprassem em seus armazéns ou nos armazéns conveniados. Ainda esperavam, em troca, uma gratidão por parte dos/as operários/as, porque em seus armazéns os preços eram mais “baratos”.

geralmente era feito com um prato, voltando então para a cama ainda “quentinha”. Quando o açougue abria, mulheres e crianças já estavam enfileiradas esperando sua vez de comprar o seu quinhão de carne. Os operários/as, que iam ou voltavam das minas ainda de madrugada, encontravam aquela enorme fila, aquela “bicha de prato” estendida pela rua em frente ao açougue. Alguns mineiros aproveitavam a ausência de vigilância na madrugada e quebravam os pratos. Pratos quebrados ou pratos trocados eram motivos de muitos conflitos, brigas e falatórios entre as mulheres. Brigas que muitas vezes exigiam a interferência de um dos diretores ou capatazes da Companhia, pois “tinha gente que metia os pés e quebrava os pratos”, lembra Zenaide.¹⁸⁶ Nas lembranças de Avelino,

(...) tinha o açougue ali perto da chaminé. Quando a gente vinha do serviço, tinha aquela bicha de prato. Às vezes a gente passava, pegava um tijolo e ia quebrando. Naquele tempo, levantava-se de madrugada, botava-se o prato na fila e marcava-se o lugar. Na hora que abria o açougue, a gente ia pra lá. Mas tinha gente que trocava o lugar dos pratos, aí dava aquela briga... O Júlio Gomes, que era uma espécie de delegado, era ele que enfrentava a briga de mulheres, porque às vezes a carne não chegava pra todo mundo... No açougue a gente trocava os bodegos ou então os vales...¹⁸⁷

Provavelmente, o clima de tensão nas filas aumentava em função da obrigatoriedade das esposas terem a comida pronta quando seus maridos chegassem da mina. Daí que as “brigas” na fila do açougue não aconteciam apenas em função das filas. Eram, também, conflitos provocados por relações de gênero, revestidos de significados não percebidos diretamente, mas que possivelmente caracterizavam a rigidez de certos papéis previamente definidos, que esperava-se fossem acatados rigorosamente. Para muitas mulheres casadas, se os maridos chegassem em casa e o almoço não estivesse pronto, corria-se o risco de mais um dia de

¹⁸⁶ Zenaide Vieira Serafim. Entrevista citada.

¹⁸⁷ Avelino Nestor, 68 anos. Trabalhou na Sociedade Carbonífera Próspera na década de 40. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/1996. Bodego era um tipo de vale com menor valor de compra.

violência familiar, no qual as esposas eram obrigadas a se defender dos espancamentos dos maridos. Enquanto as mulheres cobravam um salário compatível com o orçamento familiar, os homens exigiam comida, cama e roupa lavada.

Cornelia Eckert, ao analisar as condições de vida e representações dos mineiros de Charqueadas no Rio Grande do Sul, também constatou práticas de violência de mineiros contra suas mulheres. Eckert afirma que a violência acontecia quando a mulher não cumpria as tarefas de sua responsabilidade. Quando ao contrário, era o homem que não cumpria com suas obrigações, a mulher ameaçava uma possível separação. Segundo ainda esta autora, a condição específica do trabalhador mineiro num tipo de trabalho caracterizado como brutalmente desgastante física e psicologicamente, acentuava a possibilidade de violência familiar, caso certos cuidados não fossem tomados. Por isso,

a esposa de um mineiro considera o seu papel como uma tarefa difícil, pela condição de saúde física e psíquica que o marido reflete no lar. Assim, todo o seu comportamento condiz a não sobrecarregar o marido e não incomodá-lo com os problemas domésticos, porque isto pode acarretar uma explosão de violência por parte do marido.¹⁸⁸

Segundo Maria Lúcia Rocha-Coutinho, quando o homem cumpre o seu papel de provedor financeiro da família, exige da esposa, em contrapartida, “uma dedicação sem limites a ele, aos filhos e à casa, bem como uma submissão e obediência a quem, por ser o detentor do dinheiro, se situa como autoridade máxima em casa”.¹⁸⁹ No caso das mulheres da classe operária mineira em questão, não cumprir as obrigações domésticas significava afrontar preceitos tradicionais que, se desrespeitados, implicavam em violência certa. Em muitos casos, as esposas que não cumpriam suas obrigações “naturais” recebiam “conselhos” ou mesmo

¹⁸⁸ ECKERT, Cornelia. Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS. Porto Alegre: UFRGS, 1985, p. 423-424. Dissertação de Mestrado (em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

“advertências” diretas de seus pais, parentes, vizinhos, padres, etc, no sentido de “respeitarem” seus maridos, preservando assim a família e os deveres “sagrados” de uma esposa..

O problema das filas não foi exclusividade das minas de Santa Catarina. Moema Viezzer, por exemplo, também relata, através de Dometila, uma mineira, os problemas nas minas bolivianas. Ao relatar o dia de uma mulher mineira, Dometila descreve minuciosamente os afazeres de mulheres e crianças das famílias mineiras do seu país. Entre eles estavam a ida ao armazém e ao açougue:

(...) Às 8 saio para vender. Os pequenos que vão à escola na parte da tarde me ajudam. É necessário ir ao armazém e trazer os artigos de primeira necessidade. No armazém fazem filas imensas e fica-se até às 11 para se abastecer de alimentos. Fila para a carne, para a verdura, para o óleo. Para tudo é preciso fila. É assim porque cada coisa está num lugar diferente. Então, enquanto vou fazendo as salteñas (um tipo de pastel feito com massa de pão), faço fila para abastecer-me no armazém. Corro na janelinha para buscar as coisas e os meninos ficam vendendo. Depois os meninos vão ficar na fila e eu vendo.¹⁹⁰

O fato de haver fila no açougue ou mesmo no armazém também sugere que as famílias mineiras de Criciúma e região ganhavam o suficiente para que este “valioso” produto alimentício fizesse parte de suas refeições. É possível até dizer que o trabalho nas minas de carvão de Criciúma e região, nas décadas de 40 e 50, representava realmente a possibilidade de obter um rendimento salarial estável, e superior ao que ganhavam com a lavoura ou a pesca. Era exatamente este tipo de discurso que se propagava. Entretanto, há que se ressaltar que as minas pertencentes à CSN, se comparadas às das empresas particulares, que eram maioria, tinham um plano de assistência mais ampla para seus operários/as. Por isso não se

¹⁸⁹ ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

pode generalizar, embora seja preciso reconhecer que o trabalho nas minas propiciava certas vantagens, inacessíveis para muitos até o momento em que ingressavam nas minas.

Além disso, não se pode esquecer que esta “melhora” de vida propiciada pelo trabalho nas minas tinha o seu preço para os trabalhadores: corpos dilacerados pelos trabalhos nos subterrâneos das “trevas” e vidas perdidas daqueles que lá ficavam soterrados. Ou seja, era a forma de recompensar os desgastes físicos, acidentes e mortes nas minas. De qualquer forma, eram estas condições, o salário “melhorzinho” e a garantia de uma “casinha”, que fomentava o intenso fluxo migratório para a região carbonífera. Mesmo assim, a miséria e a fome continuavam presentes no cotidiano desta classe operária. Uma “fome crônica” que, no auge da chamada guerra fria, poderia canalizar toda a “fúria” de uma “multidão” de famintos em direção aos caminhos abertos pelos comunistas. Era o que alertava o médico Boa Nova em seu relatório:

(...) A fome aguda ou crônica põe em perigo também até a própria saúde mental e acarreta tremendos desajustamentos coletivos. Operário algum, bem nutrido, economicamente satisfeito e gozando, com sua respectiva família, de relativo bem-estar, acredita em agitadores inescrupulosos. Mas um operário faminto, com esposa e filhos também padecendo de fome, pelo contrário, crê em tudo, desde que suas necessidades sejam convenientemente exploradas. Um outro operário, igualmente necessitado, torna-se presa fácil de contágio mental de seu infortunado companheiro, podendo então surgir o que em psiquiatria se chama ‘loucura a dois’, responsável pelo denominado delírio das multidões, apavoradas ou enfurecidas pela habilidade com que agem os perturbadores.¹⁹¹

Os registros do sindicato dos mineiros também confirmam o problema da alimentação.

Uma das solicitações dos/as filiados/as do sindicato dos trabalhadores das minas de carvão de

¹⁹⁰ VIEZZER, Moema. “Se me deixam falar...” *Domitila: depoimento de uma mineira boliviana*. SP: Global Ed., 7a. ed., 1982, p.27.

¹⁹¹ BOA NOVA Jr. F. P. Op. cit. p.102. Sua preocupação não era em vão pois, justamente no período de 1952 a 1964, os mineiros conquistaram o sindicato, que antes estava atrelado aos donos das minas, e passaram a deflagrar constantes greves. No Golpe de 1964, o sindicato dos mineiros e suas principais lideranças foram os primeiros alvos dos militares. Prisões, torturas,

Criciúma no período de 1944 a 1954 era o “auxílio-alimentação”, um valor em dinheiro que o sindicato oferecia a seus filiados quando tinha recursos para tal. Assim, por exemplo, em novembro de 1947, a viúva (não cita seu nome) do ex-associado Rosalino Pereira de Lima solicita ao sindicato o aumento para cem cruzeiros do auxílio-alimentação, pois os cinquenta cruzeiros que vinha recebendo não eram suficientes para atender as necessidades alimentares de seus filhos.¹⁹² A alimentação das famílias mineiras também foi motivo de manifestação dos deputados da CPI do carvão de 1957. Neste aspecto, o relator foi taxativo:

(...) Não. Não tem. Não tem boa alimentação. Realizamos, quanto à alimentação, uma inspeção minuciosa, para concluir que, após o desjejum, composto de pão e café, os mineiros servem-se, ao meio-dia, de uma alimentação à base exclusiva de feijão, carne e arroz. Os três elementos em pequenas proporções, muitas vezes inexistindo as carnes. Para 190 operários tivemos ocasião de examinar 20 refeições, e enquanto três delas continham apenas arroz e feijão, a mais parca era composta de angu de milho. Verduras apenas encontramos numa refeição.¹⁹³

No processo de formação do trabalhador mineiro, “a carne” (de gado, principalmente), muito mais do que um produto necessário, passou a configurar um “valor simbólico” de grande importância. Segundo a crença das famílias mineiras, ela constituía um dos alimentos com o poder nutriente necessário para compensar o desgaste físico com os trabalhos nas minas. Era também sinal de prestígio social para as famílias. No entanto, era um alimento raro nas refeições dos mineiros. As mulheres, muitas vezes, tinham que criar estratégias alternativas para dar um jeito de pô-la na mesa.¹⁹⁴ Cabia às mulheres comprar e preparar os alimentos,

desaparecimentos e “mortes acidentais” ainda fazem parte das lembranças daqueles que viveram este período.

¹⁹² Ata n.105. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de Criciúma. 05/06/1948.

¹⁹³ Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as minas de carvão de Santa Catarina. Projeto de Resolução n. 186 de 1959. Criada pela Resolução n. 88 de 1957.

¹⁹⁴ Enquanto a carne de gado, de porco ou mesmo de galinha caracterizavam um certo prestígio social, a carne de peixe era desqualificada e caracterizada como um sinal de pobreza ou

enquanto que aos homens cabia “comer bem” para suportar os trabalhos nas minas. Mas para se ter acesso a uma alimentação de qualidade, inexistiam as condições fundamentais, ou seja, salários com real poder de compra e alimentos com preços acessíveis e estáveis.

Em 1951 existia a chamada Comissão Municipal de Preços, órgão responsável pela fiscalização e tabelamento dos preços em Criciúma. Neste mesmo ano, mais precisamente em 19 de novembro de 1951, segundo Pedro Milanez, os trabalhadores foram até o prefeito da cidade entregar um memorial denunciando os elevados preços dos gêneros alimentícios básicos. O prefeito, por sua vez, comunicou-lhes que iria passar o caso para a referida Comissão, o que gerou reação imediata dos trabalhadores pois, segundo estes, a Comissão era composta por “tubarões”.¹⁹⁵

Em relação aos armazéns e farmácias, Boa Nova também denuncia a existência dos “tubarões” que enriqueciam à custa da miséria dos operários. Não é possível perceber com precisão o alvo de sua denúncia, mas com certeza não eram os armazéns dos mineradores e tampouco o SESI:

(...) Esta situação perdura até hoje. Não há mesmo o menor indício de que providências estejam para ser tomadas para libertar os operários de Criciúma do tubaronato voraz que comercia com alimentos e remédios nessa cidade. Ao lado da riqueza e da prosperidade dos donos de farmácias e armazéns, vemos, compungidos, a miséria e a decadência cada vez maior dos operários das minas.¹⁹⁶

Buscar e cortar lenha também fazia parte dos afazeres das mulheres, junto com suas crianças. Geralmente, formavam-se pequenos grupos de vizinhas e/ou parentes com o objetivo

empobrecimento. Evidentemente, muitas famílias mantiveram o hábito de comer peixe, mas a partir de determinado momento, procuravam não evidenciar isto publicamente.

¹⁹⁵ MILANEZ, P. Op. cit. p.184. Milanez se utiliza de matéria veiculada no jornal local “Folha do Povo” de 19/11/51. O jornal não mencionou a presença de mulheres no movimento de protesto contra o alto custo de vida na “capital do carvão”, mas é certo que elas tenham participado.

¹⁹⁶ BOA NOVA Jr. F. P. Op. cit. p.100. Através desta pesquisa, pude perceber pelo menos 4 tipos de armazéns. Os pertencentes aos proprietários das minas, os do SESI, os de subsistência de

de buscar lenha e gravetos nos matos das proximidades da vila. Alguns homens também participavam desta tarefa, mas sem dúvida ela era realizada predominantemente por mulheres. Como disse Francisca, “nós mulheres, fãmos lenhar todos os dias. Quando a gente via um pau seco, nós metia a mão e trazia aquela lenharada”.¹⁹⁷ Às vezes conseguia-se lenha através da companhia. Eram restos de madeiras que sobravam ou eram descartadas depois de utilizadas nos subsolos. Bastava, para tanto, ter uma “certa amizade” com o capataz da mina. Ou então comprava-se da companhia, a um preço “razoável”. Como relata Zenaide, “a mãe carregava e nós comprávamos da Companhia as costaneiras, que eram aqueles pedaços de madeira que sobravam. Para cortar, usava-se cunha de ferro. A mãe picava lenha pra mim e pra ela. Quando a lenha era verde a gente cortava e fazia aquelas gaiolas pra secar...”¹⁹⁸

Estas atividades garantiam o aquecimento no inverno, água quente para o banho e comida na mesa. Eram tarefas de fundamental importância para as famílias mineiras até o final dos anos 60 e estavam sob a responsabilidade das mulheres (e crianças). Nos dizeres de Perrot, a mulher era uma “coletora incansável, a cidade sob seus passos é como a floresta de antigamente, onde ela recolhia feixes de lenha e tantos outros elementos para a subsistência.”¹⁹⁹ Por tudo isso, pode-se dizer que a maioria das mulheres pertencentes à classe operária mineira de Criciúma e região não tinha como permanecer exclusivamente no interior do seu suposto “habitat natural”.

famílias pobres e também o armazém com característica de estabelecimento comercial e criado para fins lucrativos.

¹⁹⁷ Francisca da Silva Nazário, 72 anos. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/1996.

¹⁹⁸ Zenaide Viera Serafim (filha de Josina). Entrevista citada.

¹⁹⁹ PERROT, M. 1988. Op. cit. p.221.

2.3. Fogão, roupa e mesa: os trabalhos dentro da casa operária

Direcionando agora nossos olhares para dentro da casa, veremos que os trabalhos das mulheres continuam sendo de grande importância para a manutenção e reprodução da força de trabalho utilizada nas minas. Além de cuidar das crianças, da alimentação, limpar a casa, lavar a roupa, buscar água, buscar e cortar lenha, elas ainda encontravam tempo para costurar, tecer, fazer doces, pães para vender, etc. Atividades estas que propiciavam ganhos extras e que, em alguns casos, garantiam o sustento da família. Embora consideradas como um “não-trabalho”, tais atividades nada tinham de complementares. E mesmo que algumas delas não propiciassem rendimentos em moeda, possibilitavam o trabalho dos homens nas minas.

As histórias de vida das mulheres que participaram desta pesquisa nos oferecem a oportunidade de redimensionar suas “contribuições” para a sobrevivência e manutenção das famílias mineiras. A história de vida de Josina, por exemplo, não se resumiu somente ao lavar roupa. Sua história começa aos três anos, idade que tinha quando sua mãe morreu. Seu pai casou-se então com outra mulher, que também veio a falecer. Do primeiro casamento do pai vieram 9 irmãos e do segundo, mais 3. Josina foi criada pela irmã mais velha depois que a mãe morreu. Com a morte da madrasta, seu pai, já em idade avançada, adoentado e sem os cuidados de uma esposa, solicitou a volta de Josina que, além do cuidado do pai e da casa, assumiu também os cuidados dos irmãos do segundo casamento do pai. Esta sua volta para casa provocou um certo descontentamento em sua irmã, com a qual conviveu depois da morte da mãe, pois Josina já estava grande e participava ativamente dos afazeres domésticos.

Nesta época, Josina já havia crescido o suficiente para pensar em namorar e constituir sua própria família. Durante o tempo em que cuidou de seu pai e irmãos, conheceu o vizinho com o qual veio a casar-se. Este tinha uma irmã que era amiga de Josina e gostava de seu

irmão. Então as duas amigas arrumaram um jeito de se ajudar para conquistar seus pretendentes (ambas fugiram). Para o sogro de Josina, tê-la como nora era um bom “negócio”, pois sua esposa estava doente e a última filha solteira tinha “fugido” a pouco tempo. Segundo Josina,

(...) ele só tinha essa filha solteira em casa e a velha era meio adoentada e não gostava do serviço da cozinha. Aí um dia ele disse pro seu filho assim: Zeca, tu vai lá e faz negócio com o Jesuíno (que era o meu irmão) e com a Josina e, se ela quiser, traz ela pra cá, pra ajudar tua mãe.²⁰⁰

Antes de se casar e ter seus próprios filhos, Josina seguiu toda uma trajetória cuidando de crianças, velhos e doentes:

(...) primeiro eu fui criada pela minha irmã e ajudei a criar os filhos dela; depois fui pra casa de minha cunhada que enviuvou e ajudei a cuidar de mais 3 crianças. Enquanto ela esteve doente eu cuidei de tudo, dela e dos filhos dela; depois ela ficou melhorzinha e **já queria namorar** e arrumou namorado; depois fui pra casa de meu irmão, lá tinha mais seis....²⁰¹

Através da fala de Josina percebe-se claramente os papéis sociais que foram definidos para as mulheres e as maneiras informais de controle para que cumprissem certas funções “naturais” femininas. Primeiramente, Josina é incumbida de cuidar de crianças, velhos e doentes, função atribuída exclusivamente às mulheres. Em segundo lugar, a própria Josina tenta enquadrar sua cunhada viúva dentro de certos comportamentos esperados de uma mulher “honesta” e dedicada aos filhos. Por isso a sutileza de sua crítica em relação à cunhada: “depois ela ficou melhorzinha e já queria namorar e arrumou namorado”.

Enquanto morou com sua sogra, Josina teve 4 filhos. Mais tarde, o casal fez uma “casinha” perto da casa do sogro e teve mais dois filhos. Praticamente todo o vestuário da

²⁰⁰ Josina Maria da Conceição. Entrevista citada.

²⁰¹ Idem.

casa e dos filhos era produzido por Josina em um tear manual, uma tradição que ela aprendeu em seu modo de vida anterior, antes de conhecer as minas de Criciúma:

(...) no tempo do meu marido, eu é que botava a roupa em casa. Ele nunca comprou uma peça de roupa pra mim, nem pra ele, nem pra cama, era tudo eu que fazia no tear. Eu plantava algodão, descaroçava, batia, fiava. Eu fiava para minha sogra e ela tecia pra mim...Eu fazia manta, colchão e lençol no tear. Fazia camisa pro marido e roupinhas para as crianças...²⁰²

Com a morte prematura do marido, Josina se viu forçada a trabalhar nas minas de carvão de Criciúma, juntamente com seus filhos e filhas que já estavam “maiorzinhos”. Primeiramente arrumou emprego para seus filhos/as, pois quando seu esposo morreu, estava grávida da sétima criança: “quando meus filhos ficaram maiorzinhos, arrumei serviço na escolha pras meninas e na mina pros meninos mais velhinhos. Minhas duas filhas mais velhas trabalharam na escolha quando tinham uns 16 a 17 anos...”

A participação de Josina nos trabalhos de subsistência começou na infância, perpassou pelo casamento e continuou com a morte prematura do marido, quando ela assumiu sozinha a responsabilidade pelo sustento da família. Muito sacrifício, mas nada de fragilidade. Além disso, é possível que Josina tenha se utilizado da estratégia de “fragilizar o marido e os filhos”, colocando-os em posição de total dependência e tornando-se indispensável, como forma de exercer controle sobre eles, tal como o observado por Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Este “fazer tudo em casa”, como afirma Rocha-Coutinho, possibilita a prática de uma estratégia bastante comum utilizada no espaço doméstico, a cobrança.²⁰³

A história de vida de Ilda da Rosa Vicente também ilustra muito bem a “ajuda” das mulheres para a sobrevivência da família. Sua família era natural de Jaguaruna, município à

²⁰² Idem.

²⁰³ ROCHA-COUTINHO, M.L. Op. cit. p.146-147.

beira-mar, distante uns 40 Km de Criciúma. Antes de vir para Criciúma, a família trabalhava na lavoura, em terras arrendadas. Neste tempo, seus irmãos e irmãs maiores trabalhavam com seu pai na lavoura. Era uma família de 12 filhos, mas 4 meninas morreram, ficando 4 irmãos e 4 irmãs. Suas irmãs, segundo Ilda, além de trabalharem na lavoura, também “ajudavam” nos afazeres domésticos. Seus irmãos, além da lavoura, faziam pescarias. Sua mãe ficava em casa cuidando dos afazeres domésticos e ainda produzindo, em uma máquina de tear manual, tecidos e roupas para toda a família. Quando suas irmãs mais velhas chegavam da lavoura, também ajudavam no manuseio da lã e dos tecidos. Em seu relato, Ilda lembra que sua mãe “não” trabalhava, isto é, trabalhava em casa:

(...) minha mãe não trabalhava, trabalhava em casa. Ela tecia, fiava o algodão assim como esta manta aqui. Era um tear tocado com o pé. Ela fazia lençol, toalha de mesa, fazia roupa, camisas e calças para os homens. Ela pegava lã dos colonos e aí fiava metade pra ela, metade para os colonos...Minhas irmãs trabalhavam na roça, quando chegava a noite, 9, 10 horas ou meia-noite, elas batiam o algodão.... Os meus irmãos trabalhavam na lavoura também, mas quando chegavam em casa, às vezes iam pescar na praia.²⁰⁴

Tudo sugere que, na “concretude do cotidiano” destas famílias, a participação ativa das mulheres nos diversos trabalhos necessários à sobrevivência seguia seu curso normal (embora invisível), mesmo antes de tornarem-se famílias mineiras. Uma realidade que se repetia no novo modo de vida construído na região carbonífera, pelo menos até o final da década de 50. Mas se as mulheres sempre participavam dos trabalhos, em todos os espaços, no olhar masculino elas sempre apareciam como “auxiliares”:

(...) ela me ajudou muito, não de dizer que ela me ajudasse em serviços pesados assim ou na lavoura. Ajudava, mas não muito... Ajudava mais na costura, quando costurava

²⁰⁴ Ilda da Rosa Vicente. Entrevista citada.

para os filhinhos...Eu sempre digo: depois que ela deixou de costurar roupa pra mim, eu nunca mais botei uma roupa a meu gosto. Mas quando ela não pôde mais costurar, eu tive que me acostumar. Ela ajudava também na roça. Às vezes eu ia pra mina e ela ia pra roça ajudar o meu pai...²⁰⁵

O relato acima é de Zeferino da Silva, casado com Cezarina dos Santos Silva, ambos já mencionados no capítulo anterior. Cezarina conheceu Zeferino bem antes de trabalhar na escolha, mas foi durante o tempo em que trabalhou na escolha, junto com Zeferino, que pôde perceber melhor suas qualidades de “bom trabalhador”. O namoro começou de fato no casamento de sua irmã mais velha. Foi neste preciso dia que começaram a conversar sobre coisas de namorados. Casaram-se alguns anos depois e estão juntos até hoje. O casamento seguiu a tradição da etnia italiana: Igreja, convidados e festa. Aliás, das irmãs de Cezarina, apenas uma não seguiu a tradição, isto é, não casou segundo o costume italiano. O casamento antecipou sua saída da mina, direcionando-a para o espaço doméstico e levando-a a assumir definitivamente o cuidado da casa, dos filhos e do marido. Mas além das tarefas domésticas tradicionais, Cezarina ainda cuidava de vacas, porcos, galinhas e tirava leite das vacas. Também costurava para os filhos e o marido e vendia seus serviços de costureira para outras famílias; o leite excedente também era vendido.

Sua história de vida nos mostra que mesmo não estando mais trabalhando na mina, Cezarina, além de dar conta dos afazeres tradicionais da casa, também criou estratégias para manter os ganhos que recebia quando trabalhava na mina. Zeferino, seu marido, ressalta no entanto, que Cezarina lhe “ajudou muito” em sua vida.

Lembrando mais uma vez Alvim, é a divisão de papéis e o sistema de autoridade familiar operante que “explicam o porquê da representação do trabalho feminino e do trabalho dos filhos como um trabalho que contribui para a manutenção da casa como uma ajuda”. Neste

²⁰⁵ Zeferino da Silva. Entrevista citada.

sistema, o referente fundamental está relacionado ao papel atribuído ao homem como chefe de família, “mesmo quando esta ajuda é tão ou mais importante, em termos econômicos”, ficando “passível de entendimento a atribuição de ajuda ao trabalho de filhos e esposas.”²⁰⁶

Neste período, um outro tipo de trabalho exclusivo de mulheres, e não menos importante que os demais mencionados, era o das parteiras. Geralmente, cada vila operária tinha sua parteira. Nas memórias que emergiram durante a realização desta pesquisa, não houve um só caso em que não houvesse, na vida das famílias, o nascimento de filhos/as através destas parteiras. Marli de Oliveira Costa, por exemplo, em seu estudo monográfico, retrata da seguinte forma as condições de saúde na Vila Próspera no período em questão:

(...) Era muito comum morrerem crianças vítimas do sarampo, da tosse cumprida e de outras viroses infantis. Morriam também no parto ou após o mesmo, com o ‘mal-de-sete-dias’ e tétano, pois os partos, em sua maioria, eram feitos por parteiras. A mais famosa foi D. Deolinda que, segundo os moradores, ‘trouxe ao mundo’ metade da população da Próspera. Quando o parto complicava, as mulheres eram levadas para o Dr. Balsini, porém, estas preferiam as parteiras.²⁰⁷

Deolinda pode não ter trazido ao mundo a metade dos moradores da Próspera, como afirma Marli Costa, mas seguramente realizava um tipo de trabalho amplamente dominado pelas mulheres, e que foi sendo gradativamente combatido e privatizado pelo poder médico. Esses, por sua vez, não se cansavam de relacionar o alto índice de mortalidade infantil do período com o trabalho de parteiras “despreparadas, analfabetas e descuidadas”.

“As crianças nasciam em casa com as parteiras e as mulheres que iam para o parto, iam jogando com a sorte”, comentou José da Silva, um dos entrevistados. Ele finaliza sua

²⁰⁶ ALVIM, M. R. B. Op. cit. p.141.

²⁰⁷ COSTA, Marli de Oliveira. A casa operária da Vila Próspera: 1938-1945. Tubarão: UNISUL, Monografia, 1996. Universidade do Sul de Santa Catarina.

observação afirmando que “havia parteiras safadas naquele tempo”²⁰⁸. Mas se com as parteiras a situação podia não ser das melhores, na ausência delas a morte de crianças tornava-se muitas vezes inevitável, como no caso de Julia, por exemplo:

(...) quando foi uma hora da madrugada eu me acordei com dor e naquela época tinha aquela varicela, aquela bichiga preta, tava todo mundo de cama e era proibido um ir na casa do outro, para não se contaminar. Felizmente a minha casa foi a única que não deu...Aí eu me acordei com dor e não tinha quem chamasse ninguém, meu marido não estava, a empregadinha era pequena, tava chovendo e a parteira morava longe...Aí foi indo até que eu ganhei uma menina, achei que tava tudo bem e resolvi esperar até de manhã para depois chamar a parteira. Mas pouco depois eu comecei a sentir outra dor e fui no banheiro, quer dizer, no urinol, e quando fui urinar nasceu outra menina dentro do urinol. Uma ficou quase na cabeceira da cama e a outra ficou no urinol, nos pés da cama. Daí ficou uma lá e outra aqui e eu fiquei assim meio apavorada... Eu não sabia o que fazer, não tinha por quem chamar. Aí eu peguei a menina do urinol, enrolei elas num pano e deixei elas ali até de manhã. Naquele tempo a gente tinha muita vergonha das crianças. Na frente dos filhos eu não dizia palavrão nenhum, eu tinha até vergonha da empregadinha. Quando foi ali perto das 4 horas da madrugada, iam passando duas mulheres e eu reconheci a voz delas, era a parteira que ia passando. Aí eu chamei ela, ela entrou, viu as meninas e disse: duas meninas comadre! Daí ela olhou e falou: comadre, eu vou arrumar primeiro as meninas porque tu pisou elas, ficou uma longe da outra e forçou o umbigo e elas vão morrer porque está sagrando muito o umbiguinho delas. Depois ela perguntou como é que eu ia colocar o nome delas e eu disse: Maria Zali e Maria Zeni. Daí ela batizou em casa. Depois fui me aprontar, eu tava mal e ela me fez algumas massagens, deu uma queimada, aí veio... Quando o meu marido chegou de viagem, as meninas já tinham sido sepultadas e ele nem chegou a vê-las.²⁰⁹

O depoimento de Julia retrata bem a situação dramática vivenciada por muitas famílias da região carbonífera de Santa Catarina no período em questão. Uma situação que provavelmente era amenizada pela atuação das parteiras das vilas operárias, mais um trabalho desempenhado exclusivamente por mulheres. Entretanto, estas parteiras foram fortemente combatidas pelo poder médico que estava lutando para conseguir sua legitimidade na “metrópole do carvão” do pós-guerra. Boa Nova, por exemplo, caracterizando-as sob a

²⁰⁸ José da Silva. Entrevista citada.

²⁰⁹ Julia Madeira Carola. Entrevista citada.

denominação de “curiosas”, utilizou toda a força de seu poder para excluí-las de tais atividades. Entre outros “charlatães”, as rezadeiras e as benzedadeiras não ficaram por menos:

(...) Entre os charlatães, tão numerosos em Criciúma e seus arredores, citam-se: as simples ‘rezadeiras’ e ‘benzedadeiras’, que se limitam a ‘rezar’ ou ‘benzer’ os ferimentos, dores ou quaisquer males de que se queixam os enfermos que as procuram....; e as famosas ‘curiosas’ que, em número elevado e em virtude dos módicos preços cobrados pelos seus ‘serviços’, contam com uma numerosa clientela, e cometem os crimes mais monstruosos, entre os quais citam-se numerosos abortos que elas mesmas provocam, os quais têm custado tão preciosas vidas.²¹⁰

Boa Nova menciona também o caso de uma curandeira “muito conhecida em toda a região e que goza até de certa fama e relativo prestígio, mesmo nas camadas sociais mais desatacadas de Criciúma”. Tratava-se, segundo ele, da “célebre” Mangilia, “velha italiana, muito sagaz, que tão bem sabe explorar os ignorantes e incautos, e que possui até mesmo uma *especialidade: é traumato-ortopedista*, só atendendo portanto a casos de fraturas”. Em relação às parteiras, Boa Nova relata que apesar de existirem 3 “ótimas” parteiras diplomadas em Criciúma, o número de “curiosas” que lhes faziam “deslealíssima” concorrência ultrapassava 20 em todo o município.

Os casos de óbitos de parturientes e recém-nascidos aconteciam principalmente nas “famílias humildes”, atendidas por essas “curiosas” que “continuavam a agir impunemente”. Para combater este “cancro social”, visando principalmente libertar o “operário de condição humilde, ignorante, já tão infeliz na sua pobreza e na miséria”, o médico Boa Nova convoca as autoridades competentes, enfatizando ser necessário combater

²¹⁰ BOA NOVA Jr., F. de P. Op. cit. p.115-116. Os outros “charlatães” a que se refere Boa Nova, são os curandeiros, dentistas e farmacêuticos práticos.

sem esmorecimento e com todas as armas de que dispomos, a influência e a ação perniciosas dos charlatães e curiosas que, como abutres, voejam em torno dos lares humildes dos trabalhadores, na ânsia incontida de maiores desgraças lhes causar. Insistamos, junto às autoridades policiais locais, para que cumpram a lei, movendo intensa perseguição a esses delinquentes. Apelemos, em caso de fracassarem estas novas tentativas, para as autoridades estaduais. Recorramos, por fim, às autoridades federais.²¹¹

Neste aspecto, Eliane da Silva Lopes nos lembra que o discurso médico, antes da preocupação com a saúde da população, investe sobre certas práticas das camadas populares, tentando impor um saber superior e competente. Assim, aquele tipo de saber que as “comadres”, parteiras e “benzedadeiras” detinham vai sendo solapado pela importância das normas médicas e higiênicas, afirma Lopes.²¹²

Segundo Donzelot, até a metade do século XVIII a medicina não tinha interesse nas crianças e mulheres, sendo que estas últimas tinham sua própria medicina, daí surgindo a expressão popular “remédio de comadre”. O parto, as doenças das parturientes e as doenças infantis, afirma Donzelot, eram coisas de “comadres”. Para conquistar este tradicional mercado popular, a medicina investe na “destruição do império das comadres, uma longa luta contra suas práticas, consideradas inúteis e perniciosas”.²¹³

Neste combate entre saber médico e saber popular ocorrido em Criciúma e na região, principalmente nas décadas de 40 e 50, o poder médico conquistou a hegemonia do “mercado”, extinguiu algumas das práticas populares e privatizou outras. As parteiras ainda existem, mas foram conduzidas para o interior dos hospitais, sob a vigilância dos médicos. Alguns “charlatães”, como os dentistas práticos, por exemplo, conseguiram a proteção do clientelismo de certos políticos arraigados na esfera do poder institucional. Algumas

²¹¹ Idem, p. 118.

²¹² LOPES, Eliane da Silva. “A trabalhadora normatizada: mãe e esposas reguladoras”. In: *Foucault vivo*. Org. Ítalo A. Tronca. Campinas, SP: Pontes, 1987, p.123-124.

²¹³ DONZELOT, J. Op. cit. p.24.

cuidados. Já as mulheres tomavam banho no quarto, às vezes na cozinha, mas sempre com a casa ou a porta do quarto fechada; ou ainda na “dispensa”, fechada com uma cortina de pano.

Não havia água encanada nem chuveiros, os banhos eram tomados em gamelas de madeira e mais tarde em banheiras de alumínio. Nas primeiras casas operárias, tomava-se banho na cozinha ou no quarto. Para tomar banho, enchia-se a gamela ou a banheira de alumínio de água quente, sentava-se dentro e, com ajuda de sabão e “esfregão”, lavava-se o corpo. Porém, para aqueles mineiros que chegavam em casa totalmente cobertos pela fina poeira de carvão que ficava encrostada pelo corpo todo, não havia como lavar-se adequadamente sem a “ajuda” das mulheres. De acordo com as lembranças de Iracema,

(...) a gente é que tinha que lavar as costas dele, do marido, porque não existia banheiro e nem chuveiro, não existia água encanada... Então tomava banho de banheira; enchia a banheira d'água, ele lavava o rosto, a frente, ficava de calção, de cueca, e a gente lavava as costas.²¹⁴

Para muitos casais, o momento do banho não se limitava apenas à questão da limpeza corporal. De certa forma, tratava-se de um momento privado, momento em que as crianças estavam brincando; momento de excitação, desejo e sexo. Além de esfregar as costas e as partes que os homens não alcançavam, provavelmente o toque das mãos das mulheres atingia também as partes excitantes do corpo masculino, despertando a ambos para o desejo sexual. Com certeza, esse desejo nem sempre era compartilhado pelas mulheres, mas estas ficavam obrigadas a participar dos desejos sexuais dos maridos. Por outro lado, havia também mulheres que provocavam deliberadamente a excitação do marido, pois o desejo sexual não é um privilégio exclusivo dos homens.

²¹⁴ Iracema Stefani. Entrevista citada.

Neste aspecto, Zola também nos permite fluir melhor nossa imaginação. Ao narrar o banho do mineiro Maheu com sua esposa que o ajudava, Zola comenta que “ele gostava de que ela o ensaboasse, que o esfregasse todo, até cansar os pulsos”. Gozando do único momento agradável do dia, pois à noite não era possível, uma vez que dormiam todos amontoados, Zola narra que era nestes momentos que os mineiros “faziam mais filhos do que queriam”:

(...) Ele abraçou-a de novo, não a deixando mais. O banho dele acabava sempre assim; ela excitava-o ao esfregá-lo com tal vigor, e depois ao secá-lo com panos que lhe faziam cócegas nos cabelos dos braços e do peito. Aliás, por toda a aldeia, essa era a hora das brincadeiras, quando faziam mais filhos do que queriam. À noite não era possível, dormiam todos amontoados. Maheu empurrava a mulher para a mesa, gracejando com o bom humor daqueles que estão gozando do único momento agradável do dia, chamando o que ia fazer de comer sua sobremesa, e uma sobremesa que não lhe custava dinheiro. Ela, balançando seios e quadris, debatia-se um pouco, por brincadeira.²¹⁵

Para as “escolhedeiras”, principalmente as solteiras, a limpeza do corpo e sobretudo das mãos significava muitas vezes um cuidado de capital importância para quem almejasse atrair um futuro pretendente. Por isso, nos finais de semana, dias de missa e “domingueira”, as mãos deveriam estar “limpinhas” e “lisinhas”. Segundo Alice e Catarina,

(...) as mãos da gente criavam até um cascão, não é Catarina? Quando vinha aquele carvão molhado debaixo da mina, criava um cascão...Aí chegava sábado, nós íamos para as figueiras, aquelas figueiras que dão leite, pegávamos uma faca e cortávamos. Depois esfregávamos nas mãos até ficarem lisinhas...[Alice] - Às vezes era leite de mamão; ardia quando tava machucado, não é Alice? [Catarina]- Mas ficavam limpinhas que só vendo, não é Catarina?[Alice].²¹⁶

Nas minas, as mulheres trabalhavam de vestido e a maioria usava chapéu de palha ou lenço sobre a cabeça. Do corpo, o rosto e as mãos eram as partes que mais se sujavam. “As

²¹⁵ ZOLA, E. Op. cit., p.121-123.

²¹⁶ Alice Otília Antunes Cardoso e Catarina Zanette Naspoline, entrevistas citadas.

mãos ficavam, meu Deus! grossas por causa da picaretinha”, comenta Zulma.²¹⁷ Para deixar as mãos “limpinhas” e “lisinhas”, as “escolhedeiras” tinham diversas receitas. Usavam leite de figueira, leite das folhas de mamão, cacos de telha, coque (pedra viscosa resultante da queima da moinha do carvão), areia, etc. Pelo que pude perceber através dos depoimentos de diversas “escolhedeiras”, havia realmente uma preocupação acentuada com a limpeza das mãos. Mulheres que nunca se conheceram, mas que desenvolveram técnicas peculiares para deixar as mãos “limpinhas” e macias como deviam ser, isto é, tal como as imagens idealizadas da época sugeriam:

(...) as mãos ficavam sujas e sabe o que nós fazíamos? Nós pegávamos, enchíamos as mãos de sabão; nós lavávamos as mãos com sabão e deixávamos o sabão nas mãos. Aí, depois que chegava em casa, lavava e saía tudo. Nós também pegávamos aquelas folhas de figo, esfregávamos nas mãos, lavávamos e as mãos ficavam bem macias. Ninguém dizia que nós éramos escolhedeiras... Cada coisa que nós inventávamos para as mãos...²¹⁸

Estes cuidados com a imagem e a higiene do corpo faziam parte das preocupações cotidianas, tanto das mulheres como dos homens, embora de formas diferentes. Mas estas preocupações precisam ser analisadas dentro de um determinado contexto histórico. Neste sentido, Denise Bernuzzi de Sant’Anna nos lembra que o embelezamento feminino tem uma história. Analisando anúncios publicitários, Sant’Anna afirma que, antes dos anos 50, a maioria dos conselheiros de beleza era do sexo masculino, principalmente médicos e escritores moralistas. Estes acreditavam que a “aparência feminina deveria revelar a beleza de uma alma pura, condição para se manter o corpo limpo, belo e fecundo”. Nesta época, segundo Santa’Anna, dificilmente a beleza era aceita como sendo fruto de um trabalho individual e

²¹⁷ Zulma Martins Crispim. Entrevista citada.

²¹⁸ Geni Alexandre João. Entrevista citada.

cotidiano da mulher sobre seu corpo. Nos anos 50, as “musas” de Hollywood invadem as revistas que circulam pelo Brasil. Neste período, ainda segundo Sant’Ana, a beleza passa a ser considerada como algo que depende unicamente da mulher, emergindo desta forma a acusação de “negligência feminina” contra quem se recusava a seguir os ditames da moda daquele momento.²¹⁹

Provavelmente, as mulheres das minas de carvão de Santa Catarina não tinham acesso a essas revistas e, mesmo que tivessem, a maioria não sabia ler. Mesmo assim, de alguma forma, os ideais de embelezamento também germinaram no seio da classe operária mineira. Entre as mulheres trabalhadoras das minas, havia aquelas que procuravam construir uma imagem que não as identificasse como “escolhedeiras”. Sendo o trabalho na escolha realizado por mulheres pobres, é possível que algumas delas, sobretudo as solteiras, mantivessem a preocupação de apresentarem-se em certos locais de maneira que suas imagens não as denunciassem como simples “escolhedeiras”. Mas no caso de serem reconhecidas, era importante, pelo menos, que seus pretendentes percebessem que “apesar” de trabalharem nas minas, eram “mulheres caprichosas”.²²⁰

O cuidado especial com as mãos fazia parte de suas preocupações no sentido de se adequarem aos padrões de beleza idealizados na época. Padrões que certamente deveriam agradar e atrair um futuro pretendente que era, na maioria das vezes, um jovem mineiro. Além disso, não podemos esquecer que as mãos representavam a parte do corpo onde geralmente há o primeiro contato entre dois jovens que estão querendo conhecer-se mais intimamente:

²¹⁹ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p.121-139. As mulheres das famílias mineiras da região carbonífera de Santa Catarina não tinham acesso a revistas com tipo de anúncio publicitário, mas provavelmente apreendiam a ideologia por outros meios.

²²⁰ Nem todas as trabalhadoras, no entanto, sentiam este tipo de vergonha. Pelo contrário, muitas sentiam orgulho em trabalhar na escolha.

(...) a gente vinha preta, escura da poeira do carvão da mina. Então tinha que encher duas ou três bacias de água . A gente fervia uma lata de água e deixava ali por perto... No inverno era o maior trabalho, a mão ficava toda calejada, toda rosada do carvão, mas nós tínhamos que deixar limpinha. Nós usávamos pedrinha, escovinha, leite de mamão. A farinha de milho com vinagre também tirava aquele amarelão que ficava nas mãos... Nos sábados nós fazíamos uma limpeza geral para poder namorar, senão... ficava brabo sair com as mãos sujas daquele jeito...²²¹

Catarina, também uma ex-escolhedeira, lembra que “às vezes, eu não ia no centro dia semana, porque tinha que limpar as mãos. Ir na loja como? Fazer o quê, com aquelas mãos?”.²²² Depoimentos como estes permeiam as memórias de muitas mulheres com quem conversei. Pelo visto, as mulheres das minas também criavam estratégias para se ajustarem aos padrões de beleza de sua época.

Entre os homens mineiros, é possível que houvesse aqueles que se preocupavam mais atentamente com a limpeza do corpo, mas seguramente não era o caso da maioria. Até porque o mineiro era reconhecido publicamente pelos vestígios de carvão encrostado em certas partes do corpo (ao redor dos olhos, unhas, orelhas). Além disso, não pesava sobre eles a mesma cobrança social referente à higiene do corpo exigida para as mulheres. Pelo contrário, estes vestígios os identificavam como trabalhadores das minas: o mineiro. Já para as mulheres, certos “descuidos” com a imagem e a higiene do corpo podiam qualificá-las socialmente como “mulheres relaxadas”. Aquilo que para os homens podia ser um reforço de sua identidade de trabalhador mineiro, para as mulheres podia ser um estigma social. De qualquer forma, faz-se necessário ressaltar que nem todos obedeciam ou seguiam estas normas.

²²¹ Rosa Otília Alves. Trabalhou na Cia. Metropolitana de 1950 a 1956. Natural de Orleans. Antes de virem para Criciúma, seus pais trabalhavam na roça. Rosa teve 4 filhos e nunca se casou. Criou os filhos sozinha.

²²² Catarina Zanette Napoline. Entrevista citada.

Os espaços de encontros e namoros giravam em torno do salão de dança nas “domingueiras”, do futebol, do cinema no centro da cidade ou dos cinemas de algumas vilas operárias, das festas de casamento, festas de Igreja e missas. A grande maioria das famílias mineiras não frequentava a Igreja. Mas os poucos que frequentavam não iam apenas para rezar:

(...) na Igreja a gente tinha um coral, mas a gente dizia coro. Quando a gente subia para cantar, o pessoal ficava embaixo como hoje em dia. Então lá de cima, às vezes, a gente ia ensaiar e passavam alguns rapazes que entravam na Igreja. O meu namorado, por exemplo, a gente jogava bilhete lá de cima... [risos]. Então estes tempos, antes dele falecer, a gente ainda falou sobre isso e ele disse: vocês eram sapecas também, a gente entrava na Igreja e vocês jogavam bilhete na cabeça da gente..²²³

Domingo era o dia mais esperado, pois além do descanso, também era dia de namorar, dançar ou visitar a casa dos pais, do sogro/a e dos compadres, no caso dos casados. Enfim, domingo era um dia em que as mulheres e os homens das minas procuravam vestir suas melhores roupas. Aliás, o “vestir bem” não era apenas uma preocupação das mulheres, mas também dos homens. Este foi um dos aspectos que atraiu Iracema quando percebeu Lavino pela primeira vez: “eu gostava dele porque ele andava bem pronto, ele se arrumava muito bem.”²²⁴ Usar terno aos domingos constituía-se também em um dos hábitos dos mineiros, sobretudo dos jovens solteiros. Durante a semana era permitido vestir-se de qualquer maneira, mas nos domingos o cuidado com a imagem passava a ser uma das preocupações mais importantes. No caso das “escolhedeiras” a situação não era diferente, embora algumas também tivessem este tipo de cuidado nos dias de semana.

²²³ Iracema Stefani. Entrevista citada.

²²⁴ Idem.

Tal como no espaço de trabalho das minas, havia, nas vilas operárias, nítidas divisões étnicas, de classe e de gênero. Estas divisões caracterizavam-se não somente nas casas e locais de moradia, mas também nas festas, bailes e nas “domingueiras”. Os descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, portugueses e os negros diferenciavam-se também nos momentos de divertimentos. Havia o clube para brancos e o clube para negros. Em algumas vilas havia apenas um clube para ambos, mas nos bailes de sábado ou nas “domingueiras” o espaço reservado para dançar era dividido por uma cerca de sarrafo. De um lado os brancos, de outro os negros e, sobre os dois grupos, estavam os olhares vigilantes dos seguranças do clube, que tinham como principal função impedir possíveis “invasões” de espaços e as consequentes brigas.²²⁵

Os locais de encontros e namoros na Vila Metropolitana, segundo Rosa, aconteciam nos dias de missa, no salão de dança, no futebol e nas festas de igreja. Segundo ela, no Metropol não havia clubes separados para brancos e negros, mas nos bailes brancos e negros não se misturavam. O salão ficava dividido, numa parte ficavam os brancos, na outra os negros. Eles trabalhavam juntos, iam à missa na mesma igreja, jogavam futebol no mesmo time; mas no namoro, no casamento e no baile, a regra era não se misturar.

Segundo Perrot, na França do século XIX, o baile tinha múltiplas funções, entre as quais a de reagrupamento das comunidade étnicas, profissionais e de bairro. O baile era “sobretudo um local de aculturação à cidade e de encontro entre os sexos (...); um lugar de busca e desejo, carregado de desafio e de paixão, o que muitas vezes gerava rixas e explosões de brutalidade.”²²⁶ Na “metrópole do carvão”, pode-se dizer que o baile também tinha estas múltiplas funções apontadas por Perrot. Eram locais de encontros, mas também espaços onde

²²⁵ Segundo Terezinha Volpato, os mineiros de descendência italiana viviam geográfica e socialmente isolados dos mineiros luso-brasileiros. Não havia associação ou sindicato que os aproximassem, diz Volpato (VOLPATO, T. Op. cit. p.155).

afloravam conflitos étnicos, rixas decorrentes do trabalho, rivalidades entre mineiros de empresas diferentes, etc.

O campo de futebol também se constituía num local de encontro entre os sexos, embora esta não fosse sua principal característica. Na história contada pelo jornalista José da Silva Jr. sobre um dos mais famosos times catarinense, o Esporte Clube Metropól, ele evidencia a presença de mulheres nos campos de futebol. Segundo José da Silva, o futebol foi um tipo de lazer utilizado pelos proprietários de minas para atenuar os conflitos entre capital e trabalho. Praticamente cada mina tinha seu time, no qual os jogadores-mineiros descarregavam suas tensões, esquecendo temporariamente a brutalidade da exploração a que estavam sujeitos. Muitas partidas (dentro e fora do campo) viravam palco de pancadarias, onde tiros, paus e pedras voavam para todos os lados. As rivalidades aumentavam e as partidas muitas vezes pareciam arenas onde se defrontavam gladiadores. Mas nem sempre a violência era a tônica do futebol. Nos períodos de campeonato, o domingo era dia de futebol e a comunidade operária, formada por homens, mulheres, velhos e crianças, era espectadora ativa. Entre as rivalidades, o autor destaca o clássico entre o Metropól da Companhia Metropolitana e o Comerciário, time pertencente às elites do comércio da cidade.

Sobre a participação das mulheres, José da Silva menciona uma crônica esportiva do repórter gaúcho Henrique Kapel, veiculada no Jornal “O Dia” de Porto Alegre, em 23 de outubro de 1965. Kapel veio à Santa Catarina especialmente para conhecer o Metropól, time que havia tirado o Grêmio (time gaúcho) da Taça Brasil e que já tinha fama no cenário futebolístico nacional. Fica perceptível o olhar de surpresa e admiração do repórter gaúcho em relação à presença marcante do “sexo frágil” nas ruas da cidade e nos campos de futebol:

²²⁶ PERROT, M. 1988. Op. cit., p.222.

A primeira coisa que nos chamou a atenção, já na manhã de domingo em Criciúma, foi o predomínio do sexo frágil nas ruas da cidade. Na praça, então, nem se fala. E que garotas! Mas o mais impressionante nos foi dado a assistir no campo do Metropol. Lá chegamos às 15 horas e o pavilhão social dos donos da casa já se achava lotado e, surpreendam-se, com uma torcida constituída em pelo menos 60% de mulheres. Voltando-nos para os portões de entrada, observamos que de cada cinco pessoas que entravam no estádio, apenas duas eram homens. Durante a partida, os ‘gritinhos histéricos’ da grande torcida de saias cricumense destacou-se, dando a nítida impressão de que quem estava na cancha não eram atletas metropolitanos e comercialinos, mas sim os Beatles. É, fora de dúvidas, Criciúma, uma das poucas cidades do mundo que consegue arrastar a um campo de futebol mais mulheres do que homens.²²⁷

Para as mulheres das minas de Santa Catarina, o mineiro constituía-se num pretendente de prestígio social importante. Havia uma propagação de discursos que procuravam destacar o trabalho nas minas como uma atividade de melhor remuneração na região. Diante deste “status”, muitas mulheres das camadas populares vislumbravam, na figura do mineiro, o marido “ideal” para satisfazer suas aspirações de esposa, mãe e dona-de-casa. Para Raimundo Verdiere, por exemplo, “o cara que era solteiro, que trabalhava na mina, até por sinal ele era procurado, as mocinhas andavam atrás dele. Elas sabiam que o futuro deles já estava feito...”²²⁸ Na verdade, não um futuro “já feito”, mas a ser construído pelo casal, cada um assumindo o papel que a sociedade lhe reservara. Em que pese a hierarquia entre os gêneros, prestigiando o trabalho masculino e desvalorizando o feminino, as atividades das mulheres, tanto quanto as dos homens, foram fundamentais para a sobrevivência e a permanência das famílias mineiras na região carbonífera de Santa Catarina.

Se as “mocinhas” procuravam o mineiro no tempo que este tinha prestígio sócio-econômico, como afirmou Raimundo, o inverso também acontecia. O mineiro não se

²²⁷ SILVA JR., José da. Histórias que a bola esqueceu: a trajetória do Esporte Clube Metropol e de sua torcida. Florianópolis: CMM Comunicação, p. 159, 1996. 240p. O Metropol pertencia à Cia Carbonífera Metropolitana e atuou como time profissional no período de 1959 à 1969. O time era formado por trabalhadores mineiros e jogadores profissionais contratados em outros clubes. Em 1962, o Clube se fez presente nos gramados da Europa, trazendo um resultado surpreendente de 13 vitórias, seis empates e quatro derrotas. A trajetória do Metropol (1959-1969) retrata o período em que o poderio econômico de alguns mineradores era marcante.

constituiu sozinho. Os “mocinhos” também buscavam “mocinhas” que enquadravam-se dentro do perfil inventado e imaginado pela classe operária mineira. O que as diferenciava era a qualificação de “boa esposa”.

2.5. Fugindo, casando, descasando: rupturas e transgressões

Para a indignação da Igreja Católica, a maioria das famílias mineiras da região carbonífera de Santa Catarina não seguia seus ensinamentos. Separações, “abandonos”, infidelidades, casamento só depois do “fato consumado”, tudo isso fazia parte do cotidiano da classe trabalhadora do carvão. Casar-se com 13, 14 ou 15 anos era seguir a tradição de seus pais e avós. Aliás, não casavam, fugiam.

Neste tempo, o hábito de “fugir” para casar ou então ficar “vivendo junto” fazia parte das tradições e das estratégias de sobrevivência das famílias de origem lusa e africana, principalmente. Segundo suas representações, eram os homens que “roubavam” suas amadas, mesmo se todo o planejamento da “fuga” fosse realizado pela mulher. Algumas vezes, o ato de “fugir” representava a única forma de suplantar a reprovação dos pais, mas outras vezes era a maneira encontrada para evitar os encargos sociais de um casamento que certamente muitos não podiam bancar. Geralmente, os pais ficavam ou representavam estar bravos quando o filho ou filha “fugia”, mas depois do “fato consumado”, havia a aceitação, a não ser em casos de conflitos configurados por questões étnicas, rixas entre famílias, homens “aventureiros”, mulheres “faladas”, etc. Verena Stolcke comenta que a fuga é uma das formas encontradas pelas famílias pobres para evitar as despesas do casamento. Segundo Stolcke, “os pais fingem

²²⁸ Raimundo Verdiere. Entrevista citada.

desapontamento e raiva em tais ocasiões, mas frequentemente eles mesmos haviam instigado a fuga.”²²⁹

O planejamento da “fuga” contava sempre com a ajuda de parentes ou amigos, que davam cobertura ou “asilo” para o casal “fugitivo”. Muitas mães participavam ativamente do plano ou davam cobertura, mas fingiam não saber de nada. Passado algum tempo, os “fugitivos”, então considerados casados, retornavam para junto dos pais ou dos sogros até que pudessem ter a sua própria casa. Longe da perenidade defendida pela Igreja, no entanto, muitos casamentos diluíam-se com o passar dos anos. As famílias mineiras nos revelam histórias repletas de rupturas e descontinuidades. Vejamos então, algumas destas histórias.

Iracema Stefani Jorge é filha do segundo casamento de sua mãe. Casou-se, ou melhor, fugiu com 16 anos, e como muitas outras mulheres do seu tempo, saiu da mina e ficou trabalhando em casa. Fugiu com Lavino, um homem que se vestia bem e tinha fama de namorador, segundo suas lembranças. Talvez por isso seu namoro com Lavino não obteve a aprovação imediata de seus pais. Lavino não se enquadrava no perfil de “homem trabalhador” definido pelos pais de Iracema. A solução encontrada por ambos para ficarem juntos foi “fugir” para, depois do fato consumado, casarem-se. O casamento foi rompido por Lavino depois de mais de 20 anos de convívio familiar, deixando aos cuidados de Iracema sete filhos, cinco homens e duas mulheres.²³⁰

²²⁹ STOLCKE, Verena. “A família que não é sagrada”. In: Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Antonio Augusto Arantes (et al.). SP: UNICAMP, 1994, 61-114.

²³⁰ Iracema Stefani, entrevista citada. Iracema, quando solteira, trabalhou de “escolhedeira” na Cia Metropolitana, de 1950 a 1952. Seu pai era descendente de italianos, tinha grande espaço de terra nesta região. Com o tempo foi perdendo ou vendendo as terras para outros colonos. José Stefani, pai de Iracema, encontrou Maria Andreza (futura mãe de Iracema) em Rio Morto, onde juntaram suas vidas. Sua mãe era descendente de índios ou “bugres”, como eram conhecidos. Morava no Rancho dos Bugres, localidade situada no sul de SC. Segundo Iracema, sua mãe era filha única e criou-se em uma família de imigrantes ou descendentes de italianos. Antes de se “juntar” com seu pai, sua mãe já havia se casado e tido sete filhos/as com outro homem, também de descendência italiana. Depois que ficou viúva, casou-se com aquele que viria a ser o pai de Iracema. Neste segundo casamento, teve mais 7 filhos/as, sendo que três morreram quando crianças. Os quatros

A história de vida de Iracema, bem como a de seus pais, está permeada por rupturas e descontinuidades. Sua mãe, provavelmente contra a vontade de seus primeiros filhos, casou-se pela segunda vez; quando Iracema era ainda pequena, seu pai “abandonou” a família (anos depois voltou). Seus irmãos não foram criados dentro do tipo de família preconizado pelos ideais cristãos; por questão de sobrevivência, alguns foram entregues aos cuidados de parentes. Além disso, Iracema manteve a tradição de fugir para casar e, por fim, Lavino, seu esposo, rompeu os laços familiares após 20 anos de casamento, deixando para Iracema a responsabilidade exclusiva pela direção da família.

A trajetória de vida de Rosa certamente deixou muitos “guardiões”, defensores dos bons costumes da época, não só indignados, mas também desejosos de excluí-la da comunidade. Rosa teve três filhos, de pais diferentes, e nunca se casou. De fato, Rosa foi marginalizada e excluída pela comunidade. Porém, nunca dependeu de nenhum homem para sustentar seus filhos, até porque ninguém assumiu a paternidade das crianças. Passados vários anos do nascimento do último filho, Rosa conseguiu conquistar o “respeito” da comunidade, tornando-se, inclusive, uma das lideranças do bairro. Possivelmente, Rosa foi aceita depois que deixou de representar uma “ameaça” para a unidade familiar mineira. Mesmo assim, sua história demonstra que, para ter e manter os filhos, a presença do homem enquanto marido ou pai não foi imprescindível:

(....) a minha vida fora da mina foi braba, foi muito mais braba do que quando eu trabalhava na mina. Eu tinha os filhos e eles tinham que se vestir, comer e estudar. Eu era sozinha, era a mãe e o pai. O primeiro filho eu tive com 16 anos e ele não assumiu. E a mãe solteira, naquele tempo, não tinha o direito sequer de chegar na porta de um

que sobreviveram eram dois homens e duas mulheres, entre as quais Iracema. A situação de miséria sempre acompanhou sua família, mas com o “abandono” inesperado de seu pai, as condições de vida ficaram ainda piores. Uma das soluções encontradas foi entregar seus irmãos menores aos cuidados de outra família.

salão de baile. Ela não era digna, ela não tinha o direito de nada, era só trabalhar, do serviço para casa e da casa para o serviço.²³¹

A fala de Rosa é ainda mais reveladora. Foi pai e mãe num contexto em que sua condição de mãe solteira representava mais um obstáculo a dificultar sua rede de solidariedade para a sobrevivência. Na sua opinião, a vida foi mais difícil fora da mina do que dentro, o que nos sugere que os dispositivos de controle da sociedade (dos vizinhos, da Igreja, dos parentes etc.) também existiam, e muitas vezes com um poder de controle e eficiência muito maior do que o verificado em outros espaços de poder institucionalizados.

A história de namoro e casamento de Raimundo Verdiere e Ascindina Maciel Verdiere também nos faz pensar sobre as idealizações de um passado moralmente mais rígido. Segundo Raimundo, seu romance começou quando seu primo solicitou seus préstimos no sentido de garantir sua casa e família durante suas ausências. Aliás, tanto Raimundo quanto seu primo eram netos de Giácomo Sônego, homem reconhecido e enaltecido oficialmente como o descobridor do carvão de Criciúma no final do século XIX. Seu primo tinha o hábito de ficar nos bares até de madrugada e às vezes nem voltava para casa, um costume mantido por muitos homens até os dias atuais. Neste tempo, segundo Raimundo, Ascindina (Dina), a esposa de seu primo, não se sentia segura em ficar sozinha em casa à noite com suas três meninas, pois moravam num local não muito habitado. Para dar maior segurança a ela e a suas filhas, bem como gozar momentos de despreocupação durante suas saídas noturnas ou viagens, o primo solicitou a Raimundo que ficasse cuidando de sua casa, esposa e filhas

²³¹ Rosa Otília Alves, entrevista citada. Originária de Orleans, Rosa é filha do segundo casamento de seu pai. No primeiro casamento, ele teve 9 filhos, sendo que uma criança morreu logo em seguida à morte da mãe. No segundo casamento, teve 6 filhos. Dois morreram pequenos. Ficando 4 filhas, sendo que uma já faleceu. Seu pai nunca teve terra própria, mas tirava o sustento da família, juntamente com a esposa, do trabalho na roça. Mais tarde começou a trabalhar na mina. A vinda de Rosa e seus pais para Criciúma aconteceu depois que um de seus irmãos (do primeiro casamento do pai) já estava trabalhando na mina e morando em uma das vilas operárias.

durante sua ausência. Raimundo, adolescente prestativo e afeito à amizade do primo e de sua família, não hesitou em prestar este favor. Sem saber, estava iniciando uma relação de amizade permeada de muita emoção, conflitos e tragédia. Raimundo aprofundou os laços de amizade com as crianças e principalmente com a mãe destas. Aliás, do ponto de vista de Raimundo, Dina tinha uma vida de muito tédio e desânimo. Com o tempo começou a notar uma certa infelicidade na esposa de seu primo. Segundo sua opinião, ela tinha um marido muito ausente; uma ausência que era sentida mesmo quando este estava fisicamente presente. E foi nestes constantes momentos de ausência que a relação entre Raimundo e sua “protegida” tornou-se cada vez mais íntima. Depois de certo tempo, quando os dois menos esperavam, já estavam apaixonados. Uma paixão suficientemente forte para contrariar todo o poder normativo e moral de sua época. Fugiram juntos, suportaram todo tipo de pressão e ameaças, foram marginalizados perante a sociedade “legal”, mas ficaram firmes nos seus propósitos amorosos.²³²

Dina também foi “escolhedeira” na sua juventude. Trabalhou na escolha de carvão quando ainda era solteira. Ao relembrar sua rápida trajetória nas minas de carvão, comentou que, no tempo da escolha, carregava as padiolas cheias de pedra e metal morro acima. Trabalhava numa empreiteira da época. Além da escolha, Dina também trabalhou na roça, lavou roupa “pra fora” e fez crochê e tricô para vender. Das muitas greves de mineiros que

²³² Raimundo Verdiere, entrevista citada. Antes de assumirem publicamente a relação, Dina ficou grávida de mais um filho, só que desta vez era de Raimundo, que na época tinha 17 anos. Este primeiro filho que tiveram morreu nos primeiros meses de vida. A relação de amor às escondidas perdurou durante uns três anos, quando decidiram definitivamente enfrentar tudo e todos em prol de sua felicidade. Pela diferença de idade de ambos e a própria condição de mulher casada, comentava-se que Raimundo, um jovem rapaz de apenas 19 anos de idade, não teria condições de suportar toda a pressão dos defensores dos bons costumes, nem de sustentar sua amada. Dizia-se que tudo não passava de uma paixão arrebatadora de um jovem metido a aventuras românticas e que, portanto, passaria tão rápido quanto o som de uma explosão de dinamite no subterrâneo de uma mina. Enganaram-se todos, pois ainda hoje os dois “transgressores” continuam juntos, ele com 73 anos e ela com 81. Ela está acamada, mas tem o cuidado afetivo de Raimundo. Tiveram

vivenciou, sempre participou com Raimundo, fazendo cartazes e faixas e coordenando mulheres para arrecadar fundo de greve. Raimundo era membro do sindicato e do Partido Comunista Brasileiro na década de 50. No Golpe de 64, foi preso junto com outras lideranças locais e levado para o presídio de Curitiba, onde ficou por uns 6 meses. Durante este tempo, a família ficou sob a exclusiva responsabilidade de Dina.²³³

A história de Raimundo e Dina pode parecer uma representação romanceada, permeada de muita tensão e com final feliz. Pode haver também exagero e ficção. Entretanto, a transgressão de ambos é irrefutável. Além da diferença de idade entre estes “amantes” ousados, Dina era casada e tinha três filhas.

Tudo indica que a Dina do primeiro casamento tinha uma vida configurada por uma rotina doméstica depressivamente entediante. Aliás, provavelmente esta era a situação de vida de muitas mulheres do seu tempo. Por isso, não é estranho que tenha se apaixonado por Raimundo, que de certa forma representava uma alternativa de vida melhor. Parece que esta vida de “tédio” também fazia parte do cotidiano de muitas mulheres da classe operária mineira de Santa Catarina. Provavelmente, muitas não suportavam este tipo de vida, mas tiveram que se conformar. Outras, no entanto, romperam e iniciaram novas experiências.

A história de Julia representa o outro lado da moeda, ou seja, a visão de quem se sentiu traída e abandonada. Conheceu e casou-se com o mineiro José Gardino, em Lauro Muller, outra cidade do carvão, distante de Criciúma uns 60 Km aproximadamente. Casou-se dentro da tradição italiana, na Igreja, com festa e convidados, quando tinha 17 anos. Gardino foi um dos mineiros que abriu a primeira mina nesta localidade. Tiveram 12 filhos, sendo que 7 morreram no nascimento ou nos primeiros anos de vida. Depois que largou o serviço das

mais 6 filhos, dois homens e 4 mulheres. As três meninas do primeiro casamento de Dina ficaram a princípio com o pai, mas passado algum tempo, foram morar com a mãe e seu novo homem.

²³³ Ascindina Maciel Verdiere. Entrevista realizada em Agosto/96.

minas, Gardino dedicou-se a uma vida de negociante, tornando-se dono de armazém. Enquanto Zé Gardino cuidava dos negócios fora de casa, Julia cuidava do armazém, da produção e engarrafamento das bebidas e do atendimento da casa e dos filhos. Podemos dizer que ela era uma “mulher vendeira”.

Nos primeiros 10 anos de casamento, sua vida seguiu uma rotina similar à de qualquer outra família do seu tempo. Mas um dia Gardino começou a enveredar-se pelos caminhos da “perdição”, da infidelidade conjugal. Sua relação com a família foi se deteriorando, chegando em certos momentos a extravasar violência contra os filhos e a esposa. Para Julia, no entanto, Gardino desviou-se da vida familiar devido “às benzeduras” de uma outra mulher. Esta foi a explicação encontrada por ela para entender a mudança de comportamento do marido. Uma mudança caracterizada muitas vezes por atos de violência. Para Julia, Gardino havia sido “enfeitiçado” por Chica, mulher casada que mais tarde viria a tornar-se sua amante e esposa definitiva:

(...) ele pegou a gostar dela, a sair com ela. Os vizinhos e amigos contavam pra mim e eu perguntava pra ele e ele dizia que não era, não era verdade. Até que um dia ele não ligava mais; quando via ela, ficava louquinho, louquinho; perdeu toda a vergonha. Ela tinha marido e dois filhos...²³⁴

A partir daí, segundo as lembranças emocionadas de Julia, Gardino começou a dormir com Chica, mas ainda durante o dia ficava em sua “legítima” casa. Aconselhada pelos vizinhos, parentes, compadres e comadres, Julia tentou recuperar o casamento mas, pelo visto, suas constantes rezas não foram ouvidas:

²³⁴ Julia Madeira Carola. Entrevista citada.

(...) aí os vizinhos disseram pra mim: dona Julia, não briga com ele, a senhora deve dar carinho para ele sempre. Aí eu dava muito carinho para ele, mas quando chegava a noite, que ele começava a se aprontar pra ir pra lá, eu chorava muito. Tinha muita gente na venda que ficava até de madrugada jogando. Eu pedia para ele não ir e dizia: oh velhinho, não vai hoje não. Aí ele ficava sério e triste; ele ia e eu ficava vendo ele indo... Às vezes ele vinha de manhã cedo, às vezes chegava de madrugada... [lágrimas...] ²³⁵

Tudo leva a crer que Gardino realmente apaixonou-se por Chica. Aliás, levando em consideração a sua constante ausência na família, é bem possível que seu amor por Julia tivesse acabado há muito tempo. Mas romper um casamento naquele tempo -e, certamente, em qualquer tempo- não era uma decisão muito fácil, mesmo para homens, com quem a sociedade sempre foi mais flexível, em relação às aventuras amorosas. Talvez por isso, Julia, mesmo sabendo do caso da amante de seu marido, não desistiu de tentar salvar seu casamento. Mas suas constantes orações foram em vão, pois Gardino assumiu definitivamente o convívio marital com a amante, constituindo uma nova família com a qual conviveu até os 72 dois anos de idade, quando veio a falecer. A partir da separação definitiva, Julia iniciou sua trajetória de mulher mineira e, aos 36 anos de idade, começou a trabalhar na mina de carvão, que deixou somente 25 anos depois. ²³⁶

Histórias como esta fazem parte das trajetórias de vida de muitas famílias mineiras da região carbonífera. Separações, abandonos e traições estão presentes na “concretude” do seu

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem. A partir deste dia, Zé Gardino decidiu ir embora e deixar tudo para trás. Pagou suas contas e foi-se embora, mas não levou a amante. Três meses depois mandou o recado, através de um compadre, de que queria voltar para a família. Na ilusão de ver recomposta a família, Julia aceitou-o de volta. Venderam tudo o que tinham e foram morar na região de Rio do Sul, onde também abriram um armazém. Mas parece que a “desgraça” perseguiu a vida de Julia, pois Gardino, depois de ter apitado uma partida de futebol, foi “emboscado” por um dos jogadores que havia perdido a partida. Gardino, que também estava armado, respondeu com tiros, provocando a morte do agressor algumas horas mais tarde. Ficou preso por cerca de dois anos e foi solto por bom comportamento. A vítima, além de não ser considerada um “bom cidadão”, o havia jurado de morte, segundo testemunhas. Mais uma vez Julia ficou sozinha, cuidando dos filhos e do armazém. Quando saiu da prisão, Gardino voltou para casa, mas tempos depois foi viver definitivamente com Chica, sua antiga amada. Deixou, no entanto, mais um filho no ventre de Julia.

cotidiano. O “medo” da infidelidade ronda seus imaginários e representações e, muitas vezes, antecipa atos de violência. Aliás, talvez não seja sem sentido que uma das principais brincadeiras que se percebe entre os mineiros até hoje esteja sempre relacionada às questões de infidelidade. Expressões como “cata-corno” (meio de transporte dos mineiros: caminhão ou ônibus), “quebrar os cornos” (ameaça), “pau mandado” (homens que se deixam dominar pelas esposas ou namoradas) etc., fazem parte de sua linguagem habitual.

Sobre esta questão, Cláudia Fonseca, ao pesquisar o modo de vida da população urbana de baixa renda de um dos bairros populares de Porto Alegre, sugere (sem ser funcionalista) “que a gozação seria uma maneira de estigmatizar desviantes, tendo como consequência o reforço da norma vigente”.²³⁷

José da Silva, em seu relato de memória, também lembrou que na Vila Próspera, na segunda metade da década de 50, havia uma rua conhecida popularmente por “rua do Fogo”. A denominação foi dada por alguns moradores da Vila em virtude das constantes brigas de casais, devido às “traições” das mulheres. Segundo José, a rua “tinha o apelido de rua do Fogo de tanta mulher safada que havia nesta rua”.²³⁸ Parece que, para alguns mineiros, a questão da infidelidade masculina era ou ainda é entendida como uma prática “natural”, necessária, inclusive, para a afirmação de sua identidade de “homem-macho”. No caso da infidelidade feminina, entendem como uma transgressão “safada e sem-vergonha”.

Segundo Maria Lúcia Rocha-Coutinho, em função de uma suposta “natureza” masculina que necessitava atividades sexuais com outras mulheres, a sociedade não só era mais benevolente com os homens (mesmo os casados), como também os estimulava a isso, por ser um símbolo de masculinidade. Quanto à esposa, continua Rocha-Coutinho, “esta deveria ser

²³⁷ FONSECA, Claudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: Uma questão de gênero. Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini (orgs.). SP: Fundação Carlos Chagas, 1992.

complacente e ‘fazer vista grossa’, desde que tais ligações não comprometessem a atuação do seu marido como chefe de família em casa”.²³⁹

A existência da “rua do Fogo” nos faz pensar e relativizar²³⁸ as representações idealizadas do suposto pudor feminino ou daquilo que a sociedade esperava das mulheres, como mostrou Rocha-Coutinho. Fonseca, por exemplo, comenta que nas etnografias sobre a honra “existe em geral a suposição de que as mulheres constróem sua identidade em torno dos ideais de honra familiar, castidade e pudor”. Os homens, diz ela, estabelecem as regras e as mulheres se submetem ao jogo. Resta saber quem sofre e quem lucra com o sistema, afirma Fonseca.²⁴⁰

Luzia, além de lembrar o caso de sua comadre que pegou o marido na privada com a vizinha, também recordou que em determinado momento a Sociedade Carbonífera Próspera ofereceu um tipo de gratificação de produtividade a seus trabalhadores, uma gratificação festejada pelas prostitutas de “maracangalha”. Segundo ela, as prostitutas prepararam uma recepção calorosa aos mineiros, fazendo inclusive uma faixa que dizia: “salve o sobre-lucro da Próspera”. Mas se este estímulo de produtividade aos mineiros foi motivo de festa para as prostitutas, para as esposas e o padre local, foi motivo de revolta e indignação. Padre Manoel, segundo Luzia, dedicou praticamente todo seu sermão de domingo ao episódio, chamando atenção dos homens de bem que colocavam em perigo a segurança moral de suas famílias. Em tom irado, Padre Manuel não se conteve, alertou a “estes homens galhudos” que refletissem melhor sobre seus atos, antes que fosse tarde demais.²⁴¹ O médico Boa Nova, nestas questões, também não deixou por menos:

²³⁸ José da Silva. Entrevista citada.

²³⁹ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., p.106.

²⁴⁰ FONSECA, C. Op. cit., p.317.

²⁴¹ Luzia da Silva. Entrevista citada.

(...) A vida boêmia a que certos operários de Criciúma se entregam, alguns mesmo legalmente casados, constitui outro desregramento de vida que concorre preponderantemente para a existência de muitos casos de fadiga entre o operariado da região. Noitadas alegres em antros sórdidos povoados de infelizes mercadoras em precárias condições de saúde, sub-alimentadas e portadoras das mais variadas enfermidades, entre as quais já fora constatados até casos de tuberculose aberta, afora as que comumente campeiam nos “bas-fonds” de todas as cidades, são passadas em claro por muitos operários, num desperdício de dinheiro, ganho à custa de inauditos esforços, de saúde, às vezes bastante precária, e de energia quase sempre minguada.²⁴²

Talvez isto explique a existência da “rua do Fogo” e as diversas histórias, configuradas por representações e brincadeiras, em torno das questões conjugais. Realidades vividas, representadas e reproduzidas no cotidiano de uma cultura em processo de constituição. E neste caso, o que fica evidente é que as “traições” eram praticadas tanto por homens quanto por mulheres.

Enfim, o que é possível constatar no mundo destas famílias, e especificamente no caso das “ex-escolhedeiras”, são histórias marcadas por muitas rupturas, transgressões e conflitos, fomentados, muitas vezes pela imposição da “camisa-de-força” dos papéis e identidades de gênero. De qualquer forma, a história de muitas mulheres das minas nos mostram que elas criaram seus filhos e participaram do desenvolvimento da cidade, mesmo sem a presença da figura definida como o pilar central da família, ou seja, o homem chefe de família. E as que permaneceram com seus maridos não deixaram de trabalhar, dentro ou fora do espaço doméstico, embora suas ações tenham se concentrado mais neste.²⁴³ Muitas resistiam ao poder disciplinar imposto pelos proprietários das minas, e também transgrediam certos papéis e identidades de gênero idealizados pela sociedade. Suas histórias, por si sós, desbancam o mito

²⁴² BOA NOVA Jr. F. P. Op. cit. p.66.

²⁴³ Entre as mulheres com quem conversei, 7 continuavam casadas, 7 eram viúvas há mais de 20 anos em média, sendo que apenas uma voltou a casar novamente, e 4 foram “abandonadas” por seus maridos. Havia uma mãe solteira, com 4 filhos de pais diferentes, e uma que abandonou seu primeiro casamento para “juntar-se” com seu amante.

da fragilidade feminina e a idéia de que, para sobreviver, as mulheres teriam necessariamente que contar com a “proteção” de um homem ou, em último caso, do Estado.

CAPITULO III - A MASCULINIZAÇÃO DAS MINAS E A REDEFINIÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

3.1. O fetiche do gênero

À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas.

Karl Marx²⁴⁴

Da mesma forma que há um fetiche em torno da mercadoria, tal como desvendou com muita precisão Marx, parece que por muito tempo também houve um “fetichismo” em torno da definição dos papéis sociais femininos e masculinos. Neste sentido, poderíamos até dizer, parafraseando Marx, que “à primeira vista, o feminino e o masculino parecem ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas.”

De forma diferente, mas utilizando-se de “sutilezas” naturalizadas, os discursos que objetivavam “proteger” as mulheres, direcionando-as para determinados espaços “apropriados” ao sexo feminino, fundamentavam-se nas diferenças biológicas. De certa forma, esses discursos criavam um “fetiche”, onde transpareciam apenas as diferenças advindas do corpo anatômico. Dito de outra forma, tudo indica que o processo de construção social do homem e da mulher também passou pelas “sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”.

²⁴⁴ MARX, K. Op. cit. p.79.

Os discursos naturalistas do século XIX, por exemplo, sustentavam a existência de dois gêneros com características e destinos diferentes. “Aos homens o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”, comenta Perrot.²⁴⁵ Nos dizeres de Joan Scott, este tipo de discurso legitimava “uma divisão sexual no mercado de trabalho, concentrando as mulheres em alguns empregos e não em outros, colocando-as sempre na base de qualquer hierarquia ocupacional e estabelecendo os seus salários abaixo do nível básico de subsistência”.²⁴⁶

O Brasil de séculos passados -e também deste século- não ficou imune a esse tipo de discurso. Marina Maluf, por exemplo, ao analisar o discurso de um neurologista e psiquiatra pernambucano em 1923, demonstra que o mesmo relacionava o espaço familiar e profissional distintamente para cada gênero.²⁴⁷ Segundo Marina Maluf, identidade e papéis, relacionados aos gêneros, são construções históricas e sociais que respondem a determinados padrões culturais. As determinações biológicas não são fatores decisivos, mas as sociedades definem essas identidades e papéis com discursos naturais, derivados das diferenças sexuais.²⁴⁸

Maria Lúcia Rocha-Coutinho comenta que a diferença de papéis, longe de natural, passa por um processo de construção através de “concepções romanceadas, cientificamente ratificadas” e apoiadas ideologicamente em filosofias “racionalistas”. Essas concepções são geralmente dominadas por homens, mas com o aval e o apoio indireto de muitas mulheres, afirma Rocha-Coutinho. Segundo a mesma, a estratégia de confinar a mulher ao lar, reservando o espaço público, de maior poder e prestígio social, aos homens, foi veiculada pela literatura, pelas artes e pela ciência (inclusive a medicina e a psicologia) desenvolvidas,

²⁴⁵ PERROT, M. 1988. Op. cit. p.177.

²⁴⁶ SCOTT, J. 1991. Op. cit., p.454.

²⁴⁷ MALUF, Marina. Ruídos da Memória. SP: Siciliano, 1995, p.201.

principalmente, na Europa do século XIX. Daí surgiu a distinção “natural” entre o homem (forte, racional, inteligente, dominador) e a mulher (frágil, intuitiva, sensível, emocional e passiva). Ainda hoje, continua Rocha-Coutinho,²⁴⁸

por trás de discursos e à margem de declarações oficiais, se ouve a opinião de que o lar e a educação dos filhos sempre foram e devem continuar sendo atribuições das mulheres e que, devido à sua constituição física e espiritual, as mulheres devem ser afastadas do trabalho físico pesado, bem como das atividades que lhes exigem muito intelectualmente. Tal posição vem possibilitando o domínio do homem sobre a mulher, disfarçando-o sob a capa da proteção, ao mesmo tempo que tem levado a mulher a desenvolver um tipo de controle muito sutil e especial dentro da casa, controle este do qual muitas mulheres têm dificuldade em abrir mão, arcando com a sobrecarga de trabalho que lhes acarreta esta dificuldade em compartilhar com o esposo os afazeres domésticos e a educação dos filhos.²⁴⁹

Sidney Chalhoub, ao dialogar com Jurandir F. Costa, que analisou as teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, também comenta o discurso que procurava estabelecer a “verdade científica” que explica as diferenças entre os sexos. Utilizando o discurso de um dos “doutores” da época, analisado por Costa, Chalhoub comenta que “a primeira constatação era a de que a mulher era mais frágil fisicamente do que o homem. Desta fragilidade física advinham a delicadeza e a debilidade moral da mulher”.²⁵⁰

Embora o saber médico tenha sido um dos principais difusores da sustentação “científica” para explicar as diferenças de gênero através das diferenças biológicas, ele não atuou sozinho. Do processo de construção e divulgação dos papéis sociais relativos aos gêneros outros poderes também participaram. Os estereótipos idealizados para ambos os sexos contaram com diversos porta-vozes, entre eles filósofos, economistas, juristas, jornalistas, sindicalistas, etc. Sem contar, é claro, com o milenar discurso do cristianismo, da Igreja Católica e suas ramificações a partir da Reforma Protestante.

²⁴⁸ Idem, p.204.

²⁴⁹ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., p.42-45.

²⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. SP: Brasiliense, 1986. p.118.

Com o aparecimento da sociedade industrial, sobretudo em sua fase inicial, diversos discursos surgiram para explicar o que iria acontecer aos trabalhadores e, particularmente, às trabalhadoras, diante da nova realidade que começava a solidificar-se. Para Karl Marx, por exemplo, o aparecimento das máquinas na indústria fabril da Inglaterra do século XIX facilitava a exploração de mulheres e crianças, uma vez que a mecanização tornava os serviços mais leves:

// (...) Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças.²⁵¹ ¶¶

Levando em consideração que a indignação de Marx diante das consequências da introdução das maquinarias era mais com a exploração de seres “naturalmente frágeis” e deslocados de suas funções “naturais”, percebe-se em seu discurso a idéia de um determinado modelo de homem e mulher e a distinção hierarquizada do papel de cada sexo. Entretanto, parece que o discurso da fragilidade das mulheres como derivativa da própria natureza feminina não encontra respaldo na realidade vivida por muitas mulheres, sobretudo as mulheres operárias da mesma época de Marx. Zola, por exemplo, mesmo com um olhar de estranhamento e espanto perante a “destreza” de uma das mulheres na mina, nos dá uma idéia desta suposta fragilidade natural:

(...) O que espantava era a força dessa criança [Catherine], uma força nervosa em que havia muito de destreza. Ela carregava seu vagonete mais ligeiro do que ele, com pazadas regulares e rápidas; a seguir empurrava o carro até o plano inclinado, com um único e lento impulso, sem dificuldade, passando facilmente sob as rochas baixas. Ele se machucava, descarrilava, perdia o rumo.²⁵²

²⁵¹ MARX, K. Op.cit. 1994, p.449.

²⁵² ZOLA, É. Op. cit. p. 47.

Ao que parece, ao narrar este momento de “destreza” de sua personagem, Zola também utiliza parâmetros estereotipados, talvez por isso o seu olhar de espanto. De qualquer forma, percebe-se que a experiência vivida por muitas mulheres desmistifica os discursos naturalistas, abstratos e universalizantes.

Para não ficarmos apenas numa literatura reconhecida como ficcional, talvez um outro exemplo seja pertinente nesse momento. Engels, depois de comentar e denunciar a exploração do trabalho de crianças nas minas de carvão e ferro da Inglaterra (séc. XIX), nos dá uma idéia do tipo de trabalho que mulheres faziam naquele tempo:

(...) Em compensação, o transporte do carvão e do minério de ferro é um trabalho muito penoso, pois é preciso arrastar estes materiais em cestos de grandes dimensões e sem rodas, sobre o chão irregular da galeria ou sobre a argila úmida, ou ainda na água, e muitas vezes içá-los ao longo de encostas abruptas e através de corredores tão estreitos em alguns locais que os operários têm de andar de quatro. É por isso que utilizam rapazes mais velhos e **moças adolescentes para este fatigante trabalho** [sem grifo no original].²⁵³

No que diz respeito aos papéis masculinos e femininos, tanto Marx como Engels apoiam-se numa suposta naturalidade predeterminada. Em outra passagem, Marx, ao demonstrar sua indignação com a exploração capitalista das mulheres e crianças, relaciona a mortalidade infantil da época com a ausência das mães nos cuidados da casa e dos filhos:

(...) Conforme demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, pondo-se de lado circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente de trabalharem as mães fora de casa. Daí resulta serem as crianças abandonadas e mal cuidadas. Esse desleixo se revela na alimentação inadequada ou insuficiente e no emprego de narcóticos; além disso, as mães, desnaturadamente, se tornam estranhas a seus próprios filhos, e intencionalmente os deixam morrer de fome ou os envenenam.²⁵⁴

²⁵³ ENGELS, F. Op. cit.

²⁵⁴ MARX, K. Op. cit. p.453-454.

De certa forma, esta visão também era compartilhada por seu amigo Engels, que ao comentar a presença da mão-de-obra feminina nas minas, ressaltava que “o trabalho das mulheres [nas minas] tem as mesmas consequências que nas fábricas; dissolve a família e torna as mães completamente incapazes de se dedicar às suas ocupações domésticas”.²⁵⁵ É preciso reconhecer que a brutalidade da exploração capitalista e as condições de trabalho denunciadas por Marx e Engels naquele contexto histórico legitimam seus discursos. Mesmo assim, faz-se necessário salientar suas concepções de gênero, uma vez que ambos deixam claro, pelo menos nas obras mencionadas, que o espaço feminino é “naturalmente” o doméstico, no cuidado da casa, dos filhos e provavelmente do marido. Marx, por exemplo, aponta a degradação física, social e moral das mulheres, mas não questiona a divisão sexual de trabalho que determinou para as mulheres o cuidado com a casa e os filhos.²⁵⁶

Nestas questões, Joan Scott lembra que o discurso dominante no século XIX definia o trabalho da mulher fora do espaço doméstico como uma violação da sua natureza. Os discursos sobre as mulheres trabalhadoras representavam-nas não como agentes de produção maltratados, mas como uma patologia social. Neste sentido, o trabalho da mulher

era geralmente apresentado não em termos da satisfação ou das dificuldades que o trabalho oferecia à mulher individualmente, nem da sua longa e contínua história de participação na força de trabalho, nem da iniquidade dos seus salários abaixo do nível de subsistência, mas em termos dos efeitos do esforço físico nas capacidades reprodutoras dos seus corpos e do impacto da sua presumível ausência do lar na disciplina e na higiene das suas casas. Mesmo propostas que não assumiam que trabalho e feminilidade eram incompatíveis, baseavam os seus apelos nessa noção, sublinhando os efeitos da exploração sobre a vida familiar ou sobre a maternidade.²⁵⁶

Além disso, é bom lembrar que o ideal de maternidade, desenvolvido no século XVIII e amplamente reforçado pelas teorias científicas do século XIX, como afirma Rocha-Coutinho, criou o mecanismo de culpabilidade das mães. A partir daí, “o filho começa a ser visto como o

²⁵⁵ ENGELS, F. Op. cit. p.282.

sinal e o critério de sua virtude ou vício, de sua vitória ou falha”. E da mesma forma que “a sociedade estava de acordo em santificar a mãe admirável, a boa mãe, ela estava também de acordo em castigar a que fracassava em sua missão sagrada, a mãe má.” Assim, a mulher vai interiorizando estes discursos e estabelecendo uma vigilância sobre si mesma, passando a se sentir mal quando não consegue cumprir o papel de “boa mãe”.²⁵⁷ Possivelmente, foi em torno desses discursos que emergiu o estigma de mãe “desnaturada”, tal como sugere Marx.

Percebe-se, nos relatos de Marx, os mecanismos e estratégias que procuraram excluir as mulheres do espaço das minas. O relatório do comitê de membros da Câmara dos Comuns da Inglaterra, de 23 de Julho de 1866, o “Report From The Select Committee on Mines”, já mencionado no capítulo primeiro desta pesquisa, mostra “interesses” e “preocupações” dos proprietários e trabalhadores em relação ao trabalho de mulheres nas minas. Para lembrar, o trabalho da comissão foi realizado em forma de inquérito. Segundo Marx, os inquiridores eram parlamentares, entre eles havia donos ou exploradores de minas. Eis uma parte do inquérito citado por Marx sobre as questões das mulheres nas minas:

Que pensam os operários a respeito do emprego de mulheres nas minas? - Condenam isso geralmente (n.648). Por quê? - Consideram degradante para o sexo (n.649)...Elas vestem uma roupa de estilo masculino. Em muitos casos desaparece o pudor. Há umas que fumam. O trabalho é tão sujo quanto o que se realiza dentro das minas. Muitas delas são casadas e não podem cumprir suas obrigações domésticas (ns. 651 e seguintes, 701 e 709). Podem as viúvas obter noutra parte ocupação tão rendosa (de 8 a 10 xilens por semana)? - Nada posso dizer sobre o assunto (n.710). E apesar disso (ó coração de pedra!), estais decidido a tirar delas esse ganha-pão? - Sem dúvida (n.1715). Por quê? - Nós, operários das minas, respeitamos muito o belo sexo para vê-lo condenado ao trabalho das minas... Esse trabalho é em grande parte muito pesado. Muitas das jovens carregam até 10 toneladas por dia (n. 1732). Acreditais que as empregadas nas minas são mais imorais de que as mulheres que trabalham nas fábricas? - A percentagem das ruins é maior nas minas do que nas fábricas (n.1733). Mas também não estais satisfeito com a situação da moralidade nas fábricas? - Não (1734). Quereis também proibir o trabalho das mulheres nas fábricas? - Não (n.1735). Por que não? - Porque é mais digno e mais adequado ao sexo feminino (n.1736). Apesar disso, é prejudicial à moralidade,

²⁵⁶ SCOTT, J. 1991. Op. cit., p.472.

²⁵⁷ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., p.37-38.

segundo vossa opinião? - Não, de modo algum não tanto quanto o trabalho nas minas. Além disso, não falo apenas do ponto de vista moral, mas também do físico e do social. A degradação social das jovens é deplorável e extrema. Quando se tornam esposas dos operários das minas, são os homens as vítimas dessa degradação, que os faz deixarem o lar e se entregarem à bebida (n. 1737).²⁵⁸

Neste embate entre o desejo dos proprietários em manter a lucrativa exploração de uma força de trabalho e a luta dos trabalhadores para tirar as mulheres e crianças das minas, Marx não vacilou: ficou do lado dos trabalhadores. Tanto Marx como o operário inquirido estavam preocupados com a degradação física e moral das mulheres, que ficavam impossibilitadas de cumprir seus papéis “naturais”, provocando com isto o “sofrimento” dos homens que, “desamparados”, entregavam-se à bebida. Ambos “esqueciam” que as minas também prejudicavam a saúde dos homens.

Esta vontade de excluir as mulheres das minas encontra-se expressa também na obra de Zola. Ao narrar o momento em que a greve dos mineiros começava a se alastrar por diversas minas, Zola fala do passeio de carruagem das filhas e da esposa de um dos proprietários, quando passavam por uma região “sob a qual, havia séculos, queimava uma jazida de hulha”. A explicação popular que dava sentido a este “inferno” baseava-se em uma lenda construída em torno das “almas criminosas” de antigas “gradadoras”. Era uma lenda muito antiga, a que narra Zola:

os mineiros da região contavam uma história sobre uma bola de fogo caindo do céu e atingindo aquela sodoma das entranhas da terra, onde as gradadoras manchavam-se de abominações. O fogo se espalhara com tanta rapidez que elas não tinham tido tempo de escapar e ainda hoje ardiam no fundo daquele inferno. As rochas calcinadas, de um vermelho escuro, cobriam-se de uma eflorescência de alúmen, que era como uma lepra. O enxofre brotava em florações amarelas nas bordas das fissuras. De noite, os corajosos que ousavam espiar por esses buracos juravam ver as chamas e as almas criminosas

²⁵⁸ MARX, K. Op. cit., p.570. Marx também lembra que o trabalho de mulheres no subsolo das minas havia sido proibido desde 1842, sendo permitido apenas o trabalho na superfície. Segundo ele, algumas leis não passavam de letras mortas.

debatendo-se no braseiro interior. Labaredas errantes corriam à flor do solo, vapores quentes, expelindo o fedor da imunda cozinha do diabo, fumegavam continuamente...²⁵⁹

Zola mostra que a lenda inventada para dar significado a um fenômeno desconhecido referia-se exclusivamente às trabalhadoras das minas. Os homens, que também trabalhavam nas minas, não aparecem nesta “história”. Sua narrativa sugere ainda uma lenda que se reporta ao passado para evidenciar (e conseqüentemente alertar) um castigo que recaiu sobre as “almas criminosas” das mulheres que trabalhavam nas minas. Sugere também que as que insistiam em permanecer nesta atividade corriam o risco de serem condenadas a trabalhar na “cozinha do diabo”. Portanto, múltiplos foram os mecanismos utilizados para afastar as mulheres das minas.

Entretanto, é preciso destacar que, ao manifestarem sua indignação, denunciando a forma selvagem de exploração do trabalho feminino e infantil nas minas e fábricas durante os séculos XVIII e XIX, Marx, Engels e Zola trazem à tona a questão crucial para as mulheres da época: não havia outra saída senão se encaixar no papel de explorada. Naquele contexto histórico, provavelmente não havia como perceber o “fetiche” embutido nas relações sociais de gênero. Saliento que não é minha intenção traçar um paralelo entre as questões colocadas por aqueles pensadores e a abordagem que se dá à problemática feminina neste final de século, a partir da noção de gênero.²⁶⁰ Mas creio ser importante destacar como estes autores manifestaram suas preocupações, não somente por se indignarem com as brutais condições de trabalho nas minas, mas também por acreditarem que mulheres (e crianças) estavam deslocadas de seus “espaços naturais”. Tais discursos e imagens acerca de papéis e

²⁵⁹ ZOLA, É. Op. cit., p.314.

²⁶⁰ Neste aspecto, vale lembrar as observações de Gayle Rubin, quando afirma que “necessitamos perseguir o projeto abandonado por Engels, quando localizou a subordinação da mulher no desenvolvimento dos modos de produção”. Muito mais importante que seus resultados, precisamos imitar Engels em seu método, comenta Rubin (RUBIN, Gayle. The traffic in women. In: Reiter, Roynce Towards an anthropology of women. New York: Mont Review Press, 1975.).

identidades de gênero tiveram vários adeptos, tendo sido também incorporados pelo movimento operário em todos os espaços onde atuou.

Os representantes dos trabalhadores/as não foram os únicos a se preocuparem com as questões das mulheres. Segundo Catherine Hall, no começo da década de 1840, o receio da burguesia quanto ao emprego de mulheres nas minas manifestou-se em função delas assumirem tarefas incompatíveis com sua natureza. A “preocupação” com a moralidade da família operária incluía-se no processo de disciplinamento desta classe. “As mulheres podiam ter um ofício, se fosse um prolongamento de seu papel feminino natural”²⁶¹, como o das “escolhedeiras” de Criciúma, por exemplo. Admitir o trabalho de mulheres em certos espaços que contrariavam a naturalidade dos destinos poderia desencadear um processo de decadência moral da família operária.

No Brasil, as mulheres deslocadas do seu “habitat natural” também suscitarium uma série de “preocupações” e, conseqüentemente, de mecanismos de “proteção”. Neste aspecto, tanto a elite como o proletariado atuaram no sentido de normatizar os papéis de gênero. O movimento operário brasileiro, por exemplo, também incorporou em suas lutas e no seu “fazer-se” práticas que acentuaram a distinção hierarquizada entre os sexos. Maria Valéria Junho Pena destaca que em meio a uma assembléia de operários de uma fábrica de tecidos do Rio de Janeiro, em 1917, um dos operários tomou a palavra para defender a divisão tradicional dos papéis sociais, enfatizando que os homens não deveriam ensinar o trabalho às mulheres porque, num futuro próximo, elas poderiam substituí-los. Em vez de “ensinar” os segredos do trabalho, os homens, na opinião deste operário, deveriam *fazê-las compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos*.²⁶²

²⁶¹ HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle et alii. História da vida privada. São Paulo: Cia da Letras, v. 4, 1991, p. 53-87.

²⁶² PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras. RJ: Paz e Terra, 1981, p.198.

Percebe-se, na fala do operário, sua preocupação central com a questão do emprego. Uma preocupação que não deixa de ter sua razão de ser, uma vez que a sociedade definia o espaço do trabalho remunerado para os homens e o espaço doméstico para as mulheres. Quando as circunstâncias sociais e econômicas não permitiam a ocupação do seu suposto espaço natural, surgiam conflitos desta natureza. Parece que para a classe operária brasileira do período em questão, as contradições entre cultura e economia, isto é, aquilo que se definia como papéis “naturais” próprios a cada gênero, reforçavam ainda mais os conflitos cotidianos entre homens e mulheres.

// De qualquer forma, no que diz respeito à divisão de trabalho, os discursos e as práticas do movimento sindical brasileiro também seguiram estratégias semelhantes às desenvolvidas por seus antecessores no século XIX. Como afirma Scott, de forma geral “os sindicalistas procuravam proteger seus empregos e salários mantendo as mulheres afastadas das suas profissões e, a longo prazo, afastadas do mercado de trabalho”. Além disso, continua Scott,

aceitavam como inevitável o fato de os salários femininos serem mais baixos do que os masculinos, e por isso tratavam as mulheres trabalhadoras mais como uma ameaça do que como potenciais aliadas. Justificavam as suas tentativas para excluir as mulheres das suas respectivas profissões argumentando, em termos gerais, que a estrutura física da mulher determinava o seu destino social como mãe e dona-de-casa e que portanto, ela não podia ser nem uma trabalhadora produtiva nem uma boa sindicalista. A solução, largamente defendida nos finais do século XIX, foi reforçar aquilo que era tomado como sendo uma divisão sexual do trabalho ‘natural’.²⁶³

Partindo deste princípio, isto é, da divisão sexual do trabalho sustentada em pressupostos naturalistas, parece então que a raiz dos principais conflitos e inquietações de ambos os gêneros girava em torno da rígida definição dos papéis. A definição baseada no discurso naturalista e portanto, absolutamente imutável. Isto explica, por exemplo, o porquê da dupla jornada de trabalho das mulheres pois, ficando ou não no espaço doméstico, o

cuidado da casa e dos filhos lhe era atribuído como um “destino natural”. Mesmo quando trabalhavam fora deste espaço, os afazeres domésticos e cuidados da família continuavam sendo de sua exclusiva responsabilidade. Este destino de mulher era “natural” na concepção de diferentes personagens, entre os quais Marx, Engels e Zola.

Na região carbonífera catarinense da segunda metade da década de 40, e principalmente nos anos 50, praticamente todos os poderes instituídos atuaram no sentido de definir “racionalmente” os papéis e espaços atribuídos aos homens e mulheres. Campanhas de higienização e assistência social, destinadas às famílias mineiras (este aspecto será abordado posteriormente) foram conduzidas por diretrizes ideológicas definidas a partir dos papéis de gênero. Nesta campanha, engajou-se também o sindicato dos trabalhadores das minas da região carbonífera de Santa Catarina que, tal como outros sindicatos operários do país, procurava delimitar o lugar “natural” de cada sexo na sociedade.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho comenta que, no período do pós-guerra, emergiu uma campanha nas sociedades européia e norte-americana que teria reflexos no Brasil. Esta campanha procurava fazer com que as mulheres “que constituíram força de trabalho em substituição aos homens afastados em combates, retornassem ao lar a fim de ceder o lugar ocupado no mercado de trabalho durante a guerra aos homens que voltavam do *front*”. Os discursos utilizados na campanha giravam em torno da suposta “natureza feminina”, afirma Rocha-Coutinho. Novamente, “propagou-se exaustivamente a imagem estereotipada da boa mãe no lar, bem como acentuaram-se as infelicidades e problemas de que são vítimas as crianças ‘abandonadas’ pela mãe que trabalha fora de casa.”²⁶⁴

²⁶³ SCOTT, J. 1991. Op. cit., p. 462.

²⁶⁴ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., p.95-96.

Parece que os discursos de “proteção” e delimitação dos espaços continuam mais presentes do que se possa imaginar. No primeiro congresso das operárias metalúrgicas de São Bernardo, realizado em 1978, esta preocupação também esteve presente e foi alvo de muitas polêmicas. Segundo Elizabeth Souza Lobo, as discussões sobre a possível modificação da legislação trabalhista para tornar legal o trabalho noturno das mulheres encontrou forte oposição dos dirigentes sindicalistas. Lobo, citando o discurso de um sindicalista, veiculado no jornal operário “Tribuna Metalúrgica”, ilustra o ponto de vista dos operários:

(...) A modificação da lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais ao seu organismo, no exato momento em que os homens lutam pela melhoria das condições de trabalho e salário. Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis.²⁶⁵

Provavelmente, foi em função dessas “preocupações” e da luta da classe trabalhadora em defesa das mulheres (e crianças), que foram criadas, no decorrer dos tempos, leis específicas de proibição ou “proteção” quanto ao trabalho de ambas. No entanto, é bem verdade que, em virtude das necessidades de sobrevivência das famílias trabalhadoras e dos interesses dos capitalistas, essas leis nem sempre foram cumpridas. De qualquer forma é pertinente uma das conclusões de Maria Valéria J. Pena, que também cabe no caso das trabalhadoras das minas de Criciúma e região:

(...) Estado, capital e organização proletária definiram para a mulher o trabalho doméstico e reprodutivo como suas principais funções na sociedade: o lar como o espaço apropriado para a natureza feminina; seu trabalho fabril como de ordem subalterna, provisória e complementar.²⁶⁶

²⁶⁵ LOBO, Elizabeth Souza. A Classe Operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense/SMC-SP, 1991, p.35.

²⁶⁶ PENA, M. V. J. Op.cit. p.204.

Em outras palavras, creio ser possível afirmar que em relação aos papéis sociais definidos para homens e mulheres, prevaleceram as diretrizes da cultura masculina tradicional. E neste processo de construção e normatização dos papéis tradicionais, as diferenças étnicas e de classe foram suplantadas em defesa de uma hierarquia e da valorização dos espaços e papéis definidos para os homens. Materializadas na legislação trabalhista, o Estado incorporou as reivindicações dos trabalhadores, legalizando e aumentando ainda mais a desigualdade entre os gêneros. Mesmo assim, é preciso lembrar que vários aspectos da legislação “protecionista” não passaram de letras mortas, e entre os discursos normativos e as práticas vivenciadas no cotidiano da sobrevivência, houve muita fluidez, transgressões e resistências.

As mulheres da classe operária mineira da região carbonífera de Santa Catarina, seja por questão de sobrevivência, independência, autonomia ou outro motivo qualquer, nem sempre acataram as funções que lhes foram impostas. Muitas tiveram que dar conta do trabalho na mina, na vila e na casa. Não foram submissas (embora tenham praticado estratégias de “submissão”) e muito menos frágeis.

Da mesma forma, para muitos homens das minas, também nem sempre foi possível cumprir o papel de “super-homem” que lhes foi imposto. Para a maioria destes operários, o preço pago por cumprirem as determinações “naturais” dos seus papéis sociais significou, muitas vezes, a destruição ou dilapidação precoce do seu próprio corpo. Por isso, vale lembrar que o trabalho estafante, noturno ou insalubre não é danoso apenas para as mulheres, mas para ambos os sexos. Sem dúvida, podemos afirmar que houve “pactos” entre capitalistas e operários para excluir as mulheres das minas, mas com certeza o prejuízo foi pago pelos últimos.

3.2. Acabou a escolha, graças a Deus!

O fim do processo de escolha manual de carvão variou de empresa para empresa mas, a rigor, a década de 50 representou o encerramento geral deste sistema de trabalho. Algumas empresas substituíram o sistema manual pelo sistema mecanizado ainda na primeira metade dos anos 50, outras na segunda metade e algumas “retardatárias” persistiram até os primeiros anos da década de 60²⁶⁷.

Com o sistema mecanizado, quase todas as mulheres foram demitidas. O “Jigue” ou “lavador” de carvão, como era conhecido, passou a executar um trabalho antes realizado por dezenas ou centenas de mulheres²⁶⁸. Falo de centenas de trabalhadoras porque as companhias mais capitalizadas mantinham duas, três ou até cinco minas funcionando. Na década de 40, por exemplo, a Sociedade Carbonífera Próspera contava com 5 minas em atividade. Nestas, as “escolhedeiras” se faziam presentes. Com a instalação do “lavador”, todo o carvão extraído pelas minas passou a ser beneficiado por este sistema.

O discurso patronal utilizado para justificar as demissões foi o de que, com o fim da escolha, não havia mais serviços para as mulheres. Nos cadastros das empresas pesquisadas, as expressões utilizadas como justificativas para as demissões mencionam os termos “extinção de serviço” ou “redução de serviço”. Aquelas que permaneceram nas minas depois da

²⁶⁷ Estas informações foram obtidas através das fichas de admissão das “escolhedeiras”, tomando o menor e o maior ano de admissão e o maior de demissão. Assim, por exemplo, na Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, a julgar pelas pesquisas das fichas, a escolha existiu de 1937-1964; na Cia Carbonífera União Ltda, de 1938-1953; na Cia Carbonífera Metropolitana S.A. (sucessora da Cia Metropolitana de Colonização), de 1942-1956; na Sociedade Carbonífera Próspera S.A. de 1940-1953; na Cia. Siderúrgica Nacional-CSN de Siderópolis, de 1943-1952; na Mineração Geral do Brasil Ltda - setor Santana, persistiu até 1956; na Carb. Monte Negro, até 1964; na Barão do Rio Branco de Içara, até 1956.

²⁶⁸ O Jigue é um tipo de máquina que funciona com grande volume de água em movimento, por onde passa o minério misturado, cujo processo de funcionamento contínuo vai separando o carvão do rejeito. Apenas uma dessas máquinas substituiu o trabalho de centenas de “escolhedeiras”. De

mecanização continuaram exercendo funções similares ou com características semelhantes à de “escolhedeira”.

Margarida Barbosa Cabral, por exemplo, foi uma das mulheres que permaneceu na mina após o fim da escolha manual. Começou a trabalhar com 16 anos quando ainda era solteira. Completou 25 anos de trabalho na Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá-CBCA em 1973, quando aposentou-se. Quando retornou à mina em dezembro de 1968, após dois anos de licença por motivo de doença, recebeu a notificação oficial da empresa de que o trabalho manual de escolha tinha sido substituído por um processo mecanizado. Por isso, deveria continuar exercendo suas atividades no mesmo serviço de beneficiamento, com a diferença de que antes era manual e agora, mecanizado. A explicação da empresa quando a mesma solicitou sua volta ao trabalho foi específica e restrita em relação ao seu espaço na mina:

(...) diante do exposto, só nos resta colocar em trabalho, no mesmo serviço de beneficiamento acima mencionado - processo mecânico que substituiu o processo manual anteriormente usado, passando V.Sa. a exercer suas atividades no mesmo local que anteriormente, em qualquer dos serviços ali existentes, à sua escolha.²⁶⁹

Em 1968, Margarida já tinha completado mais de 20 anos de mina. Talvez por isso a melhor opção para a empresa fosse permitir sua volta ao trabalho. Além disso, era uma época em que vigorava a legislação da estabilidade no emprego. Todavia, seu retorno foi delimitado ao mesmo espaço de trabalho anterior à licença. Os registros das empresas nos revelam que as funções e o espaço das mulheres nas minas eram, ao contrário dos homens, bem mais delimitados e, certamente, limitados de acordo com os serviços “compatíveis” para

tecnologia européia ou norte-americana, algumas eram de madeira, mas com o desenvolvimento industrial foram substituídas por Jigues mecânicos.

²⁶⁹ Ofício da empresa para Margarida em 02/12/1968. Margarida foi uma das mulheres que também participou desta pesquisa, contando sua história de vida.

mulheres²⁷⁰. A comunicação da companhia sugere uma prática aparentemente normal no dia-a-dia de uma empresa. Entretanto, se usarmos um instrumental norteado pela noção de gênero, veremos que a frase *‘só nos resta colocar em trabalho, no mesmo serviço de beneficiamento(...), passando V.Sa a exercer suas atividades no mesmo local que anteriormente’*, delimita claramente o lugar reservado às trabalhadoras no espaço das minas, pelo menos formalmente.

Julia também foi uma das mulheres que permaneceu na mina depois que acabou a escolha. Relembrando, Julia foi contratada pela Cia Carbonífera Metropolitana em 1954, como “escolhedeira”. Se, no caso de Margarida, a empresa não teve como demiti-la em função do seu tempo de serviço e da estabilidade no emprego, o mesmo não aconteceu com Julia. Foi em 1956, ou seja, dois anos após sua admissão, que a escolha manual foi substituída pelo “lavador”. No entanto, ela permaneceu na companhia até 1979, quando aposentou-se. Parece que para os donos de mina, o serviço de limpeza do carvão, seja manual ou mecanizado, era “compatível” com a “natureza” das mulheres. Como a mecanização do processo de separação do carvão eliminou praticamente toda a força de trabalho feminina, sendo necessário apenas dois ou três operadores, não havia mal nenhum em permitir a permanência de algumas de suas trabalhadoras operando o “lavador”, uma vez que também tratava-se de um serviço “leve”.²⁷¹

Tudo indicava que a presença das mulheres nas minas da região carbonífera de Santa Catarina seria passageira. Os registros evidenciam a utilização de uma força de trabalho em função do baixo custo de produção, tornando possível, no período em questão, a viabilidade

²⁷⁰ De acordo com os cadastros analisados, enquanto as funções formais das mulheres eram praticamente duas – escolhedeiras e serventes – as dos homens eram diversas: mineiro, ajudante de mineiro, foguista, madeireiro, mecânico, servente, capataz ou feitor, vagoneteiro, apontador, carpinteiro, etc.

²⁷¹ Julia Madeira Carola. Entrevista citada. Julia trabalhou dois anos como “escolhedeira” e 23 anos como operadora do “lavador”.

econômica das empresas mineradoras.²⁷² Seus salários eram inferiores aos dos homens e considerados complementares para o orçamento familiar; seus trabalhos, considerados simples e leves. Enquanto foi possível manter a viabilidade econômica através da mecanização, a masculinização das minas foi justificada simplesmente pela extinção do processo de escolha. “Extinção de serviço” é a justificativa que aparece nas fichas funcionais.

Analisando os discursos oficiais dos mineradores e dos órgãos governamentais da época, conclui-se que a inexistência de mecanização e de uma racionalização das técnicas de produção eram os principais obstáculos ao desenvolvimento da indústria carbonífera catarinense. Este discurso oficial era repetitivo e recorrente em toda a história da indústria extrativa do carvão nacional, e particularmente na de Criciúma. Sempre se destacava a falta de apoio e de uma política governamental efetiva em relação ao carvão nacional, sendo de reconhecimento unânime o primeiro impulso se deu na década de 30 com a política nacionalista de Getúlio. Os mineradores reclamam então um mercado interno protecionista que assegurasse o valor do carvão nacional, fundamental para garantir a “soberania nacional”, sobretudo depois da experiência das duas guerras mundiais. Denunciavam a falta de infraestrutura básica que garantisse o escoamento da produção a um custo mais baixo, e neste caso os meios de transporte utilizados - ferroviário e hidroviário - oneravam os custos em virtude de suas péssimas condições e por falta de uma política de modernização. Tudo isso impedia a

²⁷² Neste aspecto, pode-se dizer que, na região carbonífera catarinense do pós-guerra, também houve campanhas que procuravam convencer e provocar o retorno das mulheres para o espaço doméstico, tal como evidenciou Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Entretanto, a presença delas nas minas não aconteceu apenas durante o estado de guerra, embora, neste período, tenha se acentuado visivelmente. O trabalho das mulheres nas minas começou desde o momento em que esta atividade passou a ser praticada e desenvolvida nesta região.

mecanização e a racionalização do trabalho, necessárias para diminuir o custo da produção e produzir um carvão com quantidade e qualidade para competir com o importado.²⁷³

Enfim, uma série de discursos marcam toda a problemática e estratégia dos proprietários, desde o momento em que abriram as primeiras minas, o que, no caso de Criciúma, foi em 1913. No discurso oficial dos mineradores, disseminado em toda a trajetória histórica, percebe-se pelo menos duas ênfases: a importância do “ouro negro” para o “engrandecimento” e a garantia de “soberania” do país, e uma constante exaltação dos problemas que afetavam a indústria do carvão, sugerindo uma crise endêmica, principalmente em função da falta de apoio governamental e de uma política estável em relação ao mercado interno e externo. Com isto, pretendia-se “conscientizar” a população e as autoridades de que o carvão era uma questão de segurança nacional e, portanto, responsabilidade do Estado. A ideologia da crise e a ideologia do progresso eram as duas faces da mesma moeda.

No período em questão, durante as inúmeras reuniões, conferências, congressos, seminários e mesas redondas oficiais que se constituíram para debater a importância e a utilidade do carvão catarinense, os “chavões” foram quase sempre os mesmos: “a batalha do carvão, o problema do carvão, a crise do carvão”. Tudo leva a crer que a estratégia dos empresários do carvão de Criciúma e região era a de obter subsídios e garantir um mercado interno para o consumo do carvão nacional, sem o qual provavelmente não teriam sobrevivido. Os capitalistas do carvão de Santa Catarina sabiam que não teriam a menor chance de concorrer com o carvão importado, uma vez que os capitalistas internacionais estavam pelo menos cem anos na frente em termos de experiência e tecnologia de extração deste minério, além de disporem de capital muito maior. Logo, a única possibilidade de

²⁷³ SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO. In: A batalha do carvão, 1950, Op. cit.

garantir a sua existência e sobrevivência era contar com as mãos protetoras do Estado. Isso explica, em parte, a engrenagem discursiva constituída desde o momento em que se pensou abrir a primeira mina, quando emerge o discurso ressaltando a importância da indústria carvoeira e o desinteresse das autoridades governamentais pelo carvão nacional.²⁷⁴

Nas várias mesas redondas realizadas em 1949, todos os segmentos envolvidos com a indústria carbonífera estavam representados. Em uma delas, a Câmara Municipal da “metrópole do carvão” (Criciúma) pronunciou-se, ressaltando a importância da indústria do carvão como questão de defesa dos “interesses” nacionais:

Vai nestas linhas gerais o pensamento que anima a Câmara Municipal da ‘Capital do Carvão’, órgão que bem representa o sentir da gente aflita de Criciúma, que aguarda, com ansiedade, os resultados positivos e palpáveis dessa mesa redonda. E não é somente Criciúma que luta pela sua sobrevivência; é o Brasil que reclama e exige a salvaguarda de seus interesses sobre os de terceiros e que anseia e clama pela sua defesa e integridade. O Brasil que apela ao patriotismo de sua gente. O Brasil que pede e suplica que o libertemos de todos e quaisquer grilhões. O Brasil que, uma vez liberto de quaisquer peias, há de marchar, confiante e ufano, rumo a melhores dias e mais gloriosos.²⁷⁵

Na mesma linha de pensamento, falou o então prefeito de Criciúma, Addo Caldas Faraco. Num breve histórico da indústria carbonífera, o prefeito enfatizou um discurso enaltecendo a riqueza propiciada pela exploração do “ouro negro”, ao mesmo tempo que

²⁷⁴ O discurso veiculado tanto em documentos oficiais como na imprensa local nos revela uma crise econômica da indústria carbonífera no período que vai da segunda metade da década de 40 até a primeira metade da década de 50, principalmente. Mas este discurso nos revela também a estratégia dos proprietários, configurada em torno de uma “ideologia da crise” que acompanha toda a história desta indústria. Para exemplificar, apresentamos algumas matéria veiculadas na imprensa local e em revistas de circulação nacional: Revista O Cruzeiro, 11/07/1949 - “Às vésperas do colapso o carvão nacional”; Tribuna Criciumense (T.C.) 10/06/1957 - “Aguda crise assalta, novamente, a indústria carbonífera, com a supressão, por lei, da venda do carvão escolhido”; T.C. 07/10/1957 - “Mesa redonda, nesta cidade, para discutir a grave situação que atravessa a indústria carbonífera catarinense”.

²⁷⁵ SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. In: A batalha do Carvão. Op. cit., p.312-313.

denunciou a inexistência de uma política governamental estável em relação ao carvão nacional.

Seu estilo literário bastante refinado empolgava os ouvintes:

Em certo momento da história, quando a primeira Grande Guerra Mundial fez periclitarem as conquistas da civilização, o carvão nacional, com especialidade o que se esconde no solo catarinense e, neste, o trato valiosíssimo do município de Criciúma, o ouro negro representou o papel de decisiva importância nas condições gerais da nossa vida industrial e econômica. E, graças à torrente de fartura financeira que o carvão nacional propiciou, surgiram cidades, as terras valorizaram-se e grandes populações brasileiras gozaram a alegria das comodidades que excelentes condições econômicas proporcionaram.²⁷⁶

Caldas Faraco ressaltou que o carvão nacional só ganhou atenção efetiva por parte do governo federal no contexto das duas guerras mundiais. Passada a guerra, emergia novamente a crise, pois “a invasão avassaladora dos mercados estrangeiros, em face do quase indiferentismo impatriótico dos nossos governantes”, voltava a reinar. Com isso, a “tragédia” havia florescido nas regiões carboníferas do país:

As cidades e os campos mirraram e a pobreza de populações inteiras chorou o abandono em que o desaparecimento da extração carbonífera as reduziu. Tinha-se a impressão de que um cataclisma assolara zonas onde antes cantava a alegria da vida. Voltou ao esquecimento criminoso o nosso subsolo, donde fluíra a riqueza e que se constituía em garantia da nossa segurança de povo livre. E assim começou a arrastar-se, desoladoramente, a nossa indústria hulheira, sem laivo de esperança e saudosa do tempo em que espalhara a fartura e satisfizera a ânsia e a necessidade econômicas de populações numerosas.²⁷⁷

Nesta estratégia discursiva, os trabalhadores praticamente não apareciam, a não ser para demonstrar o dispêndio de capital e, neste sentido, legitimar os pedidos de aumento do preço do carvão. Sobre esta questão, as pesquisas mais recentes evidenciam as artimanhas dos mineradores no sentido de provocar ou estimular greves dos trabalhadores como forma de “sensibilizar” o governo federal a aumentar o preço do “ouro negro”.

²⁷⁶ Idem, p.60-61

Ao analisar o “poder e imaginário das elites em Criciúma”, José Paulo Teixeira evidencia o processo de construção da ideologia da “crise do carvão” e mostra a cumplicidade entre mineradores e mineiros que, por razões diferentes, aliavam-se em defesa da manutenção da indústria carbonífera.²⁷⁸ Em vários momentos históricos, os mineradores se utilizaram ou até mesmo incentivaram greves com o objetivo de “sensibilizar” o governo para suas reivindicações. Isso não significava, no entanto, que os mineradores ficassem mais sensíveis às reivindicações dos trabalhadores. Pelo contrário, durante as greves, repressões e demissões eram furiosamente aplicadas contra os “desordeiros”. Mas quando em contato com as autoridades ministeriais, a estratégia e a representação eram outras. Fora as greves que, aliás, iniciaram-se a partir de 1949, sempre que alguma variação da economia ou implantação de medidas econômicas e/ou sociais afetava direta ou indiretamente a estabilidade da indústria carbonífera, a ressonância discursiva dos capitalistas do carvão era imediata.

Se os mineradores só mencionavam os trabalhadores para demonstrar as despesas que acarretavam às empresas, em relação às trabalhadoras, o silêncio é quase que absoluto. Aliás, elas não eram vistas como trabalhadoras, mas como “escolhedeiras”, um serviço que lhes permitia serem “ajudantes” dos maridos ou dos pais. Nos registros escritos ou mesmo nas memórias, raramente elas aparecem.

Em 1972, por exemplo, a revista “Carvão de Pedra” publicou uma entrevista com Diomício Freitas, considerado um dos “reis” do carvão daquele período. A década de 1970 foi um período de intensa mecanização das minas e diversificação da economia regional e os próprios mineradores começaram a investir em outros setores industriais. No meio da

²⁷⁷ Idem, p.61.

²⁷⁸ TEIXEIRA, J. P. Op. cit. Teixeira afirma também que a história da indústria carbonífera catarinense é um história marcada por 50 anos de protecionismo estatal.

entrevista, o repórter perguntou-lhe se a mão-de-obra da região não estava se deslocando para outras indústrias, o que foi respondido positivamente por Freitas:

Ultimamente isso tem acontecido aqui. Vimos que a base da economia da região era o carvão e por isso mesmo procuramos uma diversificação, partindo para outras atividades. Instalamos uma fábrica de azulejos. Com isso, estamos **dando** emprego a mais de 450 pessoas, em sua maioria mulheres. **Um dos males da região é que, por muito tempo, só o homem da casa trabalhava, e nas minas.** Daí o nível de vida que tinham. Com as novas indústrias, **moças e rapazes** estão tendo a sua oportunidade, melhorando, conseqüentemente, o rendimento doméstico, com sensível elevação do padrão de vida. Este fenômeno decorre do fato de que, na mineração, não podemos admitir menores de 21 anos. **Isso impede o ingresso de larga faixa de mão-de-obra ociosa, dos 14 aos 21** [sem grifo no original].²⁷⁹

Diomício Freitas vivenciou um período onde as minas, inclusive as suas, estavam repletas de trabalhadoras. No entanto, ele só se lembrou de que “um dos males da região foi que, por muito tempo, só o homem da casa trabalhava, e nas minas”. Freitas não se “recordou” de que até a década de 50 e em alguns casos, início dos anos 60, as minas estavam repletas de trabalhadoras.

A invisibilidade oficial das trabalhadoras das minas no discurso dos mineradores, nos sugere decididamente que elas seriam dispensadas assim que fosse possível implementar um meio mais econômico de manutenção e desenvolvimento da indústria do carvão. Neste sentido, as soluções propostas para a histórica “crise do carvão” enfatizavam a necessidade da mecanização e da racionalização das técnicas de produção e beneficiamento.

Na “Mesa Redonda Nacional” organizada pelos mineradores em 1949, a temática da “modernização” apareceu praticamente em todas as discussões. Houve, inclusive, confrontos entre os mineradores da iniciativa privada e os diretores da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN. Neste embate entre a iniciativa privada e a estatal, a mecanização das minas surgiu como

uma saída necessária e fundamental, mas uma solução que só seria viável com a liberação de recursos do Estado. Neste aspecto, Heriberto Hulse, representando os mineradores de Santa Catarina, acusa os privilégios da CSN:

Alega a C.S.N. que está extraindo carvão por preços inferiores aos que adquire dos demais mineradores. Admitamos esta afirmativa e devemos ponderar que, nesse custo baixo, estão incluídas as minerações a céu aberto e subsolo, esta, no momento, quase totalmente paralisada. A C.S.N. poderá extrair o carvão por preço mais baixo, em virtude de ter obtido do governo os necessários recursos para mecanizar suas minas, no que foram empregadas dezenas de milhões de cruzeiros, além de ter assegurado o consumo de sua produção em Volta Redonda, ao passo que as demais empresas não dispuseram dos recursos necessários para melhorar os métodos da sua produção e estão à mercê das necessidades da C.S.N., sem possibilidade de obterem mercados de caráter permanente.²⁸⁰

A mecanização e a racionalização dos métodos de trabalho eram apontados como forma de baixar os custos de produção e tornar o carvão competitivo com o similar importado, tido como melhor e relativamente mais barato. Mas para “modernizar” as minas, era preciso obter os privilégios de que dispunha a C.S.N.

Ainda na “Mesa Redonda” realizada em 1949, a comissão de lavra apresentou seu relatório. A forma como estavam sendo exploradas as minas em Santa Catarina, segundo o expositor da comissão, dificultava um desenvolvimento racional da mineração. O afloramento das jazidas, isto é, a baixa profundidade em que se encontrava o minério, facilitava sua exploração por qualquer cidadão desprovido de capital e tecnologia. Nestas condições, surgiram, neste Estado, *1.000 bocas de minas praticadas em afloramentos*, trazendo como consequência explorações improvisadas, manuais, sem capital e sem planejamento. Esta *facilidade de ataque imediato gerou o individualismo e a limitação da mineração a pequenas*

²⁷⁹ Carvão de Pedra, Mai./Jun./Jul./Ago./Set. - 1927. Esta entrevista foi realizada e publicada pela revista semanal industrial e financeira BANAS em 28/ago./1972. Trata-se, portanto, de matéria reproduzida na íntegra. Os grifos são meus.

²⁸⁰ HULSE, Heriberto. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. *A batalha do carvão*. Op.cit., p.152.

áreas, tendo se constituído numa evolução do proprietário colono ao proprietário de mina.

Para solucionar os problemas causados pela exploração “desordenada”, seria necessário um planejamento que visasse diminuir o custo de produção, aumentando o rendimento pela racionalização e pela mecanização das minas, propôs o engenheiro da comissão.²⁸¹ Esta exploração “desordenada e improvisada” também permeou outros discursos contidos no mesmo documento, o que evidencia que a prática da garimpagem foi combatida:

(...) O engenheiro Francisco Boa Nova de saudosa memória, foi destacado para atuar neste setor que, com o desenvolvimento da indústria oriunda da convulsão internacional, apresentava-se numa situação caótica, pois uma verdadeira garimpagem se fazia então, não mais sendo respeitado e reconhecido o direito dos concessionários.²⁸²

A expansão da indústria carbonífera propiciada pelo estado de guerra e pela convulsão internacional, como referia-se o representante dos mineradores, provavelmente aumentou ou possibilitou um meio de subsistência independente para trabalhadores pobres e empreiteiros que, mesmo sem permissão legal, abriram suas bocas de mina. Pelo visto, as práticas improvisadas de mineração acentuaram-se no período da guerra. Uma matéria veiculada na

²⁸¹ MOTTA, Eng. José do Patrocínio. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. A batalha do carvão. Op. cit. p. 165-167. Sabemos que a industrialização do Brasil e particularmente a de Santa Catarina, aconteceu séculos mais tarde se comparado à da Europa e Estados Unidos. Sabemos também que tal industrialização se constituiu, em boa parte, com capital e tecnologia importados. No caso das minas da região carbonífera de Santa Catarina, praticamente toda a tecnologia (algumas, inclusive, obsoletas) e os métodos de trabalho foram importados destes dois centros do capitalismo mundial. Muitos especialistas de minas estrangeiros por aqui passaram e provavelmente assustaram-se com os “métodos primitivos” ainda em uso na extração e beneficiamento do carvão. Aliás, há registros da presença de estrangeiros na região carbonífera de Santa Catarina desde o século XIX. Já os engenheiros brasileiros que atravessavam o oceano para conhecer a realidade das minas nestes países, certamente voltavam deslumbrados com o que viam e, conseqüentemente, inquietos diante do nosso atraso tecnológico. Neste processo de interação e intercâmbio, seguramente uma palavra constantemente aflorava nas mentes dos nossos especialistas, que, preocupados em dar um sentido utilitário ao carvão nacional, apontavam como alternativa para saída da crise a modernização das minas.

²⁸² HULSE, Heriberto. “Discurso pronunciado em nome das empresas de mineração sediadas no sul de Santa Catarina, no banquete realizado em Criciúma, na noite de 10 de julho de 1949, em homenagem à caravana de senadores e deputados federais em visita à região carbonífera desse Estado” (sic.). In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. A batalha do carvão. Idem, p.245. O eng. Boa Nova, citado por Hulse, era pai do médico sanitarista Boa Nova Jr., mencionado várias vezes nesta pesquisa.

revista “O Cruzeiro”, em 1949, também mencionava a prática da “garimpagem”. Segundo esta matéria, entre as 27 empresas mineradoras que funcionavam na região, havia “*até o pequeno explorador, que faz verdadeira garimpagem, e que muitas vezes é ele o gerente, o capataz e o transportador do produto.*”²⁸³

Para acabar com tais práticas, agentes de órgãos governamentais e capitalistas do carvão local, utilizando-se do saber dos engenheiros, evocaram o discurso da racionalidade técnica para excluir aqueles que não dispunham de capital. Primeiramente, procuraram denunciar e descaracterizar a exploração improvisada, desordenada e sem planejamento, para em seguida acabar com a “garimpagem” através de uma exploração “racional”, o que seria possível somente a quem tivesse capital e influência política para obter as concessões. Ao analisar as estratégias dos empresários locais, José Paulo Teixeira afirma que:

neste período, constituiu-se uma das mais importantes empresas da região: a empreiteira de Santo Guglielmi e Diomício Freitas, única empresa com atuação na construção de infra-estrutura da região Sul, com base em encomendas estatais. Durante a II Guerra Mundial, registrou-se um grande aumento na produção do carvão, para suprir o carvão importado e, conseqüentemente, o crescimento das empreiteiras locais (Freitas, Guglielmi, Zanette, etc), que aos poucos foram ocupando espaços das empresas, tradicionalmente ocupados por firmas do Rio de Janeiro (H. Lage) e São Paulo (Jafet).²⁸⁴

No caso da escolha, a substituição por um sistema mecanizado e “racional” também fazia parte dos planos dos mineradores. Contudo, isto só seria possível se o governo garantisse recursos financeiros a juros baixos e longos prazos de pagamento e, simultaneamente, garantisse um mercado consumidor. Sem estas prévias condições, a indústria do carvão estava “tolhida no seu desenvolvimento” pela instabilidade da política governamental que se mantinha “indecisa, hesitante” e não oferecia uma “diretriz certa e

²⁸³ Revista O Cruzeiro. In: Às vésperas do colapso o carvão nacional. Matéria de Medeiros Lima. 11/06/1949.

duradoura”, inibindo os mineradores a se aventurarem no processo de mecanização das minas.²⁸⁵ Desta forma, afirmam os mineradores:

(...) as empresas de mineração não podem mecanizar seus métodos de extração, para baratear o custo do produto, porque não confiam no futuro da indústria e os consumidores, por outro lado, recusam-se a adquiri-lo, por ser atualmente mais caro que o similar importado.

e mais,

(...) para vencer a crise necessitamos, portanto, produzir mais barato e um produto de melhor qualidade, não permitindo a entrega aos mercados de carvão mal beneficiado e de inferior qualidade.²⁸⁶

Enquanto não havia condições para implementar tais mudanças, a força de trabalho feminina constituía-se em uma das principais estratégias dos capitalistas mineradores, para baratear os custos via baixos salários. Entretanto, a julgar pelo discurso de modernização das empresas e pelo silêncio no que tange a presença das mulheres nas minas, percebe-se que elas seriam excluídas “naturalmente”, assim que se concretizassem as possibilidades de mecanização. A racionalização e mecanização do sistema de lavra e beneficiamento, temas constantes nos debates das décadas de 40, 50 e até os anos 70, possibilitou a redefinição da divisão sexual do trabalho. E em se tratando da racionalização dos métodos de trabalho, a mão-de-obra feminina era considerada “naturalmente” um entrave para a modernização ou mecanização das minas, sendo portanto mais “útil” mantê-las exclusivamente no seu “habitat natural”.²⁸⁷

²⁸⁴ TEIXEIRA, J. P. Op. cit, p. 44.

²⁸⁵ SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. A batalha do carvão. Op.cit., p.250.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ A mecanização das minas também afetou a força de trabalho masculina, mas não da mesma forma que a mão-de-obra feminina, que foi praticamente eliminada. A partir desse momento, a mina passou a ser considerada um espaço exclusivamente masculino.

Como disse anteriormente, no discurso patronal oficial, a exclusão das mulheres das minas resultou do simples processo de “extinção da escolha”. Por outro lado, no discurso não oficial, o não dito, as razões cristalizaram-se de forma diferente. Na opinião de um dos donos de mina da época, havia muitas brigas, fofocas e intrigas entre as mulheres, na escolha. Preferia “contratar 100 homens do que 50 mulheres”, comentou. Por tudo isso, ele deu “graças a Deus” quando acabou a escolha²⁸⁸.

Para um ambiente de trabalho onde o silêncio, a ordem, a disciplina e a assiduidade deveriam ser a regra, as trabalhadoras, por mais que fossem vigiadas e controladas, causavam muitos “transtornos” aos proprietários. Daí o registro de tantos casos de suspensão e advertência em suas fichas funcionais, como evidenciado em capítulo anterior. Relembrando, havia muitas mulheres que constantemente desacatavam ordens, outras “brigavam” entre si e algumas até “brincavam” em horário de serviço e muitas tiravam atestados médicos. Por isso, muitas eram registradas como “inconvenientes”. Em algumas minas, eram comuns as cantorias, recitar versos ou trovas durante o trabalho. Então, fica fácil entender o porquê da expressão de alívio, isto é, do “graças a Deus” utilizado pelo dono da mina quando acabou a escolha, ou melhor, quando foi possível substituir as mulheres por um sistema mecanizado e eminentemente masculino.

Tudo indica que a “ideologia da racionalidade”, baseada na suposta “naturalidade” das identidades de gêneros, apontava caminhos diferentes para homens e mulheres. De um lado, reforçava-se as “qualidades” necessárias de uma mão-de-obra eminentemente masculina para fazer parte do projeto de “modernização” das minas. De outro, reforçavam-se as “qualidades

²⁸⁸ Conversa informal com João Zanette, 85 anos, um dos donos da Cia Carb. de Urussanga.

naturais” das mulheres, que sendo mais sensíveis, mais delicadas e menos capazes intelectualmente, deveriam retornar ou permanecer no espaço doméstico.²⁸⁹

Segundo Maria Valéria Junho Pena, a organização racional das atividades industriais no Brasil foi preocupação da classe capitalista desde o início do século, sendo que, a princípio, o disciplinamento da classe operária constituía-se na preocupação central. Por serem originários de um modo de vida com ritmos de trabalho e tempos diferentes, ou seja, o modo de vida do campo, esses trabalhadores/as eram inadequados ao trabalho na indústria nascente. Foi preciso reorganizar-se e constituir todo um aparato institucional para tentar “formatar” o novo modelo de trabalhador/a, o que só foi possível com a Revolução de 30, quando “a disciplina passou a ser imposta principalmente através da atuação do Estado, seja por novos ordenamentos quanto ao capital, seja pela legislação trabalhista”. Pena ainda enfatiza que “através da fundação de órgãos, o Estado colocou a industrialização como uma problemática dele mesmo”, objetivando “racionalizar a organização e a administração da economia”. Através dos Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio dos anos 30 e 40, Pena desvenda o significado da racionalização proposta pelo Estado como um processo no qual o trabalho seria dotado de elementos científicos. Aponta ainda alguns dos fatores que resultaram na diminuição da força de trabalho feminina no mercado de trabalho remunerado, entre os quais a legislação trabalhista que, principalmente após 1932, reforçou o papel feminino na família, e a organização “racional” do processo de trabalho.²⁹⁰

²⁸⁹ A região carbonífera de Santa Catarina nas décadas de 40 e 50 confrontou-se com dois cenários distintos, mas não separados. De um lado, o “progresso” propiciado pela extração e comercialização do “ouro negro”; de outro, os problemas sociais decorrentes das péssimas condições de trabalho e moradia da classe operária mineira. Epidemias, mortalidade infantil, crianças abandonadas e acidentes de trabalho configuravam a outra face do “progresso” que “preocupava” as elites locais e regionais. É neste contexto que foi criada uma “Política Assistencial”, embutida no projeto de modernização e industrialização da região carbonífera, onde, para garantir a saúde física e mental da força de trabalho masculina, reformularam-se e/ou normatizaram-se os papéis de gênero.

²⁹⁰ PENA, M. V. J. Op. cit. p.121-139.

Para constituir este novo trabalhador, dentro do padrão de racionalidade que a indústria emergente almejava, foram criadas escolas especializadas ou centros de treinamento. A partir daí ficou absolutamente clara a intenção de reconduzir as mulheres para o espaço doméstico, afirma Pena. Analisando o decreto-lei n.4073 de janeiro de 1942, ela comenta que às mulheres também seria permitido frequentar esses estabelecimentos de ensino, desde que, do ponto de vista da saúde, não lhes fossem prejudiciais. Mas o decreto já deixava bem claro os cursos que as alunas deveriam procurar, ou seja, aqueles relacionados à educação doméstica, “constituída essencialmente dos mistérios propriamente da administração do lar”. Com isto,

o acesso aos cursos de treinamento profissional estava restrito para as mulheres, em razão de uma sanidade específica que lhes seria própria; quando aceitas como alunas, para certos tipos de cursos que não lhes ferissem a especificidade de seu corpo e sua susceptibilidade à doença, deveriam ainda receber ensinamento sobre o desempenho das tarefas domésticas.²⁹¹

Na região carbonífera catarinense da década de 40 e 50, o SENAI e o SESI assumiram a responsabilidade de modelar os trabalhadores. O SESI investiu principalmente na formação de mulheres e crianças, prestando “assistência social” às famílias mineiras e oferecendo “cursos populares” de corte e costura para as mulheres. Este aspecto será tratado no próximo assunto. Já o SENAI cuidou da formação de operários especializados e bem treinados. A primeira escola foi criada em Siderópolis, município vizinho de Criciúma, na segunda metade dos anos 40. Era uma “escola bem organizada”, mas teve que encerrar suas atividades em função dos empecilhos legais que proibiam a entrada de menores no subsolo das minas. Segundo o então diretor da CSN de Santa Catarina, general Osvaldo Pinto da Veiga, havia

em Siderópolis, uma escola bem organizada, que vinha atendendo plenamente a sua finalidade de formação de operários especializados e também de mineiros, quer do subsolo, quer de céu aberto. Acresce, porém, que a legislação atual não permite a

²⁹¹ Idem, p.137-138.

entrada de menores nas galerias, nem mesmo como aprendizagem, o que torna impossível o SENAI cumprir a sua finalidade naquela região.²⁹²

Se havia em Siderópolis uma “escola bem organizada” e que frustrou os mineradores porque teve que ser abandonada, criou-se em 1959 aquela que viria a ser uma das maiores e mais bem equipadas escola técnica do Sul do país. Sob a denominação de Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão-SATC, esta instituição foi criada pelos mineradores, juntamente com a Comissão do Plano do Carvão Nacional, visando prestar “assistência social” e oferecer cursos técnicos aos filhos da classe operária mineira.

Na SATC, oferecia-se educação profissional “gratuita” aos filhos dos mineiros. Para formar “bons profissionais”, firmou-se convênio com a União Catarinense de Educação-UCE (coordenada pelos Irmãos Maristas) e com o SENAI. Nos primeiros anos, dois cursos eram ministrados: aprendizagem industrial e ginásio industrial. Mais tarde foram criados cursos técnicos de nível médio. Na década de 60, a escola, que homenageou o general Oswaldo Pinto da Veiga emprestando-lhe o nome, já contava com oficinas de mecânica geral, oficina de eletricidade, oficina de marcenaria, oficina mirim e refeitório para café, almoço e jantar para aqueles que ficavam no internato. Enfim, toda uma arquitetura espacial moderna e bem equipada que caracterizava nitidamente a “racionalidade” almejada, à qual apenas o sexo masculino tinha acesso.²⁹³ Contudo, os idealizadores e construtores da SATC não esqueceram de reservar o espaço para o sexo feminino. A outra modalidade de educação e

²⁹² SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO CARVÃO, 1950. Op.cit., p.183.

²⁹³ A título de registro, gostaria de salientar que também estudei nesta instituição. Comecei na 5a. série do primeiro grau e consegui chegar até a 3a. do segundo grau (1975-1982), o que me valeu o título de “técnico em mineração”, curso ao qual fui induzido pelo serviço de orientação vocacional da escola. Minhas lembranças mais marcantes desta época são as de uma escola altamente autoritária, onde a disciplina era um princípio exaltado; um espaço de “encucação” ideológica no sentido de aprender a se submeter, respeitar e produzir com eficiência para os empresários. Ensinavam-nos a admirar os patrões e mandar nos peões. Lembro-me de colegas “rebeldes” que foram expulsos e da astúcia que os alunos desenvolviam para driblar os mecanismos de controle

assistência oferecida pela SATC eram os serviços de puericultura e assistência social, destinados exclusivamente às mulheres e crianças das famílias operárias. Além da assistência médica, esta instituição também oferecia certos “cursinhos” para mulheres, dos quais tratarei no próximo assunto.²⁹⁴

Em relação à política de desenvolvimento da indústria carbonífera catarinense, pelo menos dois órgãos governamentais, foram importantes no sentido de difundir a “ideologia da racionalização” em relação aos trabalhos nas minas: o Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM e a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional-CEPCAN, criada em 1953. Estes dois órgãos introduziram os ideais de mecanização e racionalização dos métodos de trabalho nas minas. A CSN constituía o modelo a ser seguido.

Em 1953, entrou em cena o “Plano do Carvão Nacional”, que constituía o programa de serviços a serem implementados pela CEPCAN. Precisamente neste ano, muitas minas iniciaram o processo de extinção dos trabalhos de escolha, substituído por sistemas semi-mecanizados de beneficiamento. Um dos principais desafios da CEPCAN era “modernizar” as minas com processos mecanizados e racionais, uma vez que elas funcionavam ainda com sistemas manuais ou equipamentos mecânicos importados, mas já obsoletos. E *mesmo no caso das maiores empresas, a quase totalidade do carvão provinha de unidades de mineração de pequena capacidade de produção*, resultado de uma indústria caracterizada por sistemas manuais e “arcaicos”, comenta o diretor da CSN em Santa Catarina:

(...) diante da verificação da possibilidade técnica de introdução dos métodos mecanizados, realizada por duas entidades mineradoras, a ‘Companhia Siderúrgica Nacional’ e a ‘Mineração Geral do Brasil’, pioneiras nessa iniciativa, era mais do que

dos “famigerados” irmãos maristas, responsáveis pela administração da escola e aliados fervorosos dos mineradores.

²⁹⁴ “Carvão de Pedra”, abril-maio de 1968. Revista mensal, criada em 1968, objetivando principalmente veicular informações e defender os interesses da indústria carbonífera nacional.

natural que o Plano previsse a progressiva substituição dos métodos manuais pelos processos mecanizados de lavra.²⁹⁵

O Plano previa recursos financeiros para as empresas que almejassem modernizar suas minas, mas a CEPCAN recusou os pedidos de financiamento por entender que os resultados até então obtidos não garantiriam o incremento da produção e a diminuição dos custos. Com o recuo do governo, as empresas privadas adiaram o processo de mecanização, que só foi efetivamente implantado na década de 70, em meio ao “milagre brasileiro” e à crise do petróleo. Entretanto, a indústria carbonífera catarinense obteve recursos suficientes para adquirir equipamentos importados, tanto para o sistema de lavra, como para o de beneficiamento, para o qual foi instalado nas minas o “lavador” de carvão.²⁹⁶

Com ou sem recursos, a década de 50 marca o início do processo de mecanização e “racionalização” dos trabalhos nas minas. Nesta marcha inicial para a “modernização” das minas, a maioria das mulheres foi “naturalmente” excluída ou simplesmente realocada para o espaço doméstico. Muitas continuaram a trabalhar fora de casa, assumindo trabalhos improvisados e muito mais desvalorizados, além de cumprirem com as obrigações domésticas.²⁹⁷ Neste projeto de modernização, as mulheres teriam uma função muito

²⁹⁵ COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL (CEPCAN). Condições sobre os problemas da mineração do carvão em Santa Catarina. Relatório das atividades da Comissão Executiva do Plano do Carvão nacional apresentado a sua excelência o senhor presidente da República. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1956, p.59. O diretor executivo da CEPCAN era o Cel. Oswaldo Pinto da Veiga.

²⁹⁶ Idem, p.89. Antes porém, o carvão extraído, que sofria ainda no subsolo uma escolha manual, emergia para a superfície e seguia dois caminhos: parte dele ia para as mãos das escolheiras e a outra passava pela usina de beneficiamento de carvão, instalada e em funcionamento desde 1945 no município vizinho de Tubarão

²⁹⁷ Vale lembrar mais uma vez que a mecanização das minas também atingiu os trabalhadores, mas não na mesma intensidade em que afetou as trabalhadoras, uma vez que a força de trabalho feminina foi completamente (salvo exceções) eliminada das minas. Com isto não estou defendendo o trabalho das mulheres nas minas. Pelo contrário, o trabalho nas minas é desumano para ambos os sexos. Entretanto, saliento que, na sociedade industrial, o indivíduo que não tem vínculo empregatício no mercado formal de trabalho vive na periferia da cidadania, dificultando ainda mais suas possibilidades de sobrevivência. Neste sentido, a exclusão das mulheres das minas significou, para muitas, seja por questão de sobrevivência ou opção, a triplicação de trabalhos

importante, mas não nas minas. Veremos a seguir a proposta dos poderes instituídos a respeito dos papéis que as mulheres deveriam assumir neste grande plano criado para a região carbonífera do país e particularmente para a região sul de Santa Catarina..

3.3. Boa mãe, boa esposa: uma aliança da Divina Providência

Neste projeto de modernização, visto como única maneira de salvar a indústria carbonífera catarinense, mulheres e crianças ganharam uma atenção especial. Elas foram o alvo principal do “Plano de Assistência Social”, constituído pelos poderes institucionais para atender as famílias mineiras. O crescimento populacional de Criciúma e região, verificado nas décadas de 40 e 50, e os problemas decorrentes, suscitaram uma série de preocupações sobre as camadas pobres da população. O alto índice de mortalidade infantil, o desregramento, a promiscuidade, as crianças abandonadas, os surtos epidêmicos (tifo, varíola, varicela, disenteria, tuberculose, verminoses) e a prostituição, entre outros, decorrentes do acelerado crescimento populacional, das péssimas condições de trabalhos nas minas e da concentração de renda, resultou numa “magnífica” campanha de higienização da cidade, sob o controle das elites empresariais locais.

O plano da CEPCAN previa assistência médico-social, educacional-cultural e social-esportiva para as famílias mineiras dos três estados do Sul do país: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Previa ainda a construção de um hospital e de uma maternidade, de postos de puericultura e serviços de pré-natalidade, gabinetes odontológicos, grupos escolares, escolas profissionais, cine-teatro, agremiações sócio-esportivas, instituições de amparo à

formados por atividades informais ou trabalhos desvalorizados, pois o trabalhador mineiro, enquanto “provedor da família”, nunca deu conta de cumprir sozinho o seu papel.

criança e à velhice, etc.²⁹⁸ Analisando a proposta do plano, percebe-se nitidamente a preocupação em estabelecer uma política “racional” de modo a formar uma família e uma força de trabalho adequadas para a sociedade industrial. E, neste caso, cada sexo ganhava um investimento diferenciado. O “Plano de Assistência Social” estabelecia políticas distintas para meninos e meninas, homens e mulheres, cada qual assumindo seus papéis “naturais” e evitando certos “desvios” considerados perigosos.

O “Paraíso da Criança”, instituição criada para *acolher menores, filhos de mineiros que não puderam receber assistência material e moral, desde o nascimento até sete anos e, em casos excepcionais, até dez anos*, estava sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Criada na segunda metade da década de 40, subsidiada financeiramente, em parte, por órgãos federais, esta casa passou a inserir-se no Plano da CEPCAN, que destacou verba especial para reforma e ampliação de sua sede. Ao atingir certa idade, as crianças pobres e/ou “abandonadas” seriam direcionadas para as escolas profissionalizantes para aprender “ofícios” que possibilitariam a elas incrementar a força produtiva da cidade e ainda aprender os papéis sociais atribuídos aos dois sexos. Segundo um relatório da CEPCAN de 1956, receberiam atenção “especial”,

(...) as crianças oriundas do Paraíso da Criança ou as recrutadas entre os filhos dos mineiros, que desejem ter formação profissional. Assim, ao atingir o menor a idade de dez anos, se menino, será enviado à Escola Profissional masculina dos Padres Rogacionistas (Criciúma); se menina, será enviada à Escola Profissional Feminina das Irmãs Beneditinas (Urussanga). A escola masculina compreenderá setores de mecânica, marcenaria, eletrotécnica, agricultura, etc. e a feminina abrangerá atividades de culinária, corte e costura, curso de enfermagem, etc.²⁹⁹

²⁹⁸ COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL-CEPCAN. A assistência social na indústria carvoeira. RJ: Depto. de Imprensa Nacional, 1956, p.131-143.

²⁹⁹ Idem, p.140.

Um dos objetivos básicos da escola profissional constituía-se em receber “as crianças oriundas do ‘Paraíso da Criança’ ou as recrutadas entre os filhos dos mineiros”, para formar uma mão-de-obra mais capacitada, disciplinada e marcada pela identidade de gênero. O Plano de Assistência Social da CEPCAN dispunha de uma quantia de quinze milhões de cruzeiros para as obras assistenciais desde sua criação. A idéia era aglutinar os trabalhos já existentes e reunir os poderes instituídos, como as prefeituras, congregações religiosas, mineradores, SESI, SENAI, DNPM, SATC e todos aqueles que estivessem “preocupados” com a saúde das famílias mineiras da região carbonífera do Sul do país. Pode-se considerar que, se “O Plano” não teve êxito total, não faltaram “boas intenções”, uma vez que *proporcionando assistência à infância, à juventude, aos enfermos e à velhice, estamos contribuindo humana e patrioticamente para implantar, em bases sólidas, o bem-estar social da classe dos operários da indústria carbonífera do país.*³⁰⁰

Embora o plano de assistência da CEPCAN tenha emergido somente em 1953, a preocupação com a assistência social às famílias mineiras já existia desde a década anterior. O alto índice de mortalidade infantil dos filhos da classe operária mineira fortalecia os discursos de “proteção” e “educação” das mães que não tinham condições de exercer seu “papel sagrado”. Em carta ao então presidente Getúlio Vargas, Luiz Mazon, o prefeito de um dos municípios da região carbonífera catarinense, denunciou a falta de assistência social aos operários das minas situadas em sua área municipal. Afinada com o discurso oficial, sua política assistencialista estava norteadas por papéis de gênero que permeavam aquela sociedade, naturalizando as construções sociais dos papéis atribuídos para homens e mulheres:

(...) O índice de mortalidade infantil nessas zonas é assustador, urgindo, nesses meios operários, a construção de pelo menos um Posto de Puericultura, no sentido de amparar

³⁰⁰ Idem, p.143.

a natalidade que se verifica pela quantidade de operários que militam na indústria extrativa do carvão mineral, e uma maternidade, onde a mulher modesta e humilde do operário, companheira abnegada do desafortunado que trabalha e, acima de tudo, MÃE BRASILEIRA que, por ironia do destino, vive de vestes esfarrapadas e pisando com os pés nus, por cima do OURO NEGRO sem que, desta fortuna de valor material inestimável, possa ser desviada uma pequena partícula para a construção de uma Maternidade onde estas infelizes mulheres, estas mães heróicas, possam dar luzes aos seus filhinhos, experimentando o conforto de que as outras mães dispõem.³⁰¹

O prefeito tentava, provavelmente, sensibilizar o “Pai dos Trabalhadores” a também olhar para sua cidade, uma vez que os principais recursos eram alocados para Criciúma, a capital nacional do carvão. Também reivindicava a intervenção do Estado na política assistencial antes realizada pelas elites locais. Mas, no que dizia respeito à sua política de assistência social, tal como os demais poderes institucionais, seguia linearmente pelos trilhos que definiam tradicionalmente os papéis de gênero. O prefeito não percebia a mulher trabalhadora, e sim a “companheira abnegada do desafortunado que trabalha” e a “MÃE BRASILEIRA” que não tinha condições de exercer “naturalmente” suas atividades reprodutivas. As trabalhadoras das minas, como as “escolhedeiras”, passavam-lhe completamente despercebidas.

De qualquer forma, parte das reivindicações do prefeito foram contempladas. Todas as instituições, isto é, SESI, DNPM, CEPCAN, SATC, prefeituras e sindicatos, investiram na assistência social às famílias mineiras da região carbonífera. Todavia, a política assistencialista em prática enquadrava-se no projeto de modernização e industrialização da região, em que as questões de classe e gênero eram a pedra de toque. Para assegurar a manutenção e o desenvolvimento da indústria carbonífera foi preciso garantir também o futuro de uma mão-de-obra forte e minimamente saudável. Visando formar uma família mineira que atendesse

³⁰¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS. Relatório dos negócios administrativos do município de Orleans, referente ao exercício de 1951. Santa Catarina: Orleans, 1951. As palavras maiúsculas são originais do documento. O discurso do prefeito também nos faz lembrar que, a partir

seus interesses econômicos presentes e futuros, mineradores e agentes governamentais lideraram campanhas no sentido de solidificar uma divisão sexual de trabalho em que os homens ficassem nas minas e as mulheres, no espaço doméstico. Para convencer as mulheres a este “confinamento”, evocaram recorrentemente a mística da “natureza feminina”, no sentido de reforçar e reafirmar a casa como seu local de trabalho “natural”.

Além disso, a região carbonífera do pós-guerra também foi atingida por questões que despertavam medo e ansiedade nas elites locais. O perigo do comunismo, por exemplo, visto como uma epidemia que poderia contaminar as mentes da “massa” faminta, provocando a inversão de uma sociedade construída na perspectiva positivista da ordem e do progresso. A fragmentação da família não só comprometia o futuro da força de trabalho necessária à indústria, mas também colocava em risco os ideais de hierarquia, respeitabilidade e amor ao trabalho. Foi no contexto destas “preocupações” que as imagens estereotipadas da boa mãe e boa esposa emergiram de forma acentuada.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho afirma que as campanhas realizadas nos Estados Unidos e na Europa do pós-guerra para redefinir a divisão sexual de trabalho também aportaram no Brasil. Sustentadas na mística da “natureza feminina”, as campanhas procuravam enaltecer a importância da maternidade, propagando “exaustivamente a imagem estereotipada da boa mãe no lar” e as consequências e problemas decorrentes para a mulher do trabalho industrial ou mineiro. Essas ideias chegaram ao Brasil “não apenas através de profissionais que davam novas formulações às velhas posturas e atitudes a respeito do papel da mulher e da importância da mãe na criação dos filhos, como também da imprensa, de livros, revistas e filmes - como aqueles produzidos em Hollywood, que ofereceram o modelo de mulher ideal

da década de 50 principalmente, o Estado, ao oferecer “assistência social”, passa a assumir os “cuidados” da classe operária que antes eram realizados pelos proprietários das minas.

para muitas mocinhas dos anos 50 e início dos anos 60 no Brasil”.³⁰² Analisando “as mulheres dos anos dourados” através de revistas voltadas para as questões femininas, Carla Bassanezi afirma que eram fortes os preconceitos que cercavam o trabalho das mulheres nessa época. A incompatibilidade entre o casamento e a vida profissional era argumentada de forma a evidenciar a instabilidade da organização doméstica e do próprio matrimônio, caso a mulher trabalhasse fora. O casamento-modelo definia atribuições e direitos diferentes para homens e mulheres, afirma Bassanezi. A esposa dos anos dourados deveria ter o marido e os filhos como centro de suas atenções.

Tarefas domésticas como cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e limpar a casa eram consideradas deveres exclusivamente femininos. Dentro de casa, os homens deveriam ser solicitados apenas a fazer pequenos reparos. Para as revistas da época, as mulheres não têm o direito de questionar a divisão tradicional de papéis e exigir a participação do marido nos serviços do lar -comprometeriam, com essa atitude, o **equilíbrio conjugal** [grifo no original].³⁰³

Esses ideais não só chegaram à região carbonífera de Santa Catarina, como também nortearam campanhas de higiene pública e de assistência social às famílias mineiras. Uma das instituições que liderou esse tipo de campanha, tornando-se inclusive marcante na memória e história da região, foi o Serviço Social da Indústria -SESI. Criado em 1946, em menos de dez anos, seu programa de assistência social espalhou-se por diversas cidades de Santa Catarina, principalmente na região carbonífera. Os postos de abastecimento alimentar ou os armazéns do SESI, a farmácia, os postos de puericultura e os “cursos populares” de corte e costura, bordados etc., faziam parte das atividades desenvolvidas por esta instituição.³⁰⁴

³⁰² ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit. p.98.

³⁰³ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997. p.625.

³⁰⁴ Jornal O Estado, 13/05/1956, p.4-5. Em matéria veiculada neste jornal sob o título de “Um Magnífico Programa em Santa Catarina: o Depto Reg. do SESI”, encontra-se um histórico das

Como disse anteriormente, nos “serviços sociais” prestados pelo SESI, mulheres e crianças receberam os mais pesados investimentos. Um dos objetivos de tamanha envergadura era o de *evitar e sanar os conflitos entre empregadores e operários*³⁰⁵, oferecendo-lhes “gratuitamente” uma assistência social que garantisse minimamente a saúde da família, ou melhor, da futura força de trabalho. Mais do que isso, era preciso formar e qualificar os gêneros para assumir papéis de acordo com sua natureza biológica. Para tanto, foi criado um “Serviço Social Especializado” que, através da contratação de “agentes especiais”, coordenaria o “magnífico programa” de assistência do SESI:

(...) Nas zonas onde o problema social é mais intenso, principalmente na região carbonífera do sul do Estado, organizou e mantém o SESI catarinense, o Serviço Social Especializado. **Ordens religiosas foram contratadas para o serviço de visita**ção [sem grifo no original], através do qual, recebem as famílias dos operários assistência direta através de orientação doméstica, sanitária, etc. Até esta data, foram realizadas perto de 6.000 visitas pela equipe especializada das Pequenas Irmãs da Divina Providência.³⁰⁶

As congregações religiosas exerceram papel de destaque no processo de higienização e disciplinamento das famílias mineiras. Mineradores, tampouco o Estado, tinham legitimidade para penetrar no cotidiano das casas operárias. As famílias moravam nas casas pertencentes aos proprietários das minas, mas isso não significava que os donos tivessem poder suficiente para invadir o espaço privado das famílias. Foi preciso constituir uma aliança com as ordens religiosas que, sob as vestimentas sagradas da Divina Providência, conseguiram romper a resistência das famílias.

atividades da instituição até aquele momento. A matéria fala dos diversos serviços sociais prestados, tais como: serviço de assistência médica, serviço de assistência farmacêutica, serviços educativos como cinema, revista infantil Sesinho e cursos populares, serviços de assistência jurídica, serviços de recreação e esportes, serviços de assistência alimentar; campanhas médico-sociais e serviço social especializado.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Idem.

Para ilustrar as estratégias do SESI e dos mineradores para a política assistencial nas vilas e casas operárias, nada melhor do que o depoimento de uma das Irmãs que trabalhou neste período. Irmã Emanuele Piedade Brito trabalhou na Vila Operária de Santana, distrito de Urussanga, no período de 1959 a 1964. Esta Vila foi construída em torno da Mineração Geral do Brasil, companhia carbonífera que foi incorporada pela Cia Carbonífera de Urussanga-CCU mais tarde. Atendendo aos apelos dos donos da mina, Irmã Emanuele, juntamente com outras irmãs, foi prestar assistência social às famílias mineiras de Santana. Contratada pelo SESI, inclusive com carteira assinada, Irmã Emanuele ressalta que “naquele tempo ganhava-se um bom salário”. Além do salário regular, os donos da mina manifestavam reconhecimento aos trabalhos prestados com gratificações no final de cada ano de trabalho.³⁰⁷

Na vila, as irmãs beneditinas assumiram a “missão” de orientar, educar e disciplinar as famílias de acordo com os ensinamentos da bíblia, as orientações do SESI e os conselhos dos mineradores. As condições de vida das famílias mineiras da época denunciavam o contraste entre riqueza de um lado, extrema pobreza do outro. O cenário das casas operárias deixava as irmãs entristecidas. As famílias eram relativamente numerosas (média de 7 a 8 filhos), as condições de moradia e higiene “perigosamente” alarmantes, a mortalidade infantil assustadora e os conflitos familiares visíveis publicamente. Não havia cerca entre casas vizinhas. As crianças perambulavam pelas ruas descalças, nuas ou seminuas e defecavam em qualquer lugar; brincavam nos arredores da casa, nos lugares onde corria o esgoto, ou então em lugares mais afastados, em solos e córregos contaminados pelos rejeitos piritosos. À noite, irmãos, irmãs e pais dormiam no único quarto da casa, em condições propícias à “promiscuidade”.

³⁰⁷ Irmã Emanuele Piedade Brito, 66 anos. Pertencente à Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Trabalhou em Santana-Urussanga no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em 09/09/96.

Eis aí as condições propícias para a proliferação de todo tipo de doença infecto-contagiosa do corpo e doenças da mente. No imaginário das elites locais, o “perigo” de epidemias, os desregramentos e a fome da classe operária mineira propiciavam disposições de rebeldia da “massa” liderada por “subversivos” comunistas. Nestas circunstâncias, as elites locais tomaram diversas providências, entre as quais uma política de higienização e assistência social às famílias mineiras.

Analisando os discursos de médicos, higienistas, autoridades governamentais, policiais e outros do século XIX, Carpintero lembra que “a imagem de uma habitação saudável e higiênica foi divulgada pelos setores dominantes como um agente eficaz na formação e no controle do trabalhador urbano”.³⁰⁸ Foucault enfatiza que a medicina social desenvolvida pelo capitalismo em fins do século XVIII e início do século XIX, investiu no corpo enquanto força de trabalho, força de produção. O controle da sociedade sobre o indivíduo, afirma Foucault, “não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”. O “medo urbano”, resultante das grandes aglomerações das populações pobres de Paris e Londres do século XVIII, deixava inquietos médicos, políticos, autoridades municipais e moradores das cidades, principalmente a burguesia. No século XIX, segundo Foucault, surgiu na Inglaterra “uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas”.³⁰⁹

Além destes aspectos, um dos problemas sociais que alarmava a população da região carbonífera, sobretudo a elite, era a “assustadora” mortalidade infantil do período. Fato que despertou também a atenção de outros segmentos da sociedade brasileira que por aqui

³⁰⁸ CARPINTERO, M. V. T. Op. cit., p.130.

³⁰⁹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 8a. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.79-98.

passaram. Nas entrevistas realizadas com mulheres e homens que viveram o período pós-guerra, pude observar como suas lembranças ficaram marcadas pelos constantes “enterrinhos” que aconteciam com frequência nas vilas operárias.

Para o médico Manif Zacharias, que trabalhou em Criciúma de 1944 a 1957, esta cidade chamava a atenção dos “elementos estranhos à terra” por duas características marcantes: *Uma, o carvão, expressão da riqueza de seu subsolo; outra, a elevada mortalidade infantil, traduzindo a miséria de seu povo.* Responsabilizando a negligência das administrações públicas, Manif insiste em afirmar que “a mortalidade infantil é, antes de tudo, problema médico-social, de caráter profilático, preventivo.” Neste sentido, sua orientação apontava para um tratamento preventivo, onde a educação das famílias operárias, sobretudo a das mulheres, seria de fundamental importância:

(...) Não se luta contra ela [mortalidade infantil] procurando curar a criança doente, mas evitando que a criança venha doente ao mundo ou aqui adoeça. E é neste particular que entram em jogo, desempenhando papel preponderante na questão, os exames pré-nupciais, a clínica pré-natal, os cuidados imediatos ao recém-nascido, as noções básicas de puericultura a serem ministradas às mães, a higiene da habitação e da alimentação, a própria educação moral, etc., para só depois, então, como elemento subsidiário, entrar a assistência médica hospitalar, adequada e eficiente, para o tratamento de enfermidades eventuais.³¹⁰

O problema da mortalidade infantil recebeu um capítulo específico no relatório do médico Boa Nova. Segundo o mesmo, uma das questões que lhe despertou atenção quando chegou a Criciúma em 1944, foi o “elevado número de enterros de crianças que eram vistos diariamente pelas ruas da cidade.” Boa Nova afirma que muitas criancinhas morriam de fome no primeiro ano de vida. A culpa estava relacionada, principalmente, com o “descaso de seus próprios pais, da ignorância de suas mães, que sob a infundada alegação de que ‘seu leite era

³¹⁰ ZACHARIAS, Manif. “A mortalidade infantil em Criciúma”. Tribuna Criciumense, 20/05/1957 e 03/06/1957.

fraco', desmamavam-na logo às primeiras semanas de vida, substituindo o preciosíssimo leite materno pelo pirão de farinha de mandioca, feito simplesmente com água.” Por estas razões,

empreendemos uma árdua tarefa de educar as mães, de orientá-las, de aconselhá-las no sentido de mostrar-lhes o caminho certo que deveriam seguir para bem alimentar os seus filhinhos, para bem criá-los e para preservar-lhes a saúde, e portanto a vida, alimentando-os a hora certas, de seu próprio leite no primeiro ano de vida, alimentação mais higiênica, mais ‘barata’ e que tem a rara propriedade de imunizar a criança, pelo menos nos seis primeiros meses de vida, contra muitas das chamadas doenças comuns à primeira infância.³¹¹

A elevada mortalidade infantil da região carbonífera de Santa Catarina, também “chocou” os deputados da CPI do carvão de 1957, durante os trabalhos de investigação das condições de vida e trabalho das famílias mineiras. Ao descrever o aspecto geral das habitações operárias e o alto índice de mortalidade infantil, o relator apropria-se de um discurso “indignado” do governador Jorge Lacerda, também médico, que percorrera a região carbonífera de Lauro Muller em anos anteriores, para afirmar que a mortalidade infantil, além de grave, não era uma situação nova.³¹² Na verdade, o governador referia-se ao distrito Guatá, distrito de Lauro Muller, município distante 60 quilômetros de Criciúma. Era neste município que existia a chamada “mina dos cadáveres”, mencionada em capítulo anterior pela mesma CPI. Segundo o relator, as principais causas para a “triste” realidade apontada por Jorge Lacerda, eram as condições de moradia e higiene:

(...) De um modo geral, as casas se situam em pequenas elevações e os despejos são realizados nos fundos das habitações. Quando, por qualquer circunstância, o que é comum, as fossas perdidas transbordam, as matérias fecais descem por gravidade para a frente das residências, onde os filhos dos mineiros, descalços e desnudos costumam brincar. Este é um quadro real de fácil observação. **Adiantará por acaso a existência de um pequeno grupo de assistentes sociais** [sem grifo no original] como tivemos

³¹¹ BOA NOVA Jr. F. de P. Op. cit. p. 22-23.

³¹² Na CPI o discurso do governador aparece da seguinte forma: “É com profunda tristeza que trago ao conhecimento da Câmara dos deputados uma revelação amarga. Em Guatá, grande produtor de carvão, nasceram, em 1948, exatamente duzentas crianças. E dessas duzentas crianças, Srs. deputados, já morreram 170.”

ocasião de verificar na Mineração Geral do Brasil, se os operários e suas famílias, bebem, muitas vezes, água de poços cavados nas vizinhanças das fossas e as crianças descalças e desnudas brincam nas matérias fecais?³¹³

Talvez a resposta a estas últimas indagações possa ser dada por Irmã Emanuele, que também trabalhou numa das vilas operárias da Mineração Geral do Brasil Ltda-MGBL. Antes de trabalhar em Santana, Irmã Emanuele trabalhava em Urussanga “acolhendo” e “educando” crianças abandonadas no “Paraíso da Criança”. Em Santana, distrito do mesmo município, ela aceitou o convite para prestar assistência social às famílias mineiras. Um trabalho que estava de acordo com sua formação religiosa, pois as famílias eram:

(...) desprovidas de tudo. Eles não tinham médicos, não tinham assistência religiosa, não tinham nada. Então nós fomos assumindo o trabalho com o SESI. O minerador entrou em contato com o SESI e foi feito o pedido para nós trabalharmos com estas famílias. Então foi aceito este pedido porque era um pedido que veio de encontro com o nosso carisma, que é o de acolher, assistir e abrigar as crianças pobres, abandonadas em condições perigosas. Lá as famílias eram pobres, numerosas e havia muitas crianças abandonadas pelas ruas...³¹⁴

Na região carbonífera de Santa Catarina, participaram deste processo de assistência e higienização social pelo menos três congregações religiosas: a Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência e a Congregação do Divino Zelo. As irmãs foram distribuídas por toda a região carbonífera. Nesta “missão salvadora”, mulheres e crianças eram prioridade. Nas lembranças de Irmã Emanuele, naquele tempo,

(...) havia mães que trabalhavam na escolha e depois, o resto do dia, não tinham nada para fazer. Só o servicinho de casa, mas a casa era muito pequeninha e não tinha muita ocupação... Quando a família era muito grande, a sala servia de quarto, então era tudo na cozinha... Dormiam tudo amontado. Então foi por aí que iniciou nosso trabalho, esta

³¹³ CPI do Carvão, Op. cit.

³¹⁴ Irmã Emanuele. Entrevista citada.

orientação de haver uma separação entre filhos, dos meninos, das meninas... Tudo isso foi nosso trabalho de orientação das famílias...³¹⁵

Pelo depoimento de irmã Emanuele, nota-se que uma de suas preocupações era separar meninos das meninas, isto é, havia o cuidado em delimitar os espaços para cada sexo. Em relação aos problemas suscitados pelo tamanho das casas, para evitar o “amontoamento”, irmã Emanuele lembra que as irmãs também passaram a reivindicar junto aos mineradores casas com mais quartos. E quando os proprietários não atendiam essa reivindicação, era comum as próprias famílias construírem um “puxadinho” rente à casa. Sem dúvida, as congregações religiosas tiveram um papel importante no processo de construção e normatização dos papéis de gênero, mas seguramente não passaram de um dos instrumentos usados pela sociedade no seu permanente processo de controle e construção das identidades e papéis de classe e gênero.

Uma outra preocupação do SESI foi com a alimentação das famílias mineiras. Muitas das famílias que haviam sido expulsas das lavouras e direcionadas para os trabalhos nas minas preservaram seus hábitos de plantio. Contudo, a maioria das vilas operárias era construída sobre rejeitos piritosos, dificultando ou praticamente impedindo os hábitos de plantio. À medida que a indústria carbonífera se expandia, menos solo e menos rios ficavam disponíveis para o plantio e a pesca. Isto também contribuiu para a alta do custo de vida, sobretudo devido ao encarecimento dos produtos de primeira necessidade. Para as famílias mais numerosas, o salário da mina não era suficiente e a fome rondava seu cotidiano.

Do ponto de vista dos mineradores, tal situação comprometia o vigor físico da força de trabalho. A alimentação das famílias mineiras, além de insuficiente, era desprovida de certas proteínas em função dos seus costumes alimentares. As verduras não entravam no cardápio diário, o que era constantemente apontado por médicos e sanitaristas como um dos males da

³¹⁵ Idem.

desnutrição das crianças. A melhor alternativa implantada pelo SESI foi a de estender o ideário da racionalidade à economia doméstica e ensinar receitas culinárias. Ensinava-se às famílias a evitar o desperdício e ainda a retomar ou iniciar alguns hábitos de plantio. Como lembra irmã Emanuele, “nós ensinamos cada família a ter a sua verdurinha, ter seu quintalzinho, seu jardimzinho. Naquele tempo as casas não tinham cerca, não tinha separação nenhuma...”³¹⁶

Visando a saúde das famílias mineiras, as irmãs também estavam ampliando as tarefas femininas. Em relação aos mineradores e ao SESI, não se questionavam os salários e nem as condições de moradia, mas a falta de higiene e os “maus hábitos” das famílias mineiras. As irmãs atuavam no sentido de corrigir os “maus hábitos” das famílias, mas não percebiam os “maus hábitos” dos mineradores.

Através do SESI, as irmãs também ofereciam uma série de cursos manuais para as mulheres. Os cursos que tinham como objetivo básico torná-las boas donas-de-casa. Mães, esposas e filhas que realmente soubessem cumprir seus papéis, de acordo com sua “natureza feminina”. Nestes cursos ensinavam-se corte costura, bordados, culinária, medicina caseira, tricô, crochê. Nos bordados, ensinava-se a fazer frases com dizeres religiosos e mensagens que lembravam a importância da higiene da casa, tal como o descrito por Elisa, que fazia bordados com pensamentos “bonitos” tipo: “a higiene prolonga a vida”. “Quem tinha mais pano de parede era mais bonito, era competição”, lembra Elisa. “Os banquinhos de prateleiras eram bordadinhos também; eles adoravam nossa casinha e quem fazia este trabalho todo era eu” afirma orgulhosamente³¹⁷. Muitas mulheres aprenderam a costurar para a família e algumas inclusive tornaram-se profissionais. Segundo irmã Emanuele,

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Elisa de Oliveira, 69 anos. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/96.

(...) com o tempo, elas começaram a pegar serviço pra fora. Urussanga mandava muita coisa para elas costurarem (...) Até de Florianópolis vinha trabalho para elas fazerem. Elas faziam bordados, lençóis, enxovalzinho de neném. Então, por fim, elas já trabalhavam pra fora. E faziam muito bem feitos os trabalhos. As moças de Urussanga solicitavam bastante enxovais. As moças então, era impressionante...³¹⁸

Nos finais de ano, as mulheres faziam suas exposições em local público. Participavam destas exposições, além das mulheres, autoridades do SESI e mineradores. Às vezes até o prefeito participava. O dia da formatura era comemorado em grande estilo, com a presença de autoridades e solenidade oficial.

(...) a gente recebia muito incentivo do SESI. Então elas se sentiam muito valorizadas com a vinda de diretores do SESI para entregar o certificado. E neste dia se preparava uma festa. Uma coisa muito boa que acontecia era que no final dos cursos elas mesmas preparavam a festa, um coquetel feito por elas mesmas...³¹⁹

Ao analisar as políticas e ideologias específicas desenvolvidas por empregadores, educadores e assistentes sociais em São Paulo, entre 1910 e 1950, Barbara Weinstein afirma que “todos esses cursos trabalhavam com a hipótese segundo a qual a mulher da classe operária era, acima de tudo, esposa e mãe ou futura esposa e mãe”. Mesmo que trabalhasse fora de casa, quando ainda solteira ou também depois de casada, “sua atribuição pecuniária principal no lar continuava sendo a organização racional de uma atmosfera sadia e de filhos bem criados, papel pressuposto de toda mulher”.³²⁰

Voltando nossa atenção para as irmãs beneditinas, parece que, com o tempo, elas realmente conquistaram a confiança das famílias mineiras. Penetraram no cotidiano das casas, “ensinavam” maneiras corretas de cuidar da higiene da casa e do corpo, a cozinhar e incutir certos hábitos alimentares, a amamentar as crianças. Além disso, “educavam” as esposas a

³¹⁸ Irmão Emanuele. Entrevista citada.

³¹⁹ Idem.

respeitar os maridos. Tomavam cuidados para normatizar a sexualidade e evitar o “perigo” da promiscuidade. Intermediavam os conflitos conjugais, orientavam no planejamento familiar e participavam das festas, dos bailes e até mesmo do futebol, palco de violentas brigas e discussões. Enfim, ensinavam as mulheres a serem boas filhas, boas esposas, boas mães e a desenvolverem habilidades manuais para “ajudar” na economia doméstica.

As irmãs, que não eram casadas, nem esposas e mães, aprenderam esses ofícios não só pelos ensinamentos da Igreja, mas principalmente através de duas instituições: primeiramente, o já mencionado Serviço Social da Indústria (SESI), criado em 1946. A partir de 1959, através da SATC, instituição criada e administrada pelos mineradores da região carbonífera de Santa Catarina. Além dos cursos técnicos destinados aos meninos, a SATC, já mencionada anteriormente, oferecia serviços de puericultura e assistência social, destinados basicamente às mulheres e crianças das famílias mineiras.

Em 1965, o coordenador responsável pela “Assistência Social” oferecida por esta instituição apresentou seu relatório no II Simpósio do Carvão Nacional, realizado em dezembro daquele ano. O relatório procurava demonstrar que, mesmo com recursos insuficientes, a SATC havia alcançado resultados “magníficos” nos serviços de assistência às famílias mineiras de Criciúma. O principal problema detectado pela equipe assistencialista estava no binômio ignorância-miséria, que poderia ser revertido com medidas preventivas e atividades educacionais.

Para reverter o “ciclo da ignorância”, como denominava o relatório, era necessário cuidar daqueles que, futuramente, seriam os trabalhadores física e moralmente saudáveis de amanhã, ou seja, as crianças. Definitivamente, não há outro caminho a não ser o cuidado com

³²⁰ WEINSTEIN, Barbara. Mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. In: Fazendo história das mulheres. SP: Publicação Pagu, NEG/UNICAMP, no. 4, 1995. p. 157-158.

a criança, diz o relatório. Investia-se na criança do presente pensando no adulto do futuro, pois a continuação do “ciclo da ignorância”, segundo o relatório, poderia trazer sérios prejuízos à sociedade, principalmente aos mais afortunados:

(...) Nestas populações, quando não são tomadas medidas preventivas, o referido ciclo se faz presente com toda sua intensidade. A criança nascida de gestante anêmica e contaminada passa a receber o impacto desta força monumental que é o binômio ignorância-miséria, realizando os processos de crescimento e desenvolvimento em casebres sujos, confinados, promíscuos, com alimentação inadequada, contaminando-se, chegando ao óbito com relativa facilidade no primeiro ano de vida e, livrando-se deste, acaba por apresentar-se com um distrófico de baixo quociente intelectual e mínimas condições físicas, **formando concepções negativas da sociedade e desenvolvendo recalques que, na idade adulta, a par da própria incapacidade intelecto-física para o trabalho, determinam a tomada de atitudes agressivas contra os bem afortunados** [sem grifo no original] a que ele (consciente ou inconscientemente) julga culpados da própria descompensação.³²¹

Interromper o “ciclo da ignorância” era uma medida urgente e prioritária, caso os mineradores almejassem “homens de mentalidade bem formada” e saúde física “tão imune quanto possível”. Para tanto, as famílias operárias mineiras, sobretudo a principal responsável pela “famigerada distrofia pluricarencial” que era a “ignorância das mães”, deveria ter uma “Assistência Social” eficiente e adequada. Tais atividades resumiam-se basicamente em: visitas domiciliares das irmãs, registrando os dados do recém-nascido e as condições em que vivia a família e orientações às mães para que trouxessem frequentemente suas crianças até o posto de atendimento para serem examinadas, vacinadas, pesadas, medidas, orientadas quanto aos hábitos alimentares, etc..

Nos postos, as irmãs orientavam as mães sobre os cuidados de puericultura, ministravam aulas de corte, costura, arte culinária, etc. Com estas medidas, a SATC não só contribuía para

³²¹ II SIMPÓSIO DO CARVÃO NACIONAL. Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão e a Assistência Social na Zona Carbonífera de Santa Catarina. Seminário realizado em Florianópolis, de 29 de novembro a 04 de dezembro de 1965. Criciúma, biblioteca da SATC. Dos quatro diretores que assinam este relatório, o diretor executivo era Vilson Barata, filho de um dos

melhorar as condições de saúde de muitas crianças, como também evitava a formação de personalidades “negativistas” e “recalcadas”, formando, pelo contrário, “uma consciência de adulto voltada para o trabalho produtivo sem agressividades inúteis” e imune “às doutrinas espúrias”:

Hoje, após poucos meses de trabalho, já se vêem muitos lactentes ‘gorduchos’ nos colos das esposas de mineiros, ostentando um novo odor de sabonete, um novo brilho no olhar e um humor exuberante. Tais crianças, continuando a ser orientadas e protegidas como o plano prevê, evidentemente terão um rumo diferente em suas vidas, plasmarão um caráter pré-escolar sem contaminação, sem negativismos e sem recalques, uma mentalidade escolar em sua maioria prenhe de vontade e capacidade de aprendizado, uma inteligência juvenil vivaz e bem educada e uma consciência de adulto voltada para o trabalho produtivo sem agressividade inúteis, e decididamente imune à esperteza desleal e às doutrinas espúrias.³²²

No relatório constava também um plano de uma Escola Profissional Feminina que visasse a formação técnico-educacional da mulher. Esta escola seria construída no município de Urussanga (a 20 Km de Criciúma), num terreno doado pela Companhia Mineração Geral do Brasil - Ltda. Segundo o relatório, seria:

um educandário destinado aos cursos de educação profissional e economia doméstica, consistindo no ensinamento das disciplinas de cultura geral (português, matemática, etc...) e nas de cultura técnica, tais como: administração do lar, nutrição e preparo de alimentos, vestuário, indústria de confecção de roupas, higiene, enfermagem, puericultura, arte e decoração, desenho aplicado, industrialização e conservação de alimentos, etc...³²³

mineradores de Criciúma, e o médico supervisor era David Boianovsky. Provavelmente foi Boianovsky o autor principal do relatório.

³²² Idem. O relatório contém também uma série de informações sobre as famílias mineiras até aquele ano. Nos três primeiros meses de trabalho, matricularam-se 230 crianças. Entre as mães destas crianças, apenas duas trabalhavam fora. 42 mães frequentavam ou frequentaram cursos de assistência social da SATC e 180 mães possuíam alguma “aptidão especial”, como costura, por exemplo. A média de habitantes por casa era de 5,8 e a média de camas por casa era de 2,9 . Apenas 28 casas possuíam fossa. 126 crianças eram do sexo masculino e 104 do sexo feminino. Além desses dados, há ainda muito mais.

³²³ Idem.

Na opinião dos assistencialistas, “com um educandário desta natureza”, os mineradores estariam contribuindo para o melhoramento do padrão de vida dos operários. Isto porque eles estariam “dando” oportunidade para que as mulheres pudessem “colaborar” e “contribuir” com o sustento da casa, através dos rendimentos que iriam ganhar face à profissão adquirida. Possivelmente, para muitas famílias pode ter ocorrido um melhoramento em seus rendimentos, mas, com certeza, às custas da dupla jornada de trabalho das mulheres.

Irmã Ricarda Fonseca, pertencente à congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, também prestou assistência social às famílias mineiras na década de 60. Irmã Ricarda trabalhou em 1963 na Casa Assistencial São José, fundada em 1954 no distrito de Rio Maina, município de Criciúma, e mais tarde na SATC. Em 1963, ela foi designada para trabalhar na assistência social às famílias mineiras do distrito de Rio Maina, uma experiência da qual, a princípio, não gostou. Irmã Ricarda trabalhou também na farmácia do SESI, um estabelecimento onde os trabalhadores/as deixavam boa parte de seus salários. Lembra-se que vendia muito “biotônico” e que achava estranho que as mulheres não soubessem cozinhar. Suas outras atividades nos permitem perceber claramente os papéis de gênero embutidos em seus ensinamentos, bem como a resistência das famílias durante as visitas das irmãs da Divina Providência:

(...) Nós também íamos nas casas das famílias, nós íamos de casa em casa, ensinávamos a cozinhar, a arrumar a casa... Depois criaram os cursinhos de trabalhos manuais, aí ficou mais fácil, porque às vezes elas não queriam nos receber. Depois as irmãs criaram as salas de arte culinária e trabalhos manuais... As irmãs mais antigas contavam que as mulheres que participavam da escola aprendiam a temperar a comida. Então, na hora que ele [o mineiro] destampava a marmita, tinha aquele cheirinho gostoso de comida...Então ele dizia: mas esta comida está muito gostosa, manda sua mulher para aula, minha mulher está aprendendo, aprendeu muita coisa boa. Porque as mulheres não sabiam cozinhar, elas faziam de qualquer jeito. Abóbora não sabiam fazer; verdura não

existia, era arroz seco e carne [quando havia, provavelmente]. Então as irmãs ensinavam a plantar verdura, a preparar um prato... As mocinhas iam para aula de bordado...³²⁴

O que chamou sua atenção na “capital brasileira do carvão” na década de 50 não foram as minas e muito menos o carvão, mas os “caixãozinhos” de crianças que eram transportados quase que diariamente. A elevada mortalidade infantil entre as famílias mineiras era associada às péssimas condições de higiene e às mães “desnaturadas” e “despreparadas” para o cuidado das crianças. Elas não sabiam cozinhar, não amamentavam e não davam banho nas crianças, lembra irmã Ricarda. Foi em função desta realidade que as congregações religiosas foram chamadas, ou melhor, foram contratadas. Transformar as mães “desnaturadas” e “despreparadas” em mães modelares, mulheres que soubessem exercer seus ofícios “naturais” de donas-de-casa, no cuidado das crianças, higiene da casa e nos preparativos alimentares para aqueles “desafortunados” que trabalhavam nas minas. Além disso, as irmãs procuravam ensinar as mulheres a terem paciência e respeito para com os homens (pai, marido):

(...) As casinhas eram tudo pretinha. Tinha umas bem cuidadosas, que a gente entrava, era tudo limpinho, mas tinha outras que não cuidavam muito não..... **Também a gente ensinava a respeitar o esposo.** A gente ainda orientava as esposas, quando sabia de alguém que não ia almoçar em casa, porque a mulher não fazia a comida direito, aí ele ia pro bar. Então a gente falava para ela preparar bem a comida, receber bem o esposo, que é importante na vida conjugal, essas coisa assim. Até nas aulas de culinária ou de bordado, a gente comentava essas coisas...³²⁵

Ao mesmo tempo que a política de “assistência social” se destinava às famílias mineiras, resultando positivamente num certo controle da natalidade e da mortalidade infantil, triplicavam-se os afazeres domésticos das mulheres. Nestas circunstâncias, elas dificilmente tinham condições de trabalhar ou permanecer em atividades regulares remuneradas. Além disso, com estas políticas assistencialistas, foram introduzidas no cotidiano das famílias

³²⁴ Irmã Ricarda Fonseca, 71 anos. Pertencente à congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Entrevista realizada em 10/09/96.

mineiras algumas práticas obsessivas de higiene que acabaram despertando conflitos antes inexistentes.

Para muitas mulheres, por exemplo, uma casa bem limpa passou a significar a afirmação de uma identidade de “mulher caprichosa”. O contrário a denunciava como uma “mulher relaxada”. Como lembra Maria Lúcia Rocha-Coutinho, “uma casa limpa e bem arrumada e filhos bem educados davam a ela um status todo especial”³²⁶. Não é sem razão a observação de irmã Ricarda sobre suas visitas às casas das famílias operárias: “as casas eram tudo pretinha, tinha umas bem cuidadosas, que a gente entrava, era tudo limpinho, tinha outras que não cuidavam muito não...” Mas como deixar uma casa “bem limpinha” se os homens ou mesmo as mulheres que trabalhavam nas minas voltavam cobertos de poeira e lama do carvão? Como evitar que as cinco, seis ou mais crianças “sujassem” a casa em suas brincadeiras costumeiras? Como “conscientizar” os homens da casa de que deveriam se preocupar com a limpeza que suas irmãs ou mães faziam com tanta dedicação e trabalho?³²⁷

Os objetivos primordiais da “aliança da Divina Providência” eram constituir a família operária de acordo com os ingredientes ideológicos, “fetichizados” por uma noção hierarquizada de papéis de gênero e pela subjetivação da cultura do trabalho disciplinar. Toda a assistência e os cursos oferecidos “gratuitamente” procuravam “ensinar” as mulheres a serem boas mães, boas donas-de-casa, boas esposas e boas filhas. Dito de outra forma, através da “divina aliança” procurava-se “ensinar” as mulheres a cumprirem seus papéis “naturais”: garantir a saúde básica das famílias para propiciar a constituição de uma força de trabalho forte e disciplinada, como pretendiam os mineradores; inculir os hábitos de “respeito” aos

³²⁵ Idem.

³²⁶ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., p.102.

³²⁷ Este cenário me lembra a mulher obsessivamente “maníaca” por limpeza e as brigas com minhas irmãs na fase juvenil de minha vida. Ouso dizer que, em muitos casos, a obsessão pela limpeza “infernizou” o cotidiano de muitas famílias.

homens, sobretudo aos maridos, pais e aos donos de mina, considerados os “paizões”. Enfim, diversos dispositivos de controle e formação de uma determinada mão-de-obra, configurada pelas devidas divisões sexuais de trabalho e normatização de papéis de gênero.

Na opinião de Rocha-Coutinho, a mulher brasileira no período do pós-guerra “foi bombardeada por toda uma ideologia que pensava a identidade feminina a partir do marido, da casa e da criação dos filhos”. A mulher deveria esquecer de si mesma para melhor poder amar e cuidar dos seus familiares. Deveria esquecer o prazer, seus sonhos e desejos em prol das necessidades da casa e da família.³²⁸ Parece que era isto que o SESI e a SATC, através das irmãs, queriam que as mulheres também aprendessem.

O sindicato dos trabalhadores não ficou excluído do plano de higienização social da região carbonífera catarinense. A assistência social foi a orientação política mais marcante do sindicato em sua primeira década de existência (1944-1954). Uma assistência diferenciada para cada gênero. A política assistencialista desenvolvida pelo sindicato dos trabalhadores também contribuía para delimitar os espaços definidos para os dois sexos. Ao participar das discussões em torno da “Batalha do Carvão” em 1949, juntamente com mineradores e autoridades governamentais, percebe-se a posição de classe e gênero defendida pelo sindicato dos dos trabalhadores:

(...) Moradia higiênica e sem forçar a promiscuidade entre os membros das famílias, alimentação sadia e por preço módico, assistência social em seu amplo sentido, abrangendo eficaz proteção à maternidade e à infância, instrução, diversão, segurança no trabalho, salário compatível com a dignidade humana, é o que esperam os mineiros, cômicos de que estas, como outras reivindicações justas e equânimes, por constituírem requisitos essenciais para a garantia da paz social, por si só permitirão irmanar, definitivamente, os trabalhadores e seus empregadores.³²⁹

³²⁸ Idem, p.98.

³²⁹ SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. A batalha do carvão. Op.cit., p.317. Só para lembrar, pesquisando as atas deste sindicato no período de 1944 a 1954, constatei dezenas de pedidos de filiação de trabalhadoras das minas. Entretanto, não

Nos registros oficiais do Sindicato dos Trabalhadores não há qualquer alusão às trabalhadoras das minas. O sindicato se dirige apenas às mulheres que estão no espaço doméstico, as mães, esposas e filhas da classe operária mineira. Talvez isso explique o completo silêncio em relação à existência das “escolhedeiras” e as reivindicações de proteção à maternidade e à infância para as mulheres que estão no espaço doméstico. Neste aspecto, pode-se dizer que o sindicato dos trabalhadores e os capitalistas estavam “irmanados” em defesa de uma assistência social voltada principalmente para mulheres e crianças.

Por tudo isso, não é difícil imaginar porque as mulheres foram excluídas das minas. As péssimas condições de vida em que viviam as famílias mineiras, as doenças e mortes decorrentes, sobretudo a mortalidade infantil, e os desgastes físicos dos operários que trabalhavam nas “trevas”, foram os suportes ideológicos utilizados para tentar “confinar” as mulheres no espaço doméstico. Assim, todos os poderes instituídos, isto é, Estado, mineradores, SESI, Igreja e suas congregações religiosas, e também o sindicato dos trabalhadores, participaram decisivamente do processo de construção e normatização dos papéis de gênero. Um processo que levou a maioria das mulheres da classe operária mineira, mas não todas, a assumirem como obrigação os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos. Neste aspecto, não foi um processo que aconteceu de forma harmoniosa. Conflitos, resistências e até mesmo violência foram a marca do cotidiano destas famílias.

3.4. Homens nas minas, mulheres em casa?

As condições de formação da classe operária mineira da região carbonífera de Santa

encontrei nenhum indício de que o sindicato tenha ao menos se “preocupado” em melhorar suas condições de trabalho. Pelo contrário, o silêncio sobre a presença das mulheres nas minas seria total, não fossem seus pedidos de filiação.

Catarina também não fugiam à regra que estabelecia a hierarquia das diferenças de gênero. Pelo contrário, as circunstâncias criadas em torno da mineração reforçaram ainda mais as delimitações dos papéis sociais atribuídos aos sexos. No processo de formação das famílias mineiras, os homens assumiram para si a exclusividade dos serviços tidos como perigosos e altamente desgastantes fisicamente - trabalhos valorizados pela sociedade. Às mulheres cabia o cuidado da casa, dos filhos, o preparo dos alimentos e uma série de trabalhos ainda mais desvalorizados. No ambiente característico das minas em um período em que não existia praticamente nenhuma noção de segurança, os acidentes aconteciam com frequência e os trabalhos que despendiam esforços sobre-humanos, serviram de suporte ideológico para legitimar o “confinamento” das mulheres ao espaço doméstico e desconsiderar aquelas que também trabalhavam fora de casa.

Terezinha Volpato, em suas pesquisas sobre os trabalhadores do carvão de Criciúma, revela vários discursos utilizados pelos mineiros para reforçar a divisão sexual do trabalho. Embora Volpato não tenha direcionado seus estudos e análises para a questão das mulheres, seu mais recente trabalho fornece pistas que ajudam a evidenciar alguns dos mecanismos que levaram ao processo de exclusão das mulheres do espaço das minas. Segundo ela, o processo de formação social das famílias mineiras possibilitou a reprodução da divisão sexual do trabalho de forma a reforçar o confinamento das mulheres no espaço doméstico.

Utilizando-se da fala de mineiros e de suas esposas, Volpato mostra como foi justificada esta divisão sexual do trabalho. Uma das formas utilizadas pelos próprios trabalhadores para excluir as mulheres dos trabalhos remunerados, foi assumir exclusivamente para si as tarefas “perigosas”. O cuidado das crianças (filhos), e a questão dos salários mais elevados em relação a outras categorias de trabalhadores (salário “melhorzinho”) eram justificativas usadas para impedir a mulher de ingressar no mercado regular de trabalho. A importância do “comer bem”

para suportar o serviço pesado, também reforçava a “necessidade” de as mulheres ficarem em casa, até porque não havia restaurantes nas minas.³³⁰

Embora Volpato tenha razão em suas principais afirmações, algumas de suas conclusões precisam ser relativizadas, pois, em certos momentos, ela expressa visão rígida dos papéis e dos espaços sociais. “O homem nas minas e as mulheres em casa foi o costume mantido, **sem questionamento** [grifo meu], durante meio século na região”, diz ela³³¹. Realmente, as mulheres foram direcionadas para o espaço doméstico, mas não sem conflitos, resistências e questionamentos. Houve muitos casos de improvisações e inversões de papéis, muitas transgressões e conflitos fomentados por mulheres que nem sempre se submeteram ao modelo idealizado de mulher, mãe, esposa e filha, seja porque muitas foram “abandonadas”, ou porque ficaram viúvas cedo demais. Algumas não casaram nem “fugiram” e outras não se submeteram à violência de seus maridos. Houve também mulheres que, mesmo tendo deixado o trabalho nas minas - seja porque casaram, seja porque acabou a escolha ou outro motivo qualquer - engendraram-se em atividades fora do seu suposto “habitat natural”, além, é claro, de acumularem para si os afazeres domésticos. Em outro sentido, é possível dizer que, para muitas mulheres das famílias mineiras, nem sempre foi possível manter a dicotomia: homens nas minas, mulheres em casa.

Volpato, em certos momentos, focaliza as mulheres a partir dos homens, atribui a elas função auxiliar e aponta causas questionáveis para justificar sua permanência no espaço doméstico. Ao comentar que as mulheres, tradicionalmente, estiveram muito ligadas ao trabalho de seus maridos na mineração, Volpato afirma que “na fase em que o carvão era escolhido manualmente, elas **auxiliavam** [grifo meu] seus maridos nesta tarefa, na boca da

³³⁰ VOLPATO, Terezinha G. Os trabalhadores do carvão - A vida e a luta dos mineiros de Criciúma. São Paulo: USP, 1989. Tese de Doutorado (em Sociologia) - Universidade de São Paulo.

mina”. Além disso, afirma que à medida em que as minas se afastaram das casas, “as mulheres passaram a exercer as tarefas domésticas, exclusivamente”.³³²

O distanciamento entre a casa e a mina, no entanto, não impediu que mulheres da região carbonífera de Santa Catarina continuassem trabalhando regularmente longe de suas casas. Embora possa ter aumentado as dificuldades para muitas trabalhadoras, outras continuaram na mina como de costume. Além disso, no período em que as minas estavam repletas de mulheres, muitas moravam longe destas. As fontes analisadas, demonstram inclusive, que havia uma circularidade de mulheres pelas minas, isto é, há registros de trabalhadoras que passaram por mais de três Companhias de Mineração.

Neste aspecto, Joan Scott se contrapõe ao discurso que problematiza e justifica o afastamento da mulher em função da separação operada entre o lar e o trabalho. Segundo Scott, os debates do século XIX “localizavam a fonte do problema das mulheres trabalhadoras na transferência da produção do lar para a fábrica durante o curso da industrialização”. Um “problema” que não existia no período pré-industrial. Mas com a crescente industrialização e as novas formas de organização do trabalho, “dizia-se que a mudança presumida do local de trabalho tornara esta combinação difícil, se não impossível”.

Segundo Scott, dizia-se que “as mulheres só poderiam trabalhar durante curtos períodos de suas vidas, abandonando o emprego remunerado depois de casar ou de terem filhos, voltando ao trabalho mais tarde só no caso de os maridos não serem capazes de sustentar as famílias”. Scott relativiza este discurso, evidenciando que mesmo no período anterior à

³³¹ Idem, p.205.

³³² Idem, p.204. Talvez não seja coerente tecer críticas a Volpato, uma vez que sua tese não é sobre as mulheres. Por outro lado, ao não comentar essas questões, estaria ignorando uma representação não confirmada pelas fontes que encontrei e analisei. Essa representação reforça ainda mais uma historiografia escrita no masculino, que não percebe a presença das mulheres como sujeitos de sua história.

industrialização (séculos XVII e XVIII), mulheres casadas e solteiras já trabalhavam fora de casa e que, com a industrialização, muitas continuavam a trabalhar regularmente. Segundo ela,

a história da separação entre lar e trabalho seleciona e organiza a informação de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha vincadamente diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando assim essas diferenças como base para a organização social. Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica, política e moral a que se tem chamado, com variantes, de 'ideologia da domesticidade' ou 'doutrina das esferas separadas'. Seria preferível referir-se a ela como o discurso que no século XIX conceptualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho 'natural'. De fato, argumentaria que a atenção prestada ao gênero como fator de divisão do trabalho no século XIX tem de ser lida no contexto mais geral da retórica do capitalismo industrial sobre a divisão do trabalho. A divisão do trabalho era tida como o modo mais eficiente, racional e produtivo de organização de trabalho, dos negócios e da vida social; a linha divisória entre o útil e o 'natural' esbatia-se quando o 'gênero' era objeto de análise.³³³

A história de vida relatada por Maria Claudino de Oliveira também nos leva a relativizar as afirmações de Volpato. Maria Claudino trabalhou no Coque Catarinense no período de 1974 a 1976, enquanto seu marido trabalhava na mina. No coque trabalhavam muitas mulheres que moravam em bairros distantes. Elas não tinham meio de transporte específico para se deslocarem até a empresa. Vinham trabalhar de ônibus de linha comum. Havia mulheres de diversos bairros da periferia de Criciúma: do Metropol, do Colonial, de Rio Maina, da Próspera e até de Ararangúá (município distante uns 30 km de Criciúma), lembra-se Maria Claudino. Neste tempo, "o coque tinha mais mulher do que homem; o coque mesmo só foi para frente quando eles botaram as mulheres trabalhando". A maioria era casada, comenta.³³⁴

As primeiras coquearias da região carbonífera de Santa Catarina surgiram na década de 40 e, nelas, a força de trabalho feminina também se fazia presente. Maria

³³³ SCOTT, J. W. 1991. Op. cit. p.445-446.

³³⁴ Maria Claudino de Oliveira, branca, 49 anos. Entrevista realizada em 12/03/97.

Serafim, por exemplo, trabalhou na Sociedade Carbonífera Próspera como “escolhedeira” de dezembro de 1945 a junho de 1946, mas em janeiro de 1947 foi contratada para trabalhar no forno do coque. Em 1945, Maria Serafim tinha 18 anos, era solteira e analfabeta. Quando trabalhou no coque não correspondeu ao perfil de mão-de-obra desejado pelos proprietários, pois em sua ficha consta a marca de uma trabalhadora “inconveniente.”³³⁵

Pelo visto, o fim do processo de escolha, juntamente com a masculinização das minas, não significou o confinamento de todas as mulheres ao espaço doméstico. Todavia, no processo de industrialização e modernização das minas de carvão de Santa Catarina, iniciado após a Segunda Guerra mundial, a ideologia das esferas separadas norteou todas as políticas institucionais e manifestações culturais no período. Enquanto se estimulava a ida dos homens para as minas, orientavam-se e qualificavam-se as mulheres para permanecerem no espaço doméstico. As diferenças biológicas entre homens e mulheres foram tomadas pelo discurso social para explicar, reforçar e redefinir a divisão sexual do trabalho. Neste sentido, a masculinização das minas, com a exclusão das mulheres, significou entre outros aspectos, a delimitação do espaço “valorizado” para os homens e o espaço doméstico e uma série de outras atividades menos valorizadas para as mulheres. Processo similar a outros centros urbanos do país e do mundo.³³⁶

³³⁵ Maria Serafim. Ficha funcional da Sociedade Carbonífera Próspera S.A. Arquivo CSN de Criciúma.

³³⁶ A medida que se enfatizava que o lugar de mulher era em casa, a estas, só lhes restavam assumir trabalhos ainda mais desvalorizados, tipo ao de lavadeira, doméstica, costureira, que eram adequadas ou “compatíveis” com a “natureza feminina”. Ou seja, não há nada que comprove que a exclusão das trabalhadoras das minas significou seu total confinamento no espaço doméstico e nem que isso trouxe melhorias em suas condições de vida. Não estou defendendo a permanência das mulheres nas minas. Pelo contrário, estou afirmando que mesmo depois da masculinização das minas, muitas continuaram exercendo dupla jornada de trabalho, assumindo atividades ainda mais desvalorizadas em função das restrições impostas por sua condição de gênero.

Entretanto, o preço da suposta conquista foi mais alto do que a maioria poderia imaginar, pelo menos no caso dos mineiros. Nesse aspecto, Volpato também nos permite perceber o custo impiedoso cobrado dos homens que assumiram exclusivamente para si os trabalhos nas minas. Pressionados pela “imperiosa exigência cultural e biológica de sustentar a família”³³⁷, muitos baixaram à mina e não voltaram. Outros voltaram com seus corpos dilacerados ou com os pulmões deteriorados pela poeira fina do carvão. Muitos dos que sobreviveram até a aposentadoria tiveram morte precoce. Mesmo sabendo dos riscos que corriam, as imposições culturais e a necessidade premente de sobrevivência levavam-nos a vencer o medo ou criar mecanismos defensivos que ocultassem suas inseguranças. Para ser mineiro, era preciso ser forte, corajoso e, acima de tudo, muito “macho”.³³⁸

Quando fala do trabalho nas minas bolivianas, a mineira Dometila também nos faz refletir sobre o custo imposto aos homens por assumirem exclusivamente os trabalhos nas minas. A média de vida de um trabalhador mineiro é de apenas 35 anos, relata Dometila. A partir daí, o trabalhador

já está totalmente enfermo, com mal da mina. De tanto explodir dinamites para tirar minério. Então estas partículas de pó se introduzem nos pulmões através da respiração pela boca e pelo nariz. E nos pulmões chegam a carcomer, a fazer em pedaços o pulmão. E os trabalhadores começam a vomitar sangue. A boca fica negra, roxa. E por fim botam pedaços de pulmão e morrem. Esta é a doença profissional da mina ou silicose.³³⁹

As condições de trabalho nas minas de carvão da região carbonífera catarinense em muito se assemelham ao que descreve Dometila. Aqui se encontra uma legião de mutilados pelos acidentes. Trabalhadores com respiração ofegante em virtude da deterioração dos

³³⁷ VOLPATO, T. Op. cit., p.133.

³³⁸ Idem, p.141.

³³⁹ VIEZZER, M. Op. cit. p.22. Apesar de não se tratar de minas de carvão, mas minas de minerais metálicos como cobre, estanho, etc., as condições de trabalho e os problemas decorrentes são bastante similares.

pulmões. Trabalhadores precocemente envelhecidos pelo desgaste físico do trabalho nas minas. Dito de outra forma, os trabalhadores foram transformados em “piritas humanas” e, tal como a pirita, descartados do sistema cedo demais.³⁴⁰ Por isso, muitas mulheres tiveram não só que suportar o estado de decadência de seus maridos, que, sentindo-se inúteis, entregavam-se à bebida, como também procurar atividades remuneradas e cumprir dupla jornada de trabalho.

Por outro lado, o trabalhador era muitas vezes estimulado e persuadido pela própria esposa a permanecer na mina, mesmo quando seu corpo já dava sinais de esgotamento físico. A respeito do depoimento de uma mulher de mineiro que afirmava “melhor ser viúva e ter na mesa comida para os filhos do que ficar com um desempregado em casa e na desgraça”, Volpato comenta que apesar do tom frio e calculista da esposa, essa realidade “ilustra com um vigor dramático que o corpo do operário deve estar apto para a função produtiva do trabalho”, mesmo sabendo do preço a ser pago prematuramente. Pode-se afirmar que, se no caso das “escolhedeiras”, o casamento significava o “confinamento” na casa, para os homens, o casamento os empurrava para o subsolo das minas.

Para a maioria das famílias pobres e sem nenhuma qualificação profissional, o trabalho nas minas representava a única possibilidade de sobrevivência. O medo e as péssimas condições de trabalho tinham que ser superados a qualquer custo. Os homens, principalmente os casados, não tiveram outra opção senão cumprir as determinações culturais e biológicas que os qualificavam como homens fortes, corajosos e provedores da família. Se por um lado, os mineiros “compactuavam” com os mineradores para “confinar” as mulheres no espaço

³⁴⁰ Excluir as mulheres, assumindo para si a exclusividade dos trabalhos nas minas, significou, para a maioria dos homens, a destruição precoce de seus corpos. O corpo do mineiro é um dos elementos que o diferencia dos demais trabalhadores. O desgaste visível estampado na face, os vestígios de carvão, impregnados nas unhas, olhos, orelhas e outras partes do corpo, os tornam inconfundíveis.

doméstico, estas, por sua vez, foram muitas vezes “cúmplices” da sociedade no sentido de empurrar os homens para as minas. Vale lembrar aqui a afirmação de Margareth Rago: “se o modelo da ‘santa mãezinha’ foi um peso para as mulheres ricas e pobres, o do guerreiro não deixou de constituir um fardo nos ombros masculinos”.³⁴¹

³⁴¹ RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil: 1890-1930. In: Espaço feminino. Uberlândia, MG: UFB, caderno 01.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função da cultura construída com base nos imperativos masculinos, a história das mulheres constantemente tem ficado soterrada nos subterrâneos do passado. Esta pesquisa surgiu com esta inquietação, pois narrou a história das condições de vida e trabalho das mulheres das minas de carvão da região carbonífera de Santa Catarina, no período compreendido entre 1937 e 1964. Evidenciou as relações de poder e resistência que se davam no cotidiano das minas; a participação das mulheres nas minas em outras épocas e outros lugares. Falou dos trabalhos das mulheres nas Vilas Operárias Mineiras, de seus trabalhos dentro e fora de casa, bem como de relações amorosas, casamentos, conflitos, transgressões e rupturas conjugais. Finalmente descreveu e analisou o processo de masculinização das minas, elucidando uma redefinição sexual do trabalho, embutida no projeto de modernização e industrialização da mineração da região carbonífera de Santa Catarina. E mostrou que no seio desse projeto de modernização, políticas de assistência social e de higienização, norteadas por papéis de gênero, foram implementadas sobre as famílias mineiras, com a finalidade, entre outras, de “convencer” e “qualificar” as mulheres para que permanecessem no espaço doméstico.

Enfim, evidenciou a presença marcante das trabalhadoras nas cidades catarinenses construídas com base no processo de exploração do “ouro negro” da época, contrastando com a invisibilidade das mesmas na historiografia local e regional. Uma invisibilidade legitimada por uma história estruturada em relações de classe e gênero, onde o fator biológico das diferenças entre os sexos, impuseram-se como elementos determinantes.

Por isso, ao fazer emergir esta história que estava submersa nos porões de arquivos e de memórias marginalizadas, procurei ressaltar pelo menos três questões centrais. Primeiro, que as mulheres pertencentes à classe operária da região carbonífera de Santa Catarina, tanto quanto os homens, fizeram história, participaram do desenvolvimento regional, mas ficaram esquecidas no tempo e no espaço; segundo, lembrando os dizeres de Elizabeth Souza Lobo, é preciso reconhecer que a “classe operária tem dois sexos”; e terceiro, mas não menos importante, repensar o processo pela qual a sociedade constrói e define o gênero é um reflexo mais do que necessária atualmente, pois nesse caso, por exemplo, papéis e identidades foram impostos para homens e mulheres, provocando ou propiciando mais conflitos, violência e infelicidade no cotidiano familiar.

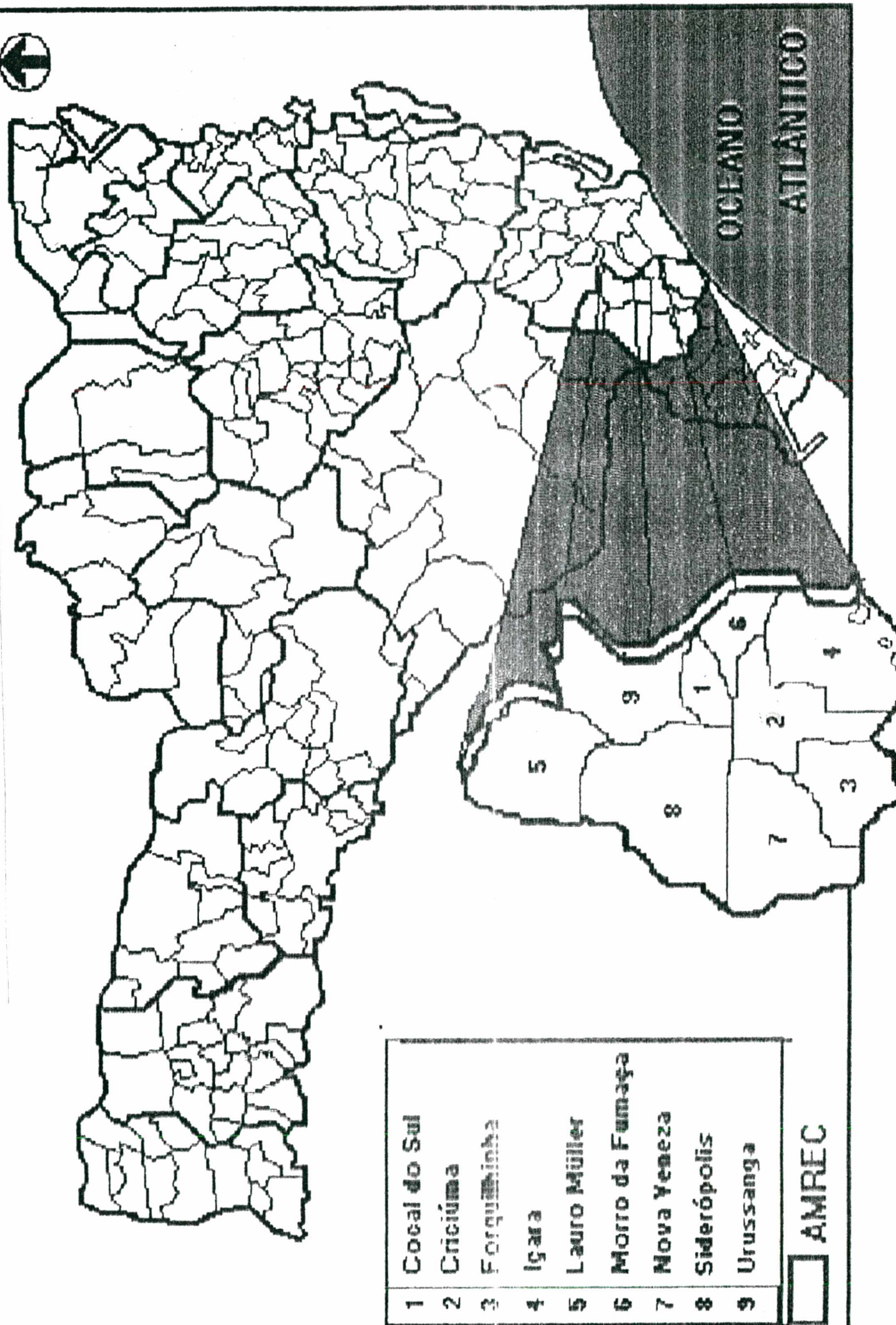
Para finalizar, vale lembrar a posição de Gayle Rubin, quando sugere que não devemos lutar contra o homem e, sim, pela eliminação do sistema que cria os sexismos. Não somos oprimidas apenas como mulheres, mas também por termos de ser mulheres, ou homens, afirma a mesma. Com certeza, muitos homens também não concordam ou não estão satisfeitos com determinada história, que reforça a construção de papéis rigidamente impostos em função de uma fetichização de gênero. Neste sentido, estou de acordo com Rubin:

eu sinto que o movimento feminista deve sonhar mais do que com o fim da opressão das mulheres, deve sonhar com a eliminação da sexualidade obrigatória e dos papéis sexuais. O sonho que mais me atrai é o de uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não sem sexo), na qual a anatomia sexual de alguém seja irrelevante para o que ele é, o que faz, e com quem se deita.³⁴²

Talvez este sonho fosse compartilhado por muitas das mulheres e homens inseridos no contexto histórico desta pesquisa, pois, lembrando mais uma vez, no processo de formação da

classe operária mineira da região carbonífera de Santa Catarina os papéis tradicionais de gênero atuaram como uma “camisa-de-força” sobre os dois sexos. Devido a imposição de papéis e identidades de gênero, homens foram “empurrados” para os subterrâneos das minas e mulheres “confinadas” à esfera doméstica, ficando “invisível”, quando trabalhava fora de casa e cumpria sua dupla jornada de trabalho.

³⁴² RUBIN, Gayle. The traffic in women. In: Reiter, Royn. Towards an antropology of women. New York: Mont Rewiew Press, 1975.



ANEXO II - PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA E MASCULINA.

TABELA 1. PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA

- a) Total de cadastros de trabalhadoras pesquisadas: 399
b) Total de Companhias Carboníferas pesquisadas: 05
c) Provável período de existência da escolha de carvão: 1937-1964

Idade (%)	Est. civil (%)	Escolaridade (%)	Cor (%)
< 12	solteira	analfab.	branca
12 - 14	casada	primário	preta
15 - 20	viúva	secundário	não identif.
21 - 35	outra	3o.grau	
> 35			

TABELA 2. PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO MASCULINA

- a) Total de cadastros de trabalhadores pesquisados: 116
b) Total de Companhias Carboníferas pesquisadas: 05
c) Período: 1939 - 1970

Idade (%)	Est. civil (%)	Escolaridade (%)	Cor (%)
< 12	solteiro	analfab.	branca
12 - 14	casado	primário	preta
15 - 20	viúvo	secundário	não identif.
21 - 35	outra	3o.grau	
> 35			

**** INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

- 1) Sobre as idades, há que se relativizar os dados, pois muitas/os trabalhadoras/es omitiam suas verdadeiras datas de nascimento para poderem trabalhar nas minas;
- 2) Em relação ao estado civil, há que se considerar também que a regra entre as famílias mineiras não era casar e sim “fugir”. O casamento acontecia meses ou anos depois do convívio conjugal, mas mesmo assim muitos permaneciam em regime de concubinato. Diante desta realidade e como os arquivos das empresas só mencionam os três estados civil citados, não foi possível quantificar a situação das mulheres e homens que viviam sob outra forma de relação conjugal. Isso significa dizer que muitas/os das/os enquadradas/os como “solteiras/os”, provavelmente já estavam vivenciando uma vida a dois.
- 3) No que se refere a escolaridade, tudo indica que a maioria classificada como “primária”, sabia apenas escrever ou desenhar seus nomes.

4) A ampla maioria das trabalhadoras eram contratadas como “escolhedeiras”. As demais funções encontradas nos arquivos foram: fiscal de escolha, servente, diarista (trabalhadora/or dos serviços gerais na superfície das minas), professora, auxiliar de escritório, datilógrafa, telefonista, caixa do empório, caixa do armazém. Na Companhia Siderúrgica Nacional de Siderópolis foram encontradas, além dessas funções, encarregada da cozinha do restaurante, auxiliar de cozinheira, zeladora e parteira-enfermeira.

5) As funções atribuídas aos homens eram muito mais amplas: mineiro, ajudante de mineiro, servente, diarista, feitor ou capataz, empreiteiro, vagoneteiro, pedreiro, carpinteiro, mecânico, engenheiro, fiscal de escolha, fiscal do carvão, paliador, almoxarife, aux. de almoxarife, guarda, motorista, foguista, apontador, escriturário, aux. escritório, ferreiro, aj. ferreiro, torneiro mecânico, chapeador, soldador, eletricista, aj. eletricista, topógrafo, aux. topógrafo.

6) Os sobrenome das/os trabalhadoras/es indicam que cerca de 70% eram de descendência açoriana e 20% de italiana.

V. FONTES E BIBLIOGRAFIAS

1. FONTES

1.1. Arquivos das empresas:

* Arquivo da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá - CBCA:

a) Companhia Brasileira Carb. de Araranguá -CBCA (1937-1964).

* Arquivo da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN:

a) Setor Próspera - Sociedade Carbonífera Próspera S.A (1940-1953);

b) Setor Siderópolis - CSN de Siderópolis (1944-1952).

* Arquivo da Companhia Carbonífera Metropolitana:

a) Cia Carb. Metropolitana (1942-1956);

b) Cia. Carbonífera União Ltda. (1938-1953).

* Arquivo da Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU):

a) Mineração Geral do Brasil Ltda - setor Santana e Içara (1943-1956);

b) Sociedade Carbonífera Boa Vista Ltda. (1945-1958);

c) Sociedade Carbonífera Monte Negro Ltda. (1942-1964).

1.2. Entrevistas:

* Alice Otilia Antunes Cardoso, branca, 63 anos. Trabalhou na CBCA na década de 40. Entrevista realizada em 24/04/96.

* Antonia Martins Cunha, negra, 63 anos, irmã de Zulma Martins Crispim. Entrevista concedida em maio/96.

* Ana Rosa Cabreira, branca, 66 anos. Realizada em 04/10/96.

* Ascindina Maciel Verdiere, branca, 82 anos. Entrevista realizada em agosto/96.

* Avelino Nestor, branco, 68 anos. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/1996.

* Cezarina dos Santos Silva, branca, 78 anos. Entrevista concedida em 27/05/96.

- * Elisa de Oliveira, branca, 69 anos. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/1996.
- * Erotides Caetano de Oliveira, negra, 71 anos. Entrevista concedida em 18/04/96.
- * Francisca da Silva Nazário, branca, 72 anos. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/1996.
- * Francisco da Silva, branco, 58 anos. Entrevista não gravada, realizada em dez./1995.
- * Geni Alexandre João, branca/mestiça, 56 anos. Entrevista concedida em 08/05/96.
- * Ilda da Rosa Vicente, negra, 68 anos. Entrevista concedida em 01/04/96
- * Iracema Stefani Jorge, branca, 63 anos. Entrevista concedida em 07/05/96.
- * João Zanette, 85 anos, um dos donos da Cia Carb. de Urussanga. Entrevista não gravada.
- * Josina Maria da Conceição, branca, 88 anos. Entrevista realizada em 08/05/96.
- * Julia Madeira Carola, branca, 78 anos. Entrevista concedida em 15/10/95.
- * Líbera Martinhago, branca, 73 anos. Entrevista realizada em 24/04/96.
- * Luzia da Silva, branca. Entrevista concedida em 06/02/96.
- * Margarida Barbosa Cabral da Luz, branca, 69 anos. Entrevista realizada em 24/04/96.
- * Maria da Silva, 72 anos. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa em maio/1996.
- * Osmar Madeira Carola, branco, 54 anos. Entrevista realizada em 04/08/96.
- * Raimundo Verdiere, branco, 73 anos. Entrevista realizada em maio/96.
- * Zeferino da Silva, branco, 81 anos. Casado com Cezarina dos Santos Silva. Entrevista realizada em 28/05/96.
- * Zenaide Vieira Serafim, branca, 55 anos. Entrevista realizada em 08/05/96.
- * Zulma José Martins Crispim, negra, 65 anos. Entrevista realizada em maio/96.
- * Irmã Emanuele Piedade Brito, branca, 66 anos. Pertencente à Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Entrevista realizada em 09/09/96.
- * Irmã Ricarda Fonseca, branca, 71 anos. Pertencente à Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Entrevista realizada em 10/09/96.

- * Irmã Claudia de Freitas, branca, 70 anos. Entrevista realizada 09/11/96.
- * Maria Claudino de Oliveira, branca, 49 anos. Entrevista realizada em 12/02/97.

1.3. Periódicos:

- * Tribuna Criciumense - 1957
- * Jornal O Estado - 1956
- * Revista Carvão de Pedra - 1968-1972
- * Revista O Cruzeiro - 1949

1.4. Documentos e relatórios:

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias feitas por jornais da capital da República quanto às condições de trabalho nas minas de carvão do Estado de Santa Catarina. Brasília: Diário do Congresso nacional, 21/01/1959. CPI criada pela Resolução n. 88 de 1957. Projeto de Resolução n. 186 de 1959

BRASIL. Presidência da República. Atividades da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional apresentado a sua Excelência o Senhor Presidente da República. Rio de Janeiro: Depto. de Imprensa Nacional, 1956.

BOA NOVA JR. Francisco de Paula. Problemas médicos sociais da indústria carbonífera sul catarinense. Rio Janeiro: DNPM/ Divisão de Fomento da Produção Mineral, Boletim N. 95, 1953, 119p.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). Divisão de Fomento da Produção Mineral. Considerações sobre o problema carvoeiro em Santa Catarina. Por Joaquim Miguel Arrojado Lisboa. Rio de Janeiro: DNPM, Boletim 43, 1940.

..... Higiene das minas de carvão do Estado de Santa Catarina. Por Manoel Moreira. Rio de Janeiro: DNPM, Boletim 92, 1952.

IBGE, recenseamentos demográficos de 1940 e 1950.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios. Criciúma-SC. Rio de Janeiro: IBGE, v. XXXIII, 1959, p.81-86.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS. Relatório dos negócios administrativos do município de Orleans, referente ao exercício de 1951. Orleans- SC: Prefeitura Municipal, nov/1951.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Código de posturas do município de Criciúma. Lei No. 27 de 28/01/1949. Orleans-SC: 1950.

SEMINÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DE SANTA CATARINA. O problema do carvão catarinense. Por Oswaldo Pinto da Veiga. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria/Federação das Indústrias de Santa Catarina/ Serviço Social da Indústria, 1961.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO DE CRICIÚMA. Atas de 1944-1955.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO. A batalha do carvão: subsídios para a história da indústria carvoeira no Brasil. Rio de Janeiro: 1950. 340p.

..... A legislação sobre o carvão nacional: programas e planos governamentais. Rio de Janeiro: 1961.

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO (SATC). A Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão e a Assistência Social na Zona Carbonífera de Santa Catarina. Trabalho apresentado no II Simpósio do Carvão Nacional, realizado em Florianópolis no período de 29 de novembro a 04 de dezembro de 1965. Florianópolis: 1965.

2. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Sérgio França Adorno e CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese. A arte de administrar a pobreza: assistência social institucionalizada em São Paulo no século XIX. Italo A. Tronca (org.). Foucault vivo. São Paulo: Pontes, 1987. 102p.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Família e operários de origem camponesa; uma leitura da *Crise do Brasil Arcaico*. In: Cultura & Identidade Operária. LOPES, José Sérgio Leite (org.). Rio de Janeiro: Marco Zero/Ed. UFRJ, 1987.p.123-145.

ARANTES, Antonio Augusto et al. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. 206p.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na 1o. República. São Paulo, PUC, 1989. 216p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. RJ: Ed. Guanabara, 2a.edição, 1981. 279p.

ARNS, Otilia. A semente deu bons frutos: Criciúma 1880-1980. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 1985. 266p.

AZEVEDO, Aluísio. O cortiço. Rio de Janeiro: Editora Ática, 29. ed., 1996. 207p.

- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997. p.608-639.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLAY, Eva Alterman. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978. 294p.
- BORTOLOTTI, Zulmar H. História de Nova Veneza. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade - lembranças de velhos. São Paulo: T.A Queiroz/Ed. Universidade de São Paulo, 1987. 405p.
- BOSSLE, Ondina Pereira. Henrique Lage e o desenvolvimento sul catarinense. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981. 80p.
- Brasil 1954-1964. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/FAPESP/ANPUH/CNPq, v.14, n. 27, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella. O anjo da casa. In: História & Perspectivas. Uberlândia: Jul./dez.1992. p.191-223.
- BURTON, Richard Francis, Sir, 1821-1890. Viagens ao planalto do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória; Tomo I, vol.197, 1983.
- CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira. Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do séc. XX em São Paulo. In: BRESCIANI, Stella (org.). Imagens da cidade - Séculos XIX e XX. SP: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994. p.123-146.
- CARTAXO, Ana Maria Baima. Estratégias de sobrevivência: a previdência e o serviço social. SP: Cortez, 1995. 196p.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986. 249p.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1989. 310p.
- COSTA, Marli de Oliveira. A casa operária da Vila Próspera: 1938-1945. Tubarão, UNISUL, 1996. Monografia (pós-graduação Latu Sensu: Especialização em História) - Universidade do Sul de Santa Catarina.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo. RJ: Paz e Terra, 1986. p. 217p.
- DALL'ALBA, João Leonir. Colonos e mineiros na grande Orleans. Florianópolis: Ed. do autor/Instituto São José, 1986. 408p.

- DIAS, Maria Odila L. da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. 198p.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-53.
- DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2. ed., 1986. 209p.
- ECKERT, Cornelia. Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS. Porto Alegre: UFRGS, 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 565p.
- ENGELS, F. 1820 - 1895. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985. 399p.
- FARGE, Arlette. Famílias, a honra e os sigilo. In: CHARTIER, Roger (org.). História da vida privada. Tradução por Hildegard Feist. São Paulo: Cia da Letras, 1991, v.3, p.581-617.
- FONSECA, Claudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.313-333.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295p.
- A verdade e as formas jurídicas. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996. 160p.
- História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 153p.
- Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987. 280p.
- GARRIDO, Joan del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: MarcoZero/FAPESP/ANPUH/CNPq, v.13, n.25/26, set.92/ago.93.
- GAY, Peter, 1923. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 405p.
- GROSSI, Yonne de Souza. Mina de morro velho: a extração do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 166p.

- HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (org.). História da vida privada. v. 4. São Paulo: Cia da Letras, 1991, v.4, p. 53-103.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de(org.) Tendências e impasses: O feminino como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 229p.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et. al. O sexo do trabalho. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 195p.
- LE GOFF, Jacques, 1924. História e memória. Tradução Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. 553p.
- LOBO, Elizabeth Souza. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense/SMC-SP, 1991.
- LOPES, Eliane da Silva. A trabalhadora normatizada: mães e esposas reguladoras. In: TRONCA, Italo A. (org.). Foucault vivo. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987. p.111-125.
- LOPES, José Sérgio Leite (org.). Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1987. 228p.
- MACEDO, José Rivair. A mulher na idade média. São Paulo: Contexto, 1992. 96p.
- MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Tradução de Márcia C. de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. 166p.
- MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARQUES, Mons. Agenor Neves. História de Urussanga. Urussanga: Prefeitura Municipal, s/d.
- MARX, Karl. O capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., v.1, 1988.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). Cadernos Pagu. São Paulo: Publicação Pagu/NEG/UNICAMP, No. 4, 1995. p.97-115.
- MELLO, Sylvia Leser de. Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática, 1988.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Memória, história, historiografia: dossiê ensino de história. São Paulo: Marco Zero/FAPESP/ANPUH/CNPq, v.13, n.25/26, set./92/ago./93.
- MENDONÇA, Sonia Regina. Dez anos de economia brasileira: história e historiografia (1954-1964). Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/SCT/CNPq/FINEP, V. 14, N. 27, 1994, p. 87-97.

- MILANEZ, Pedro. Fundamentos históricos de Criciúma. Florianópolis: Ed. do autor, 1991. 312p.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992. 156p.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral: caminhos e descaminhos. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/FAPESP/ANPUH/CNPq, v.13, n.25/26, set.92/ago.93. p.55-65.
- NASCIMENTO, Dorval. Formação histórica de Criciúma (1880-1930): a elite dominante e a formação da cidade. Criciúma, FUCRI, 1993. Monografia (pós-graduação Latu Sensu: Especialização em História do Brasil) - Fundação Educacional de Criciúma.
- NOLASCO, Sócrates (org.). A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 165p.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). Cultura & identidade operária. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987. p.79.
- PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. In: Ciência Hoje. Vol. 5, No. 28, jan/fev/1987.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994. 210p.
- Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. 106p.
- PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 227p.
- PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/MCT/CNPq/Marco Zero, v.9 n.18, ago.-set./1989. p.11.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332p.
- PRIORE, Mary Lucy Murray Del. A mulher na história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1992. 64p.
- PROJETO HISTÓRIA. Dossiê: diálogos com E. P. Thompson. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Depto de História da PUC-SP. São Paulo: PUC, n. 12, 1995.
- RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930. Revista do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisas sobre a Mulher. Universidade Federal de Uberlândia, caderno No.1, 1994.

- RAGO, Margaret. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- Relações de gênero e classe operária no Brasil: 1890-1930. In: Espaço feminino. Uberlândia, MG: UFB, caderno 01.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 250p.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: Reiter, R. (ed.). Toward an antropology of women. New York: Monthly Rewiew Press, 1975. p. 157-210.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e luta dos trabalhadores na grande São Paulo - 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.9, n.19, set/89/fev/1990. p.219-243.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p.121-139.
- SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. Tradução de Claudia Gonçalves. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. História das mulheres: o século XIX. São Paulo: Edições Afrontamentos/ Ebradil, v.4, 1991. p.443-475.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, jul./dez. 1990. p.5-22.
- A mulher trabalhadora. Tradução de Claudia Gonçalves. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. História das mulheres: o século XIX. São Paulo: Edições Afrontamentos/ Ebradil, v.4, 1991. p.442-475.
- SILVA Jr., José da. História que a bola esqueceu: a trajetória do Esporte Clube Metrópol e de sua torcida. Florianópolis: CMM Comunicação, 1996. 240p.
- STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada. In: ARANTES, Antonio Augusto (et al.). Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: UNICAMP, 1994. p. 61-114.
- TEIXEIRA, José Paulo. Os donos da cidade. Poder e imaginário das elites em Criciúma. Florianópolis, UFSC, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão. Tradução de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 1987. 347p.
- VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Brasília, DF: UnB, 3o. edição, 1995.

VIEZZER, Moema. “Se me deixam falar...” Dometila: depoimento de uma mineira boliviana. Tradução Edmilson Bizelli - 7 ed. São Paulo: Global Ed., 1982. 216p.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/SCT/CNPq/FINEP, V. 14, N. 27, 1994. p. 99-111.

VOLPATO, Terezinha G. A pirita humana. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa, 1984. 160p.

VOLPATO, Terezinha G. Os trabalhadores do carvão - A vida e a luta dos mineiros de Criciúma. São Paulo, USP, 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo.

WEINSTEIN, Barbara. Mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não qualificadas a esposas profissionais. Cadernos Pagu. São Paulo: Publicação Pagu, NEG/UNICAMP, No. 4, 1995. p. 143-171.

WOLF, Joel. “Pai dos pobres” ou “mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/SCT/CNPq/FINEP, v. 14, n. 27, 1994. p. 27-60.

ZOLA, Émile, 1840-1902. O germinal. SP: Abril Cultural, 1981. 540p.